

Recife 2006



O I D P
OBSERVATORIO
INTERNACIONAL
DE LA DEMOCRACIA
PARTICIPATIVA

Recife 2006

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO
DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA
PARTICIPATIVA PARA LA CONSTRUCCIÓN
DEMOCRÁTICA DE LAS CIUDADES

PLANIFICACIÓ ESTRATÈGICA
PARTICIPATIVA PER A LA CONSTRUCCIÓ
DEMOCRÀTICA DE LES CIUTATS

PARTICIPATORY PLANNING FOR THE
DEMOCRATIC CONSTRUCTION OF CITIES

PLANIFICATION STRATÉGIQUE
PARTICIPATIVE POUR LA CONSTRUCTION
DÉMOCRATIQUE DES VILLES

SECRETARÍA TÉCNICA / TECHNICAL SECRETARIAT

Melissa Pomeroy, Eulàlia Tubau.

COORDINACIÓN / COORDINATION

Àlex Montes, Rosa Bagaria.

DISEÑO GRÁFICO / GRAPHIC DESIGN

Estudi mm!

6ª CONFERÊNCIA DO OIDP
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO
PARA A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DAS
CIDADES

Índice

1. BOAS VINDAS

PREFEITO DE BARCELONA
PREFEITO DO RECIFE

2. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DA 6ª CONFERÊNCIA

SECRETARIA TÉCNICA DO OIDP

3. PROGRAMA

4. PALESTRAS

PALESTRA INAUGURAL: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO MUNICIPAL: PRÁTICA INOVADORA DA GESTÃO PÚBLICA

- Habitação e cidade no Brasil e na América Latina. Globalização, pobreza e algum motivo de esperança. *Erminia Maricato*.

EIXO TEMÁTICO: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

- Modelos de Gestão Participativa. *Maria da Gloria Gohn*.

EIXO TEMÁTICO: PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO

- Educação para cidadania ativa. *Rudá Ricci*.

- Pedagogia da participação. *Eva Salaberría*.

EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO SOCIAL E CONVIVÊNCIA NA CIDADE

- Inclusão Social e Convivência na cidade. *Alejandro Socorro*.

- Inclusão, identidade e participação cidadã. *Oscar Sogliano*.

SESSÃO DO FÓRUM DE AUTORIDADES LOCAIS DE PERIFERIA

- Fórum de Autoridades Locais de Periferia. *Gérard Perreau-Bezouille*.

MESA REDONDA SOBRE O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES SUPRAMUNICIPAIS E INTERNACIONAIS NOS PROCESSOS DE PROFUNDIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

- “O papel das instituições internacionais nos procesos de profundização democrática”.
Jaime Vásquez.

- O papel das entidades supramunicipais na promoção da participação política: A Rede do Novo Município em Itália. *Michelangelo Secchi*.
- Responsabilidade social nas operações do Banco Mundial. *André Herzog*.

5. CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO

INCLUSÃO SOCIAL E CONVIVÊNCIA NA CIDADE

6. RESULTADO DA 1ª DISTINÇÃO OIDP BOA PRÁTICA EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

1ª DISTINÇÃO OIDP “BOA PRÁTICA EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ”

PROCESSOS E MECANISMOS DE INCLUSÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NA GESTÃO LOCAL:
O OP DE COTACACHI, EQUADOR

7. DECLARAÇÃO FINAL



É com muito prazer que lhes apresento os trabalhos da 6ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa, celebrada em novembro de 2006 na cidade brasileira do Recife.

Com a criação do Observatório no ano de 2001, consolidava-se a projeção e a liderança internacional de Barcelona em temas de democracia participativa. Atualmente, mais de trezentos sócios representantes de governos locais, organizações civis, centros de investigação e universidades fazem parte da rede criada ao redor do Observatório. Esta forma de trabalho permite trocar experiências de participação a nível internacional e, também, visibilizar e valorizar a democracia participativa.

Anualmente nós, sócios do Observatório, celebramos uma conferência durante a qual se multiplicam as possibilidades de encontro, trabalho e aprendizagem. Esta publicação recolhe os trabalhos da 6ª Conferência, que tiveram como eixo central o planejamento estratégico participativo para a construção democrática das cidades.

Nossa cidade apostou historicamente por um modelo no qual resulta imprescindível o compromisso e a participação da cidadania durante a implementação das políticas públicas. Neste sentido, quero reconhecer muito especialmente a contribuição dos cidadãos e cidadãs em fazer de Barcelona uma cidade mais coesa e mais vertebrada.

JORDI HEREU

Prefeito de Barcelona



O Recife integra a rede de cidades conectadas através do Observatório Internacional de Democracia Participativa e vem desenvolvendo, desde 2001, a partir da nossa primeira gestão, formas democráticas de participação popular, fortalecendo e criando canais institucionais e valorizando as mais diversas formas de interlocução com as representações da sociedade civil.

A Prefeitura do Recife tem se empenhado para desenvolver políticas públicas voltadas para construir uma cidade fisicamente organizada, economicamente sustentável e socialmente justa. A participação democrática nas decisões de como e onde aplicar os recursos destinados a investimentos tem sido um importante instrumento de elevação da cidadania, numa gestão que tem como princípio governar para todos, dando prioridade aos mais excluídos.

É baseado nessa experiência e nesse compromisso de gestão pública que expressamos a nossa satisfação em compartilhar no Recife da realização da 6ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa – OIDP, com o tema central: “*O Planejamento Estratégico Participativo para a construção democrática das cidades*”.

Saudamos todas e todos que se empenham na busca do protagonismo popular e do aprimoramento das formas democráticas e republicanas e lhes desejamos um bom trabalho.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

Prefeito do Recife



A Conferência anual do OIDP é uma oportunidade de encontro, reflexão e debate. É uma ocasião oportuna para aprofundar o debate sobre alguns dos temas principais que percebemos, promovemos e aperfeiçoamos a partir dos trabalhos cotidianos em nossas cidades.

A 6ª Conferência, realizada em novembro de 2006 na cidade de Recife teve como foco o Planejamento Estratégico Participativo para a Construção Democrática das Cidades.

Os objetivos que nos marcamos, podem ser classificados em Objetivos Gerais –transversais para o conjunto de atividades previstas durante os dias de celebração da Conferência– e Objetivos Específicos, referentes a temas mais concretos.

Os objetivos são audaciosos e a temática é complexa. A conferência pretendia facilitar a reflexão e o debate coletivo. Para perseguir esses objetivos, aproveitando os conhecimentos e experiências de todos os participantes, foram organizadas distintas sessões de trabalho divididas em três eixos temáticos, onde foram trabalhados os objetivos marcados pela conferência.

Objetivos Gerais

- Ampliar a discussão sobre a prática do planejamento estratégico participativo nas gestões locais, estudando os instrumentos de diagnóstico e planejamento participativo atualmente utilizados para detectar os avanços e as dificuldades que esses encontram.
- Refletir sobre a ampliação da consciência crítica e do controle social como estratégias das administrações municipais para a construção de sociedades mais democráticas, baseadas na construção coletiva dos assuntos públicos.
 - Estimular o intercâmbio de experiências diversas dos sócios do Observatório Internacional de Democracia Participativa.



Objetivos Específicos

- Aprofundar a discussão de práticas que permitem alcançar maior transparência no planejamento e na execução dos orçamentos públicos locais; detectando os desafios relacionados a essa tarefa.
 - Analisar as experiências participativas de diagnóstico e planejamento das cidades como elementos de apropriação da cidade por parte de seus habitantes.
 - Discutir sobre os desafios que apresenta a diversidade estimulada por práticas de planejamento participativo que envolvem segmentos sociais específicos e historicamente discriminados na sociedade.
- Conhecer e refletir sobre os avanços no tratamento e na difusão do conhecimento sobre a cidade para qualificar a tomada de decisões da cidadania nos processos de participação da cidade.

- Debater sobre metodologias de monitoramento dos resultados e dos compromissos acordados nos processos.
 - Debater sobre metodologias de sensibilização e qualificação dos gestores públicos e técnicos municipais assim como de articulação e formação da sociedade civil para aperfeiçoar a participação política e proporcionar o controle social.
 - Valorizar os distintos saberes e a dimensão pedagógica da planificação participativa.
- Observar em todas as discussões a formulação de políticas e ações que articulem o planejamento participativo com as Metas do Milênio da ONU.



necessárias para as tomadas de decisões, e principalmente, que proporcionem autonomia à cidadania na hora de participar. Também centramos nosso debate sobre a necessidade da formação dos atores do governo municipal, para que esses possam incorporar as novas dinâmicas que nascem a partir da participação.

- A discussão sobre a necessidade de reconhecer os olhares múltiplos, que convivem em nossas cidades. Nem todas essas visões são reconhecidas como parte constitutiva das cidades. Nosso objetivo será discutir sobre a inclusão social e a convivência nas cidades, baseando nossa reflexão na diversidade das pessoas e na diversidade de desejos, necessidades e histórias. Como elemento transversal à essa diversidade, se encontram também as situações e processos de exclusão, que dificultam o acesso das pessoas ao espaço público, impossibilitando o exercício de uma cidadania plena.

Eixos Temáticos

As exposições e os trabalhos em grupos foram guiados pelos três eixos temáticos que pretendiam estimular:

- O debate e a reflexão sobre a implementação de instrumentos participativos para definir o planejamento do orçamento local, do plano diretor de cada cidade, dos planos temáticos etc. Estimulando a construção coletiva de nossas cidades, guiadas pelo paradigma democrático, e o exercício efetivo do controle social sobre as atividades públicas.
- A reflexão sobre as necessidades dos processos de capacitação e formação para o exercício de uma cidadania plena, onde os cidadãos e cidadãs também detenham as técnicas de governo, as informações

Terça feira 28 de Novembro

9:00 - 18 HS

Reunião Interna dos “Observatórios Locais de Democracia Participativa”.

Quarta feira 29 de Novembro

9:00 - 18 HS

Reunião Interna dos sócios do Observatório Internacional de Democracia Participativa.

Quinta feira 30 de Novembro

9:00 HS ABERTURA E BOAS VINDAS

João Paulo Lima e Silva
Prefeito de Recife (Brasil).

Pere Alcober

Secretário da Prefeitura de Barcelona e Deputado Provincial (Espanha).

9:30 HS CONFERÊNCIA INAUGURAL:
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
E PLANEJAMENTO MUNICIPAL:
PRÁTICA INOVADORA DA GESTÃO PÚBLICA

Erminia Maricato

Professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Brasil).

Apresenta e modera: João da Costa,

Secretário de Planejamento

Participativo da cidade do Recife, Brasil.

14.00 - 15.00 HS MESA 1

EIXO TEMÁTICO: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Objetivo: Estimular o debate e a reflexão sobre a implementação de Instrumentos Participativos para definir o Planejamento do orçamento local, do plano diretor de cada cidade, dos planos temáticos etc. Estimulando a construção coletiva de nossas cidades, guiadas pelo paradigma democrático, e o exercício efetivo do controle social sobre as atividades públicas.

Maria da Gloria Gohn

Professora da Universidade de Campinas (Brasil).

João da Costa

Secretário de Planejamento

Participativo da cidade do Recife (Brasil).

Apresenta e modera: Gérard Perreau-

Bezouille, Secretário de Finanças, Novas Tecnologias e Relações Internacionais da cidade de Nanterre, França.

15:00 - 16:00 HS MESA 2

EIXO TEMÁTICO: PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO

Objetivo: Estimular a reflexão sobre as necessidades dos processos de Capacitação e Formação para o exercício de uma cidadania plena, onde os cidadãos e cidadãs também detenham

as técnicas de governo, as informações necessárias para as tomadas de decisões, e principalmente, que proporcionem autonomia à cidadania na hora de participar. Centramos nosso debate sobre a necessidade da formação dos atores do governo municipal, para que esses possam incorporar as novas dinâmicas que nascem a partir da participação.

Rudá Ricci

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, e Diretor do Instituto Cultiva (Brasil).

Eva Salaberria

Fundación Kaleidos.red e Diretora de Participação da Prefeitura Donostia-San Sebastián (Espanha).

Apresenta e modera: Júlio Pires,

Secretário de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte, Brasil.

16:30 - 18:00 HS MESA 3

EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO SOCIAL E CONVIVÊNCIA NA CIDADE

Objetivo: Estimular a discussão sobre a necessidade de reconhecer os olhares múltiplos, que convivem em nossas cidades, mas nem todas essas visões são reconhecidas como parte constitutiva das cidades. Nosso objetivo é discutir sobre a Inclusão Social e a Convivência nas Cidades, baseando nossa reflexão na diversidade das pessoas e na diversidade de desejos, necessidades e histórias. Como elemento transversal a essa diversidade, se encontram também as situações e processos de exclusão, que dificultam o acesso das pessoas ao espaço público, impossibilitando o exercício de uma cidadania plena.

Alejandro Socorro

Professor Universidade de Cienfuegos (Cuba).

Oscar Sogliano

Prefeitura de La Paz (Bolívia).

Apresenta e modera: Dolça Garcia,

Secretária de Participação da Prefeitura de Santa Coloma de Gramenet, Espanha.

18:00 - 19:00 HS

I DISTINÇÃO OIDP – BOA PRÁTICA EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Entrega da I Distinção OIDP e apresentação da experiência da cidade eleita pelo jurado como Boa Prática.

Apresentam: Pere Alcober, pela Secretaria Técnica do OIDP. **Niedja**

Queiroz, pela Presidência do OIDP, 2006.

19:00 - 20:00 HS

FÓRUM DE AUTORIDADES LOCAIS DE PERIFERIA “DEMOCRACIA PARTICIPATIVA PARA METRÓPOLES SOLIDÁRIAS”

Organizada pela rede FALP, apresentação dos trabalhos da rede e das conclusões do último FALP realizado na cidade francesa de Nanterre.

Sexta Feira 1 de Dezembro

9:00 - 13:30 HS

EIXOS TEMÁTICOS - TRABALHO EM GRUPOS
SIMULTÂNEOS

Com o objetivo de aprofundar na discussão dos três eixos temáticos definidos, a conferência propõe uma metodologia de trabalho que privilegia o conhecimento de todos os participantes.

Coordenação dos Trabalhos:

Universidade Federal de Pernambuco.

15:00 - 16:30 HS

APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES DOS
GRUPOS DE TRABALHO

Do debate de cada grupo serão elaborados documentos de conclusões, que recolherão as idéias e propostas principais de cada um dos temas.

Apresenta: **Universidade Federal de Pernambuco.**

16:30 - 18:00 HS

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES SUPRAMUNICIPAIS NOS PROCESSOS DE PROFUNDIZAÇÃO
DEMOCRÁTICA

O objetivo dessa mesa é estimular o debate sobre qual o papel das instituições internacionais no apoio/aprofundamento da Democracia Participativa. Será também um espaço privilegiado para que essas instituições comuniquem aos participantes quais são os seus trabalhos em relação a democracia participativa e o governo local e quais são os seus programas.

André Herzog - World Bank.

Jaime Vásconez - Centro Internacional de Gestión Urbana.

Michelangelo Secchi - Rete del Nuovo Municipio (Italia).

Moderador: **Yves Cabanes**, Co-Diretor do DPU (Unidade de Planejamento para o Desenvolvimento) da University College London.

18:00 - 19:00 HS ENCERRAMENTO

FIM DO EVENTO E LEITURA DA DECLARAÇÃO
FINAL

João Paulo Lima e Silva – Prefeito de Recife (Brasil).

Pere Alcober – Secretário da Prefeitura de Barcelona e Deputado Provincial (Espanha).

Professora Titular da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Concluiu sua graduação, mestrado e doutorado também na USP. Foi Coordenadora do Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1999/2002) e membro da equipe de transição do Governo Federal que formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades, sendo posteriormente a Secretária Executiva (Ministra Adjunta) do Ministério das Cidades. Foi Presidente suplente do Conselho das Cidades/Ministério das Cidades e Presidente do Conselho da CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos.



ERMINIA MARICATO

Habitação e cidade no Brasil e na América Latina

GLOBALIZAÇÃO, POBREZA E ALGUM MOTIVO DE ESPERANÇA

O empobrecimento dos países Latino Americanos durante as últimas duas décadas pode ser evidenciado pelo crescimento dos assentamentos informais nas cidades. Estes incluem principalmente as favelas –que são resultado de invasão de terras– e o loteamento pirata –que são parcelamentos de solo que não seguem a legislação urbanística ou de propriedade da terra–. Apenas entre 1990 e 2001 os assentamentos informais cresceram de 111 milhões de moradias para 127 milhões, impulsionados por acelerado processo de urbanização na América Latina. (ECLAC, 2004).

Essas moradias foram construídas sem apoio técnico de engenheiros ou arquitetos, sem financiamento oficial, sem obediência a qualquer lei que regula a ocupação do solo e as construções. Nem todas as moradias que compõem o universo informal são precárias e podemos encontrar aí também residências de classe média o que revela uma relação complexa entre lei urbanística, mercado privado e exclusão social. Essa gigantesca ocupação ilegal do solo urbano tem conseqüências desastrosas para seus moradores, para a sociedade em geral e para a sustentabilidade ambiental. A ocupação irregular de encostas íngremes, beira de rios, mangues, dunas, várzeas terminam por comprometer a vida dos ocupantes –que podem morrer sob deslizamentos de terra– assim como pode determinar o corte de florestas e a poluição ou assoreamento de recursos hídricos.

O Brasil tem em 2006 mais de 80% de seus 170 milhões de habitantes nas cidades. Segundo o censo demográfico de 2000, em 11 metrópoles (209 municípios) morava 32% da população do país, ou seja, aproximadamente 55 milhões de pessoas. Nestas metrópoles concentrava-se ainda 82% da população moradora em habitações subnormais (maioritariamente favelas) e 33% do déficit habitacional (2.192.296 unidades).

A economia brasileira cresceu à impressionante taxa de 7% ao ano entre as décadas de 40 e 70 e depois desse período sofreu um declínio muito grande. O novo contexto internacional e as políticas neo-liberais determinam um recuo nas políticas sociais, mas isso se deu sobre uma base social e histórica profundamente desigual (os direitos universais do Estado do Bem Estar se aplicaram a uma parte restrita da sociedade) e marcada por relações políticas atrasadas (tradição de autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo: direitos restritos e privatização da esfera pública).

Nas cidades de países como o Brasil a desregulamentação e comodificação dos serviços públicos decorrentes das privatizações, a guerra fiscal, o enfraquecimento do papel social do Estado, as políticas de ajuste econômico tiveram um forte impacto sobre um território já parcialmente desregulado pela tradição de informalidade. Trata-se de um território fortemente segregado por um mercado imobiliário e de terras altamente restrito e especulativo. O baixo crescimento econômico que se segue a 1980 acentuou as mazelas tipicamente urbanas e influenciou para o aparecimento de novos aspectos muito negativos nas grandes cidades: o desemprego e a violência. Esta era praticamente desconhecida, como um fenômeno generalizado, no universo urbano até o início dos anos 1970.

É nesse contexto que cresce um forte movimento social pela reforma urbana, formado por lideranças dos movimentos de luta pela moradia além de profissionais, pesquisadores e funcionários públicos. Apesar do avanço das forças da globalização esses movimentos conseguiram obter muitas vitórias nas duas últimas décadas. Uma nova geração de prefeitos mais democráticos foi eleita, após o fim da ditadura militar, nos anos 80, os quais implementaram várias e significativas experiências com habitação e planejamento urbano. Uma lei federal foi aprovada após 13 anos de luta: o estatuto da cidade, que busca aplicar a função social da propriedade e finalmente a criação do Ministério das Cidades a nível federal. Todas as conquistas citadas implicam em processos participativos que valorizam a disseminação do conhecimento sobre as cidades, seus problemas seus conflitos e soluções. A participação social nas Conferências Nacionais das Cidades promovidas pelo Ministério das Cidades em 2003 e 2005 são um exemplo de processo participativo na formulação de políticas públicas incluídas.

Graduada em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, se especializou em Planejamento Educacional pelo Centro de Estudos e Planejamento e Administração da Educação da UNESCO, tem um mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo e realizou seu doutorado em ciências políticas na mesma Universidade. Realizou seu pós-doutorado na New School for Social Research (New School University - New York - USA).

Atualmente é Professora Titular da Faculdade de Educação da UNICAMP e Coordenadora do GEMDEC - Núcleo de estudos sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania da mesma faculdade. Membro do Conselho Internacional do Instituto Paulo Freire. Desde 2002 é Secretária Executiva do Research Committee "Social Movements and Social Classes", órgão da Associação Internacional de Sociologia.



MARIA DA GLÓRIA GOHN

Modelos de Gestão Participativa

PARTE I – OS CONCEITOS BÁSICOS PARA O DEBATE DA GESTÃO PARTICIPATIVA

- 1. Participação:** A participação implica uma concepção de sujeito protagonista, ativo-não espectador, protagonista da própria história. O objetivo da participação não é substituir o estado, mas sim exercer o controle social do que é público. A participação conforma um processo de compartilhamento, aprendizagem e empoderamento da sociedade, sem por isso significar necessariamente que toda participação seja emancipadora ou transformadora. A participação não tem virtude ou essência fixa em si mesma, ela precisa ser qualificada segundo os sujeitos que a compõem e os projetos que informam suas ações.
- 2. Cidadania:** Significa o direito a ter direitos, requer atores políticos responsáveis em uma comunidade livre. A cidadania traz consigo uma dimensão ética e de civilidade que envolvem a participação cidadã na gestão social, e o desafio da eliminação da pobreza política. A educação, a organização política, a identidade cultural, a informação e a comunicação são componentes essenciais da cidadania.
- 3. Autonomia e emancipação:** requerem a autodeterminação e a consciência crítica, a capacidade de saber fazer leitura do mundo por si só e intervir na realidade de modo alternativo. A pedagogia emancipatória se baseia nas possibilidades individualidades não focalizando apenas em suas vulnerabilidades. As conquistas não são outorgadas, nem tuteladas.
- 4. Estado:** não deve ser confundido com o governo, o Estado está a serviço da sociedade. É o responsável por organizar planos, prover infra-estrutura à socie-

dade e garantir recursos à áreas sócio-culturais. É o gestor de políticas públicas democráticas e o responsável por garantir a universalidade de direitos. Mas suas ações são cada vez mais táticas e imediatistas, faltam projetos estratégicos de mudanças.

- 5. Políticas públicas:** devem responder ao interesse da maioria e a um modelo de estado e de sociedade justo e igualitário. O direito coletivo é o fundamento das políticas públicas e não o individual. As políticas sociais não devem ser assistencialistas e compensatórias. Devem funcionar como um serviço à sociedade e não como um meio de estabilidade governamental. A governabilidade serve apenas para atender e democratizar a gestão e não controlar a população.
- 6. Gestão compartilhada:** corresponde ao desenho de política social moderna. as tensões geradas fazem parte do processo. A gestão compartilhada apresenta desafios: diálogos de saberes e entre graus diferenciados, organização, linguagem, respeito as diversidades, limites organizacionais e estruturais das organizações. E também limites estruturais: localismo x globalismo, solidariedade x competição, organização particip x organização máquina pública, auto-aprendizado x dependência diretrizes governo, universalidade x focalização, quantidade x qualidade, linguagem senso comum x discursos burocráticos, experiência participantes x dirigismo dos organizadores.
- 7. Controle social público:** ocorre maioritariamente através de conselhos gestores na esfera pública, constituindo assim uma estrutura institucionalizada. Tem como função principal fiscalizar e monitorar ações do governo. São espaços educativos de aprendizado que orientam as políticas públicas, elaborando critérios, acompanhando e fiscalizando. Identifica-se um problema: a formação e qualificação dos conselheiros, exigindo assim a elaboração de cursos que forneçam informação e guiem o conhecimento e a ação.
- 8. A busca de outro cenário:** se baseia nas oportunidades da participação, através de uma redefinição da cultura política vigente. visando mudanças e transformação social e um desenvolvimento social que não seja apenas crescimento econômico. Proporcionando o empoderamento a sujeitos coletivos atuantes e políticas de emancipação sociopolítica e cultural, construído por indivíduos com leitura crítica do mundo. É a construção de um novo processo civilizatório onde as diferenças culturais se caracterizam pela igualdade ao acesso, pelo valor de pertencimento à cultura e ao território e pelo valor do multiculturalismo.

PARTE II – CONJUNTURA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

1972 - 1984	Ciclo das lutas pela redemocratização do país.
1985 - 1989	Ciclo de construção de novos formatos institucionais. Participação-transição democrática.
1990 - 2000	Ciclo de emergência de novos atores e novas práticas de gestão.
2001 - 2006	Ciclo de participação com apoio institucional e luta pelo resgate da autonomia emancipatória.

1. Cenários econômicos da atualidade - Conjuntura brasileira

A globalização econômica, marcada pela hegemonia do mercado, incentiva as políticas de ajustes, subordinadas aos juros da dívida. A economia nacional transita entre os empregos precários e o desemprego, sendo altamente voltada para exportação e apresentando uma forte desorganização dos mercados. Os atuais programas de transferência de renda alteram as redes de sociabilidade.

No cenário social e cultural existe a precariedade da oferta de serviços sociais, combinada com a desigualdade e a exclusão social. Esse cenário estimula os altos índices violência urbana nas metrópoles.

Nos últimos anos as novas políticas sociais criaram uma extensa rede de proteção social aos grupos sociais excluídos, por meio de ações que vão da distribuição direta de apoio financeiro à participação em programas especiais. Registre-se ainda que, a nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, passou a ser focalizada em projetos pontualizados de trabalho com crianças, jovens, mulheres etc. Ela contribuiu para reorganizar as formas de ações coletivas em termos de suas demandas e reivindicações. A palavra de ordem destes projetos e programas é ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante. Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam.

A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática onde a mobilização deixou de ser voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já prontos, destinados ao atendimento de pequenas parcelas da população consideradas como vulneráveis. O antigo militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.

Essas novas políticas têm gerado grandes controvérsias. De um lado estão seus defensores que nos apresentam as estatísticas de melhoras nos índices sociais. De outro, os críticos, que qualificam estas políticas como compensatórias e assistencialistas, criadoras de novas formas de clientelismo, que não levam à autonomia e emancipação dos indivíduos; não geram trabalho e renda permanentes, com direitos sociais.

De todas maneiras, esse novo cenário tem possibilitado a emergência de inúmeros projetos sociais no campo da cultura de forma dupla. Cultura como forma de expressão artística, via projetos de arte/educação (principalmente em comunidades carentes, jovens e crianças de rua) e via manifestações cultu-

rais de grupos sociais historicamente excluídos como afro-descendentes, índios, etc, esta última viabilizando-se nas políticas sociais governamentais.

As políticas para os setores tradicionalmente excluídos são exemplos das novas formas de parcerias e relações do estado com a sociedade civil. A organização social assume uma forma institucionalizada porque os programas sociais são construídos e monitorados por órgãos públicos, que lhes dão o suporte financeiro.

PARTE III – FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL**1. MOVIMENTOS, ONGS, REDES SOLIDÁRIAS E FÓRUMS**

Movimentos Sociais	Populares (demandas por moradia, saúde, transportes etc) e identitários – “novos movimentos sociais” (gênero, étnicos, geracionais, ambientais) e novos movimentos religiosos, assim como movimentos sindicais e associações do mundo do trabalho, etc.
ONGs	Entidades terceiro setor. Fundações de empresas com políticas de responsabilidade social.
Fóruns	Plenárias, assembleias, redes sociais e temáticas.
Associações Cívicas	Redes solidárias, cooperativas de recicladores de papel e papelão.
Gestão Participativa	Conselhos gestores, Orçamento participativo, Câmaras setoriais etc.

2. HISTÓRICO DAS CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO NO BRASIL

1970 - 1984	Organização popular, autonomia em relação ao estado, educação popular e trabalho de base. Movimentos populares urbanos, Conselhos populares urbanos.
1984 - 1988	Luta pela constituinte, pressão popular, luta por direitos de cidadania, novas leis e novo regime político.
1988 - 2006	Ampliação atores sociais, descentramento sujeito popular, novas formas de sociabilidade, ONGs, fóruns, assembleias, terceiro setor, novos movimentos sociais, conselhos gestores e de direitos.

3. NOVA CONJUNTURA ANOS 90

Percebe-se uma resignificação da cidadania, com ênfase nas políticas públicas, e com a concepção de um estado gestor e não produtor direto.

Proliferam as parcerias e contratos de gestão e se presencia um novo cenário econômico

de desemprego e crescimento setor informal, essas condições se refletem no cenário do associativismo a partir dos anos 90.

Características

<i>Movimentos Sociais Populares Urbanos</i>	Favelas, moradores periferia, sem teto (moradores nas ruas), catadores e recicladores de resíduos-cooperativas e associações comunitárias.
<i>Movimentos Populares Rurais</i>	Movimento sem-terra (MST), pequenos agricultores, pescadores, barragens.
<i>Movim. Identitários e de Direitos</i>	Direitos humanos, étnico-raciais, gênero, culturais, movimentos pela paz-contra violência urbana, movimento educação jovens e adultos, creches.
<i>Outras questões que estão gerando associativismo urbano e lutas pela cidadania</i>	Portadores de necessidades especiais ou doenças graves, democratização da mídia, qualidade de vida, defesa dos consumidores, ações contra fome, drogas, crimes organizado, violência, projetos de reurbanização, transporte coletivo-peruas.
<i>ONGs</i>	Partem de um novo modelo de estado e da economia, com o paradigma da intervenção direta. Especificidades que caracterizam-lhes: especialização temática, qualificação quadros, pluralidade de valores, preocupação com práticas comunicacionais e mídia, avaliação de resultados e impactos.
Desafios	
<i>Movimentos sociais</i>	Representatividade, controle social público, vínculos com trabalhos de base, gestão democrática de políticas públicas, cultura política vigente.
<i>ONGs</i>	Representatividade, controle social democrático público, articulação com trabalho de base, gestão democrática políticas públicas, cultura política nova articulação democrática em redes, do focal ao universal, porta voz democrático sociedade civil organizada.

PARTE IV – PARTICIPAÇÃO ESFERA PÚBLICA: CONSELHOS GESTORES E DE DIREITOS

Histórico dos conselhos

<i>Origem</i>	Clãs visigodos. As câmaras municipais e as prefeituras do Brasil colônia: “concelhos”.
<i>Conselhos famosos na História</i>	Comuna de Paris, soviets russos, conselhos de fábrica, Gramsci, na Alemanha dos anos 20, conselhos operários Turim, etc.
<i>Experiências no Brasil</i>	Conselhos comunitários anos 70, conselhos populares nos anos 70/80 – saúde São Paulo, conselhos de representantes da lei orgânica municipal SP, conselhos gestores institucionalizados: nacionais e municipais.

Debate atual sobre conselhos

<i>Caráter e natureza</i>	Deliberativo e consultivo.
<i>Lacunas</i>	Constrangimentos orçamentários.
<i>Limites</i>	Pessoal, infra-estrutura, legal (normatizações), burocracia.
<i>Desafios</i>	Como atender de forma igualitária o que é heterogêneo?

Questões importantes

<i>Oportunidades</i>	Inovação na esfera pública, novidade na política brasileira: assento junto ao poder público, controle social democrático público, caráter educativo: povo e governo, aprendizagem de novas linguagens comunicacionais, nova cultura política, composição, representatividade, representante da sociedade civil na sociedade política: dificuldades.
<i>Desafios</i>	Paridade, publicização, burocratização, fiscalização e controle sobre os próprios atos dos conselheiros, poder e mecanismos de aplicabilidade das decisões do conselho pelo poder executivo, falta uma definição mais precisa das competências e atribuições dos conselhos, deve-se cuidar da elaboração de instrumentos jurídicos de apoio às suas deliberações, deve haver uma definição mais precisa do que seja participação qualificada (que é diferente de integração, incorporação à teia burocrática).



Sociólogo, Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciências Sociais. Coordenador do Instituto Cultiva (www.cultiva.org.br) e membro da Executiva Nacional do Fórum Brasil do Orçamento (www.forumfbo.org.br). Relator da Lei de Responsabilidade Social e coordenador das Escolas da Cidadania do Brasil. E-mail: ruda@inet.com.br.

RUDÁ RICCI

A Educação para a Cidadania Ativa

A participação na gestão pública, a partir da segunda metade dos anos 90, se disseminou pelo mundo. Foi apontada, no Habitat II, como *good governance*. Nesta trajetória de reconhecimento mundial, acabou por receber várias colorações. Ao relacionar uma ação pedagógica com a participação em gestão pública, deixamos de limitar nossa reflexão a aspectos de eficiência administrativa ou mesmo um rol de procedimentos públicos que se confundem com consulta. Ingressamos na história da educação popular, que se forjou e ganhou asas na América Latina, desde os anos 60 do século XX. Trata-se de uma perspectiva de esquerda, em que as populações marginalizadas são tratadas como formuladores políticos e cujas ações estão objetivamente dirigidas ao empoderamento social, ao alargamento e radicalização da democracia.

A educação pode ter diferentes interpretações. Nem todos podem aceder à educação formal das escolas. Podemos afirmar, apoiando-nos na experiência latino americana, que existem setores da população que não se sentem incluídos na sociedade dominante e que, assim, se percebem distantes das esferas de decisão pública e, em certo sentido, até mesmo da grande maioria das instituições públicas. É possível afirmar que se sentem ressentidos politicamente.

A educação popular latino-americana procurou, desde sempre, dialogar com este sentimento e esta lógica popular. Ela passou por três estágios, em seus objetivos políticos, que podemos sintetizar da seguinte forma:

AS TRÊS GERAÇÕES DO PARTICIPACIONISMO

A geração dos anos 60: concebía o Estado como ator privilegiado e principal interlocutor das demandas sociais. As organizações sindicais e trabalhistas raramente procuravam organizar os trabalhadores em seu local de trabalho e moradia, mas organizavam lutas de massas para fortalecer o poder de barganha das cúpulas sindicais.

A geração dos anos 80: tinha como objetivo formar para pressionar politicamente, em ações de massa, vinculando a organização de base (trabalho e moradia), com amplas lutas sociais. Os mecanismos de democracia direta foram privilegiados e o foco passou a ser a autonomia e a compreensão das causas que levam à dominação no cotidiano.

A nova geração, dos anos 90 e Século XXI: cujo objetivo foi formar para a autogestão e o controle social, tendo como foco a construção da nova institucionalidade pública.

Hoje em dia temos múltiplos exemplos de práticas sociais democráticas que avançam na América Latina¹ e não tenhamos dúvidas: a pedagogia da participação é um projeto da esquerda democrática, mas as confusões permanecem. Citarei as mais dramáticas:

Entre mobilização e organização: ainda permanecem, nas organizações não-governamentais e em governos progressistas, a confusão de acreditar que toda mobilização acaba por organizar e criar autonomia popular.

Entre autonomia e dirigismo: a ansiedade política de muitas lideranças continua disseminando a velha tradição da esquerda latino-americana, que é o dirigismo ou vanguardismo político. Do ponto de vista pedagógico é uma contradição.

Entre parceria e co-gestão: o mito das parcerias (entre Estado e Terceiro Setor) confundem vários dirigentes políticos e poucas lideranças sociais. Parceria significa, na prática da ação pública, a transferência de ações do Estado para esferas não estatais. Co-gestão é algo distinto.

Entre consulta e participação: a consulta é passiva e não determina o que o dirigente político fará com a opinião que a população expressa.

Entre reforma democrática do Estado e criação de instâncias de negociação: se dissemina fortemente entre lideranças sociais que confundem instâncias de gestão pública, que passaram a contar com representação social não-governamental, com fóruns de negociação em que movimentos sociais procuram pressionar a agenda dos governos.

A pedagogia da participação vive, portanto, impasses e desafios inusitados. Trata-se de consolidar e radicalizar uma nova institucionalidade pública que se desenha lentamente, principalmente na América Latina dos últimos cinco anos. Todo ato de educação é um ato político. A intenção de toda pedagogia da participação precisa assumir uma coerência

¹ Podemos citar algumas: como a implantação progressiva de instrumentos de participação e consulta no Brasil; a Lei da Transparência do Peru, que aumentou o acesso da população à informações estratégicas dos governos; a Lei Orgânica dos Municípios e Conselhos Comunitários da Venezuela, que ampliam a participação direta das comunidades locais na gestão do território; a articulação da sistematização de experiências de controle social na América Central, coordenada pela organização não-governamental Alforja; a construção de leis de responsabilidade social (que obrigam aos entes federativos brasileiros a definirem metas sociais concretas em seu orçamento público). Também merecem atenção a rede de Escolas da Cidadania (ver www.cultiva.org.br), de caráter público, cujo comitê gestor e professores são escolhidos entre conselheiros públicos e líderes sociais locais e as experiências de iniciativas infanto-juvenis como a disseminação de Parlamentos Juvenis, dos Orçamentos Participativos Criança e o Programa de Educação Fiscal.

política: ela existe para gerar autonomia, emancipação política, empoderamento social. Não pode utilizar instrumentos e metodologias que criem dependência, transmissão de interesses dos educadores, que dissemine a heteronomia.

O ato político de educar está a serviço da descoberta –autônoma– do mundo pelo educando. Baseia-se, portanto, na relação política da confiança e do debate, o que gera um contínuo movimento de dissenso e consenso. Também funda-se no seu caráter emancipatório, que respeita o tempo e a cultura alheia. Polemiza no momento correto, quando a relação pedagógica entre educador e educando já não corre risco de intimidar o educando. O silêncio tático (como dizia Paulo Freire) é um recurso importante: há o momento certo para discordar e polemizar, sob pena da intimidação ou distanciamento do educando. Afinal, todo educador tem um poder que o educando não tem. A pedagogia da participação deve aprofundar o uso correto deste poder.

A pedagogia da participação também está alicerçada na compreensão da educação como meio, já que o fim é a emancipação política. Na prática, significa que não é correto e coerente a criação de modelos fixos de cursos e programas educativos. Cada curso ou processo formativo dialoga com práticas sociais locais, únicas, específicas.

Finalmente, a pedagogia da participação supõe a construção, no próprio processo educacional, de espaços públicos, de construção coletiva. Este é o principal antídoto contra o vanguardismo: no ato de educar, se cria o processo de construção coletiva, autônomo, dialógico.

Os desafios atuais dialogam com a origem da educação popular. E apontam para sua superação. O objetivo central sempre foi o empoderamento e a ampliação do controle social sobre os espaços e decisões públicas e a sua superação significa transformar estes princípios em fundamentos públicos, superando as iniciativas atomizadas. Trata-se do desafio de construção de uma nova institucionalidade pública, universal, de invasão do Estado pela sociedade civil.

Esta superação remete para a construção de redes de Escolas da Cidadania, voltadas para este objetivo universalizante. Uma rede de escolas voltadas para a construção de novas lideranças sociais, cujos saberes essenciais podem ser resumidos em:

- Saber gerar informações que auxiliem nos diagnósticos sociais e políticos
- Saber elaborar projetos públicos a partir dos diagnósticos realizados
- Saber monitorar ações e projetos públicos
- Saber articular e comunicar socialmente, ampliando o conhecimento e o controle social.

Diretora de Participação da Prefeitura de Donostia San Sebastián (Espanha). Graduada em História Geral de Espanha e do País Vasco, pela Universidade de Deusto. Desenvolve desde 1.989 seu trabalho profissional na Prefeitura de Donostia San Sebastián, primeiro no Departamento de Juventude, e desde 1.996 na área de Bairros e Participação Cidadã. Desde este serviço se impulsiona o fomento da participação cidadã como um eixo transversal que atravessa todas as áreas municipais nos processos de toma de decisões da administração local: atualmente centra os seus esforços no processo para a elaboração do Plano Diretor de Participação. Participa, representando a Prefeitura de Donostia, em diferentes organismos e redes, estatais e internacionais, que têm por objeto a promoção e o aprofundamento das práticas de democracia participativa nas cidades: Observatório Internacional de Democracia Participativa-OIDP, Fundação Kaleidos.red, Rede 9 de Urb-al “Finanças locais e orçamentos participativos”, Comissão de Participação Cidadã da Federação Espanhola de Municípios e Províncias, projetos de participação como Youth Polis, Econet, Observatório Local de Democracia Participativa, entre outros.



EVA SALABERRIA ARTANO

Pedagogia da participação

Abordamos nesta apresentação a reflexão e o debate que compartilhamos na Fundação Kaleidos.red¹ em torno à dimensão educativa dos processos de participação. Em Kaleidos.red contrastamos com técnicos e técnicas de outros municípios a experiência desenvolvida em Donostia-San Sebastián em torno aos equipamentos sociais e à participação cidadã, vinculando esta ação prática a uma necessária reflexão teórica com a vontade de ordenar e dotar-nos de um método que nos permita desenhar um modelo de participação integral no marco global da ação de governo.

Em Kaleidos.red partimos do princípio de que governar com a participação das pessoas é algo

¹ Técnicos e técnicas dos municípios de Alcobendas, Bilbao, Córdoba, Getafe, Gijón, Girona, A Coruña, Logroño, Vitoria-Gasteiz, Donostia-San Sebastián, Santa Cruz de Tenerife, A Laguna e Zaragoza, com o apoio de Oscar Rebollo, Marc Majós e Joel Martí, refletimos e debatemos, entre março de 2004 e janeiro de 2006, sobre a participação cidadã e os equipamentos sociais. O fruto deste processo está recolhido na publicação “A participação cidadã não se improvisa: planejar para atuar em nossos municípios”. Imagine ediciones, junho 2006.



mais que uma estratégia de marketing, e que tem, por tanto, um profundo significado de construção de cidadania.

Apostamos por processos participativos que querem ser transformadores, por projetos que sejam principalmente processos educativos que buscam a implicação da cidadania na construção de umas cidades mais

habitáveis, mais iguálitárias, mais eficazes e em melhores condições de oferecer qualidade de vida sustentável a seus habitantes.

Neste marco, os equipamentos sociais, espaços nos que se produz de forma cotidiana o encontro entre a cidadania e a administração pública, geram, nos projetos que impulsionam, processos participativos nos quais a dimensão educativa é um elemento essencial.

A PARTICIPAÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO

A participação tem um importante componente relacional, implica vínculos entre atores que, desde distintas posições e sobre a base de sua autonomia, estabelecem relaciones de conflito e consenso entre si. Nos processos participativos, o educativo começa nos próprios atores, que devem querer aprender e estarem dispostos a mudar.

Necessitamos criar uma nova cultura relacional entre o governo e a cidadania, dos próprios cidadãos e cidadãs entre si, entre os agentes técnicos e políticos que atuam dentro da administração e do governo da cidade: cidadania, cargos técnicos da administração e políticos devemos aprender a relacionar-nos nos processos participativos assumindo cada um o seu papel e assumindo também (respeitando e reconhecendo) o papel dos outros. É esta tarefa de construção de uma nova cultura relacional que chamamos tarefa educativa, pois todos os atores devemos aprender novas formas de fazer e relacionar-nos.

A tarefa educativa é complexa, é um trabalho permanente e cotidiano, que acontece no âmbito mais próximo. Buscar novos estilos e estratégias de participação que sejam educativas requer ter em conta alguns princípios básicos.

- A tarefa educativa se completa nas relações comuns e habituais.
- Agentes educativos somos potencialmente todos mas o principal agente educativo dos processos deve ser o ator promotor.
- Os atores que promovem a estratégia participativa devem partir de uma atitude de quererem aprender e de estarem dispostos a mudar.

Os processos participativos, quando são educativos, transformam e enriquecem as pessoas, transformam os modos de relação e as estruturas sociais, conseguindo resultados concretos. Além disso, não devemos esquecer que

nenhum processo educativo pode ser vivido como um sacrifício ou castigo, deve aportar recompensas no plano diretamente relacional. Participar deve ser também diversão, sentir-se bem, e aproveitar os momentos de relação.

Por último, é necessário saber que a mudança exige revisar e adaptar as suas atitudes o universo completo dos atores em processos participativos:

- Dos políticos, sem menosprezar sua legitimidade, se exige que passem de estilos autoritários a dialogantes, de mandar a governar.
- Dos técnicos, que devem superar sua visão tecnocrática, seu papel de conhecedor inapelável, se exige a segurança no conhecimento da cidadania que é também conhecedora.
- Das entidades e associações, que devem buscar mais a significatividade que a representatividade, mais o interesse social e a eficácia de seu projeto que o número como argumento em defesa de seu papel como interlocutores frente à administração.
- E a cidadania em geral, deve adquirir consciência e responsabilidade frente ao coletivo, por cima das estreitas vistas do interesse individual.

Não nos enganemos, sabemos que será um processo largo e continuo no tempo e que gera resistências; só pode ser efetivo se é um processo educativo, no qual todos os agentes temos algo que aprender e atitudes a modificar.

Todos nos educamos coletivamente; a criação compartilhada de respostas, partindo e incorporando olhares e linguagens diferentes, nos permitirá transformar nossas cidades e alcançar um marco de convivência que se destaque pelo respeito aos direitos humanos como o principal patrimônio ideológico da democracia.



Diretor do Centro de Estudos para la Transformação Agrária Sustentável (CETAS), da Universidade de Cienfuegos, Cuba. Realizou seu Doutorado em Ciências Agrícolas na Universidade Agrária de Havana. Conta ainda com títulos de Mestrado em Ciências Agrárias e de Diplomado em Agro-ecologia e em Computação. Possui outros estudos de pós graduação que complementaram sua formação acadêmica. é graduado em Engenharia Agrônômica e participou em diferentes programas nacionais de

desenvolvimento socioeconômico. Coordena a Linha de Investigação Universitária "Transformação Agrária Sustentável, é membro do Comitê Assessor da Agência de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (CITMA) em Cienfuegos e do Conselho Técnico Assessor da Delegação Provincial do Ministério da Agricultura. Atualmente trabalha como investigador local no projeto: "Sistema de Conhecimentos e de Informação para o Desenvolvimento Agrário e Rural Municipal".

DR. ALEJANDRO R. SOCORRO CASTRO

Inclusão Social e Convivência na cidade

VALORIZAÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL COMO PREMISSA DE CONVIVÊNCIA NA CIDADE

Em escala global são documentadas e sistematizadas diversas experiências inovadoras de democracia participativa, as quais permitem comprovar que a inclusão social é uma condição necessária à convivência na cidade. Outro acontecimento que pode ser constatado nas experiências das distintas prefeituras, em diferentes latitudes é que entre as premissas principais de convivência se encontra a necessidade de uma visão ou compartilhada do desenvolvimento, sustentado em valores que transcendem a diversidade de grupos humanos, estratos sociais, etnias e imigrantes, portadores de visões, interesses e culturas diferentes. A situação da diversidade nas cidades evolui continuamente e mostra novos elementos, que justificam a mudança, no marco de um ambiente inovador, facilitador da gestão da situação de conflito. Existem múltiplos argumentos que permitem estabelecer a tese que a inclusão social deve constituir-se em um dos valores que fundamentem a gestão do governo nas cidades contemporâneas. Gestão que considere o âmbito de atuação local em suas dimensões econômica, ambiental, sociocultural e político-administrativa.

A inclusão social é condição necessária de convivência na cidade. Participação, democracia, construção de cidadania, governabilidade, desenvolvimento com igualdade, são meios indispensáveis.

O que significa convivência?; Como pensar sobre ela apesar dos conflitos, a perda de valores e a transculturação?; Seria possível distinguir os términos coexistência e convivência?; Como funciona a convivência no espaço físico, no econômico e no sociocultural?; Promove a descentralização a convivência nos assentamentos humanos? Que relação existe entre convivência e capital social?; Como medir a convivência, como saber se a ação pela inclusão melhora a convivência?

Com certeza há conformidades e inconformidades com as perguntas e também diferentes respostas. Contudo, existem vários aspectos sobre os quais pensar, o primeiro é o fato de que compartilhar valores é uma premissa principal da convivência, como conseguir compartilhar-os é o desafio.

O fomento de uma cultura de convivência nas cidades é o resultado da aplicação de políticas de inclusão, articuladas local, territorial e nacionalmente. O desenvolvimento do capital humano é uma das alternativas para a solução aos impactos da exclusão social no nível e na qualidade de vida da população.

O caso cubano de integração social e unidade para o desenvolvimento nos últimos cinco anos mostra o complemento de cinco estratégias, que se empreendem em distintos programas nacionais implementados desde a apropriação e a intervenção local:

1. *Universalização do conhecimento.*
2. *O desenvolvimento humano mais integral.*
3. *A personalização das intervenções.*
4. *A mobilização dos beneficiários atuando na qualidade de protagonistas das intervenções pelo desenvolvimento.*
5. *Um enfoque de sustentabilidade.*



Coordenador do Observatório Local de Democracia Participativa - OLDPA La Paz, Governo Municipal de La Paz (Bolívia). Conta com uma maestria em Desenvolvimento Local na Universidade Gabriel Rene Moreno e Círculo Epistemológico (Santa Cruz – Bolívia). Conta com um Diploma em Gestão Pública e outro em Avaliação de Projetos, Universidade Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolívia), atualmente realiza uma especialização em Análise e Manejo de Conflitos em Bolívia na unidade de pós-graduação CIDES - UMSA (La Paz – Bolívia). É graduado em Ciências Políticas da Universidade Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolívia). Também é assessor em temas de governança local do Governo Municipal de La Paz.

ÓSCAR SOGLIANO HELGUERA

Inclusão, identidade e participação cidadã

OBSERVATÓRIO LOCAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DE LA PAZ

Tanto a inclusão, a identidade e a participação cidadã são processos indivisíveis que fazem parte de uma rede aglutinada por um processo maior “A Democracia” e a importância desta para os Estados. Segundo um estudo realizado por ACG – Bolívia, tomando alguns estudos elaborados pelo PNUD, Selligson e outros, em Bolívia, um 66.6% dos cidadãos opina que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo e um 68.30% que a democracia cumpriu com seus objetivos como forma de governo. A partir disto partimos

da premissa do que é a participação cidadã a nível geral e como se implementam no Governo Municipal de La Paz.

NORMA DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- Promover e fortalecer os processos, as formas e espaços da Participação Cidadã no município de La Paz.
- Institucionalizar e operativizar a participação cidadã na gestão municipal, para garantir maior impacto das políticas públicas de desenvolvimento e administração do município aplicadas pelo Governo Municipal de La Paz.
- Consolidar um sistema municipal de comunicação social transparente que se converta no mecanismo motivador e articulador entre a sociedade civil e o Governo Municipal.
- Criar e/ou fortalecer mecanismos de coordenação institucional e interinstitucional que facilitem, afiancem e consolidem o exercício da participação cidadã e do controle social.

INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO GMLP

- A Assembléia do Município; Conselhos Macrodistritales de Participação Cidadã; Conselhos Cidadãos Setoriais; Designação de Subalcaldes por voto; Referendum Municipal; Audiências Públicas; Ação Cidadã.



QUE É A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E QUE IMPLICA SER CIDADÃO?

- Conjunto de processos e mecanismos que permitem ao cidadão ter uma presença ativa e uma opinião decisiva na gestão dos assuntos públicos.
- Seu objetivo é que as instituições, organizações e cidadãos contem com a informação necessária para contribuir com conhecimentos e experiências na busca e solução de problemas imediatos.

- Construção de uma cidadania crítica e participativa, essencial para resolver a diversidade de conflitos, desigualdades, exclusões e discriminação.
- Cidadão é o que se associa, organiza-se com outros cidadãos e empreende ações coletivas em torno de objetivos e tarefas de interesse comum.

AUTO-PERCEPÇÕES DOS SETORES MARGINADOS

- Redução da distância percebida com grupos sócio – culturais tradicionais
- Construção de um novo papel da cidadania: corresponsabilidade na gestão.
- Potenciamento de uma lógica construtiva.
- Capacidade de se envolver em temas legislativos municipais.

FORMA DE RELACIONAMENTO MUNICÍPIO – SETORES MARGINADOS

- Existência de possibilidades de relacionamiento direto e real com o Estado.
- Tipo de cidadãos que podem relacionar-se diretamente com o Estado.
- Tipo de áreas nas que pode incidir diretamente o cidadão.
- Redução do monopólio representativo de dirigentes da sociedade civil.

ABERTURA DO MUNICÍPIO

- Reconfigura a percepção e o exercício do poder entre as autoridades eleitas.
- Introduce, desde a sociedade, normas que melhoram seu comportamento comunicacional.
- Reduz a tónica de funcionamento tipo “caixa negra”.
- Reduz o comportamento paternalista com respeito aos cidadãos.

A SITUAÇÃO ATUAL DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO GOVERNO MUNICIPAL DE LA PAZ

- A maior parte dos espaços de participação cidadã são essencialmente setoriais e com características mais bem consultivas e informativas. Este modelo de gestão executiva foi paulatinamente transformando-se para modelos mais participativos e transformadores.
- A origem dos espaços e mecanismos de participação cidadã foram impulsados pelo Estado, seja mediante a Lei de Participação Popular ou a vontade e decisão do mesmo Governo Municipal.

Os mecanismos de participação cidadã entendida como os níveis de legitimidade, encontram-se em etapas de consolidação devido a:

- Têm pouco tempo de funcionamento.
- Ainda não são conhecidos pela população na magnitude que se pretende atingir.
- Os resultados de cada conselho variam de acordo ao impulso que se lhe deu, a nível das direções.
- Tanto o POA participativo como o PDM, não foram reconhecidos plenamente por amplos setores da cidadania (devido a que sua implementação data de faz pouco mais de uma gestão).



Vice-Presidente da Câmara, Vereador de Finanças, Novas tecnologias, Relações internacionais da cidade de Nanterre, França. Coordenação do FALP.

GÉRARD PERREAU-BEZOUILLE

Fórum de Autoridades Locais de Periferia

Desejamos agradecer ao OI DP à incorporação da democracia participativa na “governabilidade” das metrópoles nesta 6ª Conferência, em colaboração com a rede “FALP para metrópoles solidárias”, actividade co-organizada e apresentada pela cidade de Nanterre.

Nanterre trabalha no OI DP desde a sua primeira conferência de Barcelona em 2001. Com vontade de alimentar as suas próprias experiências da riqueza das práticas de outras autoridades locais do mundo. Tivemos a ocasião de apresentar as nossas iniciativas, confrontá-las, e voltar a interrogar com a vossa contribuição.

Na experimentação destas novas práticas democráticas, o intercâmbio de experiências é essencial para avançar individual e coletivamente. Implicamo-nos nesta dinâmica porque juntos fazemos “sentido” no mundo sobre este tema crucial para a democracia que é a participação da cidadania na vida e na eleição de “viver juntos”, do local ao global, no presente e no futuro, do bairro até ao planeta.

As nossas redes de coletividades locais, espaços mundiais de intercâmbios de experiências, podem e devem alimentar-se de debates e de temas propostos por outras redes. As mesmas problemáticas podem ser encontradas por portas de entrada diferentes mas conectando-se podem reforçar-se mutuamente.

E é neste sentido que o OI DP e a rede “FALP para metrópoles solidárias” trabalham juntas. O FALP nasceu sob o impulso de coletividades locais da periferia que trabalhavam juntas desde 2003 (motivada pelo 1º encontro internacional de Nanterre, em Outubro de 2002) fazendo parte da rede “Cidades de periferia e de democracia participativa” para fazer ouvir as suas especificidades e problemáticas nos debates sobre o sentido do mundo actual, sobre o lugar e o papel das autoridades locais neste para fazer crescer os valores de solidariedade, democracia e justiça. Se o mundo se

converte maioritariamente em urbano, passa a sê-lo em grande parte nas periferias das grandes cidades. Pareceu-nos essencial criar um espaço de diálogo das autoridades locais de periferia. A sua actividade expressou-se em diferentes momentos e permitiu a criação do Grupo de trabalho “Cidades de periferia” dentro do CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos).

Em Abril de 2005 decidimos co-organizar em colaboração com associações, o 1º Fórum Mundial de Autoridades Locais de Periferia (FALP) sobre o tema “Outro olhar sobre o mundo das metrópoles”. Em Março de 2006 cerca de 800 pessoas de 21 países reencontraram-se em Nanterre. Horas de debate, 4 conferências, 9 workshops, mais de 200 intervenções que se podem encontrar em www.falp.nanterre.fr.

O FALP confirmou a contribuição indispensável das periferias, vinculadas com os centros, para pensar e actuar para umas metrópoles solidárias. Propôs também uma série de urgências para o direito à cidade, à metrópole para todos. As questões da democracia e as práticas participativas são transversais no conjunto dos trabalhos do FALP. Mas trabalhamos também para que sejam abordadas de maneira concreta a partir de dois eixos:

1. “Democracia participativa, cidadania de residência... renovar a política pelas margens”.

Face às problemáticas de exclusões sociais e democráticas e da diversidade de práticas e de experiências - institucionais ou não - quisemos propor as seguintes questões: A democracia não tem necessidade de se renovar? Como outras formas de compromisso cidadão podem afirmar-se? Como inventar outros espaços de expressão e desenvolver experiências de participação inovadoras, para decidir melhor e conviver? Estas questões podem renovar as práticas políticas? Fazia alguns meses depois dos “motins” que sacudiram numerosas cidades francesas da periferia. O debate foi rico, remarcando por exemplo que os termos da “democracia representativa já não bastam para expressar a diversidade das necessidades, as aspirações, formas de expressão ou inclusive os conflitos que se expressam, e em consequência surge a necessidade de experimentar novos espaços de palavras”; mas rico também pelas práticas de participação que se apresentaram, de cidades como Gavà na periferia de Barcelona, de Echirolles na de Grenoble, ou de Bobigny na metrópole parisiense.

2. “Experiências de instituições metropolitanas vividas pelas periferias”.

Onde a partir da visão proporcionada por autoridades locais de periferia evocamos as experiências de Gran Lyon (Vaux en Velin), Milão (Sesto San Giovanni), Montevideu (Canelones), Barcelona (Molins de Rei) e Paris (Paris). Se a necessidade de coordenação metropolitana numa entidade metropolitana foi detalhadamente exposta, esta deve fazer-se no respeito às identidades, aspirações, necessidades de cada um, portadora de solidariedade, de contribuições para a convivência. A democracia deve estar no centro da construção dando protagonismo à democracia participativa. É necessário pois abrir o debate

sobre o vínculo “governança das metrópoles e democracia participativa”. Pelas suas experiências, as cidades de periferia podem proporcionar muito a este debate. Podemos por exemplo ilustrá-lo com a questão do direito ao transporte, à mobilidade. Se uma parte da metrópole é “proibida” como pensar que pode ser fonte de “bem-estar”, espaço de compromisso, espaço de compartilhar.

O FALP foi rico, e decidi prosseguir o seu trabalho em rede. Para concluir, queremos expor um tema que nos importa especialmente, que foi objeto de debate no FALP e talvez o seja em novas iniciativas: a questão da participação dos e das jovens nos processos de participação democrática. Nós sentimos que é um desafio pelo presente e o futuro das nossas cidades, e queremos abordar, com o OIDP, as nossas experiências respectivas neste âmbito numa próxima conferência, juntamente com as outras desigualdades ou discriminações que são causa de exclusão em geral e particularmente de exclusão na participação. Pensamos que a celebração da próxima conferência numa cidade da periferia parisiense é uma oportunidade simbólica importante. Esta permitirá encontrar novas experiências.



Fundador e vice-presidente de Mesaverde. Sua experiência se centra em distintos âmbitos: a promoção de novas formas de desenvolvimento local auto-sustentável, formação, cidadania ativa e fortalecimento do autogoverno local com a implementação de processos de democracia participativa, principalmente. Trabalhou com distintas prefeituras como assessor em projetos de planejamento participativo e orçamentos participativos, e é o responsável de Comunicação da Rede Novo Município e tem ampla experiência no âmbito de empresas sociais.

MICHELANGELO SECCHI

O papel das entidades supramunicipais na promoção da participação política: A Rede do Novo Município em Itália

A extensão e a adoção por parte dos entes políticos locais da participação cidadã em Itália é um fenômeno recente, que recebeu um impulso decisivo por parte dos estímulos desenvolvidos com o trabalho levado a cabo pelas redes nacionais e internacionais no marco do movimento altermundista.

Significativamente, em 2002, em ocasião do Foro Social Mundial de Porto Alegre, geraram-se as bases para a abertura de uma nova fase de inovação institucional, a partir da elaboração da Carta do Novo Município, um documento elaborado com a contribuição de pessoas da administração, pesquisadores, professores universitários, associações e ONGs.

A **Carta do Novo Município**¹ começou um processo de reconhecimento –por parte de muitas instituições locais, associações e pesquisadores em Itáli – da possibilidade de uma via alternativa da democracia que permita pôr em jogo e valorizar tudo aquilo que está em risco do patrimônio social, cultural e territorial das comunidades locais, na globalização dirigida e especulativa.

Para favorecer este processo, que foi desde compartilhar os objetivos até sua materialização em políticas territoriais e sociais, no dia 8 de novembro de 2003 se constituiu a rede do Novo Município com o objetivo de canalizar, de uma maneira associativa estável, as petições de renovação e aumento das dinâmicas da tomada de decisão provenientes de vários setores da sociedade civil, dos âmbitos institucionais mais sensíveis ao tema do atendimento dos representados, de estudiosos e pesquisadores ativos em impulsar o empoderamento das comunidades locais no governo do território.

Nestes anos, a rede contribuiu com uma série de transformações profundas da organização e os assuntos do governo local.

A carta remonta os princípios orientativos da Ação de Arnim, que conectam a dimensão participativa local com uma perspectiva do federalismo solidário entre sociedades autogovernadas.

¹ <http://www.nuovomunicipio.org/documenti/carta.html>



O “novo município” se realiza através da ativação de novos institutos de decisão junto aos institutos de democracia delegada, ampliados a um maior número de atores representativos de um contexto social e econômico, com o objetivo da promoção “estatutária” de desenhos de futuro localmente compartilhados.” Entre as variadas concepções possíveis de participação convém destacar particularmente aqueles processos e formas de relação entre a sociedade e a instituição que dêem uma voz eficaz aos agentes sociais excluídos do governo da política pública, e que se proponham a ajudar no centro dos processos de refundação da democracia.

Participação que trata questões “substantivas” e estratégicas: participação portanto como fundamental maneira de expressão da crítica e redefinição de palcos de desenvolvimento e de resposta à crise da representatividade, conflito na comparação de formas do governo “heterodirigidas” do político e da economia.

Os princípios contidos na Carta se fundamentam numa visão do desenvolvimento territorial que se identifica em primeiro lugar “com o aumento das redes cívicas e “do bom governo” da sociedade local, mas não pode converter-se em localismo fechado, defensiva, deve construir redes alternativas às longas redes globais, fundada na valorização das diferenças e das especificidades locais, da cooperação não hierárquica e não instrumental.

Neste sentido pode prosperar um palco definido também como globalização “desde abaixo”, solidária, não hierárquica, cuja natureza é no entanto aquela de uma rede estratégica (também internacional, mundial) entre as sociedades locais.

A ESTRUTURA DA REDE

No caso da ARNM o esforço de organização aponta às origens, à criação de uma rede mista, por seus objetivos, interesses e tipologia de participantes, a partir do esquema do tripartito, que tem como protagonistas paritários a administração pública, o mundo da investigação acadêmica, e as organizações da sociedade civil.

Este esquema é útil para os organismos nacionais (Assembléia de sócios, Comitê executivo, Grupos temáticos), e também para as articulações locais, os nodos que representam o esqueleto da associação, particularmente estabelecida nas regiões do centro-norte de Itália.

Outra particularidade da Rede do Novo Município é sua autonomia de fontes específicas de financiamento (como por exemplo no caso dos projetos europeus), que em muitos casos condicionam as formas e sobretudo os tempos de vida de muitas redes.

ATIVIDADE

Além da atividade institucional relativa ao próprio funcionamento, ARNM realiza atividade de intercâmbio e contraste das experiências dos próprios sócios e organiza seminários e cursos de formação para técnicos e pessoal da administração.

Anualmente organiza alguns encontros a nível nacional onde se reúnem todos os sócios, como a Assembléia de sócios e o “Encontro Nacional de atores que experimentam em política de participação”.



Outras atividades que se estimula, além do horizonte dos sócios, como a promoção de campanhas para a salvaguarda dos bens comuns ou a luta aos grandes trabalhos como o TAV. A partir de 2004 ARNM apoia também a ação de alguns entes supramunicipais, como a região Toscana e Lazio ou a província de Milão, na proposta e o desenvolvimento de políticas de promoção da participação em amplas áreas.



Especializado em Desenvolvimento, com experiência em agências internacionais para o desenvolvimento, governos locais, e ONG's. Suas áreas de atuação se centram na participação, governo local e administração. Desde setembro de 2003 trabalha no Banco Mundial, exercendo várias funções nas áreas de: operações, desenvolvimento de capacidades, diálogo de políticas com governos, doadores e equipe do BM. Suas últimas atividades Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Mundial (ahertzog@worldbank.org) reúnem trabalhos na América Latina, África e Europa do Leste em temas como os Orçamentos Participativos, plataformas de governança local, e observatórios sociais.

ANDRÉ HERZOG

Responsabilidade social nas operações do Banco Mundial

Existe cada vez uma maior evidência de certas inovações governamentais dirigidas a aumentar a responsabilidade estatal ante os cidadãos, particularmente a nível local. As reformas em descentralização e democratização aplicadas em muitos lugares do mundo fortaleceram a tomada de decisões e o fornecimento de serviços num âmbito local, mas também outorgaram poderes aos cidadãos e à sociedade civil para fazer ouvir a sua voz em relação às suas necessidades e vigiar as instituições públicas. Neste contexto surgiram um largo espectro de ações de responsabilidade social (RS) e mecanismos para além do voto, que os cidadãos e a sociedade civil podem utilizar para exigir responsabilidades às administrações locais e aos fornecedores de serviços públicos. A RS consiste, fundamentalmente, em afirmar e fazer operativa a voz e a vigilância da responsabilidade das relações entre cidadãos, poder e fornecedores de serviços.

De fato, um número cada vez maior de experiências em responsabilidade social a nível local tanto em países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento mostra a relevância da participação direta na descentralização e a democratização. Estas experiências vão desde a participação pública em políticas de governo local, planificação e estabelecimento de orçamentos até ao impulso da função da sociedade civil no controle do gasto público, assim como a inspeção e a avaliação da qualidade da infra-estrutura e do fornecimento do serviço. Esta tendência contribuiu ao reconhecimento de que a participação pública pode dar lugar a um governo local mais responsável, inclusivo e efetivo, dado que reforça um dos pilares básicos para a descentralização: o alinhamento das funções administrativas com as preferências locais. Mais ainda, complementa os mecanismos tradicionais do setor público para 'comprovar-e-ajustar', que com

frequência não consegue tratar os falhos de um governo, como a assimetria na informação, os problemas princípio-agente e a atracção de minoria seleta. O discurso e a prática da responsabilidade social também chegam ao Banco Mundial. Comumente conhecido pela sua função como agência de desenvolvimento internacional, o Banco foi aumentando a sua atenção ao aspecto das exigências ante o governo. O relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 2004 – *Trabalhando para os pobres*¹, é um documento corporativo chave, que eleva ao mesmo nível a voz dos cidadãos e o poder dos clientes para reformar os programas de governo, predominantemente gerida mediante abordagens tradicionais do setor público. A Estratégia de Desenvolvimento Social do BM², mais ainda, considerou a responsabilidade social como um dos pilares do desenvolvimento, sublinhando a importância das *instituições responsáveis e inclusivas* para promover o igual acesso às oportunidades, e respondendo aos interesses do público de forma efetiva, eficiente e justa. Estes princípios que se reforçam mutuamente são essenciais para transformar as instituições e para dotar de maior poder os pobres e os setores marginalizados. Ultimamente, o Documento de Governo e Anticorrupção do Banco veio reforçar ainda mais esta mudança paradigmática, reconhecendo que as reformas públicas nos aspectos de fornecimento podem ser complementadas com aspectos de petição ao governo. Reconhece explicitamente a função crucial da sociedade civil, os meios e as comunidades na reforma dos programas de governo, centrando a atenção em que os mecanismos de participação a nível local são pontos de entrada anticorrupção e de governo mais efetivos.

O QUADRO DAS RELAÇÕES RESPONSÁVEIS

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2004



¹ <http://econ.worldbank.org/wdr/wdr2004>

² Banco Mundial (2005), autorizar as pessoas transformando as instituições: desenvolvimento social nas operações do Banco Mundial.

APLICAÇÕES DE RS EM POLÍTICA E CICLO DE GESTÃO DO GASTO PÚBLICO

Fonte: Página web de participação e compromisso civil do BM³



Estes conceitos e abordagens de participação e responsabilidade social reforçaram-se consideravelmente mediante diferentes operações de empréstimo e não empréstimo no Banco Mundial, que incluem:

- **Programas de estratégias para a redução da pobreza (PERP):** O PERP descreve as políticas macroeconómicas, estruturais e sociais de um país e os programas para promover o crescimento e reduzir a pobreza, assim como as necessidades económicas externas associadas. Os PERP normalmente são preparados pelos governos mediante um processo de participação no qual se implicam organizações da sociedade civil e sócios de desenvolvimento;
 - **Empréstimos às políticas de desenvolvimento (PPL):** a participação de sócios em PPL pode incluir o governo central e o parlamento, mas também agências de implementação, governos regionais e locais, representantes do sector empresarial, cidadãos e organizações da sociedade civil;
- **Descentralização e outras operações específicas do sector:** o BM foi aplicando cada vez mais conceitos de planificação da participação, do orçamento, de rastreio do gasto e de inspecção do rendimento para reforçar a capacidade da sociedade civil para priorizar os investimentos do sector, e inspecionar e avaliar os serviços;
 - **Desenvolvimento dirigido pela comunidade (DDC):** é uma abordagem que proporciona controle sobre as decisões de planificação e os recursos de investimento a grupos da comunidade e a governos locais. Os programas de DDC operam sobre os princípios do poder local, o governo de participação, a responsabilidade ante a exigência, a autonomia administrativa, uma maior responsabilidade dirigida para baixo, e uma melhora da capacidade local;
- **Actividades de não empréstimo:** o Banco também proporciona assistência técnica, desenvolvimento de conhecimento, investigação e capacidade de construção. Por exemplo: (i) desenvolvendo e ensaiando ferramentas de análise para valorar a facilitação do ambiente necessário para a responsabilidade social, com o fim de contribuir à maior compreensão das obrigações e das oportuna-

des que supõe o compromisso cívico efectivo a nível estatal; (ii) proporcionando apoio às instituições regionais, nacionais e locais e à sua capacidade de desenvolvimento, p. Ex.: Desenvolvimento de Conhecimento do Orçamento Participativo e 'Facilidades' à Ação de Apoio Regional para a América Latina e África; (iii) desenvolvendo ferramentas de apoio ao conhecimento operativo, p. ex.: o Livro da Responsabilidade Social.

Desafios e Oportunidades

Apesar da crescente importância da participação e a responsabilidade social no Banco Mundial, existem ainda diferentes desafios a ter em conta. Muitos projectos continuam a aplicar a responsabilidade social a nível piloto. Portanto, é necessário dirigir esforços para o aumento e a manutenção da responsabilidade social nas operações. Para que isso se produza, é essencial a construção de evidências mais sólidas do impacto da responsabilidade social e os seus vínculos com a economia política. Neste sentido, o Banco começou a iniciar alguns estudos específicos por país sobre a facilitação de ambientes para a RS, e valorações do impacto de abordagens de RS específicos, como um recente estudo para medir o impacto da Elaboração de Orçamento Participativo no Brasil⁴.

Tendo em conta estes aspectos, o CDD e a equipe de Governo Local (CDDLG) do Departamento de Desenvolvimento Social centraram as suas atividades no fomento do desenvolvimento do conhecimento e a operacionalização de CDD, governo local e responsabilidade social. Entre outras áreas, a equipa CDDLG leva a cabo análises e ações, assim como a construção de capacidade e a divulgação de atividades para contribuir à melhora do rendimento das operações do Banco Mundial. Para uma organização bem conhecida pela sua função no fornecimento de reformas de governo, estas iniciativas representam um esforço sem igual para complementar as reformas políticas tradicionais e as abordagens económicas e levar os processos de participação e responsabilidade social até a sua própria base.



Arquiteto graduado no Equador em 1980. Atualmente é Diretor Executivo do Centro Internacional de Gestão Urbana, CIGU, de Quito Equador, uma organização que atua no contexto da América Latina para promover iniciativas inovadoras de gestão urbana democrática, participativa e inclusiva. Na atualidade o CIGU executa um projeto denominado “REFORZAR, Refuerzo a los Presupuestos Participativos en América Latina” e é sócio externo de sete projetos comuns da Rede URB-AL No. 9.

Jaime Vásconez foi o asesor regional do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe, PGU-ALC, promovido por UN-HABITAT e desempenhou suas funções como Coordenador Territorial, responsável pelo sistema de gestão participativa, do Município do Distrito Metropolitano de Quito, Equador. Foi consultor de vários organismos internacionais e nacionais, professor em várias Universidades no Equador.

JAIME VÁSCONEZ

“O papel das instituições internacionais nos procesos de profundização democrática”

O CIGU é uma entidade civil que trabalha na América Latina, abordando os problemas urbanos desde uma perspectiva regional. Convoca a profissionais, acadêmicos, autoridades, técnicos municipais e dirigentes comunitários em um espaço comum que trabalha, desde visões diversas, os problemas da pobreza e da desigualdade, do deterioramento ambiental e da governabilidade, a partir de um compromisso ético com os setores pobres e excluídos baseado nos princípios da solidariedade, democracia e igualdade.

O CIGU executa o projeto *REFORZAR, Refuerzo a los Presupuestos Participativos en América Latina*, com apoio do Departamento de Desenvolvimento Social Sustentável do Banco Mundial. Este projeto busca promover redes nacionais de Orçamentos Participativos, desenvolver conhecimentos, disseminar informação, fortalecer as capacidades locais e brindar assistência para o uso dessa ferramenta de gestão nas cidades da região. Por outra parte, o CIGU está vinculado a vários projetos da Rede URB-AL No. 9, (Orçamentos Participativos e Financiamento Local), que articulam as cidades da América Latina

e Europa e que desenvolvem estudos específicos sobre a relação do orçamento participativo com a luta contra a exclusão social, a modernização das estruturas municipais, o planejamento físico e territorial; a economia solidária, entre outros temas. Realizou outros estudos específicos em várias cidades da América Latina e apoia a elaboração de um manual de capacitação sobre esse instrumento em África, com o suporte de UN-HABITAT.

A partir dessas atividades o CIGU tem a percepção de que as democracias locais na América Latina tendem a se fortalecer e se multiplicar em termos quantitativos e radicalizando-se qualitativamente de maneira cada vez mais acelerada. Por exemplo, os orçamentos participativos, que começaram no Brasil no começo dos anos 90; e se expandiram nesse país durante os anos seguintes, a partir de 2000 se disseminaram por toda América Latina e em outras regiões até alcançar sua atual dimensão internacional. Paralelamente, se diversificaram e se aperfeiçoaram a nível conceptual, metodológico e operativo, contribuindo a que sua adoção já não se produza apenas por iniciativa individual de uma cidade, mas responda à influência de agentes externos como são os governos centrais (Perú, Honduras); organismos internacionais (UN-Hábitat, Banco Mundial); associações municipais (Equador), ou diversas redes (Perú, Chile, Venezuela, República Dominicana, Brasil e outros países), que propõem a massificação do orçamento participativo como mecanismo para melhorar a governabilidade local e estimular a transparência e a rendição social de contas.

Estas mudanças, cujas causas específicas devem ser analisadas em outros espaços, supõem novos problemas e desafios às instituições internacionais vinculadas ao desenvolvimento. Ainda que as respostas a tais questões devam ser fornecidas por cada uma das entidades, o CIGU vem adotando algumas orientações que lhe permite ajustar-se a essa dinâmica situação e que são, entre outras, as seguintes:

- Descartar a visão puramente municipalista do aprofundamento democrático local, impulsionando os processos de articulação multi-actoral.
- Encarar os problemas da democracia local desde a perspectiva regional.
- Utilizar as novas ferramentas de comunicação, como a Internet, para a articulação de redes, a difusão da informação e a disseminação do conhecimento, procurando adaptar os conteúdos às novas linguagens da comunicação audiovisual.
- Assumir que os processos convencionais de assistência técnica devem ser substituídos por processos de intercâmbio de experiências e boas práticas, os quais podem ser facilitados e promovidos pelas agências de cooperação.
- Impulsar processos virtuais e interativos de aprendizagem mútuo, ou de auto aprendizagem, que substituam os convencionais processos de formação e desenvolvimento de capacidades.

Conclusões provenientes do debate sobre instrumentos de planejamento participativo

A. DEBATE SOBRE OS CONCEITOS, PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. OS CONCEITOS



2. PARTICIPAÇÃO

- Participação cidadã como princípio, direito, dever e processo sóciopolítico.
- Visão sistêmica da participação.
- Como solidariedade na distribuição de recursos.
- Como discriminação positiva.
- Como integração entre classes sociais – democracia para todos e todas.
- Participação: bandeira das esquerdas?
- Como processo de transformação do individual para o coletivo.
- Existência de mais de um conceito de participação social.
- Como instrumento para permitir a proximidade entre o cidadão e o governo.
- Como processo estritamente político e não partidário.
- Como inclusão social e apropriação dos interesses de gênero e etnias.
- Participação pressupõe informação.
- Mobilização não é participação.
- Não é fruto dos interesses do Poder Público, é um espaço de autonomia.

3. CIDADANIA

- Como convencimento para a luta cidadã.
- Como processo de organização e luta.
- Como visão sobre o amanhã.
- Como cuidado e transparência da informação.
- Como diálogo permanente durante o processo e nas práticas participativas.
- Como fortalecimento da democracia direta.

- Como um requisito ao espaço de liberdade dos indivíduos.
- Formação da Cidadania através da educação.

4. OUTROS ELEMENTOS SOBRE OS CONCEITOS

- A participa nutre de significado, muitos conceitos, como o da cidadania, da autonomia-emancipação, co-gestão, controle social, estado e políticas públicas.
- Não há conceitos acabados pois depende da cultura e do momento histórico que ele se insere.
- A participação é fácil de conceituar, mas, o mundo real é mais complexo.
- A participação exige longo prazo para confiança dos instrumentos.
- A Burocracia, as máquina administrativa são fatores de impedimento à participação.
- Politizar os direitos não significa institucionalizar os direitos.
- Princípios da democracia participativa: para que, para quem e como?
- Vinculações ideológicas na gestão pública não significa participação.

5. O CONTEXTO

- Contexto latino americano impõe diferenças aos conceitos e às práticas européias.
- O debate sobre os diferentes conceitos está inserido num contexto de Estado burguês, o que sugere limites a sua aplicação.
- Os conceitos estão confrontados por culturas individualistas ou demasiadamente acadêmicas.
- O estado está fora da sociedade e vice-versa a participação vai além dos governos democráticos.

6. SOBRE LOS INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS

- Importância da definição de metas e indicadores sobre os efeitos da participação.
- Integração dos processos de ações locais com planejamento participativo.
- Plano de Desenvolvimento Municipal (longo prazo).
- Contextualizar e valorizar as diferenças existentes tanto nos instrumentos participativos como nas culturas de organização política dos sujeitos sociais.

B. CONCLUSÕES A PARTIR DE NOSSAS EXPERIÊNCIAS E NOSSAS PRÁTICAS

El Bosque (Chile), Caracas (Venezuela), Cotacachi (Equador), Olinda, Recife, São Paulo (Brasil), Sevilha, Bilbao (Espanha), Itália.

7. FORÇAS

- Articulação eficiente entre os vários níveis territoriais.
- Sensibilidade social, subjetividade e qualidade para o trabalho nos territórios.
- Base de dados/informação para o planejamento.
- Assembléias/Conselhos como metodologia de construção de plano coletivo.
- Articulação entre territórios e entre democracia participativa e deliberativa.
- Planejamento simultâneo em diferentes municípios.

Conclusões provenientes do debate sobre pedagogia da participação

- g. Leis que institucionalizam a participação.
- h. Partilha de poder e participação direta da população.
- i. Adequação dos instrumentos segundo as diferentes culturas.
- j. Cultura como indutora da participação.
- k. Experiência distrital piloto.
- l. Não Partidarização dos espaços.
- m. Fóruns consultivos/representação dos coletivos/participação territorial.
- n. Transferência de recursos diretos para as comunidades.
- o. Relação obras públicas versus participação e cidadania.
- p. Parceria com a universidade e outros atores.
- q. Formulação de diagnóstico participativo.
- r. Processo de avaliação sistemático.
- s. Amplitude de Canais, otimização de assembleias públicas, universalidade.
- t. Diversidade da representação.

8. FRAQUEZAS

- a. Ausência de informação para a comunidade.
- b. Baixa dotação orçamentária.
- c. Desconhecimento sobre os instrumentos do orçamento público.
- d. Dificuldades na conclusão das ações prioritárias.
- e. Definir ações estruturais para a cidade a partir dos instrumentos participativos.
- f. Práticas da democracia representativa na democracia participativa.
- g. Diagnóstico participativo dos territórios, para além dos técnicos.
- h. Incompatibilidade de interesses fora e dentro dos governos.

9. AMEAÇAS/DESAFIOS FRENTE ÀS PRÁTICAS

- a. Problematicar a participação da cidadania não-organizada para além das formas e instrumentos associativos.
- b. Integrar o tempo ideal com tempo real das ações.
- c. Identificar os níveis de desafios para cada estágio da participação.
- d. Favorecer o diálogo, nos instrumentos participativos, entre as ações imediatas e as políticas nacionais.
- e. Envolver a população em todo o processo de formulação e implementação das políticas.
- f. Desenvolver um processo de reeducação para a participação.
- g. Cuidados técnicos para desenvolver diagnósticos participativos.
- h. Fortalecer auto-estima e resgatar crença nos cidadãos sobre o processo participativo apesar dos limites orçamentários e dos atrasos na execução das políticas.
- i. Mudanças de gestão e recursos.
- j. Separação entre a gestão, os partidos e a sociedade.
- k. Não cumprimento dos compromissos.
- l. Partidarização.

1. DESTINATÁRIOS, *a pedagogia abarca a todos os grupos sociais. Nos referimos a*

- a. Crianças e jovens:
 - Escola formal com projetos comunitários.
 - Estrutura familiar.
- b. Técnicos, Gerentes administrativos e dirigentes políticos.
- c. Lideranças sociais e conselheiros.
- d. Formação de Educadores Populares e Educadores Sociais.
- e. Líderes e militantes dos Movimentos Sociais.

2. OBJETIVO

- a. Promover a cultura da democracia para assegurar o Estado de Direito.
- b. Que os cidadãos reconheçam seus espaços, e ocupem espaços na formulação e controle das políticas públicas:
 - Promover acordos públicos em entidades compartilhadas.
 - Dar visibilidade acordos coletivos.

3. PROCESSO, *em um processo de formação é necessário*

- a. Independentemente da origem da iniciativa de formação para a participação, a sociedade civil deverá assumir uma postura ativa no processo.
- b. Utilizar recursos públicos nos processos de formação.
- c. O processo dever ser organizado de forma transparente e participativo, coerente com seus objetivos.

4. MÉTODOS

- a. Responder às necessidades específicas de cada coletividade, adequando à linguagem, cultura, historia, sistema político do país e níveis de conhecimento dos participantes.
- b. O método deve ser construído baseado na tolerância e respeito à diferença com base no diálogo, integração, discussão e negociação dos atores em cada situação particular. Não utilização de manuais.
- c. A ação de participação é o locus do aprendizado da prática pedagógica.
- d. Processo sistemático, contínuo e assíduo.
- e. Importância do monitoramento e avaliação continuadas. Aproveitar as experiências bem ou mal sucedidas para o aprimoramento constante do método.
- f. Utilização de tecnologias modernas de grande alcance.

5. CONTEÚDOS, *temas a serem trabalhados*

- a. Conhecimentos para a transformação da realidade.
- b. Informação.
- c. Comunicação.
- d. Concertação, Negociação.
- e. Liderança.
- f. Democracia.
- g. Relação governos e sociedade.
- h. Inclusão social.
- i. Elaboração de Projetos e temática legislativa.
- j. Planejamento Estratégico.
- k. Gestão de Projetos e Programas Públicos.
- l. Controle Social.
- m. Monitoramento e Avaliação.
- n. Relação governos e sociedade.

6. INSTRUMENTOS, *podem ajudar os processos pedagógicos a conseguir os objetivos fixados, tendo em conta também as demais características abordadas na sessão*

- a. Equipes inter-institucionais.
- b. Universidade Livre.
- c. Escolas de Cidadania.
- d. Extensão Universitária.
- e. Utilizar a Internet para intercambio de propostas.



Conclusões provenientes do debate sobre inclusão social e convivência na cidade

A. DEBATE SOBRE OS CONCEITOS

1. INCLUSÃO SOCIAL

- 1.1 A abordagem do processo de inclusão requer que se apreenda anteriormente as diferentes escalas da exclusão:
 - Diferentes níveis de exclusão geram processos de inclusão diferenciados, ou não os geram.

Alguns segmentos sociais encontram-se aquém de qualquer processo de participação.

Exemplos:

- a. OP de Recife e de Olinda – Participam os segmentos mais pobres da população, (os de seguimento médio e rico não participam por opção), mas aquelas pessoas que se encontram em uma situação de exclusão grave, continuam sem acesso aos espaços de participação.
- b. OP Sevilha – Participam intensamente classe trabalhadora e parte da classe média (ricos não participam por opção), mas ficam excluídos os imigrantes, que são numericamente muito representativos.

- 1.2 O processo de INCLUSÃO propicia a formação de sujeitos coletivos, tendo como eixo central a identidade:

- Que gera o sentimento de pertencimento.
- Que propicia a ampliação de redes de relações e de solidariedade.
- Que favorecem o empoderamento.
- Que amplia as possibilidades de participação cidadã.

2. CONVIVÊNCIA NAS CIDADES

- 2.1 Estimular políticas de convivência:

- Com diferentes segmentos da população.
- Com diferentes interesses.

- 2.2 Ampliar o conhecimento sobre o lugar: seus aspectos históricos, culturais, ambientais e etc., de modo a:

- Criar identidades.
- Favorecer sentimentos de pertencimento.
- Ampliar as redes de relações sociais.

2.3 Valorizar capital humano, ampliando as condições de acessibilidade:

- Acesso aos espaços da cidade, da moradia, de equipamentos urbanos (ônibus) para deficientes (Capacitação de técnicos).
- Acesso à moradia digna e segura para os excluídos do mercado habitacional.

Inclusão social e Convivência nas cidades:



B. EXPERIÊNCIAS À LUZ DOS CONCEITOS CHAVES

3. EXPERIÊNCIAS

3.1 Orçamento participativo:

Forças:

- É um processo acumulativo que se inicia com a Prefeitura e vai acumulando forças.
- Participação da população na tomada de decisões, com oportunidade de escolhas, através da deliberação de recursos.

Oportunidades:

- Constitui-se espaço:
 - Para formação de grupos e organização social.
 - Onde a população pode falar.
 - Onde são identificados os problemas e reivindicados direitos.

Fraquezas:

- É significativo, mas não é majoritário (representação dos segmentos sociais e do orçamento municipal).

- Os desentendimentos internos e a dificuldade de relacionamento com outros espaços de gestão da cidade.
- Reduz a discussão da cidade a uma discussão sobre obras.
- A não realização de propostas votadas geram descréditos do processo de participação.

Ameaças:

- Geram privilégios que propiciam processos de cooptação.
- Por ser uma política da gestão municipal, é ameaçado de não continuidade, o que ameaça a sua sustentabilidade.

3.2 Durante a segunda parte do trabalho do grupo, se extraem diversas conclusões e elementos a destacar, a partir das experiências e das práticas cotidianas das pessoas participantes, em processos como “Projetos culturais no Ibura”, “Parceria nos morros”, o “Espaço cultural Nascedouro”, entre outras.

Principais elementos destacados das práticas e da experiência acumulada no grupo de trabalho:

- Proposta de INCLUSÃO SOCIAL voltada para educação de crianças e adolescentes (afastando da violência e das drogas).
- Proposta de ação estruturadora e de longo prazo, na linha da cultura: Alternativa dentro do OP aos projetos pontuais e de visão de curto prazo.
- Propiciar a organização, ampliação das redes de convivência (capital social) na cidade.
- Comissões que demandam e definem prioridades.
- Promoção da formação de profissionais, com a capacitação da comunidade para participar na implementação dos projetos (obras).
- Organização (da cidadania) como expressão de força/poder.
- Criação de espaços de inclusão social e de convivência na cidade através da arte e da cultura, com a participação da população local.



1ª Distinção OIDP “Boa Prática em Participação Cidadã”



A Distinção “Boa Prática em Participação Cidadã” é uma iniciativa do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP). Através da concessão desta Distinção se pretende incentivar a prática de experiências inovadoras no âmbito local e difundir aquelas práticas que favorecem a participação e implicação da cidadania nos processos de elaboração e implementação das políticas

públicas. O objetivo desta Distinção é reconhecer aquelas experiências inovadoras no campo da democracia participativa, impulsionadas por governos locais, que possam ser susceptíveis de réplica em outros contextos.

O jurado internacional da 1ª Distinção se responsabilizou por definir a experiência merecedora da Distinção, baseando-se em uma série de elementos a serem considerados: a obtenção de mais igualdade, o grau de inovação e a corresponsabilidade dos diversos atores que buscam o fortalecimento da cidadania, e a eficácia e a transparência da gestão pública. O jurado fez sua eleição a partir da informação apresentada por cada cidade candidata.

As organizações membros do Jurado consensuaram, no dia 2 de outubro de 2006, outorgar a “1ª Distinção OIDP Boa prática em participação cidadã” à experiência:

“Processos e mecanismos de inclusão das mulheres indígenas na gestão local: O caso de Cotacachi, Equador”.

Com o intuito de incorporar as distintas sugestões do jurado, se consensuou a entrega de seis menções especiais do jurado às seguintes experiências:

- Assambléia Municipal Constituinte de Tarso (A.M.C.T), Tarso (Colombia).
- Campaign Creator, Bristol (Reino Unido).
- Plano Integral de Collblanc – La Torrassa, L’Hospitalet de Llobregat (Espanha).
- Norma de Participação Cidadã. La Paz (Bolívia).
- Orçamento Participativo de Fortaleza (Brasil).
- Orçamento Participativo de Sevilla (Espanha).

Nós, da Secretaria Técnica, estamos muito satisfeitos com o desenvolvimento do processo, do qual destacamos a qualidade das experiências e o trabalho dos membros do jurado.

Processos e mecanismos de inclusão das mulheres indígenas na gestão local: o caso de Cotacachi, Equador

COTACACHI - EQUADOR EXPERIÊNCIA DESDE 2003

Cotacachi é um cantão da província de Imbabura que conta com uma população de 37.254 habitantes, dos quais 80% residem na área rural, e caracteriza-se pela sua multiplicidade étnica e cultural.

Em 1996, o Governo institucionaliza a Assembléia da Unidade Cantonal, que articula todas as organizações sociais de Cotacachi; e esta formula o Plano de Desenvolvimento Cantonal. *“A Assembléia de Unidade Cantonal é um espaço de expressão cidadã para fraternizar, concertar, planificar participativamente o futuro do cantão, cujas decisões baseiam-se nos princípios de solidariedade e tolerância na diversidade pluricultural e multiétnica sem distinção de género e geração” (Ata Constitutiva).*



No ano 2000 o processo incorpora o Orçamento Participativo como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento, superando as abordagens que o entendem como uma distribuição de recursos ou um instrumento puramente consultivo. O OP põe ênfase nos valores de solidariedade, transparência, reciprocidade, a capacidade de autogestão, o compromisso social e moral. Em termos metodológicos tem como base temática as prioridades do Plano de Desenvolvimento Cantonal, e a base territorial em três níveis: cantonal, zonal e comunal ou de bairro.

Sustenta-se na participação de todos os segmentos sociais sem distinções de nenhum tipo; admitindo as formas tradicionais de organização e promovendo novas formas para os grupos excluídos (por ex. mediante as coordenadoras de mulheres, jovens, ou da infância). Este processo de gestão participativa conseguiu uma evolução constante para garantir a sua própria sustentabilidade e ampliar a sua incidência na realidade local. No ano 2003 implementa-se uma metodologia específica para incentivar uma maior participação das mulheres, que supôs dar atenção aos seus pedidos específicos, fortalecer a sua organização interna e promover as suas capacidades, defendendo o seu direito a intervir face aos restantes actores sociais.

RECIFE, 28 NOV - 2 DEZ 2006

Durante 4 dias Recife foi o centro do encontro do Observatório Internacional de Democracia Participativa. Recife acolheu as cidades de toda América Latina e Europa, comprometidas historicamente com o impulso político da democracia participativa e com o desenvolvimento de metodologias e processos de participação inovadores e efetivos que permitem melhorar, não somente as nossas cidades, a qualidade de vida de nossos cidadãos e cidadãs, mas também o compromisso com a gestão pública e o compromisso com a melhoria efetiva da democracia.



Nossos trabalhos foram divididos em três espaços diferentes:

O primeiro foi a sessão interna do projeto de *Observatórios Locais da Democracia Participativa*, que celebrou em Recife sua última reunião de coordenação internacional. O fruto dos seus trabalhos, elaborados rigorosamente entre as 10 cidades sócias (Barcelona, El Bosque, Porto Alegre, São Paulo, Cuenca, Buenos Aires, La Paz, Saint Denis, San Sebastián e a Diputació de Barcelona) traem uma contribuição muito valiosa ao OIDP e a todas cidades do mundo que queiram impulsar a democracia participativa como um dos pilares estratégicos de suas políticas locais. Uma vez acabado definitivamente o projeto, teremos a nossa disposição a *Guia Prática para a Constituição de um Observatório Local*; a criação de uma *Ficha de Boas Práticas* e uma grande quantidade e variedade de indicadores que constituem o que denominamos “*Caixa de ferramentas*”. A mensagem é clara: não é suficiente estimular a participação cidadã, é necessário também a sua observação, sua avaliação crítica, com o objetivo de inovar e melhorar através da análise objetiva e rigorosa das políticas que desenvolvemos. Renovar-se ou morrer também se aplica à política e, por tanto, também à participação cidadã.

O segundo eixo de trabalho desses dias foi a celebração da sessão interna das cidades sócias do OIDP aonde, além da aprovação do informe de gestão e a validação dos trabalhos apresentados pelos Observatórios Locais, decidimos continuar com o formato iniciado o ano passado, quando decidimos elaborar instrumentos e ferramentas desde o OIDP e que sejam úteis para todas as cidades sócias e seus colaboradores. Neste sentido durante o próximo ano trabalharemos em 5 grupos:

- “A gestão da informação” que coordenará o município de *La Paz* (Bolívia).
- “Os impactos e os efeitos da participação” que coordenará a *Prefeitura de Fortaleza* (Brasil).
- “Os novos enfoques na avaliação” que coordenará uma comissão de *membros colaboradores da rede*.
- “A gestão do tempo” que coordenará *Saint Denis* (França).
- “Metodologias da participação” que coordenará o município de *El Bosque* (Chile).

Estes grupos estão abertos à participação de todos os municípios sócios e colaboradores que em breve poderão se incorporar através da convocatória que será feita a partir da Secretaria do OIDP.

A última decisão importante dos sócios do OIDP foi a designação da sede da *sétima conferência* e, conseqüentemente, da cidade que assumirá a presidência do OIDP até novembro de 2007: a Prefeitura de Nanterre (França) na região metropolitana de Paris, reconhecida internacionalmente por seu compromisso com a participação e pelo estímulo de práticas inovadoras.

Recife foi também o cenário da entrega da *I Distinção OIDP Boa Prática em Participação Cidadã*. Uma distinção que permite conhecer y reconhecer as práticas mais inovadoras que estão sendo desenvolvidas. Para esta primeira edição, se apresentaram 39 projetos e se outorgaram *6 menções especiais*¹ e a Primeira Distinção se destinou à experiência “Processos e mecanismos de inclusão das mulheres indígenas na gestão local” do município equatoriano de Cotacachi.

E finalmente, participamos dos dois dias de conferência titulada *Planejamento Estratégico Participativo para a Construção Democrática das Cidades* que reuniu em Recife a diferentes agentes sociais, econômicos e políticos de todo o mundo para estimular, a partir do debate, novas fórmulas e métodos que permitam aperfeiçoar nossa prática diária.

De nossos trabalhos apresentamos, também, a seguinte declaração consensuada entre os organizadores: Barcelona –que ostenta a secretaria– e as cidades do comitê coordenador da rede presentes na conferência, que por unanimidade decidiram reconhecer a hospitalidade e o trabalho da cidade do Recife e convidar essa a formar parte do comitê coordenador do OIDP.

¹ “Assembleia Municipal Constituinte de Tarso (A.M.C.T)”, Tarso (Colômbia).
 - Campaign Creator, Bristol (Reino Unido).
 - Plano Integral de Collblanc – La Torrassa, L’Hospitalet de Llobregat (Espanha).
 - Norma de Participação Cidadã. La Paz (Bolívia).
 - Orçamento Participativo de Fortaleza (Brasil).
 - Orçamento Participativo de Sevilla (Espanha).

Declaração

6ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa realizada na cidade do Recife, nos dias 29 e 30 de novembro e 1 de dezembro de 2006, cujo tema central “Planejamento estratégico participativo para a construção democrática das cidades”, consolidou e abre novas perspectivas para o papel do OIDP como referência internacional na construção dos processos democráticos e participativos nas cidades.

Esta referência e construção é fundamental em um momento em que, a nível mundial, os processos de concertação dos organismos internacionais têm sido sistematicamente violados e o uso da guerra e da força usados como saída para os conflitos. A realização da VI Conferência no Recife, nordeste do Brasil, tem um importante significado pelo momento político vivido na América Latina.



Nos últimos anos este continente tem registrado avanços para a luta popular. A vitória de diversos governos centrais por forças políticas que representam a luta dos movimentos sociais, que nas cidades são os principais atores na defesa por gestões democráticas e populares, abre uma nova perspectiva para a construção de planejamento e desenvolvimento urbano participativos, que enfrentam de forma articulada e estratégica a inclusão de milhões de cidadãos.

O sistemático ataque aos direitos da cidadania provocado pela globalização (emigração forçada, desemprego estrutural, ampliação da pobreza nas cidades e precarização territorial de espaços urbanos) exige de nós uma articulação global para o enfrentamento a este processo autoritário, fruto da hegemonia do capital financeiro.

Nesse sentido, acreditamos a articulação do OIDP com o CGLU permite ampliar a influência das idéias de participação democrática nas cidades de todo o mundo. No entanto, dificilmente poderemos mudar este contexto econômico e social se não articularmos o processo de planejamento estratégico participativo nas cidades, a capacitação dos nossos atores, com as lutas por transformação dos Estados Nacionais que abrem novas perspectivas e que superem os limites da construção da democracia a nível local.



Neste contexto, a democracia participativa como valor social e instrumento político de gestão, aparece como uma aspiração na construção de sociedades mais justas.

Em que pese os diferentes contextos das cidades que vivemos, a constatação de que por caminhos diversos a reestruturação produtiva, via globalização, nos impõe um desafio comum: a construção de uma nova humanidade, mais justa socialmente, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

O caminho exige muita luta, muito planejamento e muita participação. Muito há por fazer para a construção de um outro mundo possível.

Recife, 1 de dezembro de 2006

Comitê organizador:



Colaboradores:

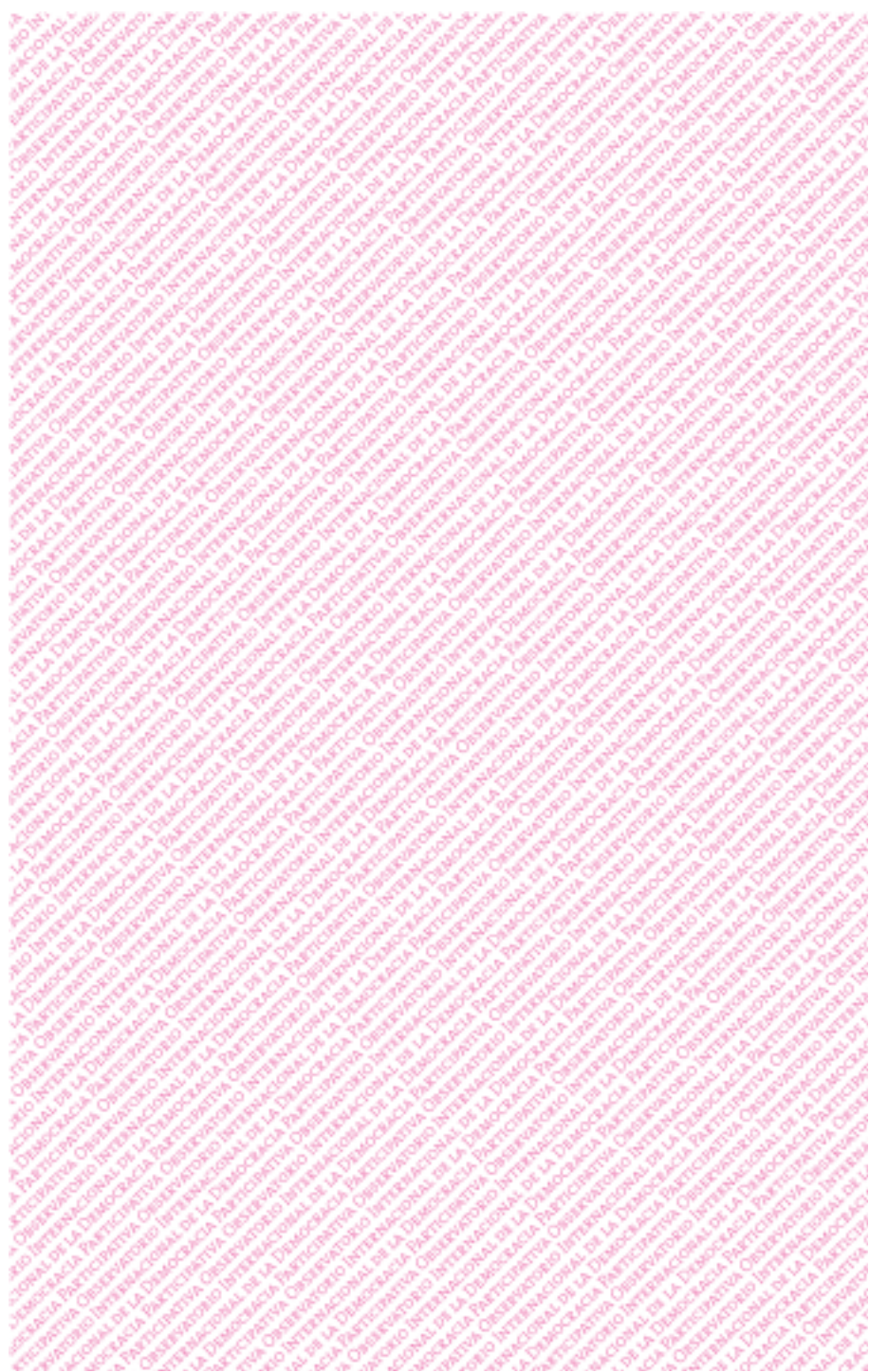


FALP

CIGU

REDE NORDESTINA

RETE NUOVO MUNICIPIO



OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

6ª CONFERENCIA DEL OIDP
PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA PARTICIPATIVA
PARA LA CONSTRUCCIÓN DEMOCRÁTICA DE LAS
CIUDADES

Índice

1. BIENVENIDA

ALCALDE DE BARCELONA
ALCALDE DE RECIFE

2. PRESENTACIÓN Y OBJETIVOS DE LA 6ª CONFERENCIA

SECRETARÍA TÉCNICA DEL OIDP

3. PROGRAMA

4. PONENCIAS

PONENCIA INAUGURAL: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA Y PLANIFICACIÓN MUNICIPAL: PRÁCTICA INNOVADORA DE LA GESTIÓN PÚBLICA

- Vivienda y ciudad en Brasil y en la América Latina. Globalización, pobreza y algún motivo de esperanza. *Erminia Maricato*.

EJE TEMÁTICO: INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN PARTICIPATIVA

- Modelos de Gestión Participativa. *Maria da Gloria Gohn*.

EJE TEMÁTICO: PEDAGOGÍA DE LA PARTICIPACIÓN

- La Educación para la Ciudadanía Activa. *Rudá Ricci*.

- Pedagogía de la participación. *Eva Salaberria*.

EJE TEMÁTICO: INCLUSIÓN SOCIAL Y CONVIVENCIA EN LA CIUDAD

- Valorización de la inclusión social como premisa de convivencia en la ciudad.

Alejandro Socorro.

- Inclusión, identidad y participación ciudadana. *Oscar Sogliano*.

SESIÓN DEL FÓRUM DE AUTORIDADES LOCALES DE PERIFERIA

- "Democracia Participativa para Metrópolis Solidarias". *Gérard Perreau - Bezouille*.

MESA REDONDA SOBRE EL ROL DE LAS INSTITUCIONES SUPRAMUNICIPALES E INTERNACIONALES EN LOS PROCESOS DE PROFUNDIZACIÓN DEMOCRÁTICA

- "El papel de las instituciones internacionales en los procesos de profundización democrática". *Jaime Vásquez*.

- El papel de las entidades supramunicipales en la promoción de la participación política: La Red del Nuevo Municipio en Italia. *Michelangelo Secchi*.

- Responsabilidad social en las operaciones del Banco Mundial. *André Herzog*.

5. CONCLUSIONES DE LOS GRUPOS DE TRABAJO

INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN PARTICIPATIVA

PEDAGOGÍA DE LA PARTICIPACIÓN

INCLUSIÓN SOCIAL Y CONVIVENCIA EN LA CIUDAD

6. RESULTADO DE LA 1ª DISTINCIÓN OIDP BUENA PRÁCTICA EN PARTICIPACIÓN CIUDADANA

1ª DISTINCIÓN OIDP "BUENA PRÁCTICA EN PARTICIPACIÓN CIUDADANA"

PROCESOS Y MECANISMOS DE INCLUSIÓN DE LAS MUJERES INDÍGENAS EN LA GESTIÓN LOCAL: EL PRESUPUESTO PARTICIPATIVO DE COTACACHI, ECUADOR

7. DECLARACIÓN FINAL



Me complace presentaros los trabajos de la 6ª Conferencia del Observatorio Internacional de la Democracia Participativa, celebrada en noviembre de 2006 en la ciudad brasileña de Recife.

Con la creación del Observatorio el año 2001, se consolidaba la proyección y el liderazgo internacional de Barcelona en temas de democracia participativa. Actualmente, más de trescientos socios representantes de gobiernos locales, organizaciones civiles, centros de investigación y universidades forman parte de la red creada alrededor del Observatorio. Esta forma de trabajo permite intercambiar experiencias de participación a nivel internacional y, también, hacer visible y poner en valor la democracia participativa.

Anualmente los socios del Observatorio celebramos una conferencia durante la cual se multiplican las posibilidades de encuentro, trabajo y aprendizaje. Esta publicación recoge los trabajos de la 6ª Conferencia, que tuvieron como eje central la planificación estratégica participativa para la construcción democrática de las ciudades.

Nuestra ciudad ha apostado históricamente por un modelo en el que resulta imprescindible el compromiso y la participación de la ciudadanía a la hora de llevar a cabo las políticas públicas. En este sentido, quiero reconocer muy especialmente la contribución de los ciudadanos y ciudadanas en hacer de Barcelona una ciudad más cohesionada y más vertebrada.

JORDI HEREU
Alcalde de Barcelona



Recife integra la red de ciudades conectadas a través del Observatorio Internacional de Democracia Participativa y viene desarrollando, desde 2001, a partir de nuestra primera gestión, formas democráticas de participación popular, fortaleciendo y creando canales institucionales y valorizando las más diversas formas de interlocución con las representaciones de la sociedad civil.

El Ayuntamiento de Recife se esfuerza para desarrollar políticas públicas hacia la construcción de una ciudad organizada, económicamente sostenible y socialmente justa. La participación democrática en las decisiones de como y donde aplicar los recursos destinados a las inversiones ha sido un importante instrumento de valorización de la ciudadanía, en una gestión que tiene como principio gobernar para todos, dando prioridad a los más excluidos.

Basándonos en esta experiencia y en este compromiso de gestión pública expresamos nuestra satisfacción en compartir en Recife la realización de la 6ª Conferencia del Observatorio Internacional de Democracia Participativa – OIDP, con el tema central: *“La Planificación Estratégica Participativa para la construcción democrática de las ciudades”*.

Saludamos a todas y todos que se empeñan en la búsqueda del protagonismo popular y de la mejora de las formas democráticas y republicanas y les deseamos un buen trabajo.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Alcalde de Recife



La Conferencia anual del OIDP se concibe como una oportunidad de encuentro, reflexión y debate. Ésta nos brinda una ocasión para profundizar en algunos temas clave que detectamos, promovemos y perfeccionamos a partir de los trabajos cotidianos en nuestras ciudades.

La 6ª Conferencia, celebrada en noviembre de 2006 en la ciudad de Recife se centró en la Planificación Estratégica Participativa para la construcción democrática de las ciudades.

Los objetivos que planteamos al conjunto de participantes de la Conferencia se clasifican en Objetivos Generales –transversales para el conjunto de actividades previstas durante los días de celebración de la Conferencia– y Objetivos Específicos, sobre temas más concretos.

Estos objetivos son ambiciosos y la temática es compleja, y la Conferencia pretendía facilitar la reflexión y el debate colectivo. Para perseguir estos objetivos, aprovechar los conocimientos de los y las participantes y desarrollar una conferencia más completa y participativa, se organizaron distintas sesiones de trabajo en tres ejes temáticos, en los que se trabajaron los objetivos marcados.

Objetivos Generales

- Ampliar la discusión sobre la práctica de la planificación estratégica participativa en las gestiones locales, estudiando los instrumentos de diagnóstico y planificación participativa actualmente utilizados para detectar los avances y las dificultades que estos encuentran.
- Reflexionar sobre la ampliación de la consciencia crítica y de control social como estrategias de las administraciones municipales para la construcción de sociedades más democráticas, basadas en la construcción colectiva de los asuntos públicos.
 - Estimular el intercambio de experiencias diversas de los socios del Observatorio Internacional de la Democracia Participativa.



Objetivos Específicos

- Profundizar en la discusión de prácticas que permitan alcanzar mayor transparencia en la planificación y la ejecución de los presupuestos públicos locales, detectando los retos relacionados con esta tarea.
 - Analizar las experiencias participativas de diagnosis y planificación de las ciudades como elemento de apropiación de la ciudad por parte de sus habitantes.
 - Discutir sobre los retos que presentan la diversidad estimulada por prácticas de planificación participativa que envuelven segmentos sociales específicos e históricamente discriminados de la sociedad.
- Conocer y reflexionar sobre los avances en el tratamiento y la difusión del conocimiento sobre la ciudad para cualificar la toma de decisiones de la ciudadanía en los procesos de participación.

- Debater sobre metodologías de monitorización de los resultados y de los compromisos acordados en los procesos.
 - Debater sobre metodologías de sensibilización y calificación de gestores y gestoras públicos y técnicas municipales, así como de articulación y formación de la sociedad civil para perfeccionar la participación política y mejor incidir sobre el control social.
 - Valorizar los distintos saberes y la dimensión pedagógica de la planificación participativa.
- Tener en cuenta en todos los debates para la formulación de políticas y acciones que articulen la planificación participativa con los Objetivos del Milenio de la ONU.



Ejes Temáticos

Las exposiciones de las ponencias y los trabajos en grupos fueron guiados a partir de los tres ejes temáticos, para estimular:

- El debate y la reflexión sobre la implementación de instrumentos participativos para definir la planificación del presupuesto local, del plan director de cada ciudad, de los planes sectoriales, etc. estimulando la construcción colectiva de nuestras ciudades, guiadas por el paradigma democrático y el ejercicio efectivo del control social sobre las actividades públicas.
- La reflexión sobre las necesidades de los procesos de capacitación y formación por el ejercicio de una ciudadanía plena, donde los ciudadanos y las ciudadanas también tengan conocimiento de las técnicas de gobierno, las informaciones necesarias para las tomas de decisiones, y principalmente, que proporcionen autonomía a la

ciudadanía a la hora de participar. También centramos el debate en la necesidad de la formación de los actores de gobierno municipal, para que estos puedan, a partir de su día a día incorporar las nuevas dinámicas que nazcan a partir de la participación.

- La discusión sobre la necesidad de reconocer las múltiples visiones que conviven en nuestras ciudades, no todas reconocidas como parte constitutiva de las ciudades. Nuestro objetivo se centra en la discusión sobre la inclusión social y la convivencia en las ciudades, basando nuestra reflexión en la diversidad de las personas, deseos, necesidades e historias. Como elemento transversal a esta diversidad, se encuentran también las situaciones y procesos de exclusiones que dificultan el acceso de las personas al espacio público, imposibilitando el ejercicio de una ciudadanía plena.

Martes 28 de Noviembre

9:00 - 18 H

Reunión Interna de los "Observatorios Locales de Democracia Participativa".

Miércoles 29 de Noviembre

9:00 - 18 H

Reunión Interna de los socios del Observatorio Internacional de Democracia Participativa.

Jueves 30 de Noviembre

9:00 H Bienvenida

João Paulo Lima e Silva
Alcalde de Recife (Brasil).

Pere Alcober

Concejal del Ayuntamiento de Barcelona y Diputado Provincial (España).

9:30 H CONFERENCIA INAUGURAL:

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA Y PLANIFICACIÓN MUNICIPAL: PRÁCTICA INNOVADORA DE LA GESTIÓN PÚBLICA

Erminia Maricato

Profesora de Arquitectura y Urbanismo

de la Universidad de São Paulo (Brasil).

Presenta: **João da Costa**

Concejal de Planificación Participativa de la ciudad de Recife, Brasil.

14:00 - 15:00 H MESA 1

EJE TEMÁTICO: INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN PARTICIPATIVA

Objetivo: Estimular el debate y la reflexión sobre la implementación de Instrumentos Participativos para definir la planificación del presupuesto local, del plan director de cada ciudad, de los planes sectoriales, etc. estimulando la construcción colectiva de nuestras ciudades, guiadas por el paradigma democrático y el ejercicio efectivo del control social sobre las actividades públicas.

Maria da Gloria Gohn

Profesora de la Universidad de Campinas (Brasil).

João da Costa

Concejal de Planificación Participativa del Ayuntamiento de Recife (Brasil)

Presenta y modera: **Gérard Perreau -**

Bezouille – Concejal de Finanzas, Nuevas Tecnologías y Relaciones Internacionales de la ciudad de Nanterre, Francia.

15:00 - 16:00 H MESA 2

EJE TEMÁTICO: PEDAGOGÍA DE LA PARTICIPACIÓN

Objetivo: Estimular la reflexión sobre las necesidades de los procesos de Capacitación y Formación por el ejercicio de una ciudadanía plena, donde los ciudadanos y las ciudadanas también

tengan conocimiento de las técnicas de gobierno, las informaciones necesarias para la toma de decisiones, y principalmente, que proporcionen autonomía a la ciudadanía a la hora de participar. Centrar el debate sobre la necesidad de la formación de los actores de gobierno municipal, porque estos puedan, a partir de su día a día incorporar las nuevas dinámicas que nazcan a partir de la participación.

Rudá Ricci

Profesor de la Universidad Federal de Minas Gerais y Director del Instituto Cultiva (Brasil).

Eva Salaberria

Fundación Kaleidos.red, y Directora de Participación del Ayuntamiento de Donostia - San Sebastián (España).

Presenta y modera: **Julio Pires**, Concejal de Planificación de Belo Horizonte, Brasil.

16:30 - 18:00 H MESA 3

EJE TEMÁTICO: INCLUSIÓN SOCIAL Y CONVIVENCIA EN LA CIUDAD

Objetivo: Estimular la discusión sobre la necesidad de reconocer las múltiples visiones que conviven en nuestras ciudades, no todas reconocidas como parte constitutiva de las ciudades. Nuestro objetivo será discutir sobre la Inclusión Social y la Convivencia en las Ciudades, basando nuestra reflexión en la diversidad de las personas, deseos, necesidades e historias. Como elemento transversal a esta diversidad, se encuentran también las situaciones y procesos de exclusiones que dificultan el acceso de las personas al espacio público, imposibilitando el ejercicio de una ciudadanía plena.

Alejandro Socorro

Profesor de la Universidad de Cienfuegos (Cuba).

Oscar Sogliano

Municipalidad de La Paz (Bolivia).

Presenta y modera: **Dolça Garcia**,

Concejala de Participación Ciudadana del Ayuntamiento de Santa Coloma de Gramenet, España.

18:00 - 19:00 H

I DISTINCIÓN OIDP – BUENA PRÁCTICA EN PARTICIPACIÓN CIUDADANA

Entrega de la I Distinción OIDP y presentación de la experiencia de la ciudad distinguida por el jurado como Buena Práctica.

Presentan: **Pere Alcober**, por la Secretaría Técnica del OIDP. **Niedja Queiroz**, por la Presidencia del OIDP 2006.

19:00 - 20:00 H

FÓRUM DE AUTORIDADES LOCALES DE PERIFERIA (FALP)

'DEMOCRACIA PARTICIPATIVA PARA METRÓPOLIS SOLIDARIAS'

Mesa organizada por la red FALP. Presentación de los trabajos y de la misma red así como también de las conclusiones del último FALP realizado en la ciudad francesa de Nanterre.

Viernes 1 de Diciembre

9:00 - 13:30 H

EJES TEMÁTICOS - TRABAJO EN GRUPOS
SIMULTÁNEOS

Con el objetivo de profundizar en la discusión de los tres ejes temáticos definidos, la Conferencia propone una metodología de trabajo que privilegia el conocimiento de todas las personas participantes.

Coordinación de los trabajos:

Universidad Federal de Pernambuco.

15:00 - 16:30 H

PRESENTACIÓN DE LAS CONCLUSIONES
DE LOS GRUPOS DE TRABAJO

Del debate de cada grupo se elaborarán documentos de conclusiones, que recogerán las ideas y propuestas principales de cada uno de los temas.

Presentación: **Universidad Federal de Pernambuco.**

16:30 - 18:00 H

EL ROL DE LAS INSTITUCIONES SUPRA-
MUNICIPALES E INTERNACIONALES
EN LOS PROCESOS DE PROFUNDIZACIÓN
DEMOCRÁTICA

El objetivo de esta mesa es estimular el debate sobre cual es el papel de las Instituciones Internacionales en el apoyo y profundización de la Democracia Participativa. Será también un espacio privilegiado para que estas instituciones expongan a los y las participantes sus trabajos en relación a la

democracia participativa y al gobierno local, y sus programas.

André Herzog - Banco Mundial.

Jaime Vásconez - Centro Internacional de Gestión Urbana.

Michelangelo Secchi - Rete del Nuovo Municipio (Italia).

Modera: **Yves Cabanes**, Co-Director del DPU (Unidad de Planificación para el Desarrollo) del University College London.

18:00 - 19:00 H

CIERRE DE LA CONFERENCIA Y LECTURA
DE LA DECLARACIÓN FINAL

João Paulo Lima e Silva – Alcalde de Recife (Brasil).

Pere Alcober – Concejal de Barcelona y Diputado Provincial (España).

Profesora Titular de la facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo. Concluyó su licenciatura, maestría y su doctorado por la misma USP. Fue Coordinadora del Programa de Post-Graduación de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo (1999/2002) y miembro del equipo de transición del Gobierno Federal que formuló la propuesta de creación del Ministerio de las Ciudades, siendo posteriormente la Secretaria Ejecutiva (Ministra Adjunta) del nuevo Ministerio de las Ciudades. Fue Presidenta suplente del Consejo de las Ciudades/Ministerio de las Ciudades y Presidenta del Consejo de la CBTU – Compañía Brasileira de Trens Urbanos.



ERMINIA MARICATO

Vivienda y ciudad en Brasil y en la América Latina

GLOBALIZACIÓN, POBREZA
Y ALGÚN MOTIVO DE ESPERANZA

La pauperización de los países Latino Americanos durante las últimas dos décadas puede ser evidenciada por el crecimiento de los asentamientos informales en las ciudades. Estos incluyen principalmente las chabolas –que son resultado de invasión de tierras– y la parcelación pirata –que son parcelas de suelo que no siguen la legislación urbanística o de propiedad de la tierra–. Apenas entre 1990 y 2001 los asentamientos informales crecieron de 111 millones de viviendas para 127 millones, impulsados por el acelerado proceso de urbanización en América Latina (ECLAC, 2004).

Estas viviendas fueron construidas sin apoyo técnico de ingenieros o arquitecto, sin financiación oficial, sin obediencia a cualquier ley que regula la ocupación do suelo y las construcciones. Ni todas las viviendas que componen el universo informal son precarias y podemos encontrar ahí también vivienda de clase media, lo cual revela una relación compleja entre ley urbanística, mercado privado y exclusión social. Esta gigantesca ocupación ilegal del suelo urbano tiene consecuencias desastrosas para sus habitantes, para la sociedad en general y para la sostenibilidad ambiental. La ocupación irregular de cuevas arduas, orillas de ríos, mangues, dunas, humedal terminan por comprometer la vida de los ocupantes –que pueden morir bajo deslices de tierra– así como puede determinar el corte de las florestas y la polución o azoramiento de recursos hídricos.

Brasil presenta en 2006 más de 80% de sus 170 millones de habitantes en las ciudades. Según el censo demográfico de 2000, en 11 metrópolis (209 municipios) vivía el 32% de la población del país, es decir, aproximadamente 55 millones de personas. En estas metrópolis se concentraba aún el 82% de la población habitando en viviendas deficientes (mayoritariamente chabolas) y 33% del déficit de la vivienda (2.192.296 unidades).

La economía brasileña creció a una impresionante tasa de 7% al año entre las décadas de 40 y 70 y después de este período sufrió una caída muy grande. El nuevo contexto internacional y las políticas neo-liberales determinan un reculo en las políticas sociales pero esto se dio sobre una base social y histórica profundamente desigual (los derechos universales del Estado de Bienestar se aplicaron a una parte restringida de la sociedad) y marcada por relaciones políticas retrasadas (tradicción de autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo: derechos restringidos y privatización de la esfera pública).

En las ciudades de países como Brasil la desregulación y comodificación de los servicios públicos decurrentes de las privatizaciones, la guerra fiscal, el debilitamiento del papel social del Estado, las políticas de reajuste económico tuvieron un fuerte impacto sobre un territorio ya parcialmente desreglado por la tradición de informalidad. Se trata de un territorio demasiado segregado por un mercado inmobiliario y de tierras que es altamente restrictivo y especulativo. El bajo crecimiento económico que sigue en 1980 acentuó las heridas típicamente urbanas e influyó en el surgimiento de nuevos aspectos muy negativos en las grandes ciudades: el desempleo y la violencia. Esta era prácticamente desconocida, como un fenómeno generalizado, en el universo urbano hasta el inicio de los años 1970.

Es en este contexto que crece un fuerte movimiento social por la reforma urbana, formado por liderazgos de los movimientos de lucha por la vivienda además de profesionales, investigadores y funcionarios públicos. A pesar del avance de las fuerzas de la globalización estos movimientos conseguirán obtener muchas victorias en las dos últimas décadas. Una nueva generación de alcaldes más democráticos fue electa, después del fin de la dictadura militar, en los años 80, los cuales implementaron varias y significativas experiencias de vivienda y planificación urbana. Una ley federal fue aprobada después de 13 años de lucha: el estatuto de la ciudad, que busca aplicar la función social de la propiedad y finalmente la creación del Ministerio de las Ciudades a nivel federal. Todas las conquistas citadas implican en procesos participativos que valorizan la diseminación del conocimiento sobre las ciudades, sus problemas sus conflictos y soluciones.

La participación social en las Conferencias Nacionales de las Ciudades promovidas por el Ministerio de las Ciudades en 2003 y 2005 es un ejemplo de proceso participativo en la formulación de políticas públicas incluyentes.

Licenciada en Ciencias Sociales por la Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, se ha especializado en Planificación Educativa por el Centro de Estudios y Planificación y Administración de la Educación de la UNESCO; tiene una maestría en sociología por la Universidad de São Paulo y ha realizado su doctorado en Ciencias Políticas en la misma Universidad. Realizó su post-doctorado en la New School for Social Research (New School University - New York - USA).

Actualmente es Profesora titular de la Facultad de Educación de la UNICAMP y Coordinadora del GEMDEC - Núcleo de estudios sobre Movimientos Sociales, Educación y Ciudadanía de la misma facultad.

Miembro del Consejo Internacional del Instituto Paulo Freire. Desde 2002 es Secretaria Ejecutiva del Research Committee "Social Movements and Social Classes", órgano de la Asociación Internacional de Sociología.



MARIA DA GLÓRIA GOHN

Modelos de Gestión Participativa

PARTE I - LOS CONCEPTOS BÁSICOS PARA EL DEBATE DE LA GESTIÓN PARTICIPATIVA

1. Participación: La participación implica una concepción de sujeto protagonista de la propia historia. El objetivo de la participación no es sustituir el Estado, pero sí ejercer el control social de lo que es público. La participación conforma un proceso de compartir, aprendizaje y empoderamiento de la sociedad, sin por eso significar necesariamente que toda participación sea emancipadora o transformadora. La participación no tiene virtud o esencia fija, aunque puedan ser identificados como sus principales agentes los movimientos sociales.

2. Ciudadanía: Significa el derecho a tener derechos, requiere actores políticos responsables en una comunidad libre. La ciudadanía trae consigo una dimensión ética y de civildad que envuelven la participación ciudadana en la gestión social, y el desafío de la eliminación de la pobreza política. La educación, la organización política, la identidad cultural, la información y la comunicación son componentes esenciales de la ciudadanía.

3. Autonomía y emancipación: requieren la autodeterminación y la conciencia crítica, la capacidad de saber hacer lectura del mundo por sí solo e intervenir en la realidad de modo alternativo. La pedagogía emancipadora se basa en las posibilidades individua-

les no focalizando apenas en sus vulnerabilidades. Las conquistas no son otorgadas, ni tuteladas.

4. Estado: no debe ser confundido con gobierno, el Estado está al servicio de la sociedad. Es el responsable de organizar planos, proporcionar infraestructura a la sociedad y garantizar recursos a las áreas socio-culturales. Es el gestor de políticas públicas democráticas y es responsable de garantizar la universalidad de derechos. Pero cada vez más sus acciones son tácticas y con carácter inmediato, faltan proyectos estratégicos de cambio.

5. Políticas públicas: deben responder al interés de la mayoría y a un modelo de estado y de sociedad justa e igualitaria. El derecho colectivo es el fundamento de las políticas públicas. Las políticas sociales no deben ser asistencialistas y compensatorias. Deben funcionar como un servicio a la sociedad y no con fines de estabilidad gubernamental/partidaria. La gobernabilidad sirve apenas para atender y democratizar la gestión y no controlar a la población.

6. Gestión compartida: corresponde al diseño de la política social moderna. Las tensiones generadas son parte del proceso. La gestión compartida presenta desafíos como son los conflictos generados por diálogos de saberes y entre grados diferenciados de organización, lenguaje, respecto a las diversidades, límites organizacionales y estructurales. Presenta también límites estructurales: localismo x globalismo, solidaridad x competición, organización de la participación x organización de la máquina pública, auto-aprendizaje x dependencia de las directrices de gobierno, universalidad x focalización, cantidad x calidad, lenguaje sentido común x discursos burocráticos, experiencia de participantes x dirigismo de los organizadores.

7. Control social público ocurre mayoritariamente a través de consejos gestores en la esfera pública, constituyendo así una estructura institucionalizada. Tiene como función principal fiscalizar y hacer seguimiento de las acciones del gobierno. Son espacios educativos de aprendizaje que orientan las políticas públicas, elaborando criterios, acompañando y fiscalizando. La formación y calificación de los consejeros exige la elaboración de cursos que proporcionen información, que guíen el conocimiento y la acción.

8. La búsqueda de otro escenario se basa en las oportunidades de la participación, a través de una redefinición de la cultura política vigente, visando cambios y transformación social y un desarrollo social que no sea apenas crecimiento económico. Proporcionando el empoderamiento a sujetos colectivos actuantes y políticas de emancipación sociopolítica y cultural, construido por individuos con lectura crítica del mundo. Es la construcción de un nuevo proceso civilizatorio donde las diferencias culturales se caracterizan por la igualdad al acceso, por el valor de pertenecer a la cultura y al territorio, y por el valor del multiculturalismo.

PARTE II - COYUNTURA BRASILEÑA Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1972 - 1984	Ciclo de las luchas por la redemocratización del país.
1985 - 1989	Ciclo de construcción de nuevos formatos institucionales participación-transición democrática.
1990 - 2000	Ciclo de emergencia de nuevos actores y nuevas prácticas de gestión.
2001 - 2006	Ciclo de participación con apoyo institucional y lucha por el rescate de la autonomía emancipadora.

1. Escenarios económicos actuales - Coyuntura brasileña:

La globalización económica, marcada por la hegemonía del mercado, incentiva a las políticas de ajustes, subordinadas a los intereses de la deuda. La economía nacional transita entre los empleos precarios y el desempleo, siendo altamente dirigida hacia la exportación y presentando una fuerte desorganización de los mercados. Los actuales programas de transferencia de renta alteran las redes de sociabilidad.

En el escenario social y cultural existe la precariedad de la oferta de servicios sociales, combinada con la desigualdad y la exclusión social. Este escenario estimula los altos índices de violencia urbana en las metrópolis.

Durante los últimos años las nuevas políticas sociales crearon una extensa red de protección social a los grupos sociales excluidos, por medio de acciones que van de la distribución directa de apoyo financiero a la participación en programas especiales. La nueva política de distribución y gestión de los fondos públicos, en asociación con la sociedad organizada, pasó a ser focalizada en proyectos puntuales de trabajo con niños, jóvenes, mujeres etc. Esto contribuyó a reorganizar las formas de acción colectiva en términos de sus demandas y reivindicaciones. La palabra de orden de estos proyectos y programas es: ser propositivo y no sólo reivindicativo, ser activo y no sólo un pasivo *reivindicador*.

Muchos movimientos se transformaron en ONGS o se incorporaron a las ONGS que ya los apoyaban.

La actuación por proyectos exige resultados y tiene plazos. Se creó una nueva gramática en la que la movilización dejó de tener como objetivos el desarrollo de una conciencia crítica o la protesta en las calles. Movilizar pasó a ser sinónimo de reglamentar y organizar la población para participar de programas y proyectos sociales, la mayoría de los cuales ya hechos, destinados a la atención de pequeñas partes de la población consideradas como vulnerables. El antiguo militante fue transformándose en el activista organizador de las clientelas usuarias de los servicios sociales.

Esas nuevas políticas han generado grandes controversias. De un lado están sus defensores que nos presentan las estadísticas de mejoras en los índices sociales. De otro, los críticos, que califican estas políticas como compensatorias y asistencialistas, creadoras de nuevas formas de clientelismo, que no llevan a la autonomía y emancipación de los individuos; no generan trabajo y renta permanentes, con derechos sociales.

De todas maneras, ese nuevo escenario ha posibilitado la emergencia de incontables proyectos sociales en el campo de la cultura de forma doble. Cultura como forma de expresión artística, vía proyectos de arte/educación (principalmente

en comunidades carentes, jóvenes y niños callejeros) y vía manifestaciones culturales de grupos sociales históricamente excluidos como afro-descendientes, indígenas..., a través de las políticas sociales gubernamentales.

Las políticas para los sectores tradicionalmente excluidos son ejemplos de las nuevas formas de asociaciones y relaciones del Estado con la sociedad civil. La organización social asume una forma institucionalizada porque los programas sociales son construidos y monitorizados por órganos públicos, que les dan el apoyo financiero.

PARTE III - FORMAS DE PARTICIPACIÓN EN LA SOCIEDAD CIVIL**1. MOVIMIENTOS, ONGS, REDES SOLIDARIAS Y FOROS**

Movimientos Sociales Populares, de identidad – “nuevos movimientos sociales”, generacionales, religiosos, temáticos, sindicales y asociaciones del mundo del trabajo. etc.

ONGs Entidades del tercer sector.

Foros Plenarias.

Asociaciones Civiles Redes solidarias.

Gestión Participativa Consejos Gestores.

2. HISTÓRICO DE LAS CARACTERÍSTICAS DE LA PARTICIPACIÓN EN BRASIL

1970 - 1984 Organización popular = autonomía en relación al estado, educación popular y trabajo en la comunidad, movimientos populares urbanos, consejos populares urbanos.

1984 - 1988 Lucha por la constituyente, presión popular, lucha por los derechos - ciudadanía, nuevas leyes y nuevo régimen político.

1988 - Ampliación de actores sociales, salida del centro del sujeto popular, nuevas formas de sociabilidad, ONGs, foros, asambleas, tercer sector, nuevos movimientos sociales, consejos gestores y de derechos.

3. NUEVA COYUNTURA AÑOS 90

Se percibe una resignificación de la ciudadanía, con énfasis en las políticas públicas, y con la concepción de un estado gestor y no productor directo. Proliferan las asociaciones público-privadas, contratos de gestión, y se presencia un nuevo escenario económico de desempleo y crecimiento del sector informal. Esas condiciones se reflejan en el escenario del asociacionismo a partir de los años 90.

Características

Movimientos Sociales Populares Urbanos Demandas Servicios Urbanos Chabolas, vivienda compartida, habitantes de la periferia, personas sin techo, recicladores de residuos-cooperativas y asociaciones comunitarias.

Movimientos Populares Rurales Movimiento Sin-Tierra (MST), pequeños agricultores, pescadores, afectados por las presas de las hidroeléctricas.

Movimientos Identitarios y de Derechos Derechos humanos, étnico-raciales, de género, culturales, movimiento por la paz-contra la violencia urbana, movimiento de educación de jóvenes y adultos, guarderías.

Otras Cuestiones que están generando asociativismo urbano y luchas por la ciudadanía Portadores de necesidades especiales o enfermedades graves, democratización de la prensa, calidad de vida, defensa de los consumidores, acciones contra el hambre, drogas, crimen organizado, violencia, proyectos de reurbanización, transporte colectivo.

ONG's Parten de un nuevo modelo del estado y de la economía, con el paradigma de intervención directa. Especificidades que les caracterizan: especialización temática, calificación de los cuadros, pluralidad de valores, preocupación con prácticas comunicativas y prensa, evaluación de resultados e impactos.

Retos
Movimientos sociales Representatividad, control social público, vínculos con trabajos en la comunidad, gestión democrática de políticas públicas, cultura política vigente.

ONG's Representatividad, control social democrático y público, articulación con trabajos en la comunidad, gestión democrática de políticas públicas, cultura política, nueva articulación democrática en redes, del focal al universal, actuar como portavoz democrático de la sociedad civil organizada

PARTE IV- PARTICIPACIÓN ESFERA PÚBLICA: CONSEJOS GESTORES Y DE DERECHOS

Histórico de los consejos

Origen Clanes visigodos. Las cámaras municipales y las municipalidades del brasil colonia: "concejos".

Consejos famosos en la historia Comuna de París, soviets rusos, consejos de fábrica, en la Alemania años 20, consejos operarios de Turín, etc.

Experiencias en Brasil Consejos comunitarios años 70, consejos populares de los años 70/80, consejos de representantes de la ley orgánica municipal de São Paulo, consejos gestores institucionalizados: nacionales y municipales.

Debate actual sobre consejos

Carácter y naturaleza Deliberativo y consultivo.

Lagunas Constreñimientos presupuestarios.

Límites Personal, infra-estructura, legal (normatizaciones), burocracia.

Retos ¿Como atender de forma igualitaria el que es heterogéneo?

Questiones importantes

Oportunidades Innovación en la esfera pública, novedad en la política brasileña: asiento junto al poder público, control social democrático público, carácter educativo: pueblo y gobierno, aprendizajes- nuevos lenguajes comunicativos, nueva cultura política, composición, representatividad, representante de la sociedad civil en la sociedad política: dificultades.

Desafíos Paridad, difusión, burocratización, fiscalización y control sobre los propios actos de los consejeros, poder y mecanismos de aplicabilidad de las decisiones del consejo por el poder ejecutivo, falta una definición más precisa de las competencias y atribuciones de los consejos, se debe cuidar la elaboración de instrumentos jurídicos de apoyo a las deliberaciones, debe haber una definición más precisa de lo que es participación calificada (que es diferente de la incorporación a la tela burocrática).



Sociólogo, Mestre en Ciencia Política, y Doctor en Ciencias Sociales. Profesor de la Universidad Federal de Minas Gerais, Coordinador del Instituto Cultiva (www.cultiva.org.br) y miembro de la Ejecutiva Nacional del Forum Brasil de Presupuesto (www.forumfbo.org.br). Relator de la Ley de Responsabilidad Social y coordinador de las Escuelas da Cidadanía de Brasil. E-mail: ruda@inet.com.br.

RUDÁ RICCI

La Educación para la Ciudadanía Activa

La participación en la gestión pública, a partir de la segunda mitad de los años 90, se diseminó por el mundo. Fue apuntada, por Habitat II, como *good governance*. En esta trayectoria de reconocimiento mundial, acabó recibiendo varios matices. Al relacionar una acción pedagógica con la participación en la gestión pública, dejamos de limitar nuestra reflexión a aspectos de eficiencia administrativa o a un rol de procedimientos públicos que se confunden con consulta. Ingresamos en la historia de la educación popular, que se forjó y ganó alas en América Latina, desde los años 60. Se trata de una perspectiva de izquierda, en que los sectores excluidos son tratados como formuladores políticos, y cuyas acciones están dirigidas al empoderamiento social, al alargamiento y a la radicalización de la democracia.

La educación puede tener distintas interpretaciones. Ni todos pueden acceder a la educación formal de las escuelas. Podemos afirmar, apoyándonos en la experiencia latino-americana, que existen sectores de la población que no se sienten incluidos en la sociedad dominante y que se perciben distantes de las esferas de decisión pública e incluso de la gran mayoría de las instituciones públicas. Es posible afirmar que se sienten resentidos políticamente.

La educación popular latino-americana procuró, desde siempre, dialogar con este sentimiento y esta lógica popular. Ella pasó por tres fases, en sus objetivos políticos, que podemos sintetizar de la siguiente manera:

LAS TRES GENERACIONES DEL PARTICIPACIONISMO

La generación de los años 60: concebía el Estado como actor privilegiado y principal interlocutor de las demandas sociales. Las organizaciones sindicales y trabajistas raramente procuraban organizar los trabajadores en su local de trabajo y vivienda, pero organizaban luchas de masas para fortalecer la capacidad de presión de las cúpulas sindicales.

La generación de los años 80: tenía como objetivo formar para presionar políticamente, en acciones de masa, vinculando la organización de base (trabajo y vivienda), con amplias luchas sociales. Los mecanismos de democracia directa fueron privilegiados y el foco pasó a ser la autonomía y la comprensión de las causas que llevaron a la dominación en lo cotidiano.

La nueva generación de los años 90 y Siglo XXI: cuyo objetivo fue formar para la autogestión y el control social, teniendo como foco la construcción de la nueva institucionalidad pública.

Actualmente, tenemos múltiples ejemplos de prácticas sociales democráticas avanzando en América Latina¹ y no tengamos dudas: la pedagogía de la participación es un proyecto de la izquierda democrática, pero las confusiones permanecen. Citaré las más dramáticas:

Entre movilización y organización: aún permanecen, en las organizaciones no-gubernamentales y en gobiernos progresistas, la confusión de creer que toda movilización acaba por organizar y crear autonomía popular.

Entre autonomía y dirigismo: la ansiedad política de muchos liderazgos sigue diseminando la vieja tradición de la izquierda latino-americana, que es el dirigismo o vanguardismo político. Del punto de vista pedagógico, es una contradicción.

Entre asociaciones público-privadas y cogestión: el mito de las asociaciones público – privadas (entre Estado y Tercer Sector) confunden varios dirigentes políticos y pocos liderazgos sociales. Asociaciones público-privadas significa, en la práctica de la acción pública, la transferencia de acciones del Estado para esferas no estatales. Cogestión es algo distinto.

Entre consulta y participación: la consulta es pasiva y no determina lo que el dirigente político hará con la opinión expresada por la población.

Entre reforma democrática del Estado y creación de instancias de negociación: se disemina fuertemente entre liderazgos sociales que confunden instancias de gestión pública, que pasaron a contar con representación social no-gubernamental, con foros de negociación en que movimientos sociales procuran presionar la agenda de los gobiernos.

La pedagogía de la participación vive, por tanto, impases y desafíos inusitados. Se trata de consolidar y radicalizar una nueva institucionalidad pública que se dibuja lentamente, principalmente en la América Latina de los últimos cinco años. Todo acto de educación es un acto político. La intención de toda pedagogía de la participación precisa asumir una coherencia política: esta existe para generar autonomía, emancipación política, empode-

¹ Podemos citar algunas: implantación progresiva de instrumentos de participación y consulta en Brasil; Ley de Transparencia de Perú; Ley Orgánica de los Municipios y Consejos Comunales de Venezuela; articulación de la sistematización de experiencias de control social en América Central, coordinada por la organización no-gubernamental Alforja; construcción de leyes de responsabilidad social. También merece especial atención la red de Escuelas de Ciudadanía (Ver www.cultiva.org.br), de carácter público, cuyo comité gestor y profesores son electos entre consejeros públicos y líderes sociales y las experiencias de iniciativas infantil-juveniles como la diseminación de Parlamentos Juveniles, de los Presupuestos Participativos de Niños y el Programa de Educación Fiscal.

ramiento social. No puede utilizar instrumentos y metodologías que críen dependencia, transmisión de intereses de los educadores, que disemine la heteronimia.

El acto político de educar está al servicio de la descubierta autónoma del mundo por el educando. Se basa, por lo tanto, en la relación política de la confianza y del debate, lo que genera un continuo movimiento de disenso y consenso. También es su carácter emancipatorio, que respeta el tiempo y la cultura ajena. Polemiza en el momento correcto, cuando la relación pedagógica entre educador y educando ya no se arriesga a intimidar al educando. El silencio táctico (como decía Paulo Freire) es un recurso importante: existe el momento correcto para discordar y polemizar, bajo pena de la intimidación o distanciamiento del educando. Todo educador tiene un poder que el educando no tiene. La pedagogía de la participación debe profundizar el uso correcto de este poder.

La pedagogía de la participación también está cimentada en la comprensión de la educación como medio, ya que su fin es la emancipación política. En la práctica, significa que no es correcta y coherente la creación de modelos fijos de cursos y programas educativos. Cada curso o proceso formativo dialoga con prácticas sociales locales, únicas, específicas.

Finalmente, la pedagogía de la participación supone la construcción, en el propio proceso educacional, de espacios públicos, de construcción colectiva. Este es el principal antídoto contra el vanguardismo: en el acto de educar, se crea el proceso de construcción colectiva, autónomo.

Los desafíos actuales dialogan con el origen de la educación popular. Y apuntan para su superación. El objetivo central siempre fue el empoderamiento y la ampliación del control social sobre los espacios y decisiones públicas y su superación significa transformar estos principios en fundamentos públicos, superando las iniciativas atomizadas. Se trata del desafío de construcción de una nueva institucionalidad pública, universal, de *invasión* del Estado por la sociedad civil.

Esta superación remete para la construcción de redes de Escuelas de la Ciudadanía. Una red de escuelas para la construcción de nuevos liderazgos sociales, cuyos saberes esenciales pueden resumirse en:

- Saber generar informaciones que ayuden en los diagnósticos sociales y políticos.
- Saber elaborar y monitorear proyectos públicos a partir de los diagnósticos realizados.
- Saber articular y comunicar socialmente, ampliando el conocimiento y control social.

Directora de Participación del Ayuntamiento de Donostia-San Sebastián (España).

Licenciada en Historia General de España y del País Vasco, por la Universidad de Deusto. Desarrolla desde 1989 su trabajo profesional en el Ayuntamiento de Donostia-San Sebastián, primero en el Departamento de Juventud, y desde 1996 en el Área de Barrios y Participación Ciudadana. Desde este servicio se impulsa el fomento de la participación ciudadana como un eje transversal que atraviesa todas las áreas municipales en los procesos de toma de decisiones de la Administración local: en estos momentos centra sus esfuerzos en el proceso para la elaboración del Plan Director de Participación. Participa, representando al Ayuntamiento de San Sebastián, en diferentes organismos y redes, estatales e internacionales, que tienen por objeto la promoción y la profundización de las prácticas de democracia participativa en las ciudades: Observatorio Internacional de Democracia Participativa OI DP, Fundación Kaleidos.red, Red 9 de Urb-al "Finanzas locales y presupuestos participativos", Comisión de Participación Ciudadana de la Federación Española de Municipios y Provincias, proyectos de participación como Youth Polis, Econet, Observatorio Local de Democracia Participativa, entre otros.



EVA SALABERRIA ARTANO

Pedagogía de la participación

Abordamos en esta presentación la reflexión y el debate que hemos compartido en la Fundación Kaleidos.red en torno a la dimensión educativa de los procesos de participación. En Kaleidos.red¹ hemos podido contrastar con técnicos y técnicas de otros municipios la experiencia desarrollada en Donostia-San Sebastián en torno a los equipamientos de proximidad y la participación ciudadana, vinculando esta acción práctica a una necesaria reflexión teórica con la voluntad de poner orden y dotarnos de un método que nos permita diseñar un modelo de participación integral en el marco global de la acción de gobierno.

¹ Técnicos y técnicas de los municipios de Alcobendas, Bilbao, Córdoba, Getafe, Gijón, Girona, La Coruña, Logroño, Vitoria-Gasteiz, Donostia-San Sebastián, Santa Cruz de Tenerife, La Laguna y Zaragoza, con el apoyo de Oscar Rebollo, Marc Majós y Joel Martí, hemos reflexionado y debatido, entre marzo de 2004 y enero de 2006, en torno a la participación ciudadana y los equipamientos de proximidad. El fruto de este proceso está recogido en la publicación "La participación ciudadana no se improvisa: planificar para actuar en nuestros municipios". Imagine ediciones, junio 2006.



En Kaleidos.red partimos del principio de que gobernar con la participación de las personas es algo más que una estrategia de marketing, y que tiene, por tanto, un profundo significado de construcción de ciudadanía. Apostamos por procesos participativos que quieren ser transformadores, por proyectos que sean sobre todo procesos educativos que buscan la implicación de la ciudadanía en la construcción de unas ciudades más habitables, más igualitarias,

más eficaces y en mejores condiciones de ofrecer calidad de vida sustentable a sus habitantes.

En este marco, los equipamientos de proximidad, espacios en los que se produce de forma cotidiana el encuentro entre la ciudadanía y la administración pública, generan, en los proyectos que impulsan, procesos participativos en los que la dimensión educativa es un elemento esencial.

LA PARTICIPACIÓN COMO PROCESO EDUCATIVO

La participación tiene un importante componente relacional, implica vínculos entre actores que, desde distintas posiciones y sobre la base de su autonomía, establecen relaciones de conflicto y consenso entre sí. En los procesos participativos, lo educativo empieza en los propios actores que tienen que querer aprender y estar dispuestos a cambiar.

Necesitamos crear una nueva cultura relacional entre el gobierno y la ciudadanía, de los propios ciudadanos y ciudadanas entre sí, entre los agentes técnicos y políticos que actúan dentro de la administración y el gobierno de la ciudad: ciudadanía, cargos técnicos de la administración y políticos debemos aprender a relacionarnos en los procesos participativos asumiendo cada uno el papel que le toca y asumiendo también (respetando y reconociendo) el papel que les toca jugar a los demás. Es esta tarea de construcción de una nueva cultura relacional lo que llamamos tarea educativa, pues todos los actores debemos aprender nuevas formas de hacer y relacionarnos.

La tarea educativa es compleja, es una labor permanente y cotidiana, que se da en el ámbito de la proximidad. Buscar nuevos estilos y estrategias de participación que sean educativas requiere tener en cuenta algunos principios básicos.

- La tarea educativa se completa en las relaciones ordinarias y habituales.
- Agentes educativos somos potencialmente todos pero el principal agente educativo de los procesos debe ser el actor que lo promueve.
- Los actores que promueven la estrategia participativa deben partir de una actitud de querer aprender y de estar dispuestos a cambiar.

Los procesos participativos, cuando son educativos, transforman y enriquecen a las personas, transforman los modos de relación y las estructuras sociales, consiguiendo resultados concretos. Además, no debemos olvidar que ningún proceso educativo puede ser vivido como un sacrificio o castigo, debe aportar recompensas en el plano directamente relacional. Participar tiene que ser también divertirse, pasarlo bien, estar a gusto, disfrutar de los momentos de relación.

Por último, hay que tener en cuenta que el cambio exige revisar y adaptar en sus actitudes al universo completo de los actores en procesos participativos:

- Los políticos, a quienes, sin menoscabo de su legitimidad, se les exige pasar de estilos autoritarios a dialogantes, de mandar a gobernar.
- Los técnicos, que deben superar su visión tecnocrática, su rol de experto incontestable, desde la seguridad de que el ciudadano es también experto.
- Las entidades y asociaciones, que deben buscar más la significatividad que la representatividad, más el interés social y la eficacia de su proyecto que el número como argumento en defensa de su rol como interlocutores ante la administración.
- Y la ciudadanía en general, que debe adquirir conciencia y responsabilidad ante lo colectivo, por encima de las estrechas miras del interés individual.

No nos engañemos, sabemos que será un proceso largo y continuo en el tiempo y que genera resistencias; sólo puede ser efectivo si es un proceso educativo, en el que todos los agentes tenemos algo que aprender y actitudes que modificar.

Todos nos educamos colectivamente; la creación compartida de respuestas, partiendo e incorporando miradas y lenguajes diferentes, nos permitirá transformar nuestras ciudades y alcanzar un marco de convivencia que destaque por el respeto a los derechos humanos como el principal patrimonio ideológico de la democracia.



Director del Centro de Estudios para la Transformación Agraria Sostenible (CETAS), de la Universidad de Cienfuegos, Cuba. Realizó su Doctorado en Ciencias Agrícolas en la Universidad Agraria de La Habana. Cuenta además con títulos de Maestría en Ciencias Agrarias y de Diplomado en Agroecología y en Computación. Posee otros estudios de postgrado que complementaron su formación académica. Es graduado en Ingeniería Agronómica y ha participado en diferentes programas nacionales de desarrollo

socioeconómico. Coordina la Línea de Investigación Universitaria "Transformación Agraria Sostenible"; es miembro del Comité de Expertos de la Agencia de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente (CITMA) en Cienfuegos y del Consejo Técnico Asesor de la Delegación Provincial del Ministerio de la Agricultura. Actualmente trabaja como investigador local en el proyecto: "Sistema de Conocimientos y de Información para el Desarrollo Agrario y Rural Municipal".

DR. ALEJANDRO R. SOCORRO CASTRO

Inclusión Social y Convivencia en la Ciudad

VALORIZACIÓN DE LA INCLUSIÓN SOCIAL COMO PREMISA DE CONVIVENCIA EN LA CIUDAD

A escala global han sido documentadas y sistematizadas diversas experiencias innovadoras de democracia participativa, las cuales han permitido comprobar que la inclusión social es una condición necesaria de la convivencia en la ciudad. Otro hecho que puede constatar en las experiencias de distintas municipalidades, en diferentes latitudes, es que entre las premisas claves de convivencia se encuentra la necesidad de una visión compartida del desarrollo, sustentada en valores que trascienden la diversidad de grupos humanos, estratos sociales, etnias e inmigrantes, portadores de visiones, intereses y culturas diferentes. La situación de la diversidad concurrente en las ciudades evoluciona continuamente y muestra nuevos elementos, que justifican el cambio, en el marco de un ambiente innovador, facilitador de la gestión de la situación de conflicto contraria a la convivencia. Existen múltiples argumentos que permiten establecer la tesis que la inclusión social debe constituirse en uno de los valores que fundamenten la gestión de gobierno en las ciudades contemporáneas. Gestión que considere el ámbito de actuación local en sus dimensiones económica, ambiental, sociocultural y político-administrativa.

La inclusión social es condición necesaria de convivencia en la ciudad. Participación, democracia, construcción de ciudadanía, gobernabilidad, desarrollo con equidad, son medios indispensables.

¿Qué significa la convivencia?; ¿Cómo pensarla a pesar de los conflictos, los cuellos de botella, la pérdida de valores y la transculturación?; ¿Sería posible distinguir los términos coexistencia y convivencia?; ¿Cómo funciona la convivencia en el espacio físico, el económico y el sociocultural?; ¿Promueve la descentralización la convivencia en los asentamientos humanos? ¿Qué relación existe entre convivencia y capital social?; ¿Cómo medir la convivencia, cómo saber si la acción por la inclusión la mejora?

Seguramente habrá conformidades e inconformidades con las preguntas y también diferentes respuestas. Sin embargo, hay varios aspectos sobre los cuales reflexionar, el primero es el hecho de que compartir valores es una premisa clave de convivencia, cómo conseguirlos es el reto.

El fomento de una cultura de convivencia en las ciudades está llamado a ser el resultado de la aplicación de políticas inclusivas, articuladas local, territorial y nacionalmente. El desarrollo del capital humano es una de las alternativas para la solución a los impactos de la exclusión social en el nivel y la calidad de vida de la población.

El caso cubano de integración social y unidad para el desarrollo en los últimos cinco años muestra el complemento de cinco estrategias de avanzada, que se emprenden en distintos programas nacionales implementados desde la apropiación y la intervención local:

1. Universalización del conocimiento.
2. El desarrollo humano más integral.
3. La personalización de las intervenciones.
4. La movilización de los beneficiarios actuando en calidad de protagonistas de las intervenciones por el desarrollo.
5. Un enfoque de sostenibilidad.



Coordinador del Observatorio Local de Democracia Participativa - OLDP La Paz, Gobierno Municipal de La Paz (Bolivia).

Cuenta con una maestría en Desarrollo Local en la Universidad Gabriel Rene Moreno y el Circulo Epistemológico (Santa Cruz – Bolivia). Cuenta con un Diplomado en Gestión Pública y otro en Evaluación de Proyectos, Universidad Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolivia), actualmente realiza una especialidad en Análisis y Manejo de Conflictos en Bolivia en la Unidad de Post Grado CIDES - UMSA (La Paz – Bolivia). Es graduado de Licenciatura en Ciencias Políticas de la Universidad Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolivia). También es asesor en temas de gobernabilidad local del Gobierno Municipal de La Paz.

ÓSCAR SOGLIANO HELGUERO

Inclusión, identidad y participación ciudadana

OBSERVATORIO LOCAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DE LA PAZ

Tanto la inclusión, la identidad y la participación ciudadana son procesos indivisibles que forman parte de una red aglutinada por un proceso mayor "La Democracia" y la implicancia de esta para los Estados. Según un estudio realizado por ACG – Bolivia, tomando algunos estudios elaborados por el PNUD, Selligson y otros, en Bolivia, el 66.6% de los ciudadanos opina que

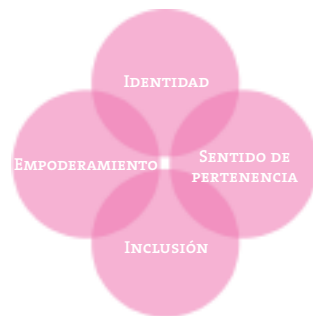
prefieren la democracia a cualquier otra forma de gobierno y un 68.30% que la democracia ha cumplido con sus objetivos como forma de gobierno. A partir de esto partimos de la premisa de que es la participación ciudadana a nivel general y como se implementan en el Gobierno Municipal de La Paz.

NORMA DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA

- Promover y fortalecer los procesos, las formas y espacios de la Participación Ciudadana en el municipio de La Paz.
- Institucionalizar y operativizar la participación ciudadana en la gestión municipal, para garantizar mayor impacto de las políticas públicas de desarrollo y administración del municipio aplicadas por el Gobierno Municipal de La Paz.
- Consolidar un sistema municipal de comunicación social transparente que se convierta en el mecanismo motivador y articulador entre la sociedad civil y el Gobierno Municipal.
- Crear y/o fortalecer mecanismos de coordinación institucional e interinstitucional que faciliten, afiancen y consoliden el ejercicio de la participación ciudadana y del control social.

INSTANCIAS DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN EL GMLP

- La Asamblea del Municipio; Consejos Macrodistributales de Participación Ciudadana; Consejos Ciudadanos Sectoriales; Designación de Subalcaldes por voto; Referéndum Municipal; Audiencias Públicas; Acción Ciudadana.



¿QUÉ ES PARTICIPACIÓN CIUDADANA Y QUÉ IMPLICA SER CIUDADANO?

- Conjunto de procesos y mecanismos que permiten al ciudadano tener una presencia activa y una opinión decisiva en la gestión de los asuntos públicos.
- Su objetivo es que las instituciones, organizaciones y ciudadanos cuenten con la información necesaria para aportar con conocimientos y experiencias en la búsqueda y solución de problemas inmediatos.

- Construcción de una ciudadanía crítica y participativa, clave para resolver la diversidad de conflictos, desigualdades, exclusiones y discriminación.
- Ciudadano es el que se asocia, se organiza con otros ciudadanos y emprende acciones colectivas en torno a objetivos y tareas de interés común.

AUTO-PERCEPCIONES DE LOS SECTORES MARGINADOS

- Reducción de la distancia percibida con grupos socio – culturales tradicionales.
- Construcción de un nuevo rol de la ciudadanía: corresponsabilidad en la gestión.
- Potenciamiento de una lógica constructiva.
- Capacidad de involucramiento en temas legislativos municipales.

FORMA DE RELACIONAMIENTO MUNICIPIO – SECTORES MARGINADOS

- Existencia de posibilidades de relacionamiento directo y real con el Estado.
- Tipo de ciudadanos que pueden relacionarse directamente con el Estado.
- Tipo de áreas en las que puede incidir directamente el ciudadano.
- Reducción del monopolio representativo de dirigentes de la sociedad civil.

APERTURA DEL MUNICIPIO

- Reconfigura la percepción y el ejercicio del poder entre las autoridades electas.
- Introduce, desde la sociedad, normas que mejoran su comportamiento comunicacional.
- Reduce la tónica de funcionamiento tipo “caja negra”.
- Reduce el comportamiento paternalista respecto a los ciudadanos.

SITUACIÓN ACTUAL DE LA PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN EL GOBIERNO MUNICIPAL DE LA PAZ

- La mayor parte de los espacios de participación ciudadana son esencialmente sectoriales y con características más bien consultivas e informativas. Este modelo de gestión ejecutiva ha ido paulatinamente transformándose hacia modelos más participativos y transformadores.
- El origen de los espacios y mecanismos de participación ciudadana han sido impulsados por el Estado, sea mediante la Ley de Participación Popular o merced la voluntad y decisión del mismo Gobierno Municipal.

Los mecanismos de participación ciudadana entendida esta como los niveles de legitimidad, se encuentran en etapas de consolidación debido a:

- Tienen poco tiempo de funcionamiento.
- Todavía no son conocidos por la población en la magnitud que se pretende alcanzar.
- Los resultados de cada consejo varían de acuerdo al impulso que se le ha dado, a nivel de las direcciones.
- Tanto el POA participativo como el PDM, no han sido reconocidos plenamente por amplios sectores de la ciudadanía (debido a que su implementación data de hace poco más de una gestión).



Teniente de alcalde, concejal de Finanzas, Nuevas tecnologías, Relaciones internacionales de la ciudad de Nanterre, Francia. Coordinación del FALP.

GÉRARD PERREAU-BEZOUILLE

Fórum de Autoridades Locales de Periferia “Democracia participativa para metrópolis solidarias”

Deseamos agradecer al OIDP la incorporación de la democracia participativa en la “governabilidad” de las metrópolis en esta 6ª Conferencia, en colaboración con la red “FALP para metrópolis solidarias”, actividad coorganizada y presentada por la ciudad de Nanterre.

Nanterre trabaja en el OIDP desde su primera conferencia de Barcelona en 2001. Lo hace con voluntad de alimentar sus propias experiencias de la riqueza de las prácticas de otras autoridades locales del mundo. Hemos tenido la ocasión de presentar nuestras iniciativas, confrontarlas, de volverlas a interrogar con vuestra contribución.

En la experimentación de estas nuevas prácticas democráticas, el intercambio de experiencias es esencial para avanzar individual y colectivamente. Nosotros nos implicamos a esta dinámica porque juntos hacemos “sentido” en el mundo sobre este tema crucial para la democracia que es la participación de la ciudadanía en la vida y en la elección de “vivir juntos”, del local al global, en el presente y en el futuro, del barrio hasta el planeta.

Nuestras redes de colectividades locales, espacios mundiales de intercambios de experiencias, pueden y deben alimentarse de debates y de temas planteados por otras redes. Las mismas problemáticas pueden encontrarse por puertas de entrada de diferentes, pero conectándose pueden reforzarse mutuamente.

Y es en este sentido que el OIDP y la red “FALP para metrópolis solidarias” trabajan juntas. El FALP nació bajo el impulso de colectividades locales de periferia que trabajaban juntas desde 2003 (a raíz del 1^{er} encuentro internacional de Nanterre, en octubre de 2002) en el si de la red “Ciudades de periferia y de democracia

participativa” para hacer oír sus especificidades y problemáticas en los debates sobre el sentido del mundo actual, sobre el lugar y el papel de las autoridades locales en éste para hacer crecer los valores de solidaridad, democracia y justicia. Si el mundo se convierte mayoritariamente en urbano, pasa a serlo en gran parte en las periferias de las grandes ciudades. Nos ha parecido esencial crear un espacio de diálogo de las autoridades locales de periferia. Su actividad se ha expresado en distintos momentos y ha permitido la creación del Grupo de trabajo “Ciudades de periferia” dentro del CGLU (Ciudades y Gobiernos Locales Unidos).

En abril de 2005 decidimos coorganizar en colaboración con asociaciones, el 1^{er} Foro Mundial de Autoridades Locales de Periferia (FALP) sobre el tema “Otra mirada sobre el mundo de las metrópolis”. En marzo de 2006 cerca de 800 personas de 21 países se reencontraron en Nanterre. Horas de debate, 4 conferencias, 9 talleres, más de 200 intervenciones que pueden encontrar en www.falp.nanterre.fr.

El FALP confirmó la contribución indispensable de las periferias, vinculadas con los centros, para pensar y actuar para unas metrópolis solidarias. Planteó también una serie de urgencias para el derecho a la ciudad, a la metrópolis para todos. Las cuestiones de la democracia y las prácticas participativas son transversales en el conjunto de los trabajos del FALP. Pero trabajamos también para que sean abordadas de manera concreta a partir de dos ejes:

1. “Democracia participativa, ciudadanía de residencia... renovar la política por los márgenes”. Frente a las problemáticas de exclusiones sociales y democráticas y de la diversidad de prácticas y de experiencias - institucionales o no - quisimos plantear las siguientes cuestiones: ¿La democracia no tiene necesidad de renovarse? ¿Cómo otras formas de compromiso ciudadano pueden afirmarse? ¿Cómo inventar otros espacios de expresión y desarrollar experiencias de participación innovadoras, para decidir mejor y convivir? ¿Estas cuestiones pueden renovar las prácticas políticas? Hacía algunos meses después de los “motines” que sacudieron numerosas ciudades francesas de periferia. El debate fue rico, remarcando por ejemplo que los términos de la “democracia representativa no bastan ya para expresar la diversidad de las necesidades, las aspiraciones, formas de expresión o incluso los conflictos que se expresan, y en consecuencia surge la necesidad de experimentar nuevos espacios de palabras”; pero rico también por las prácticas de participación que se presentaron, de ciudades como Gavà en la periferia de Barcelona, de Echirrolles en la de Grenoble, o de Bobigny en la metrópolis parisina.

2. “Experiencias de instituciones metropolitanas vividas por las periferias” donde a partir de la mirada aportada por autoridades locales de periferia evocamos las experiencias del Gran Lyon (Vaux en Velin), Milán (Sesto San Giovanni), Montevideo (Canelones), Barcelona (Molins de Rei) y París (París). Si la necesidad de coordinación metropolitana en una entidad metropolitana

se planteó detenidamente, ésta debe hacerse en el respeto a las identidades, aspiraciones, necesidades de cada uno, portadora de solidaridad, de aportaciones para la convivencia. La democracia debe estar en el centro de la construcción dando protagonismo a la democracia participativa. Es necesario pues abrir el debate sobre el vínculo “governabilidad de las metrópolis y democracia participativa”. Por sus experiencias, las ciudades de periferia pueden aportar mucho a este debate. Podemos por ejemplo ilustrarlo con la cuestión del derecho al transporte, a la movilidad. Si una parte de la metrópolis es “prohibida” cómo pensar que puede ser fuente de “bien estar”, espacio de compromiso, espacio de compartir.

El FALP fue rico, y decidió proseguir su trabajo en red. Para concluir, queremos plantear un tema que nos importa especialmente, que ha sido objeto de debate en el FALP y quizás lo será en nuevas iniciativas: la cuestión de la participación de los y las jóvenes en los procesos de participación democrática. Nosotros sentimos que es un reto por el presente y el futuro de nuestras ciudades, y queremos abordar, con el OIDP, nuestras experiencias respectivas en este ámbito en una próxima conferencia, juntamente con las otras desigualdades o discriminaciones que son causa de exclusión en general y particularmente de exclusión en la participación. Pensamos que la celebración de la próxima conferencia en una ciudad de la periferia parisina es una oportunidad simbólica importante. Ésta permitirá encontrar nuevas experiencias.



Fundador y vicepresidente de la cooperativa Mesaverde. Su experiencia se centra en distintos ámbitos: la promoción de nuevas formas de desarrollo local auto sostenible, formación, ciudadanía activa y fortalecimiento del autogobierno local con la implementación de procesos de democracia participativa, principalmente. Ha trabajado con distintos ayuntamientos como asesor en proyectos de planificación participativa y presupuestos participativos, es responsable de Comunicación de la Red Nuevo Municipio y tiene amplia experiencia en el ámbito de la empresa social.

MICHELANGELO SECCHI

El papel de las entidades supramunicipales en la promoción de la participación política: La Red del Nuevo Municipio en Italia

La extensión y la adopción por parte de los entes políticos locales de la participación ciudadana en Italia es un fenómeno reciente, que ha recibido un impulso decisivo por parte de los estímulos desarrollados con el trabajo llevado a cabo por las redes nacionales e internacionales en el marco del movimiento alter mundialista.

Significativamente, en 2002, en ocasión del Foro Social Mundial de Porto Alegre, se generaron las bases para la abertura de una nueva fase de innovación institucional, a partir de la elaboración de la Carta del Nuevo Municipio, un documento elaborado con la contribución de personas de la administración, investigadores, profesores universitarios, asociaciones y ONG.

La **Carta del Nuevo Municipio**¹ ha comenzado un proceso de reconocimiento –por parte de muchas instituciones locales, asociaciones e investigadores en Italia– de la posibilidad de una vía alternativa de la democracia que permita poner en juego y valorizar todo cuanto riesgo de perderse del patrimonio social, cultural y territorial de las comunidades locales, en la globalización dirigida y especulativa.

Para favorecer este proceso, que ha ido desde compartir los objetivos hasta su materialización en políticas territoriales y sociales, el 8 de noviembre de 2003 se constituyó la red del Nuevo Municipio con el objetivo de canalizar, de una manera asociativa estable, las peticiones de renovación y aumento de las dinámicas de la toma de decisión provenientes de varios sectores de la sociedad civil, de los ámbitos institucionales más sensibles a la atención de los representados, de estudiosos e investigadores activos alrededor del problema del *empowerment* de las comunidades locales en el gobierno del territorio.

En estos años, la red ha contribuido a producir una serie de transformaciones profundas en la organización y los asuntos del gobierno local.

La carta remonta los principios orientativos de la Acción de la Armm, que conectan la dimensión participativa local con una perspectiva del federalismo solidario entre sociedades autogobernadas.

¹ <http://www.nuovomunicipio.org/documenti/carta.html>



“El “Nuevo Municipio” se realiza a través de la activación de nuevos institutos de decisión junto a los institutos de democracia delegada, ampliados a un mayor número de actores representativos de un contexto social y económico, con el objetivo de la promoción “estatutaria” de diseños de futuro localmente compartidos.” Entre las varias acepciones posibles de “participación” convienen particularmente aquellos procesos y formas de relación entre la sociedad y la institución que den una voz eficaz a los agentes sociales excluidos del gobierno de la política pública, y que se propongan al centro de procesos de refundación de la democracia.

Participación que trata cuestiones “sustantivas” y estratégicas: participación por lo tanto como fundamental manera de expresión de la crítica y redefinición de escenarios de desarrollo y de respuesta a la crisis de la representatividad, conflicto en la comparación de formas del gobierno “heterodirigidas” de lo político y la economía.

Los principios contenidos en la Carta se fundamentan en una visión del desarrollo territorial que se identifica en primer lugar “con el aumento de las redes cívicas y “del buen gobierno” de la sociedad local, pero no puede convertirse en localismo cerrado, defensiva, debe construir redes alternativas a las largas redes globales, fundada en la valorización de las diferencias y de las especificidades locales, de la cooperación no jerárquica y no instrumental.

En este sentido puede prosperar un escenario definible también como globalización “de abajo”, solidaria, no jerárquica, cuya naturaleza es sin embargo aquella de una red estratégica (también internacional, mundial) entre las sociedades locales.”

LA ESTRUCTURA DE LA RED

En caso de ARNM el esfuerzo de organización apunta a los orígenes a la creación de una red mixta, por sus objetos, intereses y tipología de participantes, a partir del esquema del tripartito, que tiene como protagonistas paritarios la administración pública, el mundo de la investigación académica, y las organizaciones de la sociedad civil. Este esquema es útil para los organismos nacionales

(Asamblea de socios, Comité ejecutivo, Grupos temáticos), y también para las articulaciones locales, los nodos que representan el esqueleto de la asociación, particularmente establecida en las regiones del Centro y Norte de Italia.

Otra particularidad de la Red del Nuevo Municipio es su autonomía de fuentes específicas de financiación (como por ejemplo en el caso de los proyectos europeos), que en muchos casos condicionan las formas y sobretodo de los tiempos de vida de muchas redes.

ACTIVIDAD

Además de la actividad institucional relativa al propio funcionamiento, ARNM realiza actividad de intercambio y contraste de las experiencias de los propios socios y organiza seminarios y cursos de formación para técnicos y personal de la administración.

Anualmente organiza algunos encuentros a nivel nacional donde se reúnen todos los socios, como la Asamblea de socios y el “Encuentro Nacional de los actores que experimentan en política de participación”.



Otras actividades que se impulsan, más allá del horizonte de los socios, como la promoción de campañas para la salvaguardia de los bienes comunes o la lucha a los grandes trabajos como el TAV. A partir del 2004 ARNM da apoyo también a la acción de algunos entes supramunicipales, como la región Toscana y Lazio o la provincia de Milán, en el planteamiento y el desarrollo de políticas de promoción de la participación en amplias áreas.



Especialista en Desarrollo, con experiencia en agencias internacionales para el desarrollo, gobiernos locales y ONG's. Sus áreas de actuación se centran en la participación, el gobierno local y la administración. Desde septiembre de 2003 trabaja en el Banco Mundial, ejerciendo varias funciones en las áreas de: operaciones, desarrollo de capacidades, diálogo de políticas entre gobiernos, donadores y equipo del BM. Sus últimas actividades, en el Departamento de Desarrollo Social del Banco Mundial (aherzog@worldbank.org), reúnen trabajos en América Latina, África y Europa del Este en temas como el presupuesto participativo, plataformas de gobernanza local y observatorios sociales.

ANDRÉ HERZOG

Responsabilidad social en las operaciones del Banco Mundial

Existe cada vez mayor evidencia de ciertas innovaciones gubernamentales dirigidas a incrementar la responsabilidad estatal ante los ciudadanos, particularmente a nivel local. Las reformas en descentralización y democratización aplicadas en muchos lugares del mundo han fortalecido la toma de decisiones y el suministro de servicios en un ámbito local, pero también han otorgado poderes a los ciudadanos y la sociedad civil para hacer oír su voz con respecto a sus necesidades y vigilar a las instituciones públicas. En este contexto han surgido un amplio espectro de acciones de *responsabilidad social* (RS) y mecanismos más allá del voto, que los ciudadanos y la sociedad civil pueden utilizar para exigir responsabilidades a las administraciones locales y a los proveedores de servicios públicos. La RS consiste, fundamentalmente, en afirmar y hacer operativa la voz y la vigilancia de la responsabilidad de las relaciones entre ciudadanos, poder y proveedores de servicios.

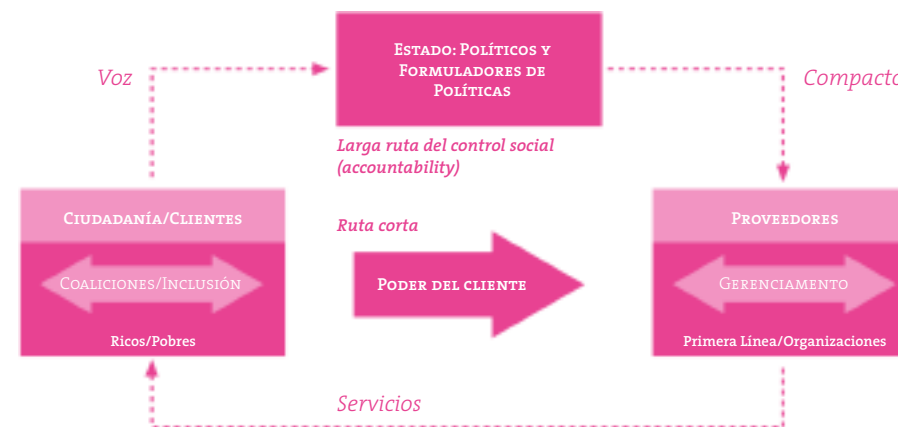
De hecho, un número cada vez mayor de experiencias en responsabilidad social a nivel local tanto en países desarrollados como en vías de desarrollo muestra la relevancia de la participación directa en la descentralización y la democratización. Estas experiencias van desde la participación pública en políticas de gobierno local, planificación y establecimiento de presupuestos hasta el impulso de la función de la sociedad civil en el control del gasto público, así como la inspección y la evaluación de la calidad de la infraestructura y del suministro del servicio. Esta tendencia ha contribuido al amplio reconocimiento de que la participación pública puede dar lugar a un gobierno local más responsable, inclusivo y efectivo, dado que refuerza uno de los pilares básicos para la descentralización: la alineación de las funciones administrativas con las preferencias locales. Más aún, complementa los mecanismos tradi-

cionales del sector público para 'comprobar-y-ajustar', que a menudo no consigue tratar los fallos de gobierno clave, como la asimetría en la información, los problemas principio-agente y la atracción de minoría selecta.

El discurso y la práctica de la responsabilidad social también han llegado al Banco Mundial. Comúnmente conocido por su función como agencia de desarrollo internacional, el Banco ha ido incrementando su atención al aspecto de la demanda ante el gobierno. El Informe sobre Desarrollo Mundial de 2004, *Trabajando para los pobres*¹, es un documento corporativo clave, que eleva al mismo nivel la voz de los ciudadanos y el poder de los clientes para reformar los programas de gobierno, predominantemente gestionada mediante enfoques tradicionales del sector público. La Estrategia de Desarrollo Social del BM², más aún, consideró la responsabilidad social como uno de los pilares del desarrollo, subrayando la importancia de las *instituciones responsables e inclusivas* para promover el igual acceso a las oportunidades, y respondiendo a los intereses del público de forma efectiva, eficiente y justa. Estos principios que se refuerzan mutuamente son esenciales para transformar las instituciones para dotar de mayor poder a los pobres y los sectores marginados. Últimamente, el Documento de Gobierno y Anticorrupción del Banco ha venido a reforzar aún más este cambio paradigmático, reconociendo que las reformas públicas en los aspectos de suministro pueden complementarse con aspectos de demanda al gobierno. Reconoce explícitamente la función crucial de la sociedad civil, los medios y las comunidades en la reforma de los programas de gobierno, centrando la atención en que los mecanismos de participación a nivel local son puntos de entrada anticorrupción y de gobierno muy efectivos.

EL MARCO DE LAS RELACIONES RESPONSABLES

Fuente: Informe sobre el desarrollo mundial 2004



¹ <http://econ.worldbank.org/wdr/wdr2004>

² Banco Mundial (2005), autorizar a las personas transformando las instituciones: desarrollo social en las operaciones del Banco Mundial.

APLICACIONES DE RS EN POLÍTICA Y CICLO DE GESTIÓN DEL GASTO PÚBLICO

Fuente: Página web de participación y compromiso civil del BM³



Estos conceptos y enfoques de participación y responsabilidad social se han reforzado considerablemente mediante diferentes operaciones de préstamo y no préstamo en el Banco Mundial, que incluyen:

- **Programas de estrategias para la reducción de la pobreza (PERP):** El PERP describe las políticas macroeconómicas, estructurales y sociales de un país y los programas para promover el crecimiento y reducir la pobreza, así como las necesidades económicas externas asociadas. Los PERP normalmente son preparados por los gobiernos mediante un proceso de participación en el que se implica a organizaciones de la sociedad civil y socios de desarrollo;
 - **Préstamos a las políticas de desarrollo (PPL):** la participación de socios en PPL puede incluir al gobierno central y al parlamento, pero también a agencias de implementación, gobiernos regionales y locales, representantes del sector empresarial, ciudadanos y organizaciones de la sociedad civil;
- **Descentralización y otras operaciones específicas del sector:** el BM ha ido aplicando cada vez más conceptos de planificación de la participación, del presupuesto, de rastreo del gasto y de inspección del rendimiento para reforzar la capacidad de la sociedad civil para priorizar las inversiones del sector, e inspeccionar y evaluar los servicios;
 - **Desarrollo dirigido por la comunidad (DDC):** es un enfoque que proporciona control sobre las decisiones de planificación y los recursos de inversión a grupos de la comunidad y gobiernos locales. Los programas de DDC operan sobre los principios del poder local, el gobierno de participación, la responsabilidad ante la demanda, la autonomía administrativa, una mayor responsabilidad hacia abajo, y una mejora de la capacidad local; y,
- **Actividades de no préstamo:** el Banco también proporciona asistencia técnica, desarrollo de conocimiento, investigación y capacidad de construcción. Por ejemplo: (i) desarrollando y ensayando herramientas de análisis para valorar la facilitación del entorno neces-

rio para la responsabilidad social, con el fin de contribuir a la mayor comprensión de las obligaciones y las oportunidades que supone el compromiso cívico efectivo a nivel estatal; (ii) proporcionando apoyo a las instituciones regionales, nacionales y locales y a su capacidad de desarrollo, p. ej.: Desarrollo de Conocimiento del Presupuesto Participativo y 'Facilidades' a la Acción de Apoyo Regional para América latina y África; (iii) desarrollando herramientas de apoyo al conocimiento operativo, p. ej.: el Libro de la Responsabilidad Social.

Retos y Oportunidades

A pesar de la creciente importancia de la participación y la responsabilidad social en el Banco Mundial, existen aún diferentes retos a tener en cuenta. Muchos proyectos siguen aplicando la responsabilidad social a nivel piloto. Por lo tanto, resulta necesario dirigir esfuerzos hacia el incremento y el mantenimiento de la responsabilidad social en las operaciones. Para que ello se produzca, es esencial la construcción de evidencias más sólidas del impacto de la responsabilidad social y sus vínculos con la economía política. En este sentido, el Banco ha empezado a iniciar algunos estudios específicos por país sobre la facilitación de entornos para la RS, y valoraciones del impacto de enfoques de RS específicos, como un reciente estudio para medir el impacto de la Elaboración de Presupuesto Participativo en Brasil⁴.

Teniendo en cuenta estos aspectos, el CDD y el equipo de Gobierno Local (CDDLG) del Departamento de Desarrollo Social han centrado sus actividades en el fomento del desarrollo del conocimiento y la operacionalización de CDD, gobierno local y responsabilidad social. Entre otras áreas, el equipo CDDLG lleva a cabo análisis y acciones, así como la construcción de capacidad y la divulgación de actividades para contribuir a la mejora del rendimiento de las operaciones del Banco Mundial. Para una organización bien conocida por su función en el suministro de reformas de gobierno, estas iniciativas representan un esfuerzo sin igual para complementar las reformas políticas tradicionales y los enfoques económicos y llevar los procesos de participación y responsabilidad social hasta su misma base.

³ www.worldbank.org/participation

⁴ Banco Mundial 2006, "Evaluación de la Autorización: Presupuesto Participativo en ayuntamientos de Brasil" en *Autorización en la Práctica: del análisis a la implementación*.



Arquitecto graduado en Ecuador en 1980. Actualmente es Director Ejecutivo del Centro Internacional de Gestión Urbana, CIGU, de Quito (Ecuador) una organización que actúa en el contexto de América Latina para promover iniciativas innovadoras de gestión urbana democrática, participativa e incluyente. En la actualidad el CIGU ejecuta un proyecto denominado “REFORZAR, Refuerzo a los Presupuestos Participativos en América Latina” y es socio externo de siete proyectos comunes de la Red URB-AL No. 9, “Presupuesto Participativo y Finanzas Locales”, coordinado por la ciudad de Porto Alegre, Brasil. Jaime Vásconez ha sido asesor regional del Programa de Gestión Urbana para América Latina y El Caribe, PGU-ALC, promovido por UN-HABITAT y se ha desempeñado como Coordinador Territorial, responsable del sistema de gestión participativa, del Municipio del Distrito Metropolitano de Quito, Ecuador. Ha sido consultor de varios organismos internacionales y nacionales, profesor en varias Universidades en Ecuador.

JAIME VÁSQUEZ

“El papel de las instituciones internacionales en los procesos de profundización democrática”

El CIGU es una entidad civil que trabaja en América Latina, abordando los problemas urbanos desde una perspectiva regional. Convoca a profesionales, académicos, autoridades, técnicos municipales y dirigentes comunitarios en un espacio común que trabaja, desde visiones diversas, los problemas de la pobreza y la inequidad, del deterioro ambiental y de la gobernabilidad, a partir de un compromiso ético con los sectores pobres y excluidos basado en los principios de la solidaridad, la democracia y la equidad.

El CIGU ejecuta el proyecto *REFORZAR, Refuerzo a los Presupuestos Participativos en América Latina*, con apoyo del Departamento de Desarrollo Social Sustentable del Banco Mundial. Este proyecto busca promover redes nacionales de presupuestos participativos, desarrollar conocimientos, diseminar información, fortalecer las capacidades locales y brindar asistencia para el uso de esa herramienta de gestión en las ciudades de la Región. Por otra parte, el CIGU está vinculado a varios proyectos de la Red URB-AL No. 9,

(Presupuestos Participativos y Finanzas Locales), que articulan a ciudades de América Latina y Europa y que desarrollan estudios específicos sobre la relación del presupuesto participativo con la lucha contra la exclusión social, la modernización de las estructuras municipales, el planeamiento físico y territorial; la economía solidaria, entre otros temas. Ha efectuado otros estudios específicos en varias ciudades de América Latina y apoya la elaboración de un manual de capacitación sobre ese instrumento en África, con soporte de UN-HABITAT.

De todo ello, el CIGU percibe que las democracias locales en América Latina tienden a fortalecerse, multiplicándose en términos cuantitativos y radicalizándose cualitativamente y en forma cada vez más acelerada. Por ejemplo, los presupuestos participativos, que se experimentaron inicialmente en Brasil a comienzos de los años 90; se expandieron en ese país durante el siguiente lustro y a partir del 2000 se han diseminado en toda América Latina y en otras Regiones hasta alcanzar su actual dimensión internacional. Paralelamente, se han diversificado y perfeccionado en términos conceptuales, metodológicos y operativos, al punto de que su adopción no se produce solo por iniciativa individual de una ciudad, sino que responde a la influencia de agentes externos como son los gobiernos centrales (Perú, Honduras); organismos internacionales (UN-Hábitat, Banco Mundial); asociaciones municipales (Ecuador), o diversas redes (Perú, Chile, Venezuela, República Dominicana, Brasil y otros países), que proponen la masificación del presupuesto participativo como mecanismo para mejorar la gobernabilidad local e impulsar la transparencia y la rendición social de cuentas.

Esos cambios, cuyas causas específicas deben ser analizadas en otros espacios, plantean nuevos problemas y desafíos a las instituciones internacionales vinculadas al Desarrollo. Aunque las respuestas a tales cuestiones las tiene que dar cada entidad, el CIGU ha adoptado algunas orientaciones que le permiten ajustarse a la cambiante situación y que son, entre otras, las siguientes:

- Descartar la visión puramente municipalista de la profundización democrática local, impulsando los procesos de articulación multi-actoral.
- Encarar los problemas de la democracia local desde la perspectiva regional.
- Utilizar las nuevas herramientas de comunicación, como Internet, para la articulación de redes, la difusión de la información y la diseminación del conocimiento, procurando adaptar los contenidos a los nuevos lenguajes de la comunicación audiovisual.
- Asumir que los procesos convencionales de asistencia técnica deben ser sustituidos por procesos de intercambio de experiencias y buenas prácticas, los cuales pueden ser facilitados y promovidos por las agencias de cooperación.
- Impulsar procesos virtuales e interactivos de aprendizaje mutuo, o de auto aprendizaje, que sustituyan los convencionales procesos de entrenamiento y desarrollo de capacidades.

Conclusiones del debate sobre instrumentos de planificación participativa

A. DEBATE SOBRE LOS CONCEPTOS, PRINCIPALES CONCLUSIONES

1. LOS CONCEPTOS



2. PARTICIPACIÓN

- a. Participación ciudadana como principio, derecho, deber y proceso sociopolítico.
- b. Visión sistémica de la participación.
- c. Como solidaridad en la distribución de recursos.
- d. Como discriminación positiva.
- e. Como integración entre clases sociales – democracia para todos y todas.
- f. Participación: ¿bandera de las izquierdas?
- g. Como proceso de transformación de lo individual a lo colectivo.
- h. Más de un concepto de participación social.
- i. Como instrumento para permitir la proximidad entre ciudadanía y gobierno.
- j. Como proceso estrictamente político y no partidario.
- k. Como inclusión social y apropiación de los intereses de género y etnias.
- l. Participación presupone información.
- m. Mobilización no es participación.
- n. No es fruto de los intereses del poder público- espacio de autonomía de la participación.

3. CIUDADANÍA

- a. Como convencimiento para la lucha ciudadana.
- b. Como proceso de organización y lucha.
- c. Como visión sobre el mañana.
- d. Como cuidado y transparencia de la información.
- e. Como diálogo permanente durante el proceso y en las prácticas participativas.
- f. Como fortalecimiento de la democracia directa.

- g. Como un requisito al espacio de libertades de las personas.
- h. Formación de la ciudadanía a través de la educación.

4. OTROS ELEMENTOS SOBRE LOS CONCEPTOS

- a. La participación nutre de significado conceptos como el de la ciudadanía, la autonomía-emancipación, co-gestión, control social, estado y políticas públicas.
- b. No hay conceptos acabados ya que depende de la cultura y del momento histórico en que él se encuentra.
- c. La participación es fácil de conceptualizar, pero el mundo real es más complejo.
- d. La participación exige largo plazo para confianza de los instrumentos.
- e. La burocracia, la máquina administrativa son factores de impedimento de la participación.
- f. Politizar los derechos no significa institucionalizar los derechos.
- g. Principios de la democracia participativa: ¿para qué, para quien y como?
- h. Vinculaciones ideológicas en la gestión pública no significa participación.

5. EL CONTEXTO

- a. El contexto latino-americano impone diferencias a los conceptos y a las prácticas europeas.
- b. El debate de los diferentes conceptos está inserido en un contexto del Estado burgués, lo que sugiere límites a su aplicación.
- c. Los conceptos están confrontados por culturas individualistas o demasiado académicas.
- d. El estado está fuera de la sociedad y viceversa; la participación va más allá de los gobiernos democráticos.

6. SOBRE LOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPACIÓN

- a. Importancia de la definición de metas e indicadores sobre los efectos de la participación.
- b. Integración de los procesos de acciones locales con planificación participativa.
- c. Plan de Desarrollo Municipal (largo plazo).
- d. Contextualizar y valorar las diferencias existentes tanto en los instrumentos de participación como en las culturas de organización política de los sujetos sociales.

B. CONCLUSIONES A PARTIR DE NUESTRAS EXPERIENCIAS Y NUESTRAS PRÁCTICAS

El Bosque (Chile), Caracas (Venezuela), Cotacachi (Ecuador), Recife, Olinda, São Paulo (Brasil), Sevilla, Bilbao (España), Italia.

7. FUERZAS

- a. Articulación eficiente entre los distintos niveles territoriales.
- b. Sensibilidad social, subjetividad y calidad para el trabajo en los territorios.
- c. Base de datos/información para la planificación.

- d. Asambleas/Consejos como metodología de construcción de forma colectiva.
 - e. Articulación entre territorios y entre democracia participativa y deliberativa.
 - f. Planificación simultánea en diferentes municipios.
 - g. Leyes que institucionalizan la participación.
 - h. Compartir poder y participación directa de la población.
 - i. Adecuación de los instrumentos según las diferentes culturas.
 - j. Cultura como inductora de la participación.
 - k. Experiencia piloto distrital.
 - l. No partidización de los espacios.
 - m. Foros consultivos/representación de los colectivos/participación territorial.
 - n. Transferencia de recursos directos para las comunidades.
 - o. Relación de obras públicas versus participación y ciudadanía.
 - p. Colaboración con la universidad y otros actores.
 - q. Formulación de diagnóstico participativo.
 - r. Proceso de evaluación sistemático.
 - s. Amplitud de canales, optimización de asambleas públicas, universalidad.
 - t. Diversidad en la representación en los canales.
8. DEBILIDADES
- a. Ausencia de información para la comunidad.
 - b. Baja dotación presupuestaria.
 - c. Desconocimiento sobre los instrumentos del presupuesto público.
 - d. Dificultades en la conclusión de las acciones prioritarias.
 - e. Definir acciones estructurales para la ciudad a partir de los instrumentos participativos.
 - f. Prácticas de la democracia representativa en la democracia participativa.
 - g. Diagnóstico participativo de los territorios, más allá de los técnicos.
 - h. Incompatibilidad de intereses fuera y dentro de los gobiernos.
9. AMENAZAS/DESAFÍOS FRENTE A LAS PRÁCTICAS
- a. Problematicar la participación de la ciudadanía no-organizada más allá de las formas e instrumentos asociativos.
 - b. Integrar el tiempo ideal con el tiempo real de las acciones.
 - c. Identificar los niveles de desafíos para cada fase de la participación.
 - d. Favorecer el diálogo, en los instrumentos participativos, entre las acciones inmediatas y las políticas nacionales.
 - e. Implicar la población en todo el proceso de formulación e implementación de las políticas.
 - f. Desarrollar un proceso de reeducación para la participación.
 - g. Cuidados técnicos para llevar a cabo diagnósticos participativos.
 - h. Fortalecer la auto-estima y rescatar creencias en la ciudadanía sobre el proceso participativo a pesar de los límites presupuestarios y de los atrasos en la ejecución de las políticas.

- i. Cambios de gestión y recursos.
- j. Separación entre la gestión, los partidos y la sociedad.
- k. No cumplimiento de los compromisos.
- l. Partidización.

Conclusiones del debate sobre pedagogía de la participación

1. DESTINATARIOS, *la pedagogía abarca a todos los grupos sociales y actores. Hacemos referencia a:*
 - a. Niños, niñas y jóvenes, en los ámbitos de:
 - Escuela formal con proyectos comunitarios.
 - Estructura familiar.
 - b. Actores que conforman la administración: personal técnico, gerentes administrativos y dirigentes políticos.
 - c. Líderes sociales y consejeros/as (del OP¹).
 - d. Formación de educadores populares y educadores sociales.
 - e. Líderes y militantes de Movimientos sociales.
2. OBJETIVO
 - a. Promover la cultura de la democracia para asegurar el Estado de Derecho.
 - b. Que la ciudadanía reconozca y ocupe su espacio, en la formulación y en el control de las políticas públicas, con el fin de:
 - Promover acuerdos públicos en entidades compartidas.
 - Dar visibilidad a acuerdos colectivos.
3. PROCESO, *en el proceso de formación son necesarias:*
 - a. Una postura activa de la sociedad civil, independientemente del origen de la iniciativa de formación para la participación.
 - b. La utilización de recursos públicos en los procesos de formación.
 - c. Una organización transparente y participativa, coherente con sus objetivos.
4. MÉTODOS
 - a. Responder a las necesidades específicas de cada colectividad, adecuando (los métodos) al lenguaje, cultura, historia, sistema político del país y niveles de conocimiento de los y las participantes.

¹ Las siglas OP hacen referencia a los procesos de Presupuesto Participativo (Orçamento Participativo, en portugués).

- b. El método debe ser construido basado en la tolerancia y el respeto a la diferencia con base al diálogo, integración, discusión y negociación de los actores en cada situación particular. No utilización de manuales.
 - c. La acción de la participación es el espacio del aprendizaje de la práctica pedagógica.
 - d. Proceso sistemático, continuo y asiduo.
 - e. Importancia del seguimiento y evaluación continuados. Aprovechar las experiencias bien o mal sucedidas para la mejora constante del método.
 - f. Utilización de tecnologías modernas de gran alcance.
5. CONTENIDOS, *temas a trabajar*:
- a. Conocimientos para la transformación de la realidad.
 - b. Información.
 - c. Comunicación.
 - d. Concertación, negociación.
 - e. Liderazgo social.
 - f. Democracia.
 - g. Relación gobiernos y sociedad.
 - h. Inclusión social.
 - i. Elaboración de proyectos y temática legislativa.
 - j. Planificación estratégica.
 - k. Gestión de proyectos y programas públicos.
 - l. Control social.
 - m. Seguimiento y evaluación.
6. INSTRUMENTOS, *pueden ayudar a los procesos pedagógicos, a hacer pedagogía de la participación a conseguir los objetivos fijados, teniendo en cuenta también las demás características abordadas en la sesión*:
- a. Equipos inter-institucionales.
 - b. Universidad libre.
 - c. Escuelas de ciudadanía.
 - d. Extensión universitaria.
 - e. Utilizar Internet y las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (NTIC) para el intercambio de propuestas.



Conclusiones del debate sobre inclusión social y convivencia en las ciudades

A. DEBATE SOBRE LOS CONCEPTOS DE DISCUSIÓN

1. INCLUSIÓN SOCIAL

- 1.1 El abordaje del proceso de inclusión requiere que se aprehenda anteriormente a las diferentes escalas de la exclusión.
 - Diferentes niveles de exclusión generan procesos de inclusión diferenciados, o no los generan.

Algunos segmentos sociales se encuentran fuera del alcance de cualquier proceso de participación.

Ejemplos:

- a. OP¹ de Recife y de Olinda – Participan los segmentos más pobres de la población, (los de nivel medio y rico no participan por opción), pero quienes viven una situación muy grave de exclusión continúan quedando al margen del proceso.
- b. OP Sevilla – Participan intensamente la clase trabajadora y parte de la clase media (ricos no participan por opción), pero resta excluido el colectivo de inmigrantes, numéricamente representativos.

- 1.2 El proceso de inclusión propicia la formación de sujetos colectivos, teniendo como eje central la identidad:
 - Que genera el sentimiento de pertinencia.
 - Que propicia la ampliación de redes de relaciones y de solidaridad.
 - Que favorecen el empoderamiento.
 - Que amplía las posibilidades de participación ciudadana.

2. CONVIVENCIA EN LAS CIUDADES

2.1 Estimular políticas de convivencia:

- Con diferentes segmentos de población.
- Con diferentes intereses.

2.2 Ampliar el conocimiento sobre el lugar: sus aspectos históricos, culturales, ambientales, etc., de modo de:

- Crear identidades.
- Favorecer sentimientos de pertinencia.
- Ampliar las redes de relaciones sociales.

¹ Las siglas OP hacen referencia a los procesos de Presupuesto Participativo (Orçamento Participativo, en portugués).

2.3 Valorizar capital humano, ampliando las condiciones de accesibilidad:

- Acceso a los espacios de la ciudad, la vivienda, equipamientos urbanos (bus), para personas con discapacidad (capacitación de técnicos).
- Acceso a la vivienda digna y segura para quienes no tienen acceso.

Inclusión social y Convivencia en las ciudades:



B. EXPERIENCIAS BASE A LOS CONCEPTOS CLAVE

3. EXPERIENCIAS A LA LUZ DE LOS CONCEPTOS CLAVES

3.1 Presupuesto participativo:

Fuerzas:

- Es un proceso acumulativo que se inicia con el Ayuntamiento y va acumulando fuerzas.
- Participación de la población en la toma de decisiones, con oportunidad de elecciones, a través de la deliberación sobre los recursos.

Oportunidades:

- Constitución de espacio:
 - para formación de grupos y organización social.
 - donde la población puede hablar.
 - donde son identificados los problemas y reivindicados derechos.

Debilidades:

- Es significativo, pero no es mayoritario (representación de los segmentos sociales y del presupuesto municipal).

- Los desentendimientos internos y la dificultad de relación con otros espacios de gestión de la ciudad.
- Reduce la discusión de la ciudad a una discusión sobre obras.
- La no realización de propuestas votadas generan descrédito del proceso de participación.

Amenazas:

- Generan privilegios que propician procesos de cooptación.
- Por ser una política de la gestión municipal, es amenazada de no continuidad, cosa que amenaza su sostenibilidad.

3.2 En la segunda parte del debate, se extraen diversas conclusiones y elementos a destacar, a partir de las experiencias y las prácticas cotidianas de las personas participantes, en procesos como “Projetos culturais no Ibura”, “Parceria nos morros”, o “Espaço cultural Nascedouro”, entre otras.

Principales elementos destacados de las prácticas y la experiencia acumulada en el grupo de trabajo:

- Propuesta de inclusión social dirigida a la educación de criaturas y adolescentes (alejándose de la violencia y las drogas).
- Propuesta de acción estructuradora y a largo plazo, en la línea de la cultura: alternativa del presupuesto participativo a los proyectos puntuales y de visión a corto plazo.
- Propiciar la organización, la ampliación de las redes de convivencia (capital social) en la ciudad.
- Comisiones que demandan y definen prioridades.
- Promoción de la formación de profesionales, con la capacitación de la comunidad para participar en la implementación de los proyectos (obras).
- La organización (de la ciudadanía) como expresión de fuerza/poder.
- Creación de espacios de inclusión social y de convivencia en la ciudad a través del arte y la cultura, donde participa la población local.



1ª Distinción OIDP “Buena Práctica en Participación ciudadana”



La Distinción “Buena Práctica de Democracia Participativa” es una iniciativa del Observatorio Internacional de la Democracia Participativa (OIDP). A través de la concesión de esta Distinción se pretende incentivar la puesta en práctica de experiencias innovadoras en el ámbito local y difundir aquellas prácticas que favorecen la participación e implicación de la ciudadanía en

los procesos de elaboración e implementación de las políticas públicas. El objetivo de esta Distinción es reconocer aquellas experiencias innovadoras en el campo de la democracia participativa, coordinadas por gobiernos locales, que puedan ser susceptibles de réplica.

El jurado internacional de la 1ª Distinción se ha encargado de proponer la experiencia merecedora de la Distinción, basado en una serie de elementos a tener en cuenta: la obtención de mayores cuotas de igualdad, el grado de innovación y la corresponsabilidad de los diversos actores que buscan el fortalecimiento de la ciudadanía, y la eficacia y la transparencia de la gestión pública. El jurado ha hecho su elección basado en la información presentada por cada candidatura.

Las organizaciones miembros del Jurado han acordado, el lunes 2 de octubre de 2006, atorgar la “1ª Distinción OIDP Buena práctica en participación ciudadana” a la experiencia:

“Procesos y mecanismos de inclusión de las mujeres indígenas en la gestión local: El caso de Cotacachi, Ecuador”.

Con la voluntad de incorporar las distintas aportaciones del jurado, se consensúa la entrega de seis menciones especiales del jurado a las siguientes experiencias:

- Asamblea Municipal Constituyente de Tarso (A.M.C.T), presentada por Tarso (Colombia).
- Campaign Creator, presentada por Bristol (Reino Unido).
- Plan Integral de Collblanc - La Torrassa, presentado por L'Hospitalet de Llobregat (España).
- Norma de Participación Ciudadana, presentada por La Paz (Bolivia).
- El Presupuesto Participativo de Fortaleza (Brasil).
- Los Presupuestos Participativos de Sevilla (España).

Desde la Secretaría Técnica queremos expresar nuestra satisfacción por el proceso desarrollado, en el que queremos destacar las numerosas candidaturas presentadas, la calidad de las experiencias y el trabajo de los miembros del jurado.

Procesos y mecanismos de inclusión de las mujeres indígenas en la gestión local: el caso de Cotacachi

COTACACHI - ECUADOR EXPERIENCIA DESDE 2003

Cotacachi es un cantón de la provincia de Imbabura que cuenta con una población de 37.254 habitantes, de los cuales el 80% residen en el área rural, y se caracteriza por su multiplicidad étnica y cultural.

En 1996, el Gobierno institucionaliza la Asamblea de la Unidad Cantonal, que articula todas las organizaciones sociales de Cotacachi; y ésta formula el Plan de Desarrollo Cantonal. “La Asamblea de Unidad Cantonal es un espacio de expresión ciudadana para fraternizar, concertar, planificar participativamente el futuro del cantón, cuyas decisiones se basan en los principios de solidaridad y tolerancia a la diversidad pluricultural y multiétnica sin distinción de género y generación” (Acta Constitutiva).



En el 2000 el proceso incorpora el Presupuesto Participativo como una herramienta estratégica para el desarrollo, superando los enfoques que lo entienden como un reparto de recursos o un instrumento puramente consultivo. El PP pone énfasis en los valores de solidaridad, transparencia, reciprocidad, la capacidad de autogestión, el compromiso social y moral.

En términos metodológicos tiene como base temática las prioridades del Plan de Desarrollo Cantonal, y la base territorial en tres niveles: cantonal, zonal y comunal o barrial. Se sustenta en la participación de

todos los segmentos sociales sin distinciones de ningún tipo; admitiendo las formas tradicionales de organización y promoviendo nuevas formas para los grupos excluidos (por ej. mediante las coordinadoras de mujeres, jóvenes, o de la niñez). Este proceso de gestión participativa ha logrado una evolución constante para garantizar su propia sostenibilidad y ampliar su incidencia en la realidad local. En el año 2003 se implementa una metodología específica para incentivar una mayor participación de las mujeres, que ha supuesto dar atención a sus demandas específicas, fortalecer su organización interna y promover sus capacidades, defendiendo su derecho a intervenir frente a los restantes actores sociales.

RECIFE, 28 NOV - 2 DIC 2006

Durante 4 días Recife ha sido el centro de encuentro del Observatorio Internacional de Democracia Participativa. Recife ha acogido a ciudades de toda América Latina y Europa, comprometidas desde hace años con el impulso político de la democracia participativa y con la puesta en práctica de metodologías y de procesos de participación innovadores y efectivos que han permitido mejorar, no sólo nuestras ciudades, la calidad de vida de nuestros conciudadanos y conciudadanas sino también su compromiso con la gestión pública, es decir, su compromiso con la mejora efectiva de la democracia.



Nuestros trabajos los hemos dividido estos días en tres espacios diferenciados: El primero fue la sesión interna del proyecto de *Observatorios Locales de la Democracia Participativa*, que ha celebrado en Recife su última reunión de coordinación internacional. El fruto de sus trabajos, elaborados con mucho rigor y profesionalidad entre las 10 ciudades socias (Barcelona, El Bosque, Porto Alegre, São Paulo, Cuenca, Buenos Aires, La Paz, Saint-Denis, Donostia-San Sebastián y la Diputación de Barcelona) han dejado una aportación muy valiosa al OIDP y a todas las ciudades del mundo que quieran impulsar la democracia participativa como uno de los pilares estratégicos de sus políticas locales: una vez finalice definitivamente el proyecto y se elabore el informe final tendremos a nuestra disposición la *Guía Práctica para la Constitución de un Observatorio Local* en cualquier municipio; la creación de una *Ficha de Buenas Prácticas* y una gran cantidad y variedad de indicadores que constituyen lo que denominamos “*Caja de herramientas*”. El mensaje es claro: no es suficiente con impulsar la participación ciudadana, es necesaria también su observación, su evaluación crítica, con el objetivo de innovar y mejorar a través de la visión del análisis objetivo y riguroso de las políticas que desarrollamos. Renovarse o morir también se aplica en política y por consiguiente también se debe aplicar a la participación ciudadana.

El segundo eje de trabajo de estos días fue la celebración de la sesión interna de las ciudades socias del OIDP donde, al margen de la aprobación del informe de gestión y la validación de los trabajos presentados por los Observatorios Locales decidimos continuar con el planteamiento iniciado el año pasado de elaborar instrumentos y herramientas desde el OIDP y que sean de utilidad para todas las ciudades socias y sus colaboradores. En éste sentido durante el próximo año trabajaremos en 5 grupos:

- “La gestión de la información” que coordinará la municipalidad de La Paz (Bolivia);
- “Los impactos y efectos de la participación” que coordinará la Prefeitura de Fortaleza (Brasil);
- “Los nuevos enfoques en la evaluación” que coordinará una comisión de miembros colaboradores de la red;
- “La gestión del tiempo” que coordinará Saint-Denis (Francia);
- “Metodologías de la participación” que coordinará la municipalidad de El Bosque (Chile).

Estos grupos están abiertos a la participación de todos los municipios socios y colaboradores que próximamente se podrán incorporar a través del llamamiento que se hará desde la Secretaría.

La última decisión importante del grupo de trabajo del OIDP fue la designación de la sede de la *séptima conferencia* y por tanto la ciudad que asumirá la presidencia del OIDP hasta noviembre del 2007: el Ayuntamiento de Nanterre (Francia) en la región Metropolitana de París reconocido internacionalmente por su compromiso en la participación y su impulso de prácticas innovadoras.

Recife ha sido también el escenario de la entrega de la *I Distinción OIDP Buena práctica en participación ciudadana*. Una distinción que permite conocer y reconocer las prácticas más innovadoras que se están llevando a cabo.

En esta primera edición se han presentado un total de 39 proyectos y se han otorgado *6 menciones especiales*¹ y la Primera Distinción que ha sido para el proyecto “Procesos y mecanismos de inclusión de las mujeres indígenas en la gestión local” del municipio ecuatoriano de Cotacachi.

Y finalmente los días de conferencia bajo el título de *Planificación Estratégica Participativa para la construcción democrática de las Ciudades* que nos ha tenido reunidos en Recife a diferentes agentes sociales, económicos y políticos de todo el mundo para impulsar, tras el debate, nuevas fórmulas y métodos que permitan perfeccionar nuestra práctica diaria.

De nuestros trabajos presentamos también la siguiente declaración consensuada entre los organizadores, Barcelona –que ostenta la secretaria– y las ciudades del comité coordinador de la red presentes en la conferencia que por unanimidad han decidido reconocer la hospitalidad y el trabajo de la ciudad de Recife e invitarla a formar parte del comité coordinador del OIDP.

¹ “Asamblea Municipal Constituyente de Tarso (A.M.C.T)”, Tarso (Colombia).
Campaign Creator, Bristol (Reino Unido).
Plan Integral de Collblanc – La Torrassa, L’Hospitalet de Llobregat (España).
Norma de Participación Ciudadana, La Paz (Bolivia).
Presupuesto Participativo de Fortaleza (Brasil).
Presupuesto Participativo de Sevilla (España).

Declaración

La 6ª Conferencia del Observatorio Internacional de Democracia Participativa realizada en la ciudad de Recife, en los días 29 y 30 de noviembre y 1 de diciembre de 2006, cuyo tema central “*Planificación estratégica participativa para la construcción democrática de las ciudades*”, consolida y abre nuevas perspectivas para el papel del OIDP como referencia internacional en la construcción de los procesos democráticos y participativos en las ciudades.

Esta referencia y construcción es fundamental en un momento en que, a nivel mundial, los procesos de concertación de los organismos internacionales han sido sistemáticamente violados y el uso de la guerra y de la fuerza usados como salida para los conflictos. La realización de la 6ª Conferencia en Recife, nordeste de Brasil, tiene un importante significado por el momento político vivido en América Latina.



En los últimos años este continente ha registrado avances para la lucha popular. La victoria de diversos gobiernos centrales por fuerzas políticas que representan la lucha de los movimientos sociales, que en las ciudades son los principales actores en la defensa por gestiones democráticas y populares, abre una nueva perspectiva para la construcción de planificación y desarrollo urbano participativos, que enfrentan de forma articulada y estratégica la inclusión de millones de ciudadanos y ciudadanas.

El sistemático ataque a los derechos de la ciudadanía provocado por la globalización (emigración forzada, desempleo estructural, ampliación de la pobreza en las ciudades y precarización territorial de espacios urbanos) exige de nosotros una articulación global para el enfrentamiento a este proceso autoritario, fruto de la hegemonía del capital financiero.

En este sentido, creemos que la articulación del OIDP con el CGLU permitirá ampliar la influencia de las ideas de participación democrática en las ciudades de todo el mundo.

No obstante, difícilmente podremos mudar este contexto económico y social si no articulamos el proceso de planificación estratégica participativa en las ciudades, la capacitación de nuestros actores, con las luchas por la transformación de los Estados Nacionales que abren nuevas perspectivas y que superen los límites de la construcción de la democracia a nivel local.



En este contexto, la democracia participativa como valor social e instrumento político de gestión, aparece como una aspiración en la construcción de sociedades más justas.

A pesar de nuestra experiencia de distintos contextos la reestructuración productiva, vía globalización, nos impone un desafío común: la construcción de una nueva humanidad, más justa socialmente, económicamente viable y ambientalmente sostenible.

El camino exige mucha lucha, mucha planificación y mucha participación. Mucho hay por hacer para la construcción de otro mundo posible.

Recife, 1 de diciembre de 2006

Comité organizador:



Colaboradores:



FALP

CIGU

REDE NORDESTINA

RETE NUOVO MUNICIPIO

6^a CONFERÈNCIA DE L'OIDP

PLANIFICACIÓ ESTRATÈGICA PARTICIPATIVA
PER LA CONSTRUCCIÓ DEMOCRÀTICA DE LES
CIUTATS

Índex

1. BENVINGUDA

ALCALDE DE BARCELONA

ALCALDE DE RECIFE

2. PRESENTACIÓ I OBJECTIUS DE LA 6^a CONFERÈNCIA

SECRETARIA TÈCNICA DE L'OIDP

3. PROGRAMA

4. PONÈNCIES

PONÈNCIA INAUGURAL: DEMOCRÀCIA PARTICIPATIVA I PLANIFICACIÓ MUNICIPAL: PRÀCTICA INNOVADORA DE LA GESTIÓ PÚBLICA

- Habitatge i ciutat al Brasil i a Amèrica Llatina. *Erminia Maricato*.

EIX TEMÀTIC: INSTRUMENTS DE PLANIFICACIÓ PARTICIPATIVA

- Models de Gestió Participativa. *Maria da Gloria Gohn*.

EIX TEMÀTIC: PEDAGOGIA DE LA PARTICIPACIÓ

- L'educació per a la ciudania activa. *Rudá Ricci*.

- Pedagogia de la participació. *Eva Salaberria*.

EIX TEMÀTIC: INCLUSIÓ SOCIAL I CONVIVÈNCIA A LA CIUTAT

- Valorització de la inclusió social com a premissa de convivència a la ciutat.

Alejandro Socorro.

- Inclusió, identitat i participació ciutadana. *Oscar Sogliano*.

SESSIÓ DEL FÒRUM D'AUTORITATS LOCALS DE PERIFÈRIA

- "Democràcia Participativa per a Metròpolis Solidàries". *Gérard Perreau-Bezouille*.

TAULA RODONA SOBRE EL ROL DE LES INSTITUCIONS SUPRAMUNICIPALS I INTERNACIONALS EN ELS PROCESSOS D'APROFUNDIMENT DEMOCRÀTIC

- "El paper de les institucions internacionals als processos d'aprofundiment democràtic". *Jaime Vásquez*

- El paper de les entitats supramunicipals en la promoció de la participació política:

La Xarxa del Nou Municipi a Itàlia. *Michelangelo Secchi*.

- Responsabilitat social en les operacions del Banc Mundial. *André Herzog*.

5. CONCLUSIONS DELS GRUPS DE TREBALL

INSTRUMENTS DE PLANIFICACIÓ PARTICIPATIVA

PEDAGOGIA DE LA PARTICIPACIÓ

INCLUSIÓ SOCIAL I CONVIVÈNCIA A LA CIUTAT

6. RESULTAT DE LA 1^a DISTINCIÓ OIDP BONA PRÀCTICA EN PARTICIPACIÓ CIUTADANA

1^a DISTINCIÓ OIDP "BONA PRÀCTICA EN PARTICIPACIÓ CIUTADANA"

PROCESSOS I MECANISMES D'INCLUSIÓ DE LES DONES INDÍGENES A LA GESTIÓ LOCAL:

EL PRESSUPOST PARTICIPATIU DE COTACACHI, EQUADOR

7. DECLARACIÓ FINAL



Em plau presentar-vos els treballs de la 6a Conferència de l'Observatori Internacional de la Democràcia Participativa, celebrada el novembre de 2006 a la ciutat brasilera de Recife.

Amb la creació de l'Observatori l'any 2001, es consolidava la projecció i el lideratge internacional de Barcelona en temes de democràcia participativa. Actualment, més de tres-cents socis representants de governs locals, organitzacions civils, centres d'investigació i universitats formen part de la xarxa creada al voltant de l'Observatori. Aquesta forma de treball permet intercanviar experiències de participació a nivell internacional i, també, fer visible i posar en valor la democràcia participativa.

Anualment els socis de l'Observatori celebrem una conferència durant la qual es multipliquen les possibilitats de trobada, treball i aprenentatge. Aquesta publicació recull els treballs de la 6a Conferència, que van tenir com a eix central la planificació estratègica participativa per a la construcció democràtica de les ciutats.

La nostra ciutat ha apostat històricament per un model on es fa imprescindible el compromís i la participació de la ciutadania a l'hora de dur a terme les polítiques públiques. En aquest sentit, vull reconèixer molt especialment la contribució dels ciutadans i ciutadanes en fer de Barcelona una ciutat més cohesionada i més vertebrada.

JORDI HEREU

Alcalde de Barcelona



Recife integra la xarxa de ciutats connectades a través de l'Observatori Internacional de Democràcia Participativa i ve desenvolupant, desde 2001, a partir de la nostra primera gestió, formes democràtiques de participació popular, enfortint i creant canals institucionals i valoritzant les més diverses formes d'interlocució amb les representacions de la societat civil.

L'Ajuntament de Recife s'esforça per desenvolupar polítiques públiques encaminades a la construcció d'una ciutat organitzada, econòmicament sostenible i socialment justa. La participació democràtica en les decisions sobre com i on aplicar els recursos destinats a les inversions ha estat un important instrument de valorització de la ciutadania, en una gestió que té com a principi governar per a tots, donant prioritat als més exclosos.

Basant-nos en aquesta experiència i en aquest compromís de gestió pública expressem la nostra satisfacció en compartir a Recife la realització de la 6a Conferència de l'Observatori Internacional de Democràcia Participativa – OIDP, amb el tema central: *“La Planificació Estratègica Participativa per la construcció democràtica de les ciutats”*.

Saludem a tots i totes qui s'esforcen en la recerca del protagonisme popular i de la millora de les formes democràtiques i republicanes i els desitgem un bon treball.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

Alcalde de Recife



La Conferència anual de l'OIDP es concep com una oportunitat de trobada, reflexió i debat. Aquesta, ens brinda una ocasió per aprofundir en alguns temes clau que detectem, promovem i intentem millorar a partir de les pràctiques quotidianes a les nostres ciutats.

La 6^a Conferència, celebrada el novembre de 2006 a la ciutat de Recife es centrà en la Planificació Estratègica Participativa per a la construcció democràtica de les ciutats.

Els objectius que es plantejaren als i les participants de la Conferència es classifiquen en Objectius Generals –transversals per al conjunt d'activitats previstes durant els dies de celebració de la Conferència– i Objectius Específics.

Aquests objectius són ambiciosos i el tema és omplex, i la Conferència pretenia facilitar la reflexió i el debat col·lectius. Per assolir aquests objectius, aprofitar els coneixements dels i les participants i desenvolupar una conferència més completa i participativa, s'organitzaren diverses sessions de treball en tres eixos temàtics, en els que es treballaren els objectius marcats.

Objectius Generals

- Ampliar la discussió sobre la pràctica de la planificació estratègica participativa en les gestions locals, estudiant els instruments de diagnosi i planificació participativa actualment utilitzats per detectar els avanços i les dificultats que aquests troben.
- Reflexionar sobre l'ampliació de la consciència crítica i de control social com estratègies de les administracions municipals per la construcció de societats més democràtiques, basades en la construcció col·lectiva dels assumptes públics.
 - Estimular l'intercanvi d'experiències diverses dels socis de l'Observatori Internacional de la Democràcia Participativa.



Objectius Específics

- Aprofundir en la discussió de pràctiques que permetin assolir una major transparència en la planificació i l'execució dels pressupostos públics locals; detectant els reptes relacionats amb aquesta tasca.
 - Analitzar les experiències participatives de diagnosi i planificació de les ciutats com a element d'apropiació de la ciutat per part dels seus habitants.
 - Discutir sobre els reptes que presenten la diversitat estimulada per pràctiques de planificació participativa que envolten segments socials específics i històricament discriminats de la societat.
- Conèixer i reflexionar sobre els avanços en el tractament i la difusió del coneixement sobre la ciutat per qualificar la presa de decisions de la ciutadania en els processos de participació de la ciutat.
 - Debatre sobre metodologies de monitorització dels resultats i dels compromisos acordats en els processos.

- Debatre sobre metodologies de sensibilització i qualificació dels gestors públics i tècnics municipals així com d'articulació i formació de la societat civil per a perfeccionar la participació política i incidir millor sobre el control social.
 - Posar en valor els distints sabers i la dimensió pedagògica de la planificació participativa.
- Vetllar en tots els debats per la formulació de polítiques i accions que articulïn la planificació participativa amb els Objectius del Mil·leni de l'ONU.



municipal, perquè aquests puguin, a partir del seu dia a dia incorporar les noves dinàmiques que neixen a partir de la participació.

- La discussió sobre la necessitat de reconèixer les múltiples visions que conviuen a les nostres ciutats, no totes reconegudes com a part constitutiva de les ciutats. El nostre objectiu es centra en la discussió sobre la inclusió social i la convivència a les ciutats, basant-nos en la diversitat de les persones, i dels seus desigs, necessitats i històries. Com a element transversal a aquesta diversitat, es troben també les situacions i processos d'exclusió que dificulten l'accés de les persones a l'espai públic, impossibilitant l'exercici d'una ciutadania plena.

Eixos Temàtics

Les exposicions de les ponències i els treballs en grups es guien pels tres eixos temàtics que volien estimular:

- El debat i la reflexió sobre la implementació d'instruments participatius per a definir la planificació del pressupost local, del pla director de cada ciutat, dels plans sectorials, etc. estimulant la construcció col·lectiva de les nostres ciutats, guiades pel paradigma democràtic i l'exercici efectiu del control social sobre les activitats públiques.
- La reflexió sobre les necessitats dels processos de capacitat i formació per l'exercici d'una ciutadania plena, on els ciutadans i les ciutadanes també tinguin coneixement de les tècniques de govern, les informacions necessàries per a les preses de decisions, i principalment, que proporcionin autonomia a la ciutadania a l'hora de participar. També centrarem el debat sobre la necessitat de la formació dels actors de govern

Dimarts 28 de novembre

9:00 - 18 H

Reunió Interna dels "Observatoris Locals de Democràcia Participativa".

Dimecres 29 de novembre

9:00 - 18 H

Reunió Interna dels socis de l'Observatori Internacional de Democràcia Participativa.

Dijous 30 de novembre

9:00 H BENVINGUDA

João Paulo Lima e Silva
Alcalde de Recife (Brasil).

Pere Alcober
Regidor de l'Ajuntament de Barcelona i Diputat Provincial (Espanya).

9:30 H CONFERÈNCIA INAUGURAL:
DEMOCRÀCIA PARTICIPATIVA I PLANIFICACIÓ MUNICIPAL: PRÀCTICA INNOVADORA DE LA GESTIÓ PÚBLICA

Erminia Maricato
Professora d'Arquitectura i Urbanisme

de la Universitat de São Paulo (Brasil).
Presenta: João da Costa
Regidor de Planificació Participativa de la ciutat de Recife, Brasil.

14:00 - 15:00 H MESA 1
EIX TEMÀTIC: INSTRUMENTS DE PLANIFICACIÓ PARTICIPATIVA

Objectiu: Estimular el debat i la reflexió sobre la implementació d'Instrumentos Participatius per a definir la planificació del pressupost local, del pla director de cada ciutat, dels plans sectorials, etc. estimulant la construcció col·lectiva de les nostres ciutats, guiades pel paradigma democràtic i l'exercici efectiu del control social sobre les activitats públiques.

Maria da Gloria Gohn
Professora de la Universidad de Campinas (Brasil).
João da Costa
Regidor de Planificació Participativa de l'Ajuntament de Recife (Brasil).
Presenta i modera: Gérard Perreau-Bezouille – Regidor de Finances, Noves Tecnologies i Relacions Internacionals de la ciutat de Nanterre, França.

15:00 - 16:00 H MESA 2
EIX TEMÀTIC: PEDAGOGIA DE LA PARTICIPACIÓ

Objectiu: Estimular la reflexió sobre les necessitats dels processos de Capacitació i Formació per l'exercici d'una ciutadania plena, on els ciutadans i les ciutadanes també tinguin coneixement de les tècniques de govern, les informacions necessàries per a la presa de decisions, i principalment, que

proporcionin autonomia a la ciutadania a l'hora de participar. Es centrà el debat sobre la necessitat de la formació dels actors de govern municipal, perquè aquests puguin, a partir del seu dia a dia incorporar les noves dinàmiques que neixen a partir de la participació.

Rudá Ricci
Professor de la Universitat Federal de Minas Gerais i Director de l'Instituto Cultiva (Brasil).
Eva Salaberría
Fundación Kaleidos.red, Directora de Participació de l'Ajuntament de Donostia-San Sebastián (Espanya).
Presenta i modera: Julio Pires, Regidor de Planificació de Belo Horizonte, Brasil.

16:30 - 18:00 H MESA 3
INCLUSIÓ SOCIAL I CONVIVÈNCIA A LA CIUTAT

Objectiu: Estimular la discussió sobre la necessitat de reconèixer les múltiples visions que conviuen a les ciutats, no totes reconegudes com a part constitutiva de les ciutats. El nostre objectiu és discutir sobre la Inclusió Social i la Convivència a les Ciutats, basant la nostra reflexió en la diversitat de les persones, desitjos, necessitats i històries. Com a element transversal a aquesta diversitat, es troben també les situacions i processos d'exclusió que dificulten l'accés de les persones a l'espai públic, impossibilitant l'exercici d'una ciutadania plena.

Alejandro Socorro
Professor de la Universitat de Cienfuegos (Cuba).

Oscar Sogliano
Municipalitat de La Paz (Bolívia).
Presenta i modera: Dolça Garcia, Regidora de Participació Ciutadana de l'Ajuntament de Santa Coloma de Gramenet, Espanya.

18:00 - 19:00 H
I DISTINCIÓ OIDP – BONA PRÀCTICA EN PARTICIPACIÓ CIUTADANA

Entrega de la I Distinció OIDP i presentació de l'experiència de la ciutat distingida pel jurat com a Bona Pràctica.
Presenten: Pere Alcober, per la Secretaria Tècnica de l'OIDP. **Niedja Queiroz**, per la Presidència de l'OIDP 2006.

19:00 - 20:00 H
FÒRUM D'AUTORITATS LOCALS DE PERIFÈRIA (FALP). 'DEMOCRÀCIA PARTICIPATIVA PER A METRÒPOLIS SOLIDÀRIES'

Mesa organitzada per la xarxa FALP. Presentació dels treballs i de la mateixa xarxa i presentació de les conclusions de l'últim FALP realitzat a la ciutat francesa de Nanterre.

Divendres 1 de desembre

9:00 - 13:30 H

EIXOS TEMÀTICS - TREBALL EN GRUPS
SIMULTANIS

Amb l'objectiu d'aprofundir en la discussió dels tres eixos temàtics definits, la Conferència proposa una metodologia de treball que privilegia el coneixement de totes les persones participants. *Coordina els treballs: **Universitat Federal de Pernambuco.***

15:00 - 16:30 H

PRESENTACIÓ DE LES CONCLUSIONS DELS
GRUPS DE TREBALL

Del debat de cada grup s'elaboren documents de conclusions que recullen les idees i propostes principals de cada un dels temes.

*Presentació: **Universitat Federal de Pernambuco.***

16:30 - 18:00 H

EL ROL DE LES INSTITUCIONS SUPRAMUNICIPALS I INTERNACIONALS EN ELS PROCESOS D'APROFUNDIMENT DEMOCRÀTIC

L'objectiu d'aquesta mesa és estimular el debat sobre quin és el paper de les Institucions Internacionals en el suport i aprofundiment de la democràcia participativa. Serà també un espai privilegiat per tal que aquestes institucions exposin als i les participants els seus treballs en relació a la democràcia participativa i el govern local, així com els seus programes.

***André Herzog** - World Bank.*

***Jaime Vásconez** - Centro Internacional de Gestión Urbana.*

***Michelangelo Secchi** - Rete del Nuovo Municipio (Itàlia).*

*Modera: **Yves Cabanes**, Co-Director del DPU (Unitat de Planificació per al Desenvolupament) del University College London.*

18:00 - 19:00 H

TANCAMENT DE LA CONFERÈNCIA I LECTURA
DE LA DECLARACIÓ FINAL

***João Paulo Lima e Silva** - Alcalde de Recife (Brasil).*

***Pere Alcober** - Regidor de Barcelona i Diputat Provincial (Espanya).*

Professora Titular de la facultat d'Arquitectura i Urbanisme de la Universitat de São Paulo. Va concloure la llicenciatura, mestratge i el doctorat a la mateixa USP. Va ser Coordinadora del Programa de Post-Graduació de la Facultat d'Arquitectura i Urbanisme de la Universitat de São Paulo (1999/2002) i membre de l'equip de transició del Govern Federal que formulà la proposta de creació del Ministeri de les Ciutats, essent posteriorment la Secretària Executiva (Ministra Adjunta) d'aquest nou Ministeri. Va ser Presidenta suplent del Consell de les Ciutats/Ministeri de les Ciutats i Presidenta del Consell de la CBTU – Companyia Brasileira de Trens Urbans.



ERMINIA MARICATO

Habitatge i ciutat al Brasil i a Amèrica Llatina

GLOBALITZACIÓ, POBRESA
I ALGUN MOTIU D'ESPERANÇA

L'empobriment dels països Llatino Americans durant les últimes dues dècades pot ser evidenciat pel creixement dels assentaments informals a les ciutats. Aquests inclouen principalment les barraques –que són resultat d'invasió de terres– i la parcel·lació pirata– que són parcel·les de sòl que no segueixen la legislació urbanística o de propietat de la terra. Tan sols entre 1990 i 2001 els assentaments informals augmentaren de 111 milions d'habitatges a 127 milions, impulsats per l'accelerat procés d'urbanització a Amèrica Llatina (ECLAC, 2004).

Aquests habitatges van ser construïts sense suport tècnic d'enginyers o arquitecte, sense finançament oficial, sense obediència a cap llei reguladora de l'ocupació del sòl i les construccions. Ni tots els habitatges que componen l'univers informal són precaris i podem trobar-hi també residències de classe mitjana, fet que revela una relació complexa entre llei urbanística, mercat privat i exclusió social. Aquesta gegantesca ocupació il·legal del sòl urbà té conseqüències desastroses pels seus habitants, per a la societat en general i per a la sostenibilitat ambiental. L'ocupació irregular de costes àrdues, ribes de rius, mangues, dunes, aiguamolls, acaben per comprometre la vida dels ocupants –que poden morir sota esclavissades de terra– així com pot determinar la tala de boscatges i la pol·lució o l'obstrucció de recursos hídrics.

El Brasil té el 2006 més del 80% dels seus 170 milions d'habitants a les ciutats. Segons el cens demogràfic de l'any 2000, a 11 metròpolis (209 municipis) hi vivia el 32% de la població del país, és a dir, aproximadament 55 milions de persones. A aquestes metròpolis es concentrava encara el 82% de la població en habitatges deficients (majoritàriament barraques) i 33% del dèficit de l'habitatge (2.192.296 unitats).

L'economia brasilera va créixer a la impressionant taxa del 7% a l'any entre les dècades de 40 i 70 i després d'aquest període va sofrir un declivi molt gran. El nou context internacional i les polítiques neo-liberals determinen un recul en les polítiques socials però aquest fet es donà sobre una base social i històrica profundament desigual (els drets universals de l'Estat del Benestar s'aplicaren a una part restringida de la societat) i marcada per relacions polítiques endarrerides (tradició d'autoritarisme, clientelisme, patrimonialisme: drets restringits i privatització de l'esfera pública).

En les ciutats de països com el Brasil la desregulació i comodificació dels serveis públics resultat de les privatitzacions, la guerra fiscal, l'afebliment del paper social de l'Estat, les polítiques d'ajust econòmic tingueren un fort impacte sobre un territori ja parcialment des-regulat per la tradició d'informalitat. Es tracta d'un territori fortament segregat per un mercat immobiliari i de terres altament restringit i especulatiu. El baix creixement econòmic que segueix a 1980 accentuà les ferides típicament urbanes i influí l'aparició de nous aspectes molt negatius en les grans ciutats: l'atur i la violència. Aquesta era pràcticament desconeguda, com un fenomen generalitzat a l'univers urbà fins l'inici dels anys 1970.

És en aquest context que creix un fort moviment social per la reforma urbana, format per líders dels moviments de lluita per l'habitatge a més de professionals, investigadors i funcionaris públics. A pesar de l'avanç de les forces de globalització aquests moviments van aconseguir obtenir moltes victòries en les dues últimes dècades. Una nova generació d'alcaldes més democràtics va ser escollida, després la fi de la dictadura militar, als anys 80, els quals implementaren varies i significatives experiències com habitatge i planejament urbà. Una llei federal va ser aprovada després de 13 anys de lluita: l'estatut de la ciutat, que busca aplicar la funció social de la propietat i finalment la creació del Ministeri de les Ciutats a nivell federal. Totes les conquestes citades impliquen processos participatius que posen en valor la disseminació del coneixement sobre les ciutats, les seves problemàtiques, els seus conflictes i solucions. La participació social a les Conferències Nacionals de les Ciutats promogudes pel Ministeri de les Ciutats els anys 2003 i 2005 són un exemple de procés participatiu en la formulació de polítiques públiques inclusives.

Llicenciada en Ciències Socials per la Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, s'ha especialitzat en Planificació Educacional pel Centre d'Estudis i Planificació i Administració de l'Educació de l'UNESCO, cursà un màster en Sociologia a la Universitat de São Paulo i ha realitzat el seu doctorat en Ciències Polítiques a aquesta mateixa Universitat. També realitzà un postdoctorat a la New School for Social Research (New School University - New York - USA).

Actualment és Professora titular de la Facultat d'Educació de la UNICAMP i Coordinadora del GEMDEC - Nucli d'estudis sobre Moviments Socials, Educació i Ciutadania de la mateixa facultat. Membre del Consell Internacional de l'Institut Paulo Freire. Des de 2002 és Secretària Executiva del Research Committee "Social Movements and Social Classes", òrgan de l'Associació Internacional de Sociologia.



MARIA DA GLÓRIA GOHN

Models de Gestió Participativa

PART I – ELS CONCEPTES BÀSICS PER AL DEBAT DE LA GESTIÓ PARTICIPATIVA

- 1. Participació:** La participació implica una concepció de subjecte protagonista de la pròpia història. L'objectiu de la participació no és substituir l'Estat, però sí exercir el control social d'allò públic. La participació conforma un procés de compartir, aprenentatge i empoderament de la societat, sense per això significar necessàriament que tota participació sigui emancipadora o transformadora. La participació no té virtut o essència fixa, tot i que puguin ser identificats com els seus principals agents els moviments socials.
- 2. Ciutadania:** Significa el dret a tenir drets, requereix actors polítics responsables en una comunitat lliure. La ciutadania comporta una dimensió ètica i de civilitat que envolten la participació ciutadana en la gestió social, i el repte de l'eliminació de la pobresa política. L'educació, l'organització política, la identitat cultural, la informació i la comunicació són components essencials de la ciutadania.
- 3. Autonomia i emancipació:** requereixen l'autodeterminació i la consciència crítica, la capacitat de saber fer lectura del món per si sol i intervenir en la realitat de manera alternativa. La pedagogia emancipadora es basa en les possibilitats individuals no focalitzant tan sols en les seves vulnerabilitats. Les conquestes no són atorgades, ni tutelades.
- 4. Estat:** no ha de ser confós amb govern, l'Estat està al servei de la societat. És el responsable d'organitzar plans, proporcionar infraestructura a la societat i

garantir recursos a les àrees socio-culturals. És el gestor de polítiques públiques democràtiques i és responsable de garantir la universalitat de drets. Però cada cop més les seves accions són tàctiques i amb caràcter immediat, falten projectes estratègics de canvi.

5. Politiques públiques: han de respondre a l'interès de la majoria i a un model d'estat i de societat justa i igualitària. El dret col·lectiu és el fonament de les polítiques públiques. Les polítiques socials no han de ser assistencialistes i compensatòries. Han de funcionar com un servei a la societat i no amb finalitat d'estabilitat governamental/partidària. La governabilitat serveix tan sols per atendre i democratitzar la gestió i no controlar a la població.

6. Gestió compartida: correspon al disseny de la política social moderna.

Les tensions generades són part del procés. La gestió compartida presenta reptes com són els conflictes generats per diàlegs de sabers i entre graus diferenciats d'organització, llenguatge, respecte a les diversitats, límits organitzacionals i estructurals. Presenta també límits estructurals: localisme x globalisme, solidaritat x competició, organització de la participació x organització de la màquina pública, auto-aprenentatge x dependència de les directrius de govern, universalitat x focalització, quantitat x qualitat, llenguatge sentit comú x discursos burocràtics, experiència de participants x dirigisme dels organitzadors.

7. Control social públic: ocorre majoritàriament a través de consells gestors a l'esfera pública, constituint així una estructura institucionalitzada. Té com a funció principal fiscalitzar i fer seguiment de les accions del govern. Són espais educatius d'aprenentatge que orienten les polítiques públiques, elaborant criteris, acompanyant i fiscalitzant. La formació i qualificació dels consellers exigeix l'elaboració de cursos que proporcionin informació, que guiïn el coneixement i l'acció.

8. La recerca d'un altre escenari: es basa en les oportunitats de la participació, a través d'una redefinició de la cultura política vigent, visant canvis i transformació social i un desenvolupament social que no sigui tansols creixement econòmic. Proporcionant l'empoderament als subjectes col·lectius que actuen i polítiques d'emancipació sociopolítica i cultural, construït per individus amb lectura crítica del món. És la construcció d'un nou procés civilitzador on les diferències culturals es caracteritzen per la igualtat a l'accés, pel valor de pertànyer a la cultura i al territori, i pel valor del multiculturalisme.

PART II - CONJUNTURA BRASILEIRA I LES POLÍTIQUES PÚBLIQUES

1972 - 1984	Cicle de les lluites per la re-democratització del país.
1985 - 1989	Cicle de construcció de nous formats institucionals participació - transició democràtica.
1990 - 2000	Cicle d'emergència de nous actors i noves pràctiques de gestió.
2001 - 2006	Cicle de participació amb suport institucional i lluita pel rescat de l'autonomia emancipadora.

1. Escenaris econòmics actuals – Conjuntura brasilera:

La globalització econòmica, marcada per l'hegemonia del mercat, incentiva les polítiques d'ajust, subordinades als interessos del deute. L'economia nacional transita entre els llocs de treball precaris i l'atur, essent altament dirigida cap a l'exportació i presentant una forta desorganització dels mercats. Els actuals programes de transferència de renda alteren les xarxes de sociabilitat. En l'escenari social i cultural existeix la precarietat de l'oferta de serveis socials, combinada amb la desigualtat i l'exclusió social. Aquest escenari estimula els alts índex de violència urbana a les metròpolis.

Durant els últims anys les noves polítiques socials van crear una extensa xarxa de protecció social als col·lectius exclosos, per mitjà d'accions que van de la distribució directa de suport financer a la participació en programes especials. La nova política de distribució i gestió dels fons públics, en associació amb la societat organitzada, passà a ser focalitzada en projectes puntuals de treball amb nens, joves, dones, etc. Això va contribuir a reorganitzar les formes d'acció col·lectives en termes de les seves demandes i reivindicacions. La paraula d'ordre d'aquests projectes i programes és: ser propositiu i no només reivindicatiu, ser actiu i no només un passiu "reivindicador". Molts moviments es transformaren en ONGs o s'incorporaren a les ONGs que ja els donaven suport.

L'actuació per projectes exigeix resultats i té terminis. Es creà una nova gramàtica en la qual la mobilització deixà de tenir com a objectius el desenvolupament d'una consciència crítica o la protesta als carrers. Mobilitzar passà a ser sinònim de reglamentar i organitzar la població per participar de programes i projectes socials, la majoria dels quals ja realitzats, destinats a l'atenció de petites parts de la població considerades com a vulnerables. L'antic militant va anar transformant-se en l'activista organitzador de les clienteles usuàries dels serveis socials.

Aquestes noves polítiques han generat grans controvèrsies. D'una banda hi ha els seus defensors que presenten les estadístiques de millores als índex socials. D'altra banda, els crítics, que qualifiquen aquestes polítiques de compensadores i assistencialistes, creadores de noves formes de clientelisme, que no porten a l'autonomia i emancipació dels individus; no generen treball i renda permanents, amb drets socials.

De totes maneres, aquest nou escenari ha possibilitat l'emergència d'incomptables projectes socials en el camp de la cultura de forma doble. Cultura com a

forma d'expressió artística, via projectes d'art/educació (principalment a comunitats amb mancances, joves i nens del carrer) i via manifestacions culturals de grups socials històricament exclosos com afro-descendents, indígenes, etc., viabilitzant-se en les polítiques socials governamentals.

Les polítiques per als sectors tradicionalment exclosos són exemples de les noves formes d'associacions i relacions de l'Estat amb la societat civil. L'organització social assumeix una forma institucionalitzada perquè els programes socials són construïts i monitoritzats per òrgans públics, que els donen el suport financer.

PART III - FORMES DE PARTICIPACIÓ A LA SOCIETAT CIVIL:**1. MOVIMENTS, ONGS, XARXES SOLIDÀRIES I FÒRUMS**

Moviments Socials	Populars, d'identitat – "nous moviments socials", generacionals, religiosos, temàtics, sindicals i associacions del món del treball, etc.
ONGs	Entitats del tercer sector.
Fòrums	Plenàries.
Associacions Cívils	Xarxes solidàries.
Gestió Participativa	Consells Gestors.

2. HISTÒRIC DE LES CARACTERÍSTIQUES DE LA PARTICIPACIÓ AL BRASIL

1970-1984	Organització popular = autonomia en relació a l'estat, educació popular i treball a la comunitat, moviments populars urbans, consells populars urbans.
1984- 1988	Lluita per la constituent, pressió popular, lluita pels drets - ciutadania, noves lleis i nou règim polític.
1988-	Ampliació d'actors socials, surt del centre el subjecte popular, noves formes de sociabilitat, ONGs, fòrums, assemblees, tercer sector, nous moviments socials, consells gestors i de drets.

3. NOVA CONJUNTURA ANYS 90

Es percep una resignificació de la ciutadania, amb èmfasi en les polítiques públiques, i amb la concepció d'un estat gestor i no productor directe. Prolifera les associacions públics – privades, contractes de gestió, i es presenta un nou escenari econòmic d'atur i creixement del sector informal. Aquestes condicions es reflecteixen a l'escenari de l'associativisme a partir dels anys 90.

Característiques*Moviments Socials**Populars Urbans**Demandes Serveis Urbans*

Barraques, habitatge compartit, habitants de la perifèria, persones sense sostre, i recicladors de residus - cooperatives i associacions comunitàries.
Moviments Populars Rurals.

Moviments Populars Rurals

Moviment Sense Terra (MST), petits agricultors, pescadors, afectats per les preses de les hidroelèctriques.
Moviments Identitaris i de Drets.

Moviments Identitaris i de Drets

Drets humans, ètnico-racials, gènere, culturals, moviment per la pau-contrà la violència urbana, moviment d'educació de joves i adults, guarderies.

Altres qüestions que estan generant associativisme urbà i lluites per la ciutadania

Portadors de necessitats especials o malalties greus, democratització de la premsa, qualitat de vida, defensa dels consumidors, accions contra la fam, drogues, crim organitzat, violència, projectes de reurbanització, transport col·lectiu.

ONG's

Parteixen d'un nou model de l'estat i de l'economia, amb el paradigma d'intervenció directa. Especificitats que les caracteritzen: especialització temàtica, qualificació de quadres, pluralitat de valors, preocupació amb pràctiques comunicatives i mitjans de premsa, avaluació de resultats i impactes.

Reptes*Moviments socials*

Representativitat, control social públic, vincles amb treballs a la comunitat, gestió democràtica de polítiques públiques, cultura política vigent.

ONG'S

Representativitat, control social democràtic i públic, articulació amb treballs a la comunitat, gestió democràtica de polítiques públiques, cultura política, nova articulació democràtica en xarxes, del focal a l'universal, actuar com a portaveu democràtic de la societat civil organitzada.

PART IV - PARTICIPACIÓ ESFERA PÚBLICA: CONSELLS GESTORS I DE DRETS**Històric dels consells***Origen*

Clans visigots.

Les cambres municipals i les municipalitats del Brasil colònia: "concejos".

Consells famosos de la Història

Comuna de París, soviets russos, consells de fàbrica, a l'Alemanya anys 20, consells operaris de Torí, etc.

Experiències al Brasil

Consells comunitaris anys 70, consells populars dels anys 70/80, consells de representants de la llei orgànica municipal de São Paulo, consells gestors institucionalitzats: nacionals i municipals.

Debat actual sobre consells*Caràcter i naturalesa*

Deliberatiu i consultiu.

Llacunes

Constreyniments pressupostaris.

Límits

Personal, infraestructura, legal (normatives), burocràcia.

Reptes

Com atendre de forma igualitària el que és heterogeni?

Qüestions importants*Oportunitats*

Innovació a l'esfera pública, novetat a la política brasilera: seient junt del poder públic, control social democràtic públic, caràcter educatiu: poble i govern, aprenentatges - nous llenguatges comunicatius, nova cultura política, composició, representativitat, representant de la societat civil a la societat política: dificultats.

Reptes

Paritat, difusió, burocratització, fiscalització i control sobre els propis actes dels consellers, poder i mecanismes d'aplicabilitat de les decisions del consell pel poder executiu, falta una definició més precisa de les competències i atribucions dels consells, s'ha de cuidar l'elaboració d'instruments jurídics de suport a les deliberacions, hi ha d'haver una definició més precisa del que és participació qualificada (que és diferent de la incorporació a la tela burocràtica).



Sociòleg i Doctor en Ciències Socials, cursà un Mestratge en Ciència Política. Coordinador de l'Institut Cultiva (www.cultiva.org.br) i membre de l'Executiva Nacional del Forum Brasil de Pressupost (www.forumfbo.org.br). Relator de la Llei de Responsabilitat Social i coordinador de les Escoles de Ciutadania de Brasil. E-mail: ruda@inet.com.br.

RUDÁ RICCI

L' Educació per la Ciutadania Activa

La participació en la gestió pública, a partir de la segona meitat dels anys 90, es disseminà pel món. Fou apuntada, per Habitat II, com *good governance*. En aquesta trajectòria de reconeixement mundial, va acabar rebent diversos matisos. Al relacionar una acció pedagògica amb la participació en la gestió pública, deixem de limitar la nostra reflexió a aspectes d'eficiència administrativa o a un rol de procediments públics que es confonen amb consulta. Ingressem en la història de l'educació popular, que es va forjar i guanyà ales a Amèrica Llatina, des dels anys 60. Es tracta d'una perspectiva d'esquerra, en què els sectors exclosos són tractats com formuladors polítics, i les accions dels quals estan dirigides a l'empoderament social, l'allargament i a la radicalització de la democràcia.

L'educació pot tenir distintes interpretacions. Ni tots poden accedir a l'educació formal de les escoles. Podem afirmar, basant-nos en l'experiència llatino-americana, que existeixen sectors de la població que no es senten inclosos en la societat dominant i que es senten distants de les esferes de decisió pública i fins i tot de la gran majoria de les institucions públiques. És possible afirmar que es senten ressentits políticament.

L'educació popular llatino-americana procurà, des de sempre, dialogar amb aquest sentiment i aquesta lògica popular. Hi hagué tres fases, en els seus objectius polítics, que podem sintetitzar de la següent manera:

LES TRES GENERACIONS DEL PARTICIPACIONISME

La generació dels anys 60: concebia l'Estat com actor privilegiat i principal interlocutor de les demandes socials. Les organitzacions sindicals i treballistes rarament procuraven organitzar els treballadors al seu local de treball i habitatge, però organitzaven lluites de masses per enfortir la capacitat de pressió de les cúpules sindicals.

La generació dels anys 80: tenia com a objectiu formar per pressionar políticament, en accions de massa, vinculant l'organització de base (treball i habitatge),

amb àmplies lluites socials. Els mecanismes de democràcia directa foren privilegiats i el focus passà a ser l'autonomia i la comprensió de les causes que dugueren a la dominació en el quotidià.

La nova generació, dels anys 90 i Segle XXI: l'objectiu de la qual va ser formar per a l'autogestió i el control social, tenint com a focus la construcció de la nova institucionalitat pública.

Actualment, tenim múltiples exemples de pràctiques socials democràtiques avançant a Amèrica Llatina¹ i no tinguem dubtes: la pedagogia de la participació és un projecte de l'esquerra democràtica, però les confusions romanen.

Citaré les més dramàtiques:

Entre mobilització i organització: encara perduren, en les organitzacions no-governamentals i en governs progressistes, la confusió de creure que tota mobilització acaba per organitzar i crear autonomia popular.

Entre autonomia i dirigisme: l'ansietat política de molts lideratges segueix disseminant la vella tradició de l'esquerra llatino-americana, que és el dirigisme o vanguardisme polític. Del punt de vista pedagògic, és una contradicció.

Entre associacions públic-privades i cogestió: el mite de les associacions públic-privades (entre Estat i Tercer Sector) confonen varis dirigents polítics i pocs lideratges socials. Associacions públic-privades significa, en la pràctica de l'acció pública, la transferència d'accions de l'Estat a esferes no estatals. Cogestió es diferent.

Entre consulta i participació: la consulta és passiva i no determina allò que el dirigent polític farà amb l'opinió expressada per la població.

Entre reforma democràtica de l'Estat i creació d'instàncies de negociació: es dissemina fortament entre lideratges socials que confonen instàncies de gestió pública, que passaren a comptar amb representació social no-governamental, amb fòrums de negociació en què moviments socials procuren pressionar l'agenda dels governs.

La pedagogia de la participació viu, per tant, impassos i reptes inusitats. Es tracta de consolidar i radicalitzar una nova institucionalitat pública que es dibuixa lentament, principalment a l'Amèrica Llatina dels últims cinc anys. Tot acte d'educació és un acte polític. La intenció de tota pedagogia de la participació precisa assumir una coherència política: aquesta existeix per generar autonomia, emancipació política, empoderament social. No pot utilitzar instruments i metodologies que criïn dependència, transmissió d'interessos dels educadors, que dissemini l'heteronímia.

¹ Podem citar-ne algunes: implantació progressiva d'instruments de participació i consulta a Brasil; Llei de Transparència de Perú; Llei Orgànica dels Municipis i Consells Comunal de Veneçuela; articulació de la sistematització d'experiències de control social a Amèrica Central, coordinada per l'organització no-governamental Alforja; construcció de lleis de responsabilitat social. També mereix especial atenció la xarxa d'Escoles de Ciutadania (Veure www.cultiva.org.br), de caràcter públic, el comitè gestor i professors de la qual són electes entre consellers públics i líders socials i les experiències d'iniciatives infantilo-juvenils com la disseminació de Parlaments Juvenils, dels Pressupostos Participatius de Nens i Nenes i el Programa d'Educació Fiscal.

L'acte polític d'educar està al servei de la descoberta autònoma del món per l'educant. Es basa, per tant, en la relació política de la confiança i del debat, fet que genera un continu moviment de dissens i consens. També és el seu caràcter emancipatori, que respecta el temps i la cultura de l'altre. Polemitza en el moment correcte, quan la relació pedagògica entre educador i educant ja no corre el risc d'intimidat l'educant. El silenci tàctic (com deia Paulo Freire) és un recurs important: existeix el moment correcte per discordar i polemitzar, sota pena de la intimidació o distanciament de l'educant. Tot educador té un poder que l'educant no té. La pedagogia de la participació ha d'aprofundir l'ús correcte d'aquest poder.

La pedagogia de la participació també està cimentada en la comprensió de l'educació com a mitjà, ja que el seu fi és l'emancipació política. A la pràctica, significa que no és correcte i coherent la creació de models fixos de cursos i programes educatius. Cada curs o procés formatiu dialoga amb pràctiques socials locals, úniques, específiques.

Finalment, la pedagogia de la participació suposa la construcció, en el propi procés educacional, d'espais públics, de construcció col·lectiva. Aquest és el principal antídoto contra l'avantguardisme: en l'acte d'educar es crea el procés de construcció col·lectiva, autònom.

Els reptes actuals dialoguen amb l'origen de l'educació popular i apunten per a la seva superació. L'objectiu central sempre va ser l'empoderament i l'ampliació del control social sobre els espais i decisions públiques i la seva superació significa transformar aquests principis en fonaments públics, superant les iniciatives atomitzades. Es tracta del repte de construcció d'una nova institucionalitat pública, universal, d'invasió de l'Estat per la societat civil.

Aquesta superació remet per a la construcció de xarxes d'Escoles de la Ciutadania. Una xarxa d'escoles per a la construcció de nous lideratges socials, els sabers essencials dels quals poden resumir-se en:

- Saber generar informacions que ajudin als diagnòstics socials i polítics.
- Saber elaborar i monitorar projectes públics a partir dels diagnòstics realitzats.
- Saber articular i comunicar socialment, ampliant el coneixement i control social.

Directora de Participació de l'Ajuntament de Donostia-San Sebastián. Llicenciada en Història General d'Espanya i del País Basc, per la Universitat de Deusto. Duu a terme des de 1989 el seu treball professional a l'Ajuntament de Donostia-San Sebastián, primer al Departament de Joventut, i des de 1996 a l'Àrea de Barris i Participació Ciutadana. Des d'aquest servei s'impulsa el foment de la participació ciutadana com un eix transversal que travessa totes les àrees municipals en els processos de presa de decisions de l'Administració local: en aquests moments centra els seus esforços en el procés per l'elaboració del Pla Director de Participació. Participa, representant a l'Ajuntament de Donostia, en diferents organismes i xarxes, estatals i internacionals, que tenen per objecte la promoció i l'aprofundiment de les pràctiques de democràcia participativa a les ciutats: Observatori Internacional de Democràcia Participativa - OI DP, Fundació Kaleidos.red, Red 9 d'Urb-al "Finances locals i pressupostos participatius", Comissió de Participació Ciutadana de la Federación Española de Municipios y Provincias, projectes de participació com "Youth Polis", "Econet", Observatori Local de Democràcia Participativa, entre altres.



EVA SALABERRIA ARTANO

Pedagogia de la participació

Abordem en aquesta presentació la reflexió i el debat que hem compartit a la Fundació Kaleidos.red sobre la dimensió educativa dels processos de participació. A Kaleidos.red¹ hem pogut contrastar amb tècnics i tècniques d'altres municipis l'experiència desenvolupada a Donostia-San Sebastián en torn als equipaments de proximitat i la participació ciutadana, vinculant aquesta acció pràctica a una necessària reflexió teòrica amb la voluntat de posar ordre i dotar-nos d'un mètode que ens permeti dissenyar un model de participació integral en el marc global de l'acció de govern.

A Kaleidos.red partim del principi que governar amb la participació de les perso-

¹ Tècnics i tècniques dels municipis d'Alcobendas, Bilbao, Córdoba, Getafe, Gijón, Girona, La Coruña, Logroño, Vitoria-Gasteiz, Donostia-San Sebastián, Santa Cruz de Tenerife, La Laguna i Zaragoza, amb el suport d'Oscar Rebollo, Marc Majós i Joel Martí, hem reflexionat i debatut, entre març de 2004 i gener de 2006, en torn a la participació ciutadana i els equipaments de proximitat. El fruit d'aquest procés està recollit a la publicació "La participació ciutadana no s'improvisa: planificar per actuar als nostres municipis". Imagine edicions, juny 2006.



nes és alguna cosa més que una estratègia de màrqueting, i que per tant, té un profund significat de construcció de ciutadania. Apostem per processos participatius que vulguin ser transformadors, que siguin sobre tot processos educatius que busquen la implicació de la ciutadania en la construcció d'unes ciutats més habitables, més igualitàries, més eficaces i en millors condicions d'oferir qualitat de vida sostenible als seus habitants.

En aquest marc, els equipaments de proximitat, espais en els que es produeix de forma quotidiana el contacte entre la ciutadania i l'administració pública, generen, en els projectes que impulsen, processos participatius en els que la dimensió educativa és un element essencial.

LA PARTICIPACIÓ COM A PROCÉS EDUCATIU

La participació té un important component relacional, implica vincles entre actors que, des de diferents posicions i sobre la base de la seva autonomia, estableixen relacions de conflicte i consens entre sí. En els processos participatius, l'educatiu comença en els propis actors que han de voler aprendre i estar disposats a canviar.

Necessitem crear una nova cultura relacional entre el govern i la ciutadania, dels propis ciutadans i ciutadanes entre sí, entre els agents tècnics i polítics que actuen dins de la pròpia administració i el govern de la ciutat: ciutadania, càrrecs tècnics de l'administració i polítics hem d'aprendre a relacionar-nos en els processos participatius assumint cada un el paper que li toca i assumint també (respectant i reconeixent) el paper que els toca jugar als altres. És aquesta tasca de construcció d'una nova cultura relacional al que anomenem tasca educativa, doncs tots els actors implicats hem d'aprendre noves formes de fer i relacionar-nos.

La tasca educativa és complexa, és una labor permanent i quotidiana, que es dona en l'àmbit de la proximitat. Buscar nous estils i estratègies de participació que siguin educatives requereix tenir en compte alguns principis bàsics:

- La tasca educativa es completa en les relacions ordinàries i habituals.
- Agents educatius ho som potencialment tots però el principal agent educatiu dels processos ha de ser l'actor que el promou.
- Els actors que promouen l'estratègia participativa han de partir d'una actitud de voler aprendre i d'estar disposats a canviar.

Els processos participatius, quan són educatius, transformen i enriqueixen a les persones, transformen les maneres de relació i les estructures socials, aconseguint resultats concrets. A més, no hem d'oblidar que cap procés educa-

tiu pot ser viscut com un sacrifici o com un càstig, ha d'aportar recompenses en el pla directament relacional. Participar ha de ser també divertir-se, passar-ho bé, estar a gust, gaudir dels moments de relació.

Per últim, s'ha de tenir en compte que el canvi exigeix revisar i adaptar en les seves actituds a l'univers complet dels actors en processos participatius:

- Els i les representants polítics, a qui, sense menyspreu de la seva legitimitat, se'ls exigeix passar d'estils autoritaris a dialogants, de manar a governar.
- Els i les tècnics, que han de superar la seva visió tecnocràtica, el seu rol d'expert incontestable, des de la seguretat de que el ciutadà és també expert.
- Les entitats i associacions, que han de buscar més la significativitat que la representativitat, més l'interès social i l'eficàcia del seu projecte que el número com argument en defensa del seu rol com interlocutors davant l'administració.
- I la ciutadania en general, que ha d'adquirir consciència i responsabilitat amb allò col·lectiu, per sobre de les estretes mires de l'interès individual.

No ens enganyem, sabem que serà un procés llarg i continu en el temps i que genera resistències; només pot ser efectiu si és un procés educatiu, en el que tots els agents tenim alguna cosa a aprendre i actituds a modificar.

Tots ens eduquem col·lectivament; la creació compartida de respostes, partint i incorporant mirades i llenguatges diferents, ens permetrà transformar les postres ciutats i assolir un marc de convivència que destaquï pel respecte als drets humans com el principal patrimoni ideològic de la democràcia.



Director del Centro de Estudios para la Transformación Agraria Sostenible (CETAS), de la Universidad de Cienfuegos, Cuba. Realitzà el Doctorat en Ciències Agrícoles a la Universitat Agrària de La Habana. Compta a més amb títols de Mestratge en Ciències Agràries i de Diplomada en Agroecologia i en Computació. Cursà altres estudis de postgrau que complementaren la seva formació acadèmica. És graduat d'Enginyeria Agronòmica i ha participat en diferents programes nacionals de desenvolupament socio-econòmic.

Coordina la Línia d'Investigació Universitària "Transformació Agrària Sostenible", és membre del Comitè d'Experts de l'Agència de Ciència, Tecnologia i Medi Ambient (CITMA) a Cienfuegos, i del Consell Tècnic-Assessor de la Delegació Provincial del Ministeri de l'Agricultura. Actualment treballa com a investigador local al projecte: "Sistema de Coneixements i d'Informació per al Desenvolupament Agrari i Rural Municipal".

DR. ALEJANDRO R. SOCORRO CASTRO

Inclusió Social i Convivència a la Ciutat

POSAR EN VALOR LA INCLUSIÓ SOCIAL COM A PREMISSA DE CONVIVÈNCIA A LA CIUTAT

A escala global han estat documentades i sistematitzades diverses experiències innovadores de democràcia participativa, les quals han permès comprovar que la inclusió social és una condició necessària de la convivència a la ciutat.

Un altre fet que pot constatar-se en les experiències de diferents municipalitats, a diferents latituds és que entre les premisses claus de convivència es troba la necessitat d'una visió compartida del desenvolupament, sustentada en valors que transcendeixen la diversitat de grups humans, estrats socials, ètnies i immigrants, portadors de visions, interessos i cultures diferents. La situació de la diversitat concurrent a les ciutats evoluciona contínuament i mostra nous elements, que justifiquen el canvi, en el marc d'un ambient innovador, facilitador de la gestió de la situació de conflicte contrària a la convivència. Existeixen múltiples arguments que permeten establir la tesi que la inclusió social ha de constituir-se en un dels valors que fonamenten la gestió de govern a les ciutats contemporànies. Gestió que consideri l'àmbit d'actuació local en les seves dimensions econòmica, ambiental, sociocultural i político-administrativa.

La inclusió social és condició necessària de convivència a la ciutat. Participació, democràcia, construcció de ciutadania, governabilitat, desenvolupament amb equitat, són mitjans indispensables.

Què significa la convivència? Com pensar-la a pesar dels conflictes, els colls d'ampolla, la pèrdua de valors i la transculturació? Seria possible distingir els termes coexistència i convivència? Com funciona la convivència a l'espai físic, l'econòmic i el sociocultural? Promou la descentralització la convivència en els assentaments humans? Quina relació existeix entre convivència i capital social? Com mesurar la convivència, com saber si l'acció per la inclusió la millora?

Segurament hi haurà conformitats i disconformitats amb les preguntes i també diferents respostes. No obstant això, hi ha diversos aspectes sobre els quals reflexionar, el primer és el fet de que compartir valors és una premissa clau de convivència. Com aconseguir compartir-los és el repte.

El foment d'una cultura de convivència a les ciutats està cridat a ser el resultat de l'aplicació de polítiques inclusives, articulades local, territorial i nacionalment. El desenvolupament del capital humà és una de les alternatives per a la solució als impactes de l'exclusió social en el nivell i la qualitat de vida de la població.

El cas cubà d'integració social i unitat per al desenvolupament en els últims cinc anys mostra el complement de cinc estratègies d'avançada, que s'empren en diferents programes nacionals implementats des de l'apropiació i la intervenció local:

1. Universalització del coneixement.
2. El desenvolupament humà més integral.
3. La personalització de les intervencions.
4. La mobilització dels beneficiaris actuant en qualitat de protagonistes de les intervencions pel desenvolupament.
5. Un enfocament de sostenibilitat.



Coordinador de l'Observatori Local de Democràcia Participativa – OLDP La Paz, Govern Municipal de La Paz (Bolívia).

Mestratge en Desenvolupament Local a la Universitat Gabriel Rene Moreno i al Cercle Epistemològic (Santa Cruz – Bolívia). Compta amb un Diploma en Gestió Pública i un altre en Avaluació de Projectes, Universitat Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolívia). Actualment realitza una especialitat en Análisis y Manejo de Conflictos en Bolívia a la Unitat de Postgrau CIDES - UMSA (La Paz – Bolívia). És graduat en Ciències Polítiques per la Universitat Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolívia). Actualment també és assessor en temes de governabilitat local del Govern Municipal de La Paz.

ÓSCAR SOGLIANO HELGUERA

Inclusió, identitat i participació ciutadana

OBSERVATORI LOCAL DE DEMOCRÀCIA PARTICIPATIVA DE LA PAZ

Tant la inclusió, la identitat i la participació ciutadana són processos indivisibles que formen part d'una xarxa aglutinada per un procés major "LA DEMOCRÀCIA" i la implicació d'aquesta pels Estats. Segons un estudi realitzat per ACG – Bolívia, prenent alguns estudis elaborats pel PNUD, Selligson i altres, a Bolívia, el 66.6% dels ciutadans opina que prefereixen la democràcia a

qualsevol altra forma de govern i un 68.30% que la democràcia ha complert amb els seus objectius com a forma de govern.

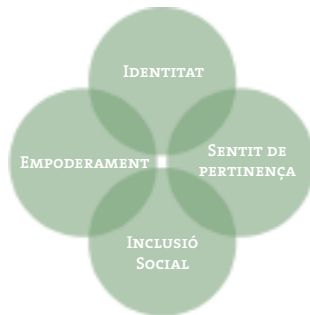
A partir d'això partim de la premissa que és la participació ciutadana a nivell general i com s'implementen en el Govern Municipal de La Paz.

NORMA DE PARTICIPACIÓ CIUTADANA

- Promoure i enfortir els processos, les formes i espais de la Participació Ciutadana al municipi de La Paz.
- Institucionalitzar i operativitzar la participació ciutadana a la gestió municipal, per garantir un major impacte de les polítiques públiques de desenvolupament i administració del municipi aplicades pel Govern Municipal de La Paz (GMLP).
- Consolidar un sistema municipal de comunicació social transparent que es converteixi en el mecanisme motivador i articulador entre la societat civil i el Govern Municipal.
- Crear i/o enfortir mecanismes de coordinació institucional i interinstitucional que facilitin, consolidin l'exercici de la participació ciutadana i del control social.

INSTÀNCIES DE PARTICIPACIÓ CIUTADANA AL GMLP

- L'Assemblea del Municipi; Consells de Macro-districtes de Participació Ciutadana; Consells Ciutadans Sectorials; Designació d'alcaldes de districte per vot; Referèndum Municipal; Audiències Públiques; Acció Ciutadana.



QUÈ ÉS LA PARTICIPACIÓ CIUTADANA I QUÈ IMPLICA SER CIUTADÀ?

- Conjunt de processos i mecanismes que permeten al ciutadà tenir una presència activa i una opinió decisiva en la gestió dels assumptes públics.
- El seu objectiu és que les institucions, organitzacions i ciutadans comptin amb la informació necessària per aportar amb coneixements i experiències a la recerca i solució de problemes immediats.

- Construcció d'una ciutadania crítica i participativa, clau per a resoldre la diversitat de conflictes, desigualtats, exclusions i discriminació.
- Ciutadà és el que s'associa, s'organitza amb altres ciutadans i emprèn accions col·lectives entorn a objectius i tasques d'interès comú.

AUTO-PERCEPCIONS DELS SECTORS MARGINATS

- Reducció de la distància percebuda amb grups socio – culturals tradicionals.
- Construcció d'un nou rol de la ciutadania: corresponsabilitat en la gestió.
- Potenciació d'una lògica constructiva.
- Capacitat d'involucrar-se en temes legislatius municipals.

FORMA DE RELACIÓ MUNICIPI – SECTORS MARGINATS

- Existència de possibilitats de relació directa i real amb l'Estat.
- Tipus de ciutadans que poden relacionar-se directament amb l'Estat.
- Tipus d'àrees en les que pot incidir directament el ciutadà.
- Reducció del monopoli representatiu de dirigents de la societat civil.

OBERTURA DEL MUNICIPI

- Reconfigura la percepció i l'exercici del poder entre les autoritats electes.
- Introdueix, des de la societat, normes que milloren el seu comportament comunicacional.
- Redueix la tònica de funcionament tipus “caixa negra”.
- Redueix el comportament paternalista respecte els ciutadans.

SITUACIÓ ACTUAL DE LA PARTICIPACIÓ CIUTADANA AL GOVERN MUNICIPAL DE LA PAZ

- La major part dels espais de participació ciutadana són essencialment sectorials i amb característiques més aviat consultives i informatives. Aquest model de gestió executiva ha anat transformant-se paulatinament cap a models més participatius i transformadors.
- L'origen dels espais i mecanismes de participació ciutadana han estat impulsats per l'Estat, ja sigui mitjançant la Llei de Participació Popular o gràcies a la voluntat i decisió del mateix Govern Municipal.

Els mecanismes de participació ciutadana entesa com els nivells de legitimitat, es troben en etapes de consolidació degut a:

- Tenen poc temps de funcionament.
- Encara no són coneguts per la població en el grau que es pretén assolir.
- Els resultats de cada consell varien d'acord a l'impuls que se li ha donat, a nivell de les direccions.
- Tant el POA participatiu com el PDM, no han estat reconeguts plenament per amplis sectors de la ciutadania (degut al fet que la seva implementació data de fa poc més d'una gestió).



Tinent d'alcalde, regidor de Finances, Noves tecnologies, Relacions internacionals de la ciutat de Nanterre, França. Coordinació del FALP.

GÉRARD PERREAU-BEZOUILLE

Fòrum d'Autoritats Locals de Perifèria “Democràcia participativa per a metròpolis solidàries”

Desitgem agrair a l'OIDP la incorporació de la qüestió de la democràcia participativa en la “governabilitat” de les metròpolis a la 6a Conferència, en col·laboració amb la xarxa “FALP per a metròpolis solidàries”, activitat coorganitzada i presentada per la ciutat de Nanterre.

Nanterre treballa a l'OIDP des de la seva primera conferència de Barcelona el 2001. Ho fa amb voluntat d'alimentar les seves pròpies experiències de la riquesa de les pràctiques d'altres autoritats locals del món. Hem tingut l'ocasió de presentar les nostres iniciatives, de confrontar-les, de tornar-les a interrogar amb la vostra contribució.

En l'experimentació d'aquestes noves pràctiques democràtiques, l'intercanvi d'experiències és essencial per avançar individual i col·lectivament. Nosaltres ens impliquem en aquesta dinàmica perquè junts fem “sentit” al món sobre aquest tema crucial per a la democràcia que és la participació de la ciutadania en la vida i en l'elecció de “viure junts” del local al global, en el present i en el futur, del barri fins el planeta.

Les nostres xarxes de col·lectivitats locals, espais mundials d'intercanvis d'experiències, poden i han d'alimentar-se de debats i de temes plantejats per altres xarxes. Les mateixes problemàtiques poden trobar-se per portes d'entrada diferents però connectant-se poden reforçar-se mútuament.

I és en aquest sentit que l'OIDP i la xarxa “FALP per a metròpolis solidàries” treballen juntes. El FALP va néixer sota l'impuls de col·lectivitats locals de perifèria que treballaven juntes des de 2003 (arrel del 1er encontre internacional de Nanterre d'octubre de 2002) en el si de la xarxa “Ciutats de perifèria i de democràcia participa-

tiva” per fer sentir les seves especificitats i problemàtiques en els debats sobre el sentit del món actual i sobre el lloc i el paper de les autoritats locals en aquest per a fer créixer els valors de solidaritat, democràcia i justícia. Si el món esdevé majoritàriament urbà, passa a ser-ho en gran part a les perifèries de les grans ciutats. Hem cregut essencial crear un espai de diàleg d'autoritats locals de perifèria. La seva activitat s'ha expressat en diferents moments i ha permès la creació del Grup de treball “Ciutats de perifèria” dins de CGLU (Ciutats i Governos Locals Units).

A l'abril de 2005 vam decidir coorganitzar en col·laboració amb associacions el 1er Fòrum Mundial d'Autoritats Locals de Perifèria (FALP) sobre el tema “Una altra mirada sobre el món de les metròpolis”. El març de 2006 prop de 800 persones de 21 països es retrobaren a Nanterre. Hores de debat, 4 conferències, 9 tallers, més de 200 intervencions que poden trobar a www.falp.nanterre.fr.

El FALP confirmà la contribució indispensable de les perifèries vinculades amb els centres per a pensar i actuar per a unes metròpolis solidàries. Plantejà també una sèrie d'urgències pel dret a la ciutat, a la metròpolis per a tots. Les qüestions de la democràcia i pràctiques participatives són transversals al conjunt dels treballs del FALP. Però treballem també per a que siguin abordats de manera concreta a partir de dos eixos:

1. “Democràcia participativa, ciutadania de residència... renovar la política pels marges”
front a les problemàtiques d'exclusions socials i democràtiques que existeixen a les nostres ciutats, i també la diversitat de pràctiques i d'experiències –institucionals o no– vam voler plantejar les següents qüestions: La democràcia no té necessitat de renovar-se? Com altres formes de compromís ciutadà poden afirmar-se? Com inventar altres espais d'expressió i desenvolupar experiències de participació innovadores, per a decidir millor i conivir? Aquestes qüestions poden renovar les pràctiques polítiques? Feia alguns mesos dels “motins” que van trastornar nombroses ciutats franceses de perifèria. El debat va ser ric, remarcant per exemple que els termes de la “democràcia representativa no són suficients ja per a expressar la diversitat de les necessitats, les aspiracions, formes d'expressió o fins i tot els conflictes que s'expressen i en conseqüència sorgeix la necessitat d'experimentar nous espais de paraules”; però ric també per les pràctiques de participació que es presentaren, de ciutats com Gavà a la perifèria de Barcelona, d'Echirolles a la de Grenoble, o de Bobigny a la metròpolis de París.

2. “Experiències d'institucions metropolitanas viscudes per les perifèries”
on a partir de la mirada aportada per autoritats locals de perifèria evocàrem les experiències del Gran Lyon (Vaux en Velin), Milà (Sesto San Giovanni), Montevideo (Canelones), Barcelona (Molins de Rei) i París (París). Si la necessitat de coordinació metropolitana en una entitat metropolitana es plantejà detingudament, aquesta ha de fer-se en el respecte a les identitats, aspiracions, necessitats de cadascú, portadora de solidaritat, d'aportacions per a la

convivència. La democràcia ha d'estar al centre de la construcció donant protagonisme a la democràcia participativa. És necessari doncs obrir el debat sobre el vincle "governabilitat de les metròpolis i democràcia participativa". Per les seves experiències, les ciutats de perifèria poden aportar molt. Podem per exemple il·lustrar-ho amb la qüestió del dret al transport, a la mobilitat. Si una part de la metropolis és "prohibida" com pensar que pot ser font de "benestar", espai de compromís, espai de compartir.

El FALP va ser ric. Es va decidir prosseguir el seu treball en xarxa. Per acabar, vull fer-ho amb un tema que ens importa especialment i que ha estat també objecte de debat al FALP i potser ho serà de noves iniciatives: la participació dels i les joves als processos de participació democràtica. Nosaltres sentim que és un repte pel present i el futur de les nostres ciutats, i volem abordar, amb l'OIDP, les nostres experiències respectives en aquest àmbit en una pròxima conferència, juntament amb les altres desigualtats o discriminacions causa d'exclusió en general i particularment d'exclusió en la participació. Pensem que la celebració de la pròxima conferència en una ciutat de la perifèria parisina és una oportunitat simbòlica important. Aquesta permetrà trobar-nos amb noves experiències.



Fundador i vice-president de la cooperativa Mesaverde. La seva experiència es centra en diferents àmbits: la promoció de noves formes de desenvolupament local auto sostenible, la formació, la ciutadania activa i enfortiment de l'autogovern local amb la implementació de processos de democràcia participativa, principalment. Ha treballat amb diferents ajuntaments com a assessor en projectes de planificació participativa i pressupostos participatius, i és responsable de Comunicació de la Xarxa del Nou Municipi (Itàlia) i té una àmplia experiència en l'àmbit de l'empresa social.

MICHELANGELO SECCHI

El paper de les entitats supramunicipals en la promoció de la participació política: La Xarxa del Nou Municipi a Itàlia

L'extensió i l'adopció per part dels ens polítics locals de la participació ciutadana a Itàlia és un fenomen recent, que ha rebut un impuls decisiu per part dels estímuls desenvolupats amb el treball dut a terme per les xarxes nacionals i internacionals en el marc del moviment altermundialista.

Significativament, el 2002, en ocasió del Fòrum Social Mundial de Porto Alegre, es van crear les bases per l'inici d'una nova fase d'innovació institucional, a partir de l'elaboració de la Carta del nou Municipi, un document elaborat amb la contribució de persones de l'administració, investigadors, professors universitaris, associacions i ONG.

La Carta del Nou Municipi¹ ha començat un procés de reconeixement –per part de moltes institucions locals, associacions i investigadors a Itàlia– de la possibilitat d'una via alternativa de la democràcia que permeti posar en joc i en valor tot allò que arrisca de perdre's del patrimoni social, cultural i territorial de les comunitats locals, en la globalització dirigida i especulativa.

Per afavorir aquest procés, que ha anat des de compartir els objectius fins la seva materialització en polítiques territorials i socials, el 8 de novembre de 2003 es constituí la xarxa del Nou Municipi amb l'objectiu de canalitzar, d'una manera associativa estable, les peticions de renovació i augment de les dinàmiques de la presa de decisió provinents de diversos sectors de la societat civil, dels àmbits institucionals més sensibles al tema de l'atenció dels representats, d'estudiosos i investigadors actius al voltant del problema de l'empowerment de les comunitats locals en el govern del territori.

En aquests anys, la xarxa ha contribuït a produir una sèrie de transformacions profundes de l'organització i els assumptes del govern local.

La carta remunta els principis orientatius de l'Acció d'Arnm, que connecten la dimensió participativa local amb una perspectiva del federalisme solidari entre societats auto-governades.

¹ <http://www.nuovomunicipio.org/documenti/carta.html>



“El “Nou Municipi” es realitza a través de l’activació de nous instituts de decisió junt als instituts de democràcia delegada, àmplies a un major número d’actors representatius d’un context social i econòmic, amb l’objectiu de la promoció “estatutària” de dissenys de futur localment compartits.” Entre les vàries accepcions possibles de “participació” convenen particularment aquells processos i formes de relació entre la societat i la institució que donin una veu eficaç als agents socials exclosos de govern de la política pública, i que es proposin al centre de processos de re-fundació de la democràcia.

Participació que tracta qüestions “substantives” i estratègiques: participació per tant com a fonamental manera d’expressió de la crítica i redefinició d’escenaris de desenvolupament i de resposta a la crisi de la representativitat, conflicte en la comparació de formes del govern “heterodirigides” de la política i l’economia.

Els principis continguts a la Carta es fonamenten en una visió del desenvolupament territorial que s’identifica en primer lloc amb l’augment de les xarxes cíviques i “del bon govern” de la societat local, però no pot convertir-se en localisme tancat, defensiu, ha de construir xarxes alternatives a les llargues xarxes globals, fundada en la valoració de les diferències i de les especificitats locals, de la cooperació no jeràrquica i no instrumental.

En aquest sentit pot prosperar un escenari definible també com globalització “de fons”, solidària, no jeràrquica, la naturalesa de la qual és sens dubte aquella d’una xarxa estratègica (també internacional, mundial) entre les societats locals.

L’ESTRUCTURA DE LA XARXA

En el cas de l’ARNM l’esforç d’organització apunta en els orígens a la creació d’una xarxa mixta, pels seus objectius, interessos i tipologia de participants, a partir de l’esquema del tripartit, que té com a protagonistes paritaris l’administració pública, el món de la investigació acadèmica, i les organitzacions de la societat civil. Aquest esquema és útil per organismes nacionals (Assemblea de

socis, Comitè executiu, Grups temàtics), i també per les articulacions locals, els nodes que representen l’esquelet de l’associació, particularment establerta a les regions del Centre Nord d’Itàlia.

Una altra particularitat de la Xarxa del Nou Municipi és la seva autonomia de fonts específiques de finançament (com per exemple en el cas dels projectes europeus), que en molts casos condicionen les formes i sobretot els temps de vida de moltes xarxes.

ACTIVITAT

A més de l’activitat institucional relativa al propi funcionament, ARNM realitza activitat d’intercanvi i contrast de les experiències dels propis socis i organitza seminaris i cursos de formació per a tècnics i personal de l’administració.

Anualment organitza algunes trobades a nivell nacional on es reuneixen tots els socis, com l’Assemblea de socis i “l’Encontre Nacional dels actors en política de participació”.



Altres activitats que s’impulsen, més enllà de l’horitzó dels socis, com la promoció de campanyes per la salvaguarda dels béns comuns o la lluita als grans plans com el TAV. A partir del 2004 ARNM dóna suport també a l’acció d’alguns ens supramunicipals, com la regió Toscana i Lazio o la província de Milà, en el plantejament i el desenvolupament de polítiques de promoció de la participació en àmplies àrees.



Especialista en Desenvolupament, amb experiència en agències internacionals per al desenvolupament, governs locals i ONG's. Les seves àrees d'actuació es centren en la participació, el govern local i l'administració. Des de setembre de 2003 treballa al Banc Mundial, exercint diverses funcions en àrees de: operacions, desenvolupament de capacitats, diàleg de polítiques entre governs, donadors i equip del Banc Mundial. Les seves últimes activitats al Departament de Desenvolupament Social del Banc Mundial (aherzog@worldbank.org) reuneixen treballs a Amèrica Llatina, Àfrica i Europa de l'Est en temes com el pressupost participatiu, plataformes de governança local i observatoris socials.

ANDRÉ HERZOG

Responsabilitat social en les operacions del Banc Mundial

Cada vegada existeix una major evidència de certes innovacions governamentals dirigides a incrementar la responsabilitat estatal davant la ciutadania, particularment a nivell local. Les reformes en descentralització i democratització aplicades en molts llocs del món han enfortit la presa de decisions i el subministrament de serveis en un àmbit local, però també han atorgat poders als ciutadans i la societat civil per a fer sentir la seva veu respecte a les seves necessitats i vigilar les institucions públiques. En aquest context han sorgit un ampli espectre d'accions de *responsabilitat social* (RS) i mecanismes més enllà del vot, que els ciutadans i la societat civil poden utilitzar per a exigir responsabilitats a les administracions locals i als proveïdors de serveis públics. La RS consisteix, fonamentalment, en afirmar i fer operativa la veu i la vigilància de la responsabilitat de les relacions entre ciutadans, poder i proveïdors de serveis.

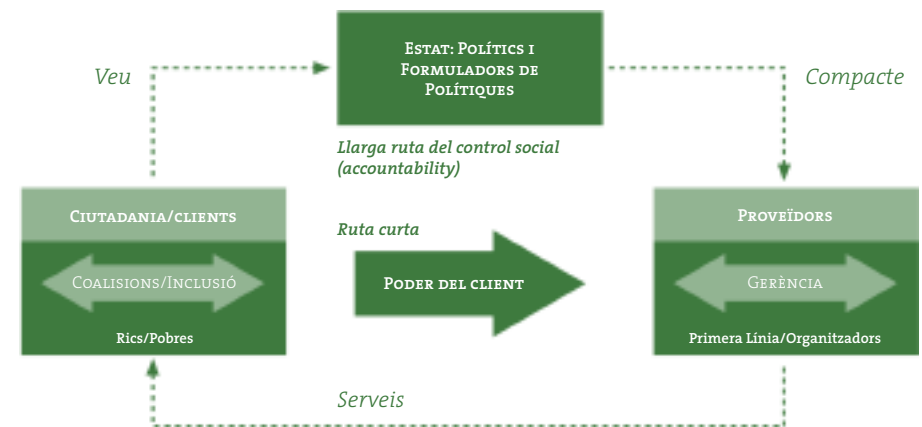
De fet, un nombre cada cop més gran d'experiències en responsabilitat social a nivell local tant en països desenvolupats com en vies de desenvolupament mostra la rellevància de la participació directa en la descentralització i la democratització. Aquestes experiències van des de la participació pública en polítiques de govern local, planificació i establiment de pressupostos fins l'impuls de la funció de la societat civil en el control de la despesa pública, així com la inspecció i l'avaluació de la qualitat de la infraestructura i del subministrament del servei. Aquesta tendència ha contribuït a l'ampli reconeixement que la participació pública pot donar lloc a un govern local més responsable, inclusiu i efectiu, donat que reforça un dels pilars bàsics per a la descentralització: l'alineació de les funcions administratives amb les preferències locals. Més encara, complementa els mecanismes tradicionals del sector públic per a 'comprovar-i-ajustar',

que sovint no aconsegueix tractar els errors de govern clau, com l'asimetria en la informació, els problemes principi-agent i l'atracció de minoria selecta.

El discurs i la pràctica de la responsabilitat social també han arribat al Banc Mundial. Conegut per la seva funció com agència de desenvolupament internacional, el Banc ha anat incrementant la seva atenció a l'aspecte de la demanda davant el govern. L'Informe sobre Desenvolupament Mundial de 2004 – Treballant per als pobres¹, és un document corporatiu clau, que eleva al mateix nivell la veu dels ciutadans i el poder dels clients per a reformar els programes de govern, predominantment gestionada amb enfocaments tradicionals del sector públic. L'Estratègia de Desenvolupament Social del BM², més encara, considerarà la responsabilitat social com un dels pilars del desenvolupament, subratllant la importància de les institucions responsables i inclusives per a promoure l'igual accés a les oportunitats, i responent als interessos del públic de forma efectiva, eficient i justa. Aquests principis que es reforcen mútuament són essencials per a transformar les institucions per dotar de major poder als pobres i als sectors marginats. Últimament, el Document de Govern Anticorrupció del Banc ha reforçat encara més aquest canvi paradigmàtic, reconeixent que les reformes públiques en els aspectes de subministrament poden complementar-se amb aspectes de demanda al govern. Reconeix explícitament la funció crucial de la societat civil, els mitjans i les comunitats en la reforma dels programes de govern, centrant l'atenció en que els mecanismes de participació a nivell local són puntes d'entrada anticorrupció i de govern molt efectius.

EL MARC DE LES RELACIONS RESPONSABLES

Font: Informe sobre el desenvolupament mundial 2004

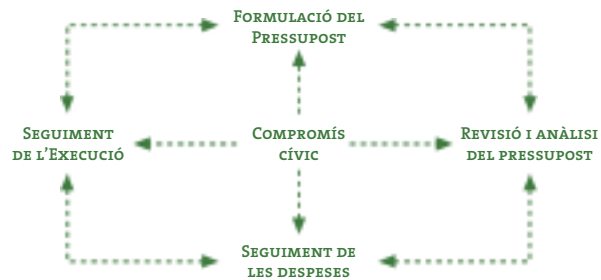


¹ <http://econ.worldbank.org/wdr/wdr2004>

² Banc Mundial (2005), autoritzar les persones transformant les institucions: desenvolupament social en les operacions del Banc Mundial.

APLICACIONS DE RS EN POLÍTICA I CICLE DE GESTIÓ DE LA DESPESA PÚBLICA

Font: Pàgina web de participació i compromís civil del BM³



Aquests conceptes i enfocaments de participació i responsabilitat social s'han reforçat considerablement mitjançant diferents operacions de préstec i no préstec al Banc Mundial, que inclouen:

- **Programes d'estratègies per la reducció de la pobresa (PERP):** El PERP descriu les polítiques macroeconòmiques, estructurals i socials d'un país i els programes per promoure el creixement i reduir la pobresa, així com les necessitats econòmiques externes associades. Els PERP normalment són preparats pels governs mitjançant un procés de participació en el que s'implica a organitzacions de la societat civil i socis de desenvolupament;
 - **Préstecs a les polítiques de desenvolupament (PPL):** la participació de socis en PPL pot incloure al govern central i al parlament, però també a agències d'implementació, governs regionals i locals, representants del sector empresarial, ciutadans i organitzacions de la societat civil;
- **Descentralització i altres operacions específiques del sector:** el BM ha anat aplicant cada cop més conceptes de planificació de la participació, del pressupost, de rastreig de la despesa i d'inspecció del rendiment per a reforçar la capacitat de la societat civil per prioritzar les inversions del sector, i inspeccionar i avaluar els serveis;
 - **Desenvolupament dirigit per la comunitat (DDC):** és un enfocament que proporciona control sobre les decisions de planificació i els recursos d'inversió a grups de la comunitat i governs locals. Els programes de DDC operen sobre els principis del poder local, el govern de participació, la responsabilitat davant la demanda, l'autonomia administrativa, una major responsabilitat cap avall, i una millora de la capacitat local; i,
- **Activitats de no préstec:** el Banc també proporciona assistència tècnica, desenvolupament de coneixement, investigació i capacitat de construcció. Per exemple: (i) desenvolupament i donant suport a eines d'anàlisi per a valorar la facilitació de l'entorn necessari per a la responsabilitat social, amb la finalitat de contribuir a la major comprensió de les obligacions i les oportunitats que suposa el compromís cívic efectiu a nivell estatal; (ii) proporcionant suport a les institucions regionals, nacionals i locals i a la seva capaci-

tat de desenvolupament, p. ex.: Desenvolupament de Coneixement del Pressupost Participatiu i 'Facilitats' a l'Acció de Suport Regional per Amèrica llatina i Àfrica; (iii) desenvolupant d'eines de suport al coneixement operatiu, p. ex.: el Llibre de la Responsabilitat Social.

Reptes i Oportunitats

A pesar de la creixent importància de la participació i la responsabilitat social al Banc Mundial, existeixen encara diferents reptes a tenir en compte. Molts projectes segueixen aplicant la responsabilitat social a nivell pilot. Per tant, resulta necessari dirigir esforços cap a l'increment i el manteniment de la responsabilitat social en les operacions. Perquè això es produeixi, és essencial la construcció d'evidències més sòlides de l'impacte de la responsabilitat social i els seus vincles amb l'economia política. En aquest sentit, el Banc ha començat a iniciar alguns estudis específics per país sobre la facilitació d'entorns per a la RS, i valoracions de l'impacte d'enfocaments de RS específics, com un recent estudi per mesurar l'impacte de l'Elaboració de Pressupost Participatiu al Brasil⁴.

Tenint en compte aquests aspectes, el CDD i l'equip de Govern Local (CDDLG) del Departament de Desenvolupament Social han centrat les seves activitats en el foment del desenvolupament del coneixement i l'operacionalització de CDD, govern local i responsabilitat social. Entre altres àrees, l'equip CDDLG duu a terme anàlisis i accions, així com la construcció de capacitat i la divulgació d'activitats per a contribuir a la millora del rendiment de les operacions del Banc Mundial. Per una organització ben coneguda per la seva funció en el subministrament de reformes de govern, aquestes iniciatives representen un esforç superior per complementar les reformes polítiques tradicionals i els enfocaments econòmics i dur els processos de participació i responsabilitat social fins la seva mateixa base.

³ www.worldbank.org/participation

⁴ Banc Mundial 2006, "Avaluació de l'Autorització: Pressupost Participatiu en ajuntaments de Brasil" a *Autorització en la Pràctica: de l'anàlisi a la implementació*.



Arquitecte graduat a Equador el 1980. Actualment és Director Executiu del Centre Internacional de Gestió Urbana, CIGU, de Quito (Equador), una organització que actua en el context d'Amèrica Llatina per a promoure iniciatives innovadores de gestió urbana democràtica, participativa i inclusiva. A l'actualitat el CIGU executa un projecte denominat "REFORÇAR, Reforç als Pressupostos Participatius a Amèrica Llatina" i és soci extern de set projectes comuns de la Xarxa URB-AL No. 9, "Pressupost Participatiu i Finances Locals", coordinat per la ciutat de Porto Alegre, Brasil. Jaime Vásconez ha estat assessor regional del Programa de Gestió Urbana per Amèrica Llatina i El Carib, PGU-ALC, promogut per UN-HABITAT i ha dut a terme com a Coordinador Territorial, responsable del sistema de gestió participativa, del Municipi del Districte Metropolità de Quito, Equador. Ha estat consultor de diferents organismes internacionals i nacionals, així com també professor en diverses universitats equatorianes.

JAIME VÁSQUEZ

“El paper de les institucions internacionals als processos d'aprofundiment democràtic”

El CIGU és una entitat civil que treballa a Amèrica Llatina, abordant els problemes urbans des d'una perspectiva regional. Convoca a professionals, acadèmics, autoritats, tècnics municipals i dirigents comunitaris en un espai comú que treballa, des de visions diverses, els problemes de la pobresa i la inequitat, del deteriorament ambiental i de la governabilitat, a partir d'un compromís ètic amb els sectors pobres i exclosos basat en els principis de la solidaritat, la democràcia i l'equitat.

El CIGU executa el projecte *REFORÇAR, Reforç als Pressupostos Participatius a Amèrica Llatina*, amb suport del Departament de Desenvolupament Social Sostenible del Banc Mundial. Aquest projecte busca promoure xarxes nacionals de pressupostos participatius, desenvolupar coneixements, disseminar informació, enfortir les capacitats locals i brindar assistència per a l'ús d'aquesta eina de gestió a les ciutats de la Regió. D'altra banda, el CIGU està vinculat a varis projectes de la Xarxa URB-AL No. 9, (Pressupostos Participatius

i Finances Locals), que articulen a ciutats d'Amèrica Llatina i Europa i que desenvolupen estudis específics sobre la relació del pressupost participatiu amb la lluita contra l'exclusió social, la modernització de les estructures municipals, el planejament físic i territorial; l'economia solidària, entre altres temes. Ha efectuat altres estudis específics en diverses ciutats d'Amèrica Llatina i dona suport a l'elaboració d'un manual de capacitació sobre aquest instrument a Àfrica, amb suport d'UN-HABITAT.

De tot això, el CIGU percep que les democràcies locals a Amèrica Llatina tendeixen a enfortir-se, multiplicant-se en termes quantitativament i radicalitzant-se qualitativament i en forma cada cop més accelerada. Per exemple, els pressupostos participatius, que s'experimentaren inicialment al Brasil a començaments dels anys 90; s'expandiren en aquest país durant el següent lustre i a partir del 2000 s'han disseminat a tota Amèrica Llatina i a altres Regions fins assolir la seva actual dimensió internacional. Paral·lelament, s'han diversificat i perfeccionat en termes conceptuals, metodològics i operatius, al punt de que la seva adopció no es produeix sols per iniciativa individual d'una ciutat, sinó que respon a la influència d'agents externs com són els governs centrals (Perú, Hondures); organismes internacionals (UN-Habitat, Banc Mundial); associacions municipals (Equador), o diverses xarxes (Perú, Xile, Veneçuela, República Dominicana, Brasil i altres països), que proposen la massificació del pressupost participatiu com un mecanisme per a millorar la governabilitat local i impulsar la transparència i la rendició social de comptes.

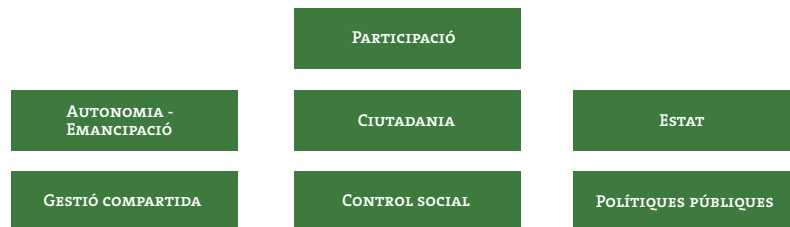
Aquests canvis, les causes específiques dels quals han ser analitzades en altres espais, plantegen nous problemes i reptes a les institucions internacionals vinculades al Desenvolupament. Tot i que les respostes a tals qüestions les ha de donar cada entitat, el CIGU ha adoptat algunes orientacions que li permeten ajustar-se a la canviant situació i que són, entre altres, les següents:

- Descartar la visió purament municipalista de l'aprofundiment democràtic local, impulsant els processos d'articulació multi-actoral.
- Encarar els problemes de la democràcia local des de la perspectiva regional.
- Utilitzar les noves eines de comunicació, com Internet, per a l'articulació de xarxes, la difusió de la informació i la disseminació del coneixement, procurant adaptar els continguts als nous llenguatges de la comunicació audiovisual.
- Assumir que els processos convencionals d'assistència tècnica han de ser substituïts per processos d'intercanvi d'experiències i bones pràctiques, els quals poden ser facilitats i promoguts per les agències de cooperació.
- Impulsar processos virtuals i interactius d'aprenentatge mutu, o d'auto aprenentatge, que substitueixin els convencionals processos d'entrenament i desenvolupament de capacitats.

Conclusions del debat sobre Instruments de planificació participativa

A. DEBAT SOBRE ELS CONCEPTES, PRINCIPALS CONCLUSIONS

1. ELS CONCEPTES



2. PARTICIPACIÓ

- Participació ciutadana com a principi, dret, deure i procés socio-polític.
- Visió sistèmica de la participació.
- Com a solidaritat en la distribució de recursos.
- Com a discriminació positiva.
- Com a integració entre classes socials – democràcia per a tots i totes.
- Participació: bandera de les esquerres?
- Com a procés de transformació de l'individual al col·lectiu.
- Més d'un concepte de participació social.
- Com un instrument per a permetre la proximitat entre ciutadania i govern.
- Com a procés estrictament polític i no partidari.
- Com a inclusió social i apropiació dels interessos de gènere i ètnia.
- Participació pressuposa informació.
- Mobilització no és participació.
- No és fruit dels interessos del poder públic-espai d'autonomia de la participació.

3. CIUTADANIA

- Com a convenciment per a la lluita ciutadana.
- Com a procés d'organització i lluita.
- Com a visió sobre el demà.
- Com a cura i transparència de la informació.
- Com a diàleg permanent durant el procés i en les pràctiques participatives.
- Com a enfortiment de la democràcia directa.

- Com un requisit a l'espai de llibertats de les persones.
- Formació de la Ciutadania per mitjà de l'educació.

4. ALTRES ELEMENTS SOBRE ELS CONCEPTES

- La participació nutreix de significat conceptes com: ciutadania, autonomia-emancipació, co-gestió, control social, estat i polítiques públiques.
- No hi ha conceptes acabats ja que depèn de la cultura i del moment històric en què ens trobem.
- La participació és fàcil de conceptualitzar, però el món real és més complex.
- La participació exigeix un llarg termini per a la confiança en els instruments.
- La burocràcia i la màquina administrativa són elements que obstaculitzen la participació.
- Polititzar els drets no significa institucionalitzar-los.
- Principis de la democràcia participativa: per a què, per a qui i com?
- Vinculacions ideològiques en la gestió pública no significa participació.

5. EL CONTEXT

- El context llatino-americà imposa diferències als conceptes i a les pràctiques europees.
- El debat dels diferents conceptes es realitza en un context d'Estat burgès, i això suggereix límits a la seva aplicació.
- Els conceptes estan confrontats per cultures individualistes o massa acadèmiques.
- L'estat està fora de la societat i viceversa, la participació va més enllà dels governs democràtics.

6. SOBRE ELS INSTRUMENTS DE PARTICIPACIÓ

- Importància de la definició de fites i indicadors sobre els efectes de la participació.
- Integració dels processos d'accions locals amb planificació participativa.
- Pla de Desenvolupament Municipal (llarg termini).
- Contextualitzar i valorar les diferències existents tant en els instruments de participació com en les cultures d'organització política dels subjectes socials.

B. CONCLUSIONS A PARTIR DE LES NOSTRES PRÀCTIQUES I EXPERIÈNCIES

El Bosque (Xile); Caracas (Veneçuela); Cotacachi (Equador); Olinda, Recife, São Paulo (Brasil); Sevilla, Bilbao (Espanya); Itàlia.

7. FORCES

- Articulació eficient entre els diferents nivells territorials.
- Sensibilitat social, subjectivitat i qualitat per al treball als territoris.
- Base de dades/informació per a la planificació.
- Assamblees/Consells com a metodologia de construcció de forma col·lectiva.
- Articulació entre territoris i entre democràcia participativa i deliberativa.

Conclusions del debat sobre pedagogia de la participació

- f. Planificació simultània en diferents municipis.
 - g. Lleis que institucionalitzen la participació.
 - h. Compartir poder i participació directa de la població.
 - i. Adequació dels instruments segons les diferents cultures.
 - j. Cultura com a inductora de la participació.
 - k. Experiència pilot a nivell de districte.
 - l. No partidització dels espais.
 - m. Fòrums consultius/representació dels col·lectius/participació territorial.
 - n. Transferència de recursos directes per a les comunitats.
 - o. Relació d'obres públiques versus participació i ciutadania.
 - p. Col·laboració amb la universitat i altres actors.
 - q. Formulació de diagnòstic participatiu.
 - r. Procés d'avaluació sistemàtic.
 - s. Amplitud de canals, optimització d'assemblees públiques, universalitat.
 - t. Diversitat en la representació en els canals.
8. DEBILITATS
- a. Absència d'informació per a la comunitat.
 - b. Baixa dotació pressupostària.
 - c. Desconeixement dels instruments del pressupost públic.
 - d. Dificultats en la conclusió de les accions prioritàries.
 - e. Definir accions estructurals per a la ciutat a partir dels instruments participatius.
 - f. Pràctiques de la democràcia representativa en la democràcia participativa.
 - g. Diagnòstic participatiu dels territoris, més enllà dels tècnics.
 - h. Incompatibilitat d'interessos fora i dins dels governs.
9. AMENACES I REPTES FRONT LES PRÀCTIQUES
- a. Problematitzar la participació del ciutadà i la ciutadana no-organitzats més enllà de les formes i instruments associatius.
 - b. Integrar el temps ideal amb el temps real de les accions.
 - c. Identificar els nivells de reptes per a cada fase de la participació.
 - d. Afavorir el diàleg entre les accions immediates i les polítiques nacionals (en els instruments participatius).
 - e. Implicar la població en tot el procés de formulació i implementació de les polítiques.
 - f. Desenvolupar un procés de reeducació per a la participació.
 - g. Atenció tècnica per a dur a terme diagnòstics participatius.
 - h. Enfortir l'autoestima i rescatar creences en la ciutadania sobre el procés participatiu a pesar dels límits pressupostaris i dels endarreriments en l'execució de les polítiques.
 - i. Canvis de gestió i recursos.
 - j. Separació entre la gestió, els partits i la societat.
 - k. No compliment dels compromisos.
 - l. Ocupació de l'espai per interessos partidaris.

1. DESTINATARIS: *la pedagogia abarca tots els grups socials i actors. Fem referència a:*
 - a. Nens, nenes i joves, en els àmbits de:
 - Escola formal amb projectes comunitaris.
 - Estructura familiar.
 - b. Actors que conformen l'administració: personal tècnic, gerents administratius i dirigents polítics.
 - c. Líders socials i consellers/es (de l'OP).
 - d. Formació d'educadors/es populars i educadors/es socials.
 - e. Líders i militants de Moviments socials.
2. OBJECTIU
 - a. Promoure la cultura de la democràcia per assegurar l'estat de dret.
 - b. Que la ciutadania reconegui i ocupi el seu espai, en la formulació i en el control de les polítiques públiques, amb la finalitat de:
 - Promoure acords públics en entitats compartides.
 - Donar visibilitat a acords col·lectius.
3. PROCÉS: *en el procés de formació són necessàries:*
 - a. Una postura activa de la societat civil, independentment de l'origen de la iniciativa de formació per a la participació.
 - b. La utilització de recursos públics en els processos de formació.
 - c. Una organització transparent i participativa, coherent amb els seus objectius.
4. MÈTODES
 - a. Respondre a les necessitats específiques de cada col·lectivitat, adequant (els mètodes) al llenguatge, cultura, història, sistema polític del país i nivells de coneixement dels i les participants.
 - b. El mètode ha de ser construït basant-se en la tolerància i en el respecte a la diferència amb base al diàleg, integració, discussió i negociació dels actors en cada situació particular. No utilització de manuals.
 - c. L'acció de la participació és l'espai de l'aprenentatge de la pràctica pedagògica.
 - d. Procés sistemàtic, continu i assidu.
 - e. Importància del seguiment i l'avaluació continuats. Aprofitar les experiències ben o mal realitzades per a la millora constant del mètode.
 - f. Ús de tecnologies modernes de gran abast.

5. CONTINGUTS, *temes a treballar*:

- a. Coneixements per a la transformació de la realitat.
- b. Informació.
- c. Comunicació.
- d. Concertació, negociació.
- e. Lideratge social.
- f. Democràcia.
- g. Relació governs i societat.
- h. Inclusió social.
- i. Elaboració de projectes i temàtica legislativa.
- j. Planificació estratègica.
- k. Gestió de projectes i programes públics.
- l. Control social.
- m. Seguiment i avaluació.

6. INSTRUMENTS, *poden ajudar els processos pedagògics a fer pedagogia de la participació, a aconseguir els objectius fixats, tenint en compte també les altres característiques abordades en la sessió*:

- a. Equips inter-institucionals.
- b. Universitat lliure.
- c. Escoles de ciutadania.
- d. Extensió universitària.
- e. Utilitzar Internet i les noves tecnologies de la informació i la comunicació (NTIC) per a l'intercanvi de propostes.



Conclusions del debat sobre inclusió social i convivència a les ciutats

A. DEBAT SOBRE ELS CONCEPTES DE DISCUSSIÓ

1. INCLUSIÓ SOCIAL

- 1.1 L'abordatge del procés d'inclusió requereix que s'aprengui anteriorment a les diferents escales de l'exclusió:
 - Diferents nivells d'exclusió generen processos d'inclusió diferents, o no els generen.

Alguns segments socials es troben fora de l'abast de qualsevol procés de participació.

Exemples:

- a. OP¹ de Recife i d'Olinda – Participen els segments més pobres de la població, (els de nivell mig i ric no participen per opció), però els qui es troben en una situació molt greu d'exclusió continuen quedant al marge del procés.
- b. OP Sevilla – Participen intensament la classe treballadora i part de la classe mitjana (rics no participen per opció), però resta exclòs el col·lectiu d'immigrants, numèricament representatiu.

- 1.2 El procés d'inclusió propicia la formació de subjectes col·lectius, tenint com a eix central la identitat:

- Que genera el sentiment de pertinença;
- Que propicia l'ampliació de xarxes de relacions i de solidaritat;
- Que afavoreix l'empoderament;
- Que amplia les possibilitats de participació ciutadana.

2. CONVIVÈNCIA A LES CIUTATS

- 2.1 Estimular polítiques de convivència:

- Amb diferents col·lectius de població.
- Amb diferents interessos.

- 2.2 Ampliar el coneixement sobre el lloc: aspectes històrics, culturals, ambientals, etc., per a:

- Crear identitats.
- Afavorir sentiments de pertinença.
- Ampliar les xarxes de relacions socials.

¹ Les sigles OP fan referència als processos de Pressupost Participatiu (Orçamento Participativo, en portuguès).

2.3 Donar valor al capital humà, ampliant les condicions d'accessibilitat:

- Accés als espais de la ciutat, l'habitatge, d'equipaments urbans (bus), per a persones amb discapacitat (capacitació de tècnics).
- Accés a l'habitatge digne i segur per als qui no hi tenen accés.

Inclusió social i Convivència a les ciutats:



B. EXPERIÈNCIES A PARTIR DELS CONCEPTES CLAU

3. EXPERIÈNCIES A LA LLUM DELS CONCEPTES CLAU

3.1 Pressupost participatiu:

Forces:

- És un procés acumulatiu que s'inicia amb l'Ajuntament i va acumulant forces.
- Participació de la població en la presa de decisions, amb oportunitat d'eleccions, a través de la deliberació sobre els recursos.

Oportunitats:

- Constitució d'espai:
 - per a formació de grups i organització social.
 - on la població pot parlar.
 - on són identificats els problemes i reivindicats els drets.

Debilitats:

- És significatiu, però no és majoritari (representació dels segments socials i del pressupost municipal).
- Els desentesos interns i la dificultat de relació amb altres espais de gestió de la ciutat.

- Redueix la discussió de la ciutat a una discussió sobre obres.

- La no realització de propostes votades genera descrèdit del procés de participació.

Amenaces:

- Generen privilegis que propicien processos de cooptació.

- Per ser una política de la gestió municipal, és amenaçada de no continuïtat, cosa que amenaça la seva sostenibilitat.

3.2 A la segona part del debat s'extreuen diverses conclusions i elements a destacar, a partir de les experiències i les pràctiques quotidianes de les persones participants en processos com "Projetos culturais no Ibura", "Parceria nos morros", o "Espaço cultural Nascedouro", entre altres.

Principals elements destacats de les pràctiques i l'experiència acumulada al grup:

- Proposta d'inclusió social dirigida a l'educació de criatures i adolescents (allunyant-los de la violència i les drogues).
- Proposta d'acció estructuradora i a llarg termini, en la línia de la cultura: alternativa del pressupost participatiu als projectes puntuals i de visió a curt termini.
- Propiciar l'organització, l'ampliació de les xarxes de convivència (capital social) a la ciutat.
- Comissions que demanden i defineixen prioritats.
- Promoció de la formació de professionals, amb la capacitació de la comunitat per a participar en la implementació dels projectes (obres).
- L'organització (de la ciutadania) com a expressió de força/poder.
- Creació d'espais d'inclusió social i de convivència a la ciutat a través de l'art i la cultura, on participa la població local.



1a Distinció OIDP “Bona Pràctica en Participació Ciutadana”



La Distinció “Bona Pràctica en Participació Ciutadana” és una iniciativa de l'Observatori Internacional de la Democràcia Participativa. A través de la concessió d'aquesta Distinció es pretén incentivar la posada en pràctica d'experiències innovadores en l'àmbit local i difondre pràctiques que afavoreixen la participació i la implicació de la ciutadania en els processos d'elaboració i implementació de les polítiques

públiques. L'objectiu d'aquesta distinció és reconèixer les experiències innovadores en el camp de la democràcia participativa, coordinades pels governs locals, que puguin ser susceptibles de rèplica.

El jurat internacional de la 1ª Distinció s'ha encarregat de proposar l'experiència mereixedora de la Distinció, basat en una sèrie d'elements a tenir en compte: l'obtenció de majors quotes d'igualtat, el grau d'innovació i la responsabilitat dels diversos actors que busquen l'enfortiment de la ciutadania, i l'eficàcia i la transparència de la gestió pública. El jurat ha pres la seva decisió basat en la informació presentada per cada candidatura.

Les organitzacions membres del Jurat han acordat, el dilluns 2 d'octubre de 2006, atorgar la “1a Distinció OIDP Bona pràctica en participació ciutadana” a l'experiència: “Processos i mecanismes d'inclusió de les dones indígenes en la gestió local: El cas de Cotacachi, Equador”.

Amb la voluntat d'incorporar les diferents aportacions del jurat, es consensua l'entrega de sis Mencions Especials a les següents experiències:

- Asamblea Municipal Constituent de Tarso (A.M.C.T), Tarso (Colòmbia).
- Campaign Creator, Bristol (Regne Unit).
- Pla Integral de Collblanc – La Torrassa, L'Hospitalet de Llobregat (Espanya).
- Norma de Participació Ciutadana, La Paz (Bolívia).
- Pressupost Participatiu de Fortaleza (Brasil).
- Pressupost Participatiu de Sevilla (Espanya).

Des de la Secretaria Tècnica de l'OIDP s'expressa la satisfacció pel procés dut a terme, en el que es destaquen les nombroses candidatures presentades, la qualitat de les experiències i el treball dels membres del jurat.

Processos i mecanismes d'inclusió de les dones indígenes en la gestió local: el cas de Cotacachi

COTACACHI - EQUADOR EXPERIÈNCIA DES DE 2003

Cotacachi és un cantó de la província d'Imbabura que compta amb una població de 37.254 habitants, dels quals el 80% viuen a l'àrea rural, i que es caracteritza per la multiplicitat ètnica i cultural.

El 1996 el Govern institucionalitza l'Assamblea de la Unitat Cantonal, que articula totes les organitzacions socials de Cotacachi; i aquesta formula el Pla de Desenvolupament Cantonal. “L'Assamblea d'Unitat Cantonal és un espai d'expressió ciutadana per a fraternitzar, concertar, planificar participativament el futur del cantó, i les seves decisions es basen en els principis de solidaritat i tolerància a la diversitat pluricultural i multiètnica sense distinció de gènere ni de generació” (Acta Constitutiva).



L'any 2000 el procés incorpora el Pressupost Participatiu com una eina estratègica per al desenvolupament, i així supera els enfocaments que l'entenen com un repartiment de recursos o un instrument purament consultiu. El Pressupost Participatiu posa èmfasi en els valors de solidaritat, transparència, reciprocitat, en la capacitat d'autogestió, el compromís social i moral. En termes metodològics té com a base temàtica les prioritats del Pla de Desenvolupament Cantonal, i la base territorial en tres nivells: cantonal, zonal i comunal o barrial. Es fonamenta en la participació de tots els segments socials sense distincions de cap tipus; admetent les

formes tradicionals d'organització i promovent noves formes per als grups exclosos (per exemple, mitjançant les coordinadores de dones, joves, o de la infància). Aquest procés de gestió participativa ha aconseguit una evolució constant que garanteix la seva pròpia sostenibilitat i amplia la seva incidència en la realitat local. L'any 2003 s'implanta una metodologia específica per a incentivar una major participació de les dones, que ha suposat donar atenció a les seves demandes específiques, enfortir la seva organització interna i promoure les seves capacitats, defensant el seu dret a intervenir davant la resta d'actors socials.

RECIFE, 28 NOV - 2 DES 2006

Durant 4 dies Recife ha estat el centre d'encontre de l'Observatori Internacional de la Democràcia Participativa. Recife ha acollit a ciutats de tota Amèrica Llatina i Europa, compromeses des de fa anys amb l'impuls polític de la democràcia participativa i amb la posada en pràctica de metodologies i de processos de participació innovadors i efectius que han permès millorar, no només les nostres ciutats, la qualitat de vida dels nostres conciutadans i conciutadanes sinó també el seu compromís amb la gestió pública, és a dir, el seu compromís amb la millora efectiva de la democràcia.



Els nostres treballs els hem dividit aquests dies en tres espais diferenciats:

El primer va ser la sessió interna del projecte d'*Observatoris Locals de la Democràcia Participativa*, que ha celebrat a Recife la seva última reunió de coordinació internacional. El fruit dels seus treballs, elaborats amb molt rigor i professionalitat entre les 10 ciutats sòcies (Barcelona, El Bosque, Porto Alegre, São Paulo, Cuenca, Buenos Aires, La Paz, Saint Denis, San Sebastián i la Diputació de Barcelona) han deixat una aportació molt valuosa a l'OIDP i a totes les ciutats del món que vulguin impulsar la democràcia participativa com un dels pilars estratègics de les seves polítiques locals: un cop finalitzat definitivament el projecte i s'elabori l'informe final tindrem a la nostra disposició la *Guia Pràctica per la Constitució d'un Observatori Local* en qualsevol municipi; la creació d'una *Fitxa de Bones Pràctiques* i una gran quantitat i varietat d'indicadors que constitueixen el que denominem "*Caixa d'eines*".

El missatge és clar: no és suficient amb impulsar la participació ciutadana, és necessària també la seva observació, avaluació crítica, amb l'objectiu d'innovar i millorar a través de la visió de l'anàlisi objectiu i rigorós de les polítiques que desenvolupem. Renovar-se o morir també s'aplica en política i per conseqüent també s'ha d'aplicar a la participació ciutadana.

El segon eix de treball d'aquests dies va ser la celebració de la sessió interna de les ciutats sòcies de l'OIDP on, al marge de l'aprovació de l'informe de gestió i la validació dels treballs presentats pels Observatoris Locals vam decidir continuar amb el plantejament iniciat l'any passat d'elaborar instruments i eines des de l'OIDP i que siguin d'utilitat per totes les ciutats sòcies i els seus col·laboradors.

En aquest sentit durant el proper any treballarem en 5 grups:

- "La gestió de la informació" que coordinarà la municipalitat de La Paz (Bolívia);
- "Els impactes i efectes de la participació" que coordinarà la Prefeitura de Fortaleza (Brasil);
- "Els nous enfocaments en l'avaluació" que coordinarà una comissió de membres col·laboradors de la xarxa;
- "La gestió del temps" que coordinarà Saint-Denis (França);
- "Metodologies de la participació" que coordinarà la municipalitat de El Bosque (Xile).

Aquests grups estan oberts a la participació de tots els municipis socis i col·laboradors que pròximament es podran incorporar a través de la crida que es farà des de la Secretaria.

L'última decisió important del grup de treball de l'OIDP va ser la designació de la seu de la *setena conferència* i per tant la ciutat que assumirà la presidència de l'OIDP fins novembre del 2007: l'Ajuntament de Nanterre (França) a la regió Metropolitana de París reconeguda internacionalment pel seu compromís en la participació i el seu impuls de pràctiques innovadores.

Recife ha estat també l'escenari de l'entrega de la *I Distinció OIDP Bona pràctica en participació ciutadana*. Una distinció que permet conèixer i reconèixer les pràctiques més innovadores que s'estan duent a terme.

En aquesta primera edició s'han presentat un total de 39 projectes i s'han atorgat *6 mencions especials*¹ i la Primera Distinció que ha estat pel projecte "Processos i mecanismes d'inclusió de les dones indígenes en la gestió local" del municipi equatorià de Cotacachi.

I finalment els dies de conferència que sota el títol de *Planificació Estratègica Participativa per a la construcció democràtica de les Ciutats* ens ha reunit a Recife a diferents agents socials, econòmics i polítics de tot el món per impulsar, després del debat, noves fórmules i mètodes que permetin perfeccionar la nostra pràctica diària.

Dels nostres treballs presentem també la següent declaració consensuada amb els organitzadors, –Barcelona que ostenta la secretaria– i les ciutats del comitè coordinador de la xarxa presents a la conferència que per unanimitat han decidit reconèixer l'hospitalitat i el treball de la ciutat de Recife i convidar-la a formar part del comitè coordinador de l'OIDP.

¹ Assemblée Municipale Constituent de Tarso (A.M.C.T), Tarso (Colòmbia).
Campaign Creator, Bristol (Regne Unit).
Pla Integral de Collblanc – La Torrassa, L'Hospitalet de Llobregat (Espanya).
Norma de Participació Ciutadana, La Paz (Bolívia).
Pressupost Participatiu de Fortaleza (Brasil).
Pressupost Participatiu de Sevilla (Espanya).

Declaració

La 6^a Conferència de l'Observatori Internacional de Democràcia Participativa realitzada a la ciutat de Recife, els dies 29 i 30 de novembre i 1 de desembre de 2006, amb el tema central de "Planificació estratègica participativa per a la construcció democràtica de les ciutats", consolida i obre noves perspectives pel paper de l'OIDP com a referència internacional en la construcció dels processos democràtics i participatius a les ciutats.

Aquesta referència i construcció és fonamental en un moment en què, a nivell mundial, els processos de concertació dels organismes internacionals han estat sistemàticament violats i l'ús de la guerra i de la força usats com a sortida pels conflictes. La realització de la 6a Conferència a Recife, nord-est de Brasil, té un important significat pel moment polític viscut a Amèrica Llatina.



En els últims anys aquest continent ha registrat avanços per a la lluita popular. La victòria de diversos governs centrals per forces polítiques que representen la lluita dels moviments socials, que a les ciutats són els principals actors en la defensa per gestions democràtiques i populars, obre una nova perspectiva per a la construcció de planificació i desenvolupament urbà participatius, que enfronten de forma articulada i estratègica la inclusió de milions de ciutadans i ciutadanes.

El sistemàtic atac als drets de la ciutadania provocat per la globalització (emigració forçada, atur estructural, ampliació de la pobresa a les ciutats i precarització territorial d'espais urbans) exigeix de nosaltres una articulació global per enfrontar aquest procés autori-tari, fruit de l'hegemonia del capital financer.

En aquest sentit, creiem que l'articulació de l'OIDP amb el CGLU permetrà ampliar la influència de les idees de participació democràtica a les ciutats de tot el món. No obstant, difícilment podrem canviar aquest context econòmic i social si no articulem el procés de planificació estratègica participativa a les ciutats, la capacita-ció dels nostres actors, amb les lluites per la transformació dels Estats Nacionals que obren noves perspectives i que superen els límits de la construcció de la democràcia a nivell local.



En aquest context, la democràcia participa-tiva com a valor social i instrument polític de gestió, apareix com una aspiració en la construcció de societats més justes.

A pesar de la nostra experiència de diferents contextos la reestructuració productiva, via globalització, ens imposa un desafiament comú: la construcció d'una nova humanitat, més justa socialment, econòmicament viable i ambientalment sostenible.

El camí exigeix molta lluita, molta planificació i molta parti-cipació. Molt resta per fer per a la construcció d'un altre món possible.

Recife, 1 de desembre de 2006

Comitè organitzador:



Col·laboradors:

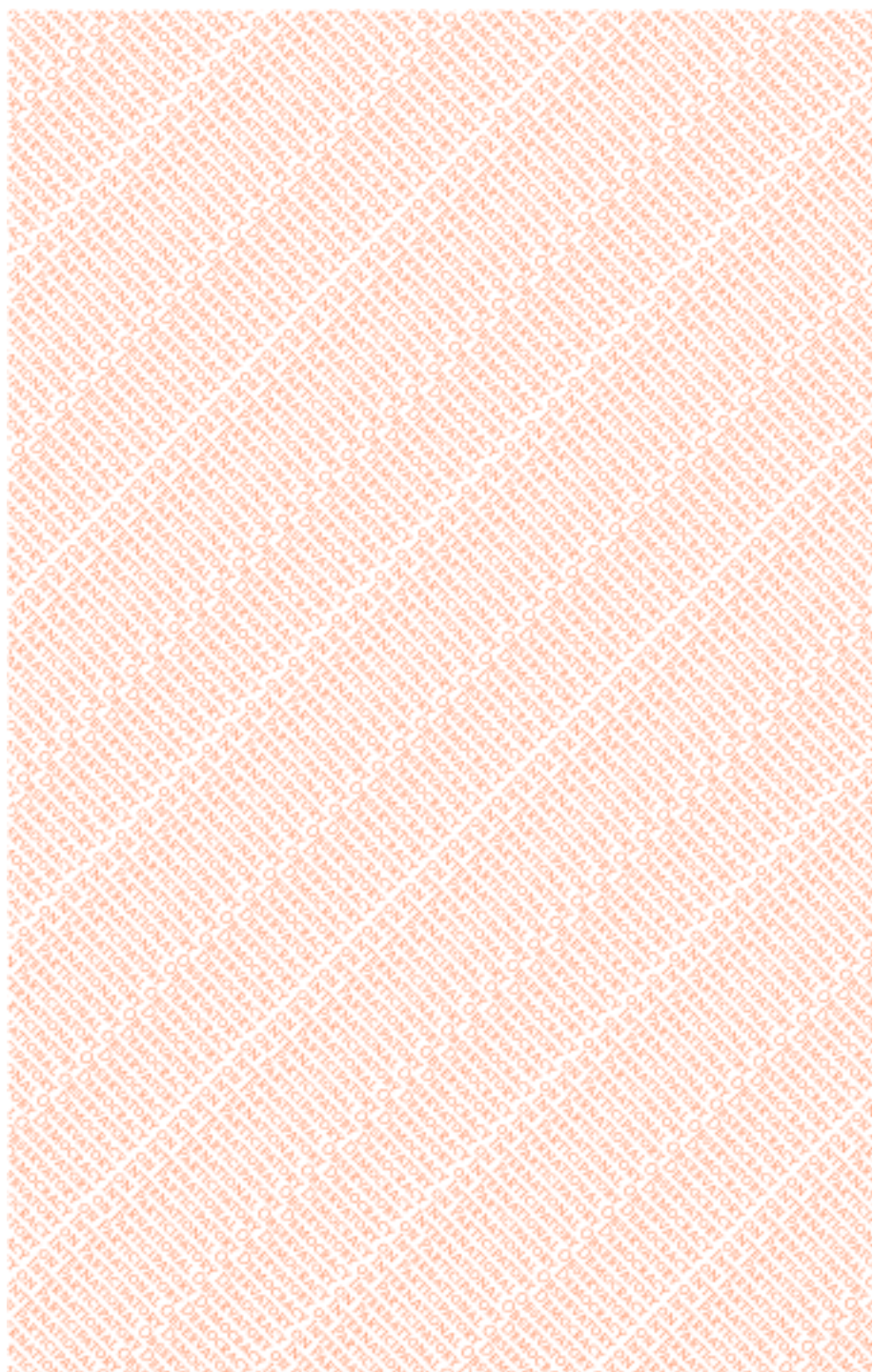


FALP

CIGU

REDE NORDESTINA

RETE NUOVO MUNICIPIO



INTERNATIONAL OBSERVATORY ON PARTICIPATORY DEMOCRACY

6TH OIDP CONFERENCE
PARTICIPATORY PLANNING FOR THE
DEMOCRATIC CONSTRUCTION OF CITIES

Index

1. WELCOME

MAYOR OF BARCELONA
MAYOR OF RECIFE

2. PRESENTATION AND OBJECTIVES OF THE 6TH CONFERENCE

OIDP'S TECHNICAL SECRETARIAT

3. PROGRAMME

4. SPEAKER NOTES

OPENING CONFERENCE: PARTICIPATORY DEMOCRACY AND MUNICIPAL PLANNING:
INNOVATIVE PRACTICE IN PUBLIC MANAGEMENT
- Housing and the city in Brazil and Latin America. *Erminia Maricato*.

MAIN THEME: TOOLS FOR PARTICIPATORY PLANNING
- Models of Participatory Management. *Maria da Gloria Gohn*.

MAIN THEME: PEDAGOGY OF PARTICIPATION
- Education for Active Citizenry. *Rudá Ricci*.
- Learning participation. *Eva Salaberría*.

MAIN THEME: SOCIAL INCLUSION AND COEXISTENCE IN THE CITY
- Social Inclusion and Coexistence in the City. *Alejandro Socorro*.
- Inclusion, identity and citizen participation. *Oscar Sogliano*.

SESSION: THE SUBURBAL LOCAL AUTHORITIES FORUM
- Forum of Local Peripheral Authorities "Participatory Democracy for responsible
metropolises". *Gérard Perreau-Bezouille*.

ROUNDTABLE: THE ROLE OF SUPRAMUNICIPAL AND INTERNATIONAL INSTITUTIONS IN THE
PROCESS OF DEEPENING PARTICIPATORY DEMOCRACY
- "The role of international institutions in enhancing democracy". *Jaime Vásquez*.
- The role of supra-municipal entities in the promotion of political participation:
The Network of the New Municipality in Italy. *Michelangelo Secchi*.
- Promoting Social Accountability in World Bank Operations. *André Herzog*.

5. CONCLUSIONS OF THE WORKING GROUPS

TOOLS FOR PARTICIPATIVE PLANNING
PEDAGOGY OF PARTICIPATION
SOCIAL INCLUSION AND COEXISTENCE IN THE CITY

6. RESOLUTION I OIDP DISTINCTION BEST PRACTICE IN CITIZEN PARTICIPATION

1ST OIDP DISTINCTION FOR "BEST PRACTICE IN CITIZEN PARTICIPATION"
PROCESSES AND MECHANISMS FOR THE INCLUSION OF INDIGENOUS WOMEN IN LOCAL
MANAGEMENT: COTACACHI PARTICIPATORY BUDGET

7. FINAL DECLARATION



I am glad to present you the work's result of the 6th International Observatory on Participatory Democracy Conference, that had taken place in the Brazilian city of Recife, on November, 2006.

With the constitution of the Observatory, in 2001, Barcelona's international leadership and projection were consolidated in the participatory democracy arena. Nowadays, more than 300 local governments, associations, research centers and universities representatives are part of the network congregated around the Observatory. This work dynamics allow us to exchange participation experiences at the international level, and also, visualize and valorize participatory democracy.

Every year, the Observatory partners, celebrate a conference in which the gathering, working and learning possibilities expand. This publication organizes all works realized during the 6th conference, which had as central ax the participatory planning for the democratic construction of cities.

Our city has always bet for a city model in which it is fundamental the citizenship compromise and the participation during public policies implementation. In this sense, I would like to recognize specially the contribution of Barcelona citizens on making this city a more cohesive and structured city.

JORDI HEREU

Mayor of Barcelona



Recife takes part of the network of cities linked together through the International Observatory of Participatory Democracy (OIDP). Since 2001, when it first actively intervened in this field, it has taken measures to develop democratic forms of public participation, reinforced and created institutional channels and taken advantage of multiple forms of exchange with representatives of civil society.

The endeavours of Recife City Council focus on implementing public policies that contribute to building an organized, economically sustainable and socially just city. Participatory democracy in decisions on how and where to invest resources has constituted an important tool for contributing added value to citizenship, along with management policies based on the principle of governance for all, with priority given to the most excluded citizens.

Based on this experience and our public-management commitment, we wish to express our great satisfaction at being able to hold this 6th Conference of the International Observatory on Participatory Democracy (OIDP) on "Participatory Strategic Planning for the Democratic Construction of Cities" in Recife and to share it with you.

We send our greetings to all of you who work towards enhancing the general public's role and improving democratic and republican structures.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

Mayor of Recife



The OIDP Annual Conference aims to be an opportunity for meeting, thinking and debating. It provides us the chance to go deeper into key issues which are detected, promoted and enhanced in the daily work of our cities.

In 2006 the Conference focused on Participatory Strategic Planning for the democratic construction of cities.

The objectives set for the conference are classified into General Objectives –ones that cut across the activities to be carried out during the course of the Conference– and Specific Objectives, to be developed over more concrete themes.

These objectives are ambitious and the subject matter is complex. The Conference enabled and fostered collective thought and debate. In order to pursue those objectives, taking advantage of the participants' knowledge and providing a participative built conference, the works were separated in different sessions, divided in three main themes through which objectives were best developed.

General Objectives

- To expand the discussion about participatory strategic planning practice in local management by studying the diagnostic and participatory planning instruments currently used to detect progress and the obstacles that this progress faces.
- To discuss the extension of critical conscience and social control as strategies for local government in building more democratic societies based on the collective construction of public affairs.
- To encourage the exchange of experiences between members of the International Observatory on Participatory Democracy.



Specific Objectives

- To have a more in-depth discussion of the practices which enable greater transparency to be achieved in the planning and implementation of local public budgets and detecting the challenges related to this task.
 - To analyze the participatory experiences of diagnosis and planning of cities as a means of appropriation of the city by its inhabitants.
 - To discuss the challenges posed by diversity stimulated by participatory planning practices that involve specific social segments that have historically faced discrimination.
- To find out about and discuss progress in the treatment and spreading of knowledge about the city so as to assess citizen decision-making in a city's participatory processes.
 - To debate methodologies for monitoring the outcomes and commitments agreed upon in the processes.

- To debate methodologies for the awareness and evaluation necessity of public and technical municipal managers and for the articulation and training of civil society so as to enhance political participation and improve impact on social control.
 - To evaluate the various bodies of knowledge and the educational aspect of participatory planning.
- To ensure in all debates about the formulation of policies and actions that they link participatory planning with the UN's Millennium Objectives.



- Discussion about the need to recognize the multiple visions which coexist in our cities, not all of which are in fact recognized as a constituent part of cities. Our goal was to discuss social inclusion and coexistence in cities, basing our analysis on the diversity of people, wishes, needs and histories. Crosscutting features of this diversity are situations and processes of exclusion, which hinder people's access to public spaces, thus preventing the exercise of full citizenship.

Main Themes

The keynote speakers and the working groups were guided by the three main themes they aim to encourage:

- Debate and thinking about the implementation of participatory instruments to map out the planning of local budgets, the master plan for each city, sector plans, etc., fostering the collective construction of our cities guided by the democratic paradigm and the real exercise of social control of public activities.
- Thinking about the needs of the education and training processes for the exercise of full citizenship, in which citizens also have knowledge of governance techniques and the information required for decision-making and which principally provide them with autonomy when it comes to participating. We shall also focus the debate on the need to train municipal government players so that they can build the new dynamics that come out of participation into their day-to-day work.

Tuesday, 28 November 2006

9:00 AM - 6:00 PM

Internal Meeting of Local Observatories on Participatory Democracy.

Wednesday, 29 November 2006

9:00 AM - 6:00 PM

Internal Meeting of International Observatory on Participatory Democracy members.

Thursday, 30 November 2006

9:00 AM WELCOME

João Paulo Lima e Silva
Mayor of Recife (Brazil).

Pere Alcober
Councillor on Barcelona City and Provincial Council (Spain).

9:30 AM OPENING CONFERENCE

PARTICIPATORY DEMOCRACY AND MUNICIPAL PLANNING: INNOVATIVE PRACTICE IN PUBLIC MANAGEMENT

Erminia Maricato Professor of Architecture and Town Planning

at the University of São Paulo (Brazil).
Presented by: João da Costa, Councillor for Participatory Planning, City of Recife, Brazil.

2:00 - 3:00 PM ROUNDTABLE 1

MAIN THEME: TOOLS FOR PARTICIPATORY PLANNING

Objective: To stimulate debate and reflection on the implementation of participatory tools to map out the planning of local budgets, the master plan for each city, sector plans, etc., by fostering the collective construction of our cities based on the democratic paradigm and effective social control over public activities.

Maria da Gloria Gohn

Professor at the University of Campinas (Brazil).

João da Costa

Councillor for Participatory Planning, City of Recife (Brazil).

Presented and moderated by: Gérard Perreau-Bezouille, Councillor for Finance, New Technologies and International Relations, City of Nanterre, France.

3:00 - 4:00 PM ROUNDTABLE 2

MAIN THEME: PEDAGOGY OF PARTICIPATION

Objective: To stimulate reflection on the needs for qualifying and training processes to enable the public to exercise full citizenship: to give citizens knowledge of governance techniques, the information required for decision-making and, particularly, to provide them with due autonomy when

participating. The debate will also focus on the need to train municipal-government players, so that they can build new dynamics from citizen participation in their day-to-day work.

Rudá Ricci

Professor at the Federal University of Minas Gerais and Director of the Cultiva Institute (Brazil).

Eva Salaberria

Fundación Kaleidos.red, and Director for Participation, City of Donostia-San Sebastián (Spain).

Presented and moderated by: Julio Pires, Councillor for Planning, City of Belo Horizonte, Brazil.

4:30 - 6:00 PM ROUNDTABLE 3

MAIN THEME: SOCIAL INCLUSION AND COEXISTENCE IN THE CITY

Objective: To stimulate discussion on the need to recognize the multiple visions that coexist in our cities, and which are not all, in fact, recognized as forming part of cities. Our goal will be to discuss Social Inclusion and Coexistence in the City, basing our analyses on the diversity of individuals, their wishes, needs and backgrounds. Crosscutting this diversity are situations and processes of exclusion that hinder people's access to public spaces and prevent them from exercising full citizenship.

Alejandro Socorro

Professor at the University of Cienfuegos (Cuba).

Oscar Sogliano

Municipality of La Paz (Bolivia).

Presented and moderated by: Dolça Garcia, Councillor for Citizen Participation, City of Santa Coloma de Gramenet, Spain.

6:00 - 7:00 PM

1ST OIDP DISTINCTION FOR BEST PRACTICE IN CITIZEN PARTICIPATION

Award of the 1st OIDP Distinction and presentation of the winning city's experience, distinguished by the jury as the Best Practice.

Presented by: Pere Alcober, on behalf of the OIDP Technical Secretariat **Niedja Queiroz**, on behalf of the OIDP 2006 Presidency.

7:00 - 8:00 PM

WORLD FORUM FOR SUBURBAN LOCAL AUTHORITIES (FALP)

MAIN THEME: PARTICIPATORY DEMOCRACY IN SUBURBAN CITIES: SOLIDARY AND DEMOCRATIC METROPOLISES

This roundtable will be organized by the FALP network and will focus on presenting the network, the work done, and the conclusions of the last Forum held in Nanterre, France.

Friday, 1 December 2006

9:00 AM - 1:30 PM

MAIN THEMES: SIMULTANEOUS WORKING GROUPS

To facilitate in-depth discussion of the three main themes defined, the knowledge-enhancing methodology proposed by the Conference will prove of interest to all participants.

Work Coordination: **Federal University of Pernambuco**.

3:00 - 4:30 PM

PRESENTATION OF THE CONCLUSIONS OF THE WORKING GROUPS

Each working group will draw up its conclusion documents summarizing the main ideas and proposals put forward on each main theme.

Presented by: **Federal University of Pernambuco**.

4:30 - 6:00 PM

THE ROLE OF SUPRAMUNICIPAL AND INTERNATIONAL INSTITUTIONS IN THE IN-DEPTH STUDY OF DEMOCRACY

The objective of this roundtable is to stimulate debate on the role international institutions can play to support and foster the study of participatory democracy. It will also be an exceptional opportunity for these institutions to tell participants about their work on participatory democracy and local government and inform them about their programmes.

Jaime Vásconez, CIGU - International Center of Urban Management.

André Herzog, World Bank.

Michelangelo Secchi, Rete del Nuovo Municipio (Italy).

Moderated by: **Yves Cabanes**, Chair of the Development Planning Unit (DPU) - University College London.

6:00 - 7:00 PM

CLOSING OF CONFERENCE, AND FINAL DECLARATION READ OUT

João Paulo Lima e Silva, Mayor of Recife (Brazil).

Pere Alcober, Councillor on Barcelona City and Provincial Councils (Spain).

Professor at the University of São Paulo's Faculty of Architecture and Town Planning. She took her Bachelor's degree, Master's degree and Doctorate at the same university.

She was Coordinator of the Faculty of Architecture and Town Planning Postgraduate Program (1999/2002). She joined the Federal Government's transition team on whose suggestion the Ministry of Cities was created, and was subsequently appointed Executive Secretary of the new Ministry. She has been Deputy President of the Council of Cities/Ministry of Cities, and Chair of the Board of the Brazilian Urban Trains Company (CBTU).



ERMINIA MARICATO

Housing and the city in Brazil and Latin America

GLOBALISATION, POVERTY
AND SOME REASON FOR HOPE

The pauperisation of Latin American countries over the last two decades is illustrated by the growth of informal settlements within towns and cities. These include the “chabolas” or shanty towns, which are the result of the invasion and pirate division of land into plots in a process completely unaffected by the restrictions of urban planning or land ownership legislation. Between 1990 and 2001 there was an increase in these informal settlements from 111 million to 127 million dwellings, driven on by the accelerated process of urbanisation in Latin America. (ECLAC, 2004).

We are talking about dwellings that were built without the technical support of engineers or architects, without official financing and without obeisance to any laws regulating land occupation or permission to build. Nevertheless, it is not the case that all of these informal dwellings are precarious, insofar as middle class housing can also be found, revealing the complexity of the relationship between urban planning law, the housing market and social ostracism. This gigantesque illegal occupation of urban land can also have disastrous consequences for its inhabitants, for society in general and for environmental sustainability. The irregular occupation of steep slopes, river banks, wasteland, dunes and wetlands may well end up endangering the lives of the occupants –who could for example be killed by landslides– and may also determine the nature of

green belts and the pollution or destruction of water resources.

In 2006, in Brazil, over 80% of the country's 170 million inhabitants lived in its towns and cities. According to the demographic census in 2000, 32% of the country's population lived in 11 metropolitan areas (209 municipalities), i.e. approximately 55 million people. 82% of the population was concentrated in those metropolitan areas, (mainly in “chabolas”) while they also contained 33% of the defective housing (2,192,296 units).

The Brazilian economy grew at an impressive rate of 7% per year between the 40's and the 70's and then, following this period, suffered an enormous collapse. The new international context and neo-liberal policies resulted in the retreat of social policies, although this took place against the backdrop of a profoundly unequal social and historical context (the universal rights of the Welfare State were only applied to a restricted sector of society) and were also marked by backward political relationships (a tradition of authoritarianism, vote buying, patrimonialism, restricted rights and the privatisation of the public sphere).

In the towns and cities of countries such as Brazil, the deregulation and commodification of the run down public services following privatisations, the fiscal war, the weakening of the social role of the State, the politics of economic readjustment had a big impact on a territory that was already partially deregulated, due to a long tradition of informality. This is a territory that is too segregated by a real estate and land market that is highly restrictive and speculative. The low level of economic growth in 1980 accentuated these typically urban wounds and influenced in the emergence of new and very negative aspects in the major cities, such as unemployment and violence. This was practically unknown as a generalised phenomenon in the urban environment before the early 70's.

It is in this context that a strong movement began to build up for urban reform, led by the leaders of housing movements, as well as professionals, investigators and civil servants. Despite the advance of the forces of globalisation these movements still managed to win many victories over the last two decades. A new generation of more democratic mayors was elected, following the end of the military dictatorship in the 80's, who went on to implement a number of significant experiences with housing and urban planning. A federal law was finally approved after 13 years of struggle, The statute of the city, which seeks to apply the social function of ownership and, finally, the Ministry of Cities was created at a federal level. All of the victories mentioned above involved participative processes in which value was given to the dissemination of knowledge about the cities, their problems, conflicts and solutions. Social participation in the National Conferences of the Cities, promoted by the Ministry of the Cities, in 2003 and 2005 is an example of the participative process in the formulation of inclusive public policies.

Graduate in Social Sciences by the Fundação Escola de Sociologia e Política in São Paulo, Maria da Glória Gohn specialized in Educational Planning at the UNESCO Center of Educational Studies, Planning and Administration. She has a Master's degree in Sociology from the University of São Paulo and obtained a PhD in Political Sciences at the same university. She carried out her postdoctorate studies at the New School for Social Research (New School University, New York).

She is currently a Full Professor at the UNICAMP Faculty of Education and Coordinator of the faculty's Research Study Group on Social Movement, Education and Citizenship (GEMDEC). Member of the International Council of the Paulo Freire Institute. She has been Executive Secretary of the International Association of Sociology's Social Movements and Social Classes Research Committee since 2002.



MARIA DA GLÓRIA GOHN

Models of Participatory Management

PART I – BASIC CONCEPTS FOR THE DEBATE ON PARTICIPATORY MANAGEMENT

1. Participation: Participation implies the concept of the individual playing the main role. The purpose of participation does not mean replacing the State; rather it means having social control over anything that is public.

Participation covers a process of sharing, learning and empowering society, although this does not necessarily mean that to participate emancipation or to transformation Participation has no fixed virtue of essence although social movements can be identified as its main agents.

2. Citizenship: Means having rights. Requires responsible political players in a free community. Citizenship implies a dimension of ethics and civics that englobes citizen participation in social management and the challenge to eliminate political poverty. Education, political organization, cultural identity, information and communication are essential components in citizenship.

3. Autonomy and emancipation: Require self-determination and self-criticism, the capacity to be able to understand the world as it is, and to participate in reality in an alternative way. Emancipatory pedagogy is based on individual possibilities, barely focusing on its vulnerabilities. Conquests are neither granted nor guided.

4. The state: Must not be mistaken with government. The State is there to serve society. It is in charge of organising plans, providing society with infrastructures and providing resources to social and cultural areas. It is meant to manage public democratic policies and is in charge of guaranteeing universal rights. Its actions are however increasingly tactical and lacks, on an extremely short term, strategic projects for changes.

5. Public policies: Must respond to the interest of the majority and to a state model and a fair and equalitarian society. Collective rights are the foundation of public policies. Social policies can be neither assistentialist nor compensatory. They must operate as a service to society instead of seeking governmental/biased stability. Government barely serves to take care of and democratize management, and not to control the population.

6. Shared management: Corresponds to the pattern of modern social policies. The rising issues are a part of the process. Shared management brings up challenges such as conflicts caused by knowledge dialogues and by large-scale organization of different levels, languages, respect of diversities, and organizational and structural limits. It also brings up structural limits: localization vs. globalization, solidarity vs. competition, organization of participation vs. organization of public machinery, self-teaching vs. dependency on government directives, universality vs. focalization, quantity vs. quality, common sense language vs. bureaucratic speeches, experience of the participants vs. tendency to control by the organizers.

7. Public social control: Takes place mainly through management councils on a public scale, thus creating an institutionalized structure. Its main function is to control and follow-up the government's actions. They are educational areas that serve to guide public policies by preparing criteria, accompanying and controlling. The councillors training and qualification require the preparation of courses that can provide information and serve as guidelines for knowledge and actions.

8. Search for another scenario: based on opportunities for participation, through a redefinition of the current political culture, endorsing changes and transformations as well as social development that is barely an economic growth, and empowering active groups and social, political and cultural policies, formed by persons with a critical point of view of the world. This is the construction of a new civilizing politics in which cultural differences stand out for having equal possibilities of access because they belong to culture and to the territory, and for the multiple cultures values.

PART II – THE BRAZILIAN SITUATION AND PUBLIC POLICES

1972 - 1984	Struggle to redemocratize the country.
1985 - 1989	Construction of new types of institutions: participation-democratic transition.
1990 - 2000	Emergence of new players and new management practices.
2001 - 2006	Participation with institutional help and struggle to rescue emancipatory autonomy.

Economical globalization, marked by market domination, fosters adjustment policies that are subordinate to debt interests. National economy moves between unsteady employment and unemployment, it is focused on exports, and causes widespread market disorganization. Current income transfer programmes are altering social networks. On the social and cultural scenes there is a dangerously unsteady offer of social services, combined with inequality and social exclusion. This scenario stimulates high rates of urban violence in the cities.

During the last years the new social policies have created an extensive protection net to social excluded groups, through actions such as direct distribution of financial support or as the participation in special programs. The new politics of public funds' distribution and management in association with the organized society has become focused in punctual projects of work with children, young people, women etc. This contributed to reorganize the forms of collective action in terms of its demands. The word of order of these projects and programs are now: to be propositive and not only demanding. Many movements have been transformed into NGOs or joined the NGOs that were already leaning them.

The performance by projects demands accomplishing results and schedule. A new grammar was created where mobilization stopped being towards the development of a critical conscience or protests in the streets. Mobilizing became a synonymous of regulating and organizing population to take part of programs and social projects, the majority of which already done, destined to attend small parts of the population considered vulnerable. The former militant was transformed in the organizing activist of the client/user of social services.

These new policies have generated big controversies. By one side there are its defenders with the argument of the improvements on social indexes. By the other side, there are critics, who consider those policies as a compensatory mechanism which generate new forms of clientelism that do not lead to individual autonomy and emancipation; they do not generate work and revenue, either social rights.

Anyhow, this new scene has made possible the emergency of countless social projects in the field of the culture in mainly two ways: Culture as a form of

artistic expression, through projects of art/education (principally in poor communities, young people and children who live in the street) and through cultural manifestations of historically excluded groups like Afro descendants, indigenous, etc.

Those policies targeting the traditionally excluded sectors are examples of the new forms of associations and relations between State and civil society. The social organization assumes an institutionalized form because the social programs are constructed and monitored by public organs, which give them the financial support.

PART III – WAYS OF PARTICIPATING IN CIVIL SOCIETY**1. MOVEMENTS, NGOs, SOLIDARITY NETWORKS AND FORUMS**

Social movements popular, identity – “new social movements”, generational, religious, thematical, syndicates and labour associations. etc. NGOs, groups of the third sector, forums, plenaries, civil associations, solidarity networks, participatory management Management councils.

2. HISTORY OF PARTICIPATION CHARACTERISTICS IN BRAZIL

1970 - 1984	Organization of the population = autonomy in relation to the state, people's education and community work, popular urban movements, popular urban councils.
1984 - 1988	Struggle by the constituency, pressure by the people, struggle for rights - citizens, new laws and new political regime.
1988 -	Expansion of social players, decentralization, new ways for sociability, NGOs, forums, assemblies, third sector, new social movements, management councils and councils for rights.

3. NEW OPORTUNITIES IN THE NINETIES

This decade saw a change in the meaning of citizenship, with emphasis on public policies, and the birth of a managing state instead of a direct producer. There was a surge in public and private associations, management contracts, and the presence of a new economic scene of unemployment and growth of the informal sector. These conditions are reflected on the stage of associativism in the nineties.

Characteristics

Popular urban social movements. Demand for urban services

Slums, shared housing, inhabitants in peripheral areas, homeless persons, rubbish scavengers and waste recyclers, cooperatives and community associations.

Popular rural movements

Movements of landless people (MST), small farmers and fishermen whose land had been taken away to build hydroelectric plants.

Human rights and Identity movements

Human rights movements, ethno-racial movements, women's rights movements, peace movements and against urban violence, movements of youth and adult education, nurseries.

Other issues that are generating urban associativism and struggles for citizenship

People with special needs or serious illnesses, media democratization, life quality, consumer protection, struggles against hunger, drugs, organized crime, violence, reurbanization projects, collective transport.

NGOs

Based on a new model of the state and economy, with the paradigm of direct intervention. Specifications that characterize them: specialization, leading member qualifications, plurality of values, concern for communicative practices and the media, evaluation of the results and their impacts.

Challenges

Social movements

Representation, social control of the public, links to community work, democratic management of public policies, current political culture.

NGOs

Representation, democratic and public social control, relation to community work, democratic management of public policies, political culture, new democratic distribution in networks, from focal to universal, be a democratic spokesperson for an organized civil society.

PART IV – PUBLIC PARTICIPATION: MANAGEMENT AND RIGHTS COUNCILS**History of the councils**

Origin

Tribes of the Visigoths.
The municipal councils and the municipalities in colonial Brazil: "councils".

Well known councils in history

The Paris Commune, Russian soviets, workers' councils in Germany in the 20s, workers' councils in Turin, etc.

Experiences in Brazil

Community councils in the 70s, People's councils in the 70s and 80s, Council of representatives of municipal law of Sao Paulo, Institutionalized management councils: national and municipal.

Current debate on councils

Character & Nature

Deliberative and consultative.

Defects

Budget restrictions.

Limits

Personal, infra-structure, legal (standardizations), bureaucracy.

Challenges

How can we address something heterogeneous, in a uniform manner?

Important questions

Opportunities

Innovation on a public scale, novelty in Brazilian politics: sit together with public authorities, public social and democratic control, educational: the people and the government, training - new communication languages, new political culture, composition, representativity, representative of civil society in political society: difficulties.

Challenges

Parity, diffusion, bureaucratization, control of the councillors acts, power and mechanisms for executive powers to apply the decisions taken by the council, lacks a more precise definition of councils' powers and attributions, must control the preparation of the legal instruments that support the deliberations, need for a more precise definition of the meaning of qualified participation (different from incorporation in the bureaucratic network).



RUDÁ RICCI

Education for Active Citizenry

Participation in public management from the second half of the 90's on spread round the world and was defined, by Habitat II, as *good governance* and in this progress towards international acceptance it ended up adopting a number of connotations. By relating a pedagogic action with participation in public management we cease to limit our reflections to aspects of administrative efficiency or to the role of public procedures, which become confused with consultation, and we enter into the history of popular education, which, in Latin America, did not take form or sprout wings until after the 1960's. It is a case of a left wing perspective, in which excluded sectors are treated as political formulators and where actions are directed towards social empowerment, the spreading and radicalisation of democracy.

There may be different interpretations of education and not everybody can have access to formal school education. On the basis of the Latin-American experience we can affirm that there are sectors of the population that do not feel that they have been included in the dominant society and that perceive distances in public decision making spheres, or even in the great majority of public institutions. It is also possible to affirm that these people feel hard done by in political terms.

Popular Latin-American education has always tried to maintain a dialogue with this feeling, this popular logic and has passed through three phases in its political goals, which we can synthesise in the following way:

THREE GENERATIONS OF PARTICIPATIONISM:

The 60's generation: saw the State as a privileged actor and the main interlocutor with regard to social demands. Trade union and workers organisations rarely managed to organise the workers in either the workplace or their dwellings, but organised the battle of the masses in order to strengthen the capacity of union leaders to apply pressure.

Sociologist, with a Master in Political Sciences and Doctor of Social Sciences; Professor at the Federal University of Minas Gerais, Coordinator of the Instituto Cultiva (www.cultiva.org.br) and member of the Brazil Budget Forum National Executive (www.forumfbo.org.br). Promoter of the Social Responsibility Law and coordinator of the *Escuelas da Cidadanía de Brasil* (Citizenry Schools of Brazil). E-mail: ruda@inet.com.br.

The 80's generation: had the goal of educating in order to apply political pressure through the actions of the masses, linked to the organisation of the base (work and housing), with extensive social battles. The mechanisms of direct democracy were privileged and the focus shifted to autonomy and an understanding of the causes that lay behind the domination on a daily basis.

The new generation in the 90's and the 21st century: had the goal of educating for self-management and social control, having as a focus the construction of a new public institutionality.

At the present time we have multiple examples of advanced democratic social practices in Latin America¹ and we should have no doubts: the pedagogy of participation is a left wing democratic project, although some confusions still remain. I will mention the most dramatic:

Between mobilisation and organisation: in non-governmental organisations and progressive governments the confusion still persists with regard to the belief that every mobilisation will end up organising and creating popular autonomy.

Between autonomy and state intervention: the political anxiety of many leaders continues to disseminate the old tradition of the Latin-American left, which is state intervention or political avant-gardism. From the pedagogic point of view this is a contradiction.

Between public-private associations and co-management: the myth of public-private associations (between the State and a Third Sector) confuses a number of political leaders, though few social leaders. Public-private associations mean, in the practice of public action, the transfer of State actions to non-state spheres. Co-management is something rather different.

Between consultation and participation: consultation is passive and does not determine what the political leader will do with the opinion expressed by the population.

Between democratic reform of the State and the creation of instances of negotiation: strongly disseminated between social leaders that confuse instances of public management, which end up counting on non-governmental social representation, with negotiation forums in which social movements endeavour to apply pressure to the agendas of governments.

The pedagogy of participation is undergoing uncommon challenges and deadlocks. It is a case of consolidating and making more radical a new public institutionality that is slowly being drawn, mainly in the Latin America of the last five years, in which every educational act is a political act. The intention of

¹ We can give some examples: progressive implementation of participation and consultation in Brazil; the Transparency Law of Peru; the Organic Law of the Municipalities and Communal Councils of Venezuela; the articulation of the systemisation of social control experiences in Central America, coordinated by the non-governmental organisation Alforja; the construction of social responsibility laws. Special mention also ought to be made regarding the network of Citizenry Schools (see www.cultiva.org.br), of a public nature, the management committee and teachers of which are chosen from public councillors and social leaders, and the experiences of children-youth initiatives, such as the dissemination of Youth Parliaments, the Children's Participatory Budgets and the Fiscal Education Programme.

all pedagogy of participation requires the assumption of political coherence, which exists to generate autonomy, political emancipation and social empowerment. It cannot resort to instruments and methodologies that create dependence, the transmission of the interests of the educators or that disseminate heteronomy.

The political act of educating is at the service of the autonomous discovery of the world by the educatee. Thus it is based on the political relationship of trust and debate, which generates a continuous movement of design and consensus. It is also in its emancipative nature to respect the time and culture of the other and disputing at the correct time when, in the relationship between educator and educatee, there is no risk of intimidating the educatee. The tactical silence (as Paulo Freire said) is an important resource: there is a right time to differ and dispute, to avoid the risk of intimidating or distancing the educatee. All educators have a power that educatees do not have. The pedagogy of participation must take an in depth look at the correct use of this power.

The pedagogy of participation is also based on the understanding of education as a means, given that its end is political emancipation. In practice this means that the creation of fixed course models and educational programmes is not correct. Each course or training process should enter into a dialogue with the unique and specific local social practices. Finally, the pedagogy of participation means the implementation, within the educational process itself, of public spaces, collectively constructed. This is the main antidote against avant-gardism: in the act of educating, creating a collective, autonomous construction process.

Current challenges refer us back to the origins of popular education and take up position in order to overcome them. The central goal has always been empowerment and the extension of social control over spaces and public decisions, while overcoming them means transforming these principles into public foundations, overcoming fragmented initiatives. It is a case of the challenge of constructing a new, universal public institutionality, of the invasion of the State by civil society.

This overcoming refers us to the construction of networks of Citizenry Schools. A network of schools for the construction of new social leaderships, whose essential knowledge can be summarised as follows:

- Knowing how to generate information that will be of assistance for social and political diagnoses.
- Knowing how to draw up and monitor public projects on the basis of the diagnoses carried out.
- Knowing how to articulate and communicate socially, spreading knowledge and social control.

Director for Participation on the Donostia-San Sebastián City Council (Spain). She has a degree in History of Spain and the Basque Country from the University of Deusto. She has worked at the Donostia-San Sebastián City Council since 1989, first in the Youth Department and, since 1966, in the Department of Neighborhoods and Citizen Participation. It is from this position that she promotes citizen participation as a crosscutting concept affecting all areas



of local government's decision-making processes. At present, her efforts are focused on preparing the Participation Master Plan. In representation of San Sebastián City Council, Eva participates in a number of State-run and international organizations and networks, whose goals are to promote and analyze participative-democracy practices in cities: the International Observatory on Participatory Democracy (OIDP), Fundación Kaleidos.red, URB-AL Network 9 on Local Finance and Participatory Budget, the Spanish Federation of Municipalities and Provinces Citizen Participation Commission, participatory projects such as Youth Polis, Econet and the Local Observatory on Participatory Democracy, among others.

EVA SALABERRIA ARTANO

Learning participation

This presentation focuses on the reflections and discussions shared by the Fundación Kaleidos.red network with regard to the educational dimension of participatory processes. Through Kaleidos.red¹ we have been able to compare Donostia-San Sebastián's experience of social-proximity structures and citizen participation with those of technicians from other municipal areas. This practical action was linked to the theoretical reflections required to organize and provide a method that would enable us to design an integral participation model within the overall framework of government action.

The point of departure of Kaleidos.red was that governing with the participation of

¹ Technicians from the municipalities of Alcobendas, Bilbao, Córdoba, Getafe, Gijón, Girona, La Coruña, Logroño, Vitoria-Gasteiz, Donostia-San Sebastián, Santa Cruz de Tenerife, La Laguna and Zaragoza, with the support of Oscar Rebollo, Marc Majós and Joel Martí, reflected on and discussed the questions of citizen participation and social-proximity structures between March 2004 and January 2006. The result of this process can be found in the publication "La participación ciudadana no se improvisa: planificar para actuar en nuestros municipios" (Citizen participation is not improvised: planning for action in our municipalities). Imagine ediciones, June 2006.



the people is something more than just a marketing strategy and is consequently of profound significance in terms of citizenship building. We are banking on participatory processes that are intended to be transforming processes, on projects that are, above all, educational processes that pursue citizen involvement in the construction of more inhabitable, more egalitarian, more efficient towns and cities

that are better able to offer their inhabitants a sustainable quality of life. Within this framework, social-proximity structures - whereby daily contact is held between citizens and the public administration - generate participatory processes in the projects they motivate, where the educational dimension is an essential ingredient.

PARTICIPATION AS AN EDUCATIONAL PROCESS

Participation has an important relational component. It involves **contacts between the players** who, from their different positions and based on each one's autonomy, establish relations of conflict and consensus among themselves. In participatory processes, education starts with the players themselves, who have to want to learn and be prepared to change.

We need to create a **new relational culture** between government and citizens, between citizens themselves, between the technical agents and politicians who take action within the administration and the city's government. We must all, citizens, technicians in the administration and politicians, learn to relate in participatory processes and assume the roles that correspond to each of us. And we must also learn to accept (i.e. respect and acknowledge) the roles that correspond to the others. This task of building a new relational culture is what we call the educational task, given that all players must learn new ways of doing things and relating.

The educational task is complex. It is a permanent, daily task that is ever-present in proximity. Looking for new styles and strategies of participation that are educational requires bearing certain basic principles in mind:

- *The educational task is accomplished through ordinary, everyday relations.*
- *We are all potential educational agents, but the main educator with regard to a certain process should be the player who promotes it.*
- *Players who promote participatory strategies should also be willing to learn and be ready to change.*

Participatory processes, when educational, **transform** and enrich people, transform relational modes and social structures and achieve specific results. Furthermore, we should bear in mind that no educational process should be undergone as though it were a

sacrifice or punishment: on the contrary, it should bring its **rewards on the directly relational plane**. Participating must be entertaining, must mean enjoying ourselves, having a good time, taking pleasure from those moments and relationships.

Lastly, it should be borne in mind that change requires that the players in participative processes review and adapt their attitudes to everything:

- *Politicians who, without discrediting their legitimacy, are required to change their authoritarian styles and open up to dialogue; to adapt from giving orders to governing.*
- *Technicians who need to overcome their technocratic perspectives, their roles as unquestionable experts, in the certainty that citizens are also experts.*
- *Organizations and associations, which must seek meaningfulness rather than representativeness; the social interest and effectiveness of their projects rather than the number as an argument to defend their roles as interlocutors with respect to the public administration.*
- *And citizens at large, who need to acquire an awareness of and responsibility towards the community, over and above any narrow-minded aims of individual interest.*

We must not deceive ourselves. We know this is going to be a long, ongoing process and that we will come up against resistance. It can only be effective if it is an educational process from which we all have something to learn and attitudes to modify.

We all teach each other. The shared creation of answers, based on and incorporating different viewpoints and languages, will enable us to transform our cities and achieve a framework of coexistence that stands out for its respect of human rights as the principal ideological heritage of democracy.



Director of the Center for Sustainable Agrarian Transformation (CETAS) at the University of Cienfuegos, Cuba. He obtained a Doctorate in Agricultural Sciences at the Agrarian University of Havana. He also has a Master's degree in Agrarian Sciences and Diplomas in Agroecology and Information Technology. Other postgraduate studies complete his academic training. He graduated in Agronomic Engineering and has participated in a number of national programs on socioeconomic development. He is

coordinator of the University's line of research on Sustainable Agrarian Transformation, is on the Expert Committee of the Ministry of Science, Technology and Environment (CITMA) in Cienfuegos and on the Technical Advisory Board of the Ministry of Agriculture Provincial Delegation. Alejandro is currently working as a local researcher on the project "Municipal Knowledge and Information System for Agrarian and Rural Development".

DR. ALEJANDRO R. SOCORRO CASTRO

Social Inclusion and Coexistence in the City

AN EVALUATION OF SOCIAL INCLUSION AS A PREMISE FOR PEACEFUL COEXISTENCE IN CITIES

Several innovative experiences in participatory democracy documented and systematized on a global scale show that social inclusion is a necessary condition for peaceful coexistence in cities. Another fact that comes to light from the experience of municipalities in different latitudes is that one of the key premises for peaceful coexistence lies in a shared vision of development, upheld by values that go beyond the diversity of human groups, social strata, ethnicities and immigrants, with their different visions, interests and cultures. Diversity in cities is in constant evolution and raises new factors that justify change within the framework of an innovative environment that makes it possible to manage situations of conflict contrary to peaceful coexistence. There are many reasons for asserting that social inclusion must constitute one of the fundamental values of local government management in modern cities, and that this should take into consideration the full scope of local action in its economic, environmental, socio-cultural and politico-administrative dimensions.

Social inclusion is a necessary condition for peaceful coexistence in the city. Participation, democracy, citizenship building, governance and fair development policies are indispensable means to achieve it.

What is the real meaning of coexistence? How should we think of it despite all the conflicts, bottlenecks, the loss of values and transculturation? Is it possible to distinguish between peaceful coexistence and simply living side by side? How does coexistence work in physical, economic and socio-cultural spheres? Does decentralization promote peaceful coexistence in human communities? What relationship is there between coexistence and social capital? How should coexistence be measured? How can we know if action in favour of social inclusion contributes towards peaceful coexistence?

No doubt there will be agreement and disagreement with respect to the questions, and also different answers. However, there are several aspects on which to reflect, the first being the fact that sharing values is a key premise for peaceful coexistence. How to share them is the challenge.

Promoting a culture of peaceful coexistence in cities is necessarily the result of applying inclusive policies implemented on the local, regional and national scales. The development of human capital is one of the alternatives for solving the impacts of social exclusion on the population's standard and quality of life.

The Cuban case of social integration and unity for development over the past five years illustrates the culmination of five strategies for advancement, undertaken in different national programmes implemented through local appropriation and intervention:

1. *Universalizing knowledge.*
2. *More integral human development.*
3. *Personalizing interventions.*
4. *Mobilizing beneficiaries by acting as the interested parties in action for development.*
5. *An approach of sustainability.*



Coordinator, Local Observatory of Participatory Democracy (OLDP La Paz). La Paz Municipal Government (Bolivia). Oscar Sogliano has a Master's degree in Local Development from Gabriel Rene Moreno University and Epistemological Circle (Santa Cruz, Bolivia). He has Diplomas in Public Management and Project Appraisal from Universidad Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz, Bolivia) and is currently specializing in Conflict Analysis and Management in Bolivia at the CIDES-UMSA Postgraduate Unit (La Paz, Bolivia). He has a Bachelor's degree in Political Sciences from Universidad Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz, Bolivia). He is presently the Coordinator of the OLDP La Paz, and consultant to La Paz Municipal Government on questions of local governance.

ÓSCAR SOGLIANO

Inclusion, identity and citizen participation

LOCAL OBSERVATORY ON PARTICIPATORY DEMOCRACY IN LA PAZ

The Local Observatory on Participatory Democracy in La Paz managed by the Municipal Government of this city is an initiative to strengthen and promote citizen participation in different instances and areas and municipal management. The project consists of a network of cities in Latin America and Europe.

The objectives of the LOPD are to analyse and improve application mechanisms in municipal spaces; the creation of a common space

for interchange among the various actors involved in the participation processes related to municipal management; the analysis and evaluation of participative experiences.

The LOPD observes the Municipal Development Plan 2006/10 in its various stages, the dynamics of the various Sectorial Participation Councils, it carries out monitoring of the Citizen Legislative Initiative and the Norm on Citizen Participation.

INCLUSION, IDENTITY AND CITIZEN PARTICIPATION

1. DIAGNOSTIC OF PARTICIPATION

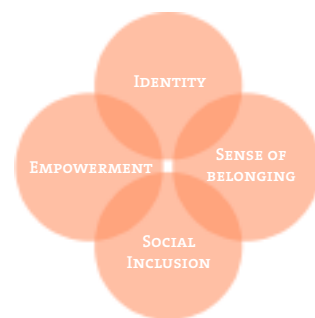
What is citizen participation?

Citizen participation is a set of processes and mechanisms enabling the citizen to have active presence and a decisive opinion in the management of public matters. Its objective is for institutions, organizations and citizens to have the information necessary to contribute with knowledge and experience in the search and solution of immediate problems. A further objective is the construction of a critical and participative citizen, key for deciding the variety of conflicts, inequalities, exclusions and discrimination.

What does being a citizen involved?

Being a citizen involves respecting the rights of others; being in favour of collective processes; associating and organising with other citizens and undertaking collective actions around objectives and tasks of common interest; a citizen sacrifices his own or personal interests in accordance with the interests of the community or the majority of the population.

Citizen participation should include:



2. CITIZEN PARTICIPATION IN MUNICIPAL GOVERNMENT OF LA PAZ

In 1998 the Law on Popular Participation was approved. From that moment, participation has been developing. Since 2000, with new Municipal management which accepts greater levels of social control and taxation, there have been put into place highly participative mechanisms, extension and citizen participation beyond prevailing law,

involvement in broad sectors and civil society (schools, guilds, federations, neighbourhood groups, etc), of the encouraging of Citizens Advice Bureaux in different areas and matters (fighting against corruption, economic development, culture, youth, etc.).

Since 2005 there has been an intensifying of already-existing participative focuses.

Mechanisms of citizen participation:

Citizen Participation Norm: the object is to promote and strengthen the processes, forms and spaces for Citizen Participation in the municipality of La Paz. These objectives are: institutionalising and making operative citizen participation in management to guarantee a greater impact on public development policies of the administration of the municipality; consolidating a municipal system of social and transparent communication, creating and/or strengthening institutional and inter-institutional coordination mechanisms which facilitate, strengthen and consolidate the exercise of citizen participation and social control.

Popular Legislative Initiative: this is the means through which any individual or legal entity of the municipality can present to the Municipal Congress projects on Municipal Orders, duly grounded on conceptual, legal and technical aspects. Its objectives are: making civil society aware of and reaffirming citizens' rights within the framework of prevailing legislation; promoting and developing citizens' capacities for raising, reaching a consensus on and publicising legislative initiatives for transparency in the municipality; strengthening and consolidating the negotiation capacity of citizens in districts. This process has relevant effects on various sectors, both in municipal organization itself, which opens up and changes its way of relating with marginal sectors, and in the self-perception of these sectors.

Citizens' Advice on Participation: Advice on the assessment, coordination and analysis of certain specific problems and of municipal policies referring to a specific matter (transport, the environment, the fight against corruption, etc.) At present within the government there are 9 sectorial advice bureaux. The advice network has a technical advice service for participative spaces which facilitates the construction of spaces for analysis, discussion, consultation, communication, coordination and recommendation regarding municipal policies; it carries out tasks regarding the control and improvement of the quality of participation; and it provides the Bureaux with a team which can offer orientation on best practices and participative methodologies.

Municipal Development Plan: this performs the monitoring of the Municipal Development Plan 2006/10. The methodology used in the citizen consultation process included various workshops.

Present situation of citizen participation in the Municipal Government of La Paz:

The executive management model has been adapting towards more participative and transforming models. The origin of the spaces and mechanisms of citizen participation have been fostered by the State, whether through the Law on Popular Participation or through the will and decision of the Municipal Government itself.



Deputy Mayor of Nanterre
- France, Councillor
for finances, new
technologies and international
relationships, FALP coordinator.

GÉRARD PERREAU-BEZOUILLE

Forum of Local Peripheral Authorities “Participatory Democracy for responsible metropolises”

We wish to express our thanks to the OIDP for including in the minutes of the 6th Conference, the issue of participatory democracy in city government in collaboration with the “Forum of Peripheral Local Authorities – FALP” network jointly organised and presented by the city of Nanterre.

Nanterre has been collaborating with the OIDP since the first conference was held in Barcelona in 2001 and has been doing so to enrich its own experiences with the actions carried out by other local authorities around the world. We were able to demonstrate our initiatives, to face them and to re-question them thanks to your input.

When experimenting with new democratic practices, the exchange of experiences is important to be able to move forward, both individually and as a group. We insist on this process because together we all make “sense” in the world about this issue that is crucial to democracy: the participation of citizens in life and the choice to “live together”, from local to global, from the present to the future, from the quarter to the planet.

Our networks of local groups (global-scale areas for exchanging experiences), can and must foster debates related to issues presented by other networks. These same issues can be detected by means of other gateways although they can mutually reinforce each other through interconnection.

The OIDP and “FALP for responsible metropolises” are working hand in hand to achieve this goal. FALP is the result of local peripheral groups that have been working hand in hand since 2003

(after the 1st International Conference held in October 2002 in Nanterre), within the network known as “Peripheral Cities & Participatory Democracy” to expose their issues and problems at the debates about the meaning of the current world, and about the position and the role played by local authorities around the world to enhance values of solidarity, democracy and justice. Should the major part of the world become urban, this will have an important influence on peripheral areas. We considered it important to create an area for dialogue between the local peripheral authorities. Its activity was declared several times and gave birth to the “Peripheral cities” workgroup within the CGLU (United Cities and Local Governments).

In April 2005 we decided to organise, in collaboration with the associations, the 1st world Forum of Peripheral Local Authorities –FALP–, with the theme “Another Glance at the Metropolises of the World”. On March 2nd, 3rd, and 4th 2006 nearly 800 people from 21 countries met in Nanterre. The event consisted of forty hours of debates, four conferences, nine workshops and more than 200 participations. The contents are available on www.falp.nanterre.fr.

FALP has confirmed the mandatory input by peripheral cities, in relation to the centres, to be able to think and act jointly with metropolises. It has made the right to the city, to the metropolis for everybody an emergency issue. Democracy and participative habits criss-cross the work by the FALP. However, we have also taken steps for these to be addressed in a specific way from two points:

1. “Participatory democracy, residential citizenry... renew politics from the outside”: Faced with problems such as social and democratic exclusions found in our cities, as well as the diversity of habits and experiences –institutional or otherwise– we wanted to ask the following questions: Doesn’t democracy need to be renewed? In which other way can citizen participation be asserted? How can we create other ways of citizen participation and how can we develop these innovative participation experiences in order to decide to live together? Can these steps renew political habits? This was just a few months after the riots in several French suburbs. The debate was rich and emphasized issues like: representative democracy is no longer enough to express the diversity of sufferings, hopes or ways of expression, not even current conflicts; consequently there is the need to try new methods of expression”. The debate was also rich in participation experiences by places like Gava, located on the outskirts of Barcelona; Echirolles, close to Grenoble; and Bobigny, located on the outskirts of Paris.

2. “Experiences of metropolitan institutions lived by peripheral cities”: Where based on the view by the local peripheral authorities, we call on the experiences lived by Grand Lyon (Vaux en Velin), Milan (Sesto San Giovanni), Montevideo (Canelones), Barcelona (Molins de Rei) and Paris (Paris).

If the need for the metropolitan coordination has ever been studied seriously, it should be done respecting everyone's identity and expectations; it should be the vehicle of solidarity and life in common. Democracy must be the core of the construction and should enhance participatory democracy. Consequently there is the need to open the debate about "governability of metropolises and participatory democracy". Peripheral cities can use their experiences to provide food for this debate. For example, we can illustrate it with the issue about the right to transport and to mobility. If one part of the metropolis is "out of bounds", how can we think of it as a source of well being, an area of compromise, an area to share.

FALP was wonderful; it was decided to continue its networked tacks. To conclude, we would like to draw your attention to a matter that has special importance to us and has also been a matter of debate in the FALP; it will surely also be a matter of debate for new initiatives: youth participation in participatory democracy processes. We feel it is a challenge for the present and future of our cities and we want to bring up in a forthcoming conference, together with the OI DP, our respective experiences in this field, together with other inequalities or discriminations that are the cause of general exclusion, and particularly of exclusion from participation. We believe that it is an important symbolic choice that the next conference be held in one of the suburbs of Paris. It will allow us to bring together new experiences.



Founder and vice-president of the cooperative Mesaverde, his experience is centred on various fields: the promotion of new forms of self-sustaining local development, training, active citizenship and the strengthening of local self-government with the implementing of processes of participatory democracy, principally. He has worked with various town halls as advisor on projects for participatory planning and participatory budgeting, and is head of Communications of the New Municipality Network and has vast experience within the scope of the corporate company.

MICHELANGELO SECCHI

The role of supra-municipal entities in the promotion of political participation: The Network of the New Municipality in Italy

The extension and adoption of citizen participation by local political entities in Italy is a recent phenomenon which has received decisive encouragement from the stimuli developed with the work carried out by national and international networks within the framework of the altermondialiste movement.

Significantly, in 2002, on the occasion of the World Social Forum in Porto Alegre, the bases for a opening of a new stage of institutional innovation were created, with the New Municipality Charter, a document prepared with the contribution of people from the authorities, investigators, university lecturers, associations and NGOs.

The New Municipality Charter¹ has started a process of recognition –by many local institution, associations and investigators in Ital – about the possibility of an alternative democracy way which enables us to evaluate everything which is in danger of being lost from the social, cultural and territorial heritage of local communities, in managed, speculative globalisation.

In order to favour this process, which has gone from sharing objectives to their materialisation in territorial and social policies, on 8 November 2003 the New Municipality Network was formed with the objective of channelling in a stable, associative manner, the requests from various sectors of civil society for renewal and increase of participation in dynamics of decision-making coming, from institutional spheres more sensitive to citizenship, students and researchers active in the problem of the empowerment of local communities in the government of the territory.

During these years, the network has contributed to produce a series of significant transformations in the organization and subject matters of local government.

The charter sets forth the guidelines principles of the NMN Action, which connect the local participatory dimension with a perspective of solidarity federalism among self-governing societies.

¹ <http://www.nuovomunicipio.org/documenti/carta.html>



The “New Municipality” is achieved through the activation of new decision-making bodies together with delegated democracy bodies, extended to a greater number of representative actors in a social and economic context, with the objective of the “statutory” promotion of designs of the future shared locally.

Among the various possible meanings of “participation” it stand out especially those processes and forms of relation between society and the institution which provide an effective voice for social agents excluded from the decisions on public policy, and which are proposed at the centre of processes for the refounding of democracy.

Participation which deals with “substantive” and strategic matters: participation as a fundamental form of criticism expression and the redefinition of scenarios of development and response to the representativeness’ crisis, conflict in the comparison of “heteromanaged” forms of government concerning politics and the economy.

The principles contained in the Charter are based on a territorial development vision which identifies first the increase of civil networks and the local society the good government, but this can not turn into closed, defensive localism. It should build alternative networks to the large global networks, based on the value of local differences and specifics, on non-hierarchical and non-instrumental cooperation.

In this sense, a definable scenario could also prosper such as globalisation “from below”, with solidarity, non-hierarchical, whose nature is however that of a strategic network (also international, worldwide) among local societies.

THE STRUCTURE OF THE NETWORK

In the case of NMN the effort of organization points the creation of a mixed network, due to their objects, interests and typology of participants, based on the tripartite scheme, whose peer protagonists are public authorities, academic research world, and organizations of civil society.

This scheme is useful for national organisms (members’

assemblies, executive committees, subject groups), and also for local forms of expression, the hubs representing the skeleton of association, particularly established in the regions of Centre North Italy.

A further specific of the New Municipality Network is its autonomy of specific financing sources (such as, for example, in the case of European projects), which in many cases condition the forms and especially the lifespans of many networks.

ACTIVITY

Apart from the institutional activity relating to actual operations, the NMN carries out activities of exchanging and contrasting experiences of the members themselves and organises seminars and training courses for technicians and administration staff.

It organises yearly meetings on a national level where all members gather, such as the Members’ Assembly and the “National Meeting of people active in experimenting in participation politics”.



Other activities which they encourage, beyond the horizon of the members, include the promotion of campaigns for safeguarding common assets or the struggle for important works such as the TAV. Since 2004 NMN has also been supporting the actions of some of these supramunicipalities, such as the region of Toscana and Lazio or the province of Milan, in the approach and development of policies for the promotion of participation in broader areas.



Specialist in Development, with experience in international development agencies, local government and NGOs. His areas of action focus on participation, local government and public administration. André has worked for the World Bank since September 2003 and has held various positions in the areas of operations, capacity development, intergovernmental dialogue on policy, the World Bank team and donors. His latest activities Social Development Department of the World Bank (aherzog@worldbank.org) have involved work in Latin America, Africa and Eastern Europe on subjects such as participatory budget, local government platforms and social observatories.

ANDRÉ HERZOG

Social Accountability in World Bank Operations

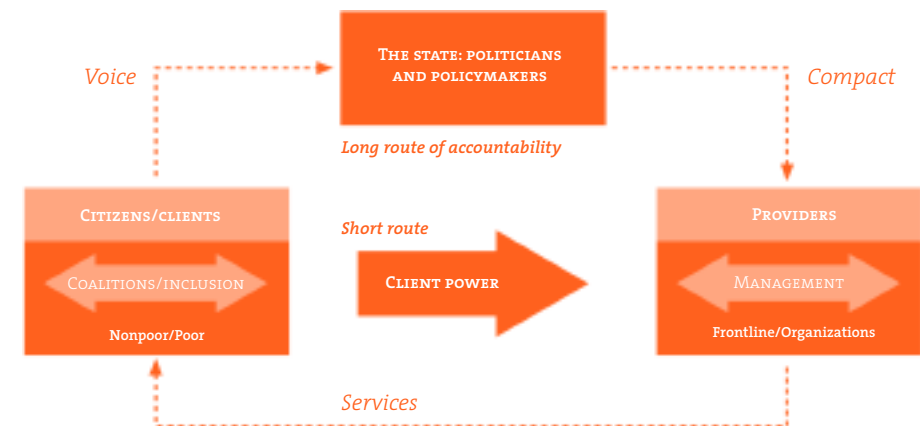
There is growing evidence of governance innovations aimed at strengthening state accountability towards citizens, particularly at local level. Decentralization and democratization reforms in many parts of the world have strengthened local decision-making and service delivery, but also empowered citizens and civil society to voice their needs and oversight public institutions. Under this context, a wide range of social accountability (SAC) actions and mechanisms beyond voting have emerged, through which citizens and organized civil society can use to hold local governments and providers of public services to account. SAC is fundamentally about affirming and operationalizing voice and oversight in accountability relationships between citizens, power holders, and services providers.

Indeed, an increasing number of experiences of social accountability at local level both in developing and developed countries show the relevance of direct participation to decentralization and democratization. These experiences range from public participation in local government policy, planning, and budget-making, to civil society role in auditing government expenditure, as well as monitoring and evaluating quality of infrastructure and service delivery. This trend has contributed to a wide recognition that public participation can lead to more responsive, inclusive, and effective local governance as it reinforces one the key decentralization pillars: aligning administrative functions to local preferences. Moreover, it complements traditional public sector mechanisms of check-and-balance, which often fail short to address key governance failures, such as information asymmetry, principle-agent problems, and elite capture.

The social accountability discourse and practice have also echoed in the World Bank. Commonly known for its role as an international development agency, the Bank has been increasingly devoting attention to the demand-side of governance. The World Development Report of 2004, *Making Service Work for the Poor*¹, is a key corporate document, bringing to the same level citizens voice and clients power to the governance reform agenda, which has been predominantly driven by traditional public sector approaches. The WB Social Development Strategy², moreover, placed social accountability as one of the pillars of development by means of highlighting the importance of inclusive and accountable institutions to promote equal access to opportunities, and respond to the public interest in an effective, efficient and fair way. These mutually reinforcing principles are critical for transforming institutions towards empowering the poor and marginalized people. More recently, the Bank's Governance and Anti-Corruption Paper reinforced further this paradigm shift, recognizing that supply-side public reforms can be complemented by the demand-side of governance. It explicitly acknowledges the crucial role of civil society, media and communities in the governance reform agenda by means of highlighting that participatory mechanisms at local level are effective governance and anti-corruption entry-points.

THE FRAMEWORK OF ACCOUNTABILITY RELATIONS

Source: World Development Report 2004

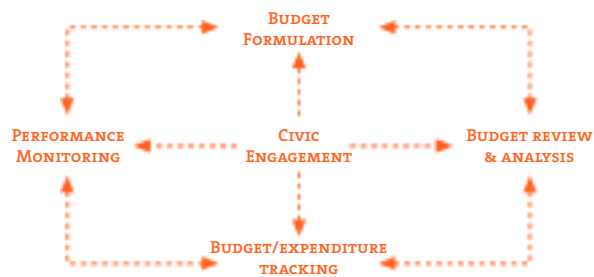


¹ <http://econ.worldbank.org/wdr/wdr2004>

² World Bank (2005), *Empowering People by Transforming Institutions: Social Development in World Bank Operation*.

SAC APPLICATIONS IN POLICY & PUBLIC EXPENDITURE MANAGEMENT CYCLE

Source: WB Participation and Civil Engagement Webpage³



These concepts and approaches of participation and social accountability have been increasingly mainstreamed through different lending and non-lending operations in the World Bank, including:

- **Poverty Reduction Strategies Programs (PRSP):** PRSP describes a country's macroeconomic, structural and social policies and programs to promote growth and reduce poverty, as well as associated external financing needs. PRSPs are usually prepared by governments through a participatory process involving civil society organizations and development partners;
 - **Policy Development Lending (DPL):** stakeholders' participation in DPLs can include central government and parliament, but also implementing agencies, sub-national and local governments, business sector representatives, academic institutions, citizens and civil society organizations;
- **Decentralization and other sector specific operations:** the WB has been increasingly applying concepts of participatory planning, budgeting, expenditure tracking, and performance monitoring to strengthen the capacity of civil society to prioritize sector investments, monitor and evaluate services;
 - **Community Driven Development (CDD):** is an approach that gives control over planning decisions and investment resources to community groups and local governments. CDD programs operate on the principles of local empowerment, participatory governance, demand-responsiveness, administrative autonomy, greater downward accountability, and enhanced local capacity; and,
- **Non-lending activities:** The Bank also supports technical assistance, knowledge development, research, and capacity building. For instance: (i) developing and piloting analytical tools to assess the enabling environment for social accountability in order to help to deepen the understanding of constraints and

opportunities to effective civic engagement at the country level; (ii) supporting regional, national, and local institutional and capacity development i.e., Participatory Budgeting Knowledge Development and Action Support Regional "Facilities" for Latin America and Africa; (iii) developing operational knowledge support tools, i.e., Social Accountability Sourcebook.

Challenges & Opportunities

Although the growing importance of participation and social accountability in the World Bank, there are important challenges to consider. Many projects are still applying social accountability in a pilot scale. Therefore, it is necessary to focus on up scaling and sustainability social accountability in operations. For this to happen, it is critical to build more robust evidences of impact of social accountability and the linkages with political economy. In this respect, the Bank has started to undertake several country-specific studies on SAc enabling environment, and impact assessments of specific SAc approaches, such as a recent study to measure the impact of Participatory Budgeting in Brazil⁴.

Taking these issues in consideration, the CDD and Local Governance (CDDLG) team in the Social Development Department has been focusing its activities on supporting knowledge development and operationalization of CDD, local governance, and social accountability. Among other areas, CDDLG team carries out analysis and action, as well as capacity building and dissemination activities to help improving the performance of World Bank operations. For an organization widely know for its role in supply-side governance reforms, those initiatives represent a ground-breaking effort to complement traditional policy reforms and financing approaches to bottom-up processes of participation and social accountability.

³ www.worldbank.org/participation

⁴ World Bank 2006, "Evaluating Empowerment: Participatory Budgeting in Brazilian Municipalities" in Empowerment in Practice: From Analysis to Implementation.



Graduated in Architecture in Ecuador in 1980. He is currently Executive Director of the International Center of Urban Management (CIGU) in Quito, Ecuador, an organization that takes action within the Latin American context to promote innovative initiatives in the fields of democratic, participatory and inclusive urban management. At present, the CIGU is implementing a project called “REFORZAR, Refuerzo a los Presupuestos Participativos en América Latina” (Strengthening the Participatory Budgets in Latin America) and is an external partner for seven common projects of the URB-AL Network 9 on Local Finance and Participatory Budget, coordinated by the City of Porto Alegre, Brazil.

Jaime Vásconez has been a regional consultant to the Urban Management Program for Latin America and the Caribbean (PGU-ALC) promoted by UN-HABITAT and, as Territorial Coordinator, was responsible for the participatory management system of the Metropolitan District of Ecuador. He has been a consultant to a number of international and national organizations, has taught at several universities in Ecuador.

JAIME VÁSCONEZ

“The role of international institutions in enhancing democracy”

The International Centre for Urban Management (CIGU) is a civic body operating in Latin America that tackles urban problems from a regional perspective. It invites professionals, academics, authorities, municipal technicians and community leaders to share a common space whereby to study from different viewpoints the problems of poverty, inequalities, the deterioration of the environment and governance by means of an ethical commitment towards the poorer, excluded sectors of the population based on the principles of solidarity, democracy and equality.

The CIGU is implementing the project *REFORZAR, Refuerzo a los Presupuestos Participativos en América Latina* (Strengthening the Participatory Budgets in Latin America) with the support of the World Bank Department of Sustainable Social Development. The aim of this project is to promote national networks of participatory

budgets, develop public awareness and disseminate information, strengthen local capabilities and offer assistance in the use of this management tool in the cities of the region. Furthermore, the CIGU is involved in a number of projects of the URB-AL Network No. 9 on Local Finance and Participatory Budgets that are being implemented in Latin American and European cities and perform specific studies on the relationship between participatory budgeting and the fight against social exclusion, the modernization of municipal structures, physical and territorial approaches, and supportive economy, among other subjects. It has also carried out specific studies in several Latin American countries and is backing the preparation of a training manual on this tool for Africa, with the support of UN-Habitat.

The CIGU has observed that local democracies in Latin America tend to strengthen and multiply in quantitative terms and radicalize in qualitative terms more and more quickly. For example, the participative budgets that were first experimented with in Brazil at the beginning of the 1990s spread through the country during the following decade, and by the year 2000 had taken root throughout the whole of Latin America and other regions until the current international dimension was achieved. At the same time, they were diversified and perfected in conceptual, methodological and operative terms. And now their adoption is not the initiative of an individual city but responds to the influence of external agents such as central governments (Peru, Honduras), international organizations (UN-Habitat, World Bank), municipal associations (Ecuador) and networks of different kinds (Peru, Chile, Venezuela, Dominican Republic, Brazil and other countries), which propose widespread participatory budgeting be used as a mechanism to improve local governance and encourage transparency and social rendering of accounts.

These changes, whose specific causes should be analysed elsewhere, raise new problems and challenges for international institutions linked to development. Although each organization will have to give their responses to these questions, the CIGU has adopted some orientations that enable it to adjust to the changing situation. They include the following:

- *Reject the purely municipalist vision of enhancing local democracy and encourage implementation processes that involve several players.*
- *Confront the problems of local democracy from the regional perspective.*
- *Make use of such new communication tools as the Internet for the implementation of networks, distribution of information and dissemination of knowledge, and try to adapt the content to the new audiovisual-communication languages.*
- *Assume that conventional technical-assistance processes should be replaced by processes involving exchanges of experience and good practices, which can be provided and promoted by cooperation agencies.*
- *Promote virtual and interactive processes of mutual learning or self-learning that can substitute the conventional training and capacity-development processes.*

Conclusions from the debate on instruments of participatory planning

A. DEBATE ON CONCEPTS, MAIN CONCLUSIONS

1. CONCEPTS



2. PARTICIPATION

- a. Citizen participation as principle, right, duty and socio-political process.
- b. Systemic vision of participation.
- c. As solidarity in the distribution of resources.
- d. As positive discrimination.
- e. As integration between social classes – democracy for all.
- f. Participation: left-wing flagship?
- g. As transformation process of the individual to the collective.
- h. More than a concept of social participation.
- i. As instrument to enable proximity between citizens and government.
- j. As a strictly political, non-biased process.
- k. As social inclusion and appropriation of gender and ethnic interests.
- l. Participation presupposes information.
- m. Mobilization is not participation.
- n. It is not the fruit of the interests of public power- space of autonomy of participation.

3. CITIZENSHIP

- a. As conviction for citizens' struggle.
- b. As process of organization and struggle.
- c. As vision of the future.
- d. As safeguarding and transparency of information.
- e. As permanent dialogue during the process and in participative practices.
- f. As strengthening of direct democracy.

- g. As a requisite for the space for personal freedom.
- h. Training of Citizens through education.

4. OTHER ELEMENTS OF CONCEPTS

- a. Participation provides meaning to concepts such as citizenship, autonomy- emancipation, co-management, social control, state and public policies.
- b. There are no finished concepts as this depends on culture and the historic moment of the time.
- c. Participation is easy to conceptualise, but the real world is more complex.
- d. Participation must be long term in order to trust the instruments.
- e. Bureaucracy and the administrative machine are factors which hinder participation.
- f. Politicising rights does not imply institutionalising rights.
- g. Principles of participative democracy: how, why and for whom?
- h. Ideological connections to public management do not imply participation.

5. THE CONTEXT

- a. The Latin-American context involves differences regarding European concepts and practices.
- b. The debate of the different concepts is placed within the context of the bourgeois State, which suggests limits to its application.
- c. The concepts are confronted by individualist or too academic types of culture.
- d. The state falls outside society, and vice versa; participation goes beyond democratic governments.

6. ON THE INSTRUMENTS OF PARTICIPATION

- a. Importance of the definition of goals and indicators regarding the effects of participation.
- b. Integration of the processes of local actions with participative planning.
- c. Municipal Development Plan (long term).
- d. Contextualising and evaluating the differences existing both in participation instruments as well as in cultures of political organization of social subjects.

B. CONCLUSIONS TAKEN FROM OUR EXPERIENCES AND PRACTICES

El Bosque (Chile), Caracas (Venezuela), Cotacachi (Ecuador), Recife, Olinda, Sao Paulo (Brazil), Seville, Bilbao (Spain), Italy.

7. STRENGTHS

- a. Efficient communication between the various territorial levels.
- b. Social sensitivity, subjectivity and quality for work in the territories.
- c. Data bases/information for planning.
- d. Assemblies/Committees as methodology for collective construction.

- e. Communication between territories and between participative and deliberating democracy.
 - f. Simultaneous planning in various municipalities.
 - g. Laws which institutionalise participation.
 - h. Sharing the power and direct participation of the people.
 - i. Adapting of instruments according to different cultures.
 - j. Culture as inducer of participation.
 - k. Pilot experience by districts.
 - l. Non-biased spaces.
 - m. Consultation forum/representation of collectives/territorial participation.
 - n. Transfer of direct resources for communities.
 - o. Relationship between public work versus participation and citizenship.
 - p. Collaboration with the university and other active parties.
 - q. Formulation of participative diagnosis.
 - r. Systematic evaluation process.
 - s. Breadth of channels, optimising of public assemblies, universality.
 - t. Diversity in the representation of the channels.
8. WEAKNESSES
- a. Lack of information for the community.
 - b. Little budget.
 - c. Unawareness of instruments of public budget.
 - d. Difficulties in the concluding of priority actions.
 - e. Defining structural actions for the city from participative instruments.
 - f. Practices of representative democracy in the participative democracy.
 - g. Participative diagnosis of territories, beyond technical ones.
 - h. Incompatibility of interests within and outside governments.
9. THREATS/CHALLENGES IN RESPECT OF PRACTICES
- a. Making non-organised citizen participation beyond associative forms and problematic instruments.
 - b. Integrating ideal time with real time of actions.
 - c. Identifying levels of challenges for each stage of participation.
 - d. Encouraging dialogue in the participative instruments between the immediate actions and national policies.
 - e. Involving the population in the entire training process and implementing of policies.
 - f. Developing a re-education process for participation.
 - g. Technical care for carrying out participative diagnosis.
 - h. Strengthening self-esteem and rescuing beliefs in citizens regarding the participative process despite budget restrictions and delays in the execution of policies.

- i. Changes in management and resources.
- j. Separation between management, parties and society.
- k. Non-fulfilment of undertakings.
- l. Bias between parties.

Conclusions from the debate on participation pedagogy

1. TARGET GROUP, *pedagogy covers all social groups and active parties. We refer to:*
 - a. Children and youngsters within the scope of:
 - Formal school with community projects.
 - Family structure.
 - b. Those active within the authorities: technical staff, administrative managers and political leaders.
 - c. Social leaders and council members (of the OP).
 - d. Training for those involved in popular and social education.
 - e. Leaders and active members of social Movements.
2. OBJECTIVE
 - a. Promoting the culture of democracy to ensure the Rule of Law.
 - b. For citizens to recognise and occupy their space, in the formulation and control of public policies, in order to:
 - Promote public agreements in shared entities.
 - Provide visibility to collective agreements.
3. PROCESS, *the following are necessary in the training process:*
 - a. An active posture of civil society, regardless of the origin of the training initiative for participation.
 - b. The use of public resources in training processes.
 - c. Transparent and participative organisation, coherent with the objectives.
4. METHODS
 - a. Responding to the specific needs of each collective, adapting (the methods) to the language, culture, history, and political system of the country and level of knowledge of the participants.
 - b. The method should be constructed based on tolerance and respect for difference, using dialogue, integration, discussion and negotiation of the active parties in each specific situation. Non-use of manuals.

- c. The action of participation is the learning space of pedagogical practice.
 - d. Systematic, continuous and assiduous process.
 - e. Importance of continued monitoring and evaluation. Using good or bad experiences for the continuous improvement of the method.
 - f. Use of wide-ranging modern technology.
5. CONTENT, *matters to be covered*:
- a. Knowledge for transformation of the reality.
 - b. Information.
 - c. Communication.
 - d. Consensus, negotiation.
 - e. Social leadership.
 - f. Democracy.
 - g. Relationship between governments and society.
 - h. Social inclusion.
 - i. Preparation of legislative and thematic projects.
 - j. Strategic planning.
 - k. Public programme and project management.
 - l. Social control.
 - m. Monitoring and evaluation.
 - n. Relationship between governments and society.
6. INSTRUMENTS, *the following may help the pedagogical processes, enabling participation pedagogy to achieve the objectives established, also bearing in mind the other characteristics covered in the session*:
- a. Inter-institutional teams.
 - b. Free university.
 - c. Citizens' schools.
 - d. Open university.
 - e. Using Internet and new information and communication technologies (NICT) for the exchanging of proposals.



Conclusions from the debate on social inclusion and co-existence in cities

A. DEBATE ON THE CONCEPTS OF DISCUSSION

1. SOCIAL INCLUSION

- 1.1 To approach the process of inclusion is required the previous understanding of the various scales of exclusion:
- Different levels of exclusion generate different processes of inclusion, or do not generate them at all.

Certain sectors of society fall beyond the scope of any process of participation.

Examples:

- a. PB of Recife and Olinda – The poorest segments of the population participate (the middle class and the rich opt not to), but those in a very serious situation of exclusion continue to remain on the sidelines of the process.
- b. PB Seville – The working class and part of the middle class participate intensely (the rich opt not to), but the collective of immigrants, numerically representative, are excluded.

- 1.2 The process of inclusion encourages the training of collective subjects, having as a central axis an identity:
- Which generates a feeling of belonging.
 - Which encourages the extending of networks of relationships and solidarity.
 - Which favour empowerment.
 - Which increases the possibility of citizen participation.

2. CO-EXISTENCE IN CITIES

- 2.1 Stimulating policies of co-existence:
- With different sectors of the population.
 - With different interests.
- 2.2 Broadening knowledge of the place: its historical, cultural, environmental aspects etc., in order to:
- Create identities.
 - Encourage a feeling of belonging.
 - Extend networks of social relationships.

2.3 Valorising human resources, extending conditions of accessibility:

- Access to spaces in the city, housing, urban equipment (bus) for people with disabilities (training technicians).
- Access to adequate safe housing for those with no access.

Social inclusion and Co-existence in cities:



B. EXPERIENCES BASED ON KEY CONCEPTS

3. EXPERIENCES IN THE LIGHT OF KEY CONCEPTS

3.1 Participatory budget:

Strengths:

- It is an accumulative process which starts with the Town Hall and gradually acquires strength.
- Participation of the population in decision-taking, with the opportunity of elections, through the deliberating over resources.

Opportunities:

- Constituting of space:
 - for the formation of groups and social organization.
 - where the population can speak.
 - where problems and claimed rights are identified.

Weaknesses:

- It is significant, but not in the majority (representation of sectors of society and of municipal budget).
- Internal misunderstandings and difficulty regarding relationship with other spaces of city management.

- Reduces discussion on the city to discussion on works.
- The non-carrying out of voted proposals gives rise to the discrediting of the process of participation.

Threats:

- They give rise to privileges which encourage processes of co-optation.
- As it is a municipal management policy, it is under the threat of non-continuity, and this threatens its sustainability.

3.2 In the second part of the debate, there are various conclusions to be gathered and points to be emphasised, based on the experiences and day-to-day operations of those participating in projects such as “Projetos culturais no Ibura”, “Parceria nos morros”, or “Espaço cultural Nascedouro”, among others.

Main outstanding elements of the practices and accumulated experience of the working group:

- Proposal of social inclusion aimed at educating children and adolescents (leading away from violence and drugs).
- Proposal of structured long-term action along the lines of culture: alternative of the participative proposal to specific projects and a short-term view.
- Encouraging organization, the extending of co-existence networks (social capital) in the city.
- Committees requesting and defining priorities.
- Promoting the training of professionals, educating the community to participate in the implementation of projects (works).
- The organization (of citizens) as an expression of strength/power.
- Creation of spaces for social inclusion co-existence in the city through art and culture, where the local population participates.



1st ODP Distinction for “Best Practice in Citizen Participation”



The ODP Distinction - Best Practice in Citizen Participation is an ODP's initiative. The aim of this distinction is to provide incentive for those who wish to initiate innovative experiences at the local level and disseminate those practices that facilitate the participation and the empowerment of citizens in elaborating and implementing public policies. This award is meant to recognize those

innovative experiences and ideas coordinated by local governments in the field of participative democracy that might be replicated elsewhere.

The international jury of I Distinction has been responsible for the definition of the winner experience, based on a set of criteria.

The organizations members of the jury had agreed to grant the ODP I Distinction Best Practices in Citizen Participation to the experience:

“Processes and mechanisms for the inclusion of indigenous women in local management: Cotacachi Participatory Budget”.

Aiming to incorporate the different suggestions of the jury it has been approved the grant of six special mentions to the following cities:

- Tarso Constituent Municipal Assembly, Tarso (Colombia).
- Campaign Creator, Bristol (UK).
- Collblanc-La Torrasa Integrated Plan, L'Hospitalet de Llobregat (Spain).
- Citizen Participation Regulation, La Paz (Bolivia).
- Participatory Budget, Fortaleza (Brazil).
- Participatory Budget, Seville (Spain).

The ODP Technical Secretariat are very pleased with the development of this process.

Processes and mechanisms for the inclusion of indigenous women in local management

COTACACHI - ECUADOR PROJECT SINCE 2003

Cotacachi is a canton in Imbabura province which has a population of 37,254 people, 80% of whom live in rural areas, and is characterised by ethnic and cultural multiplicity.

In 1996 the Government institutionalised the Cantonal Unity Assembly (Asamblea de la Unidad Cantonal) which links all the social organisations in Cotacachi and draws up the Cantonal Development Plan. “The Cantonal Unity Assembly is an institution for citizen expression for the participatory coordination and planning of the future of the canton, whose decisions are based on the principles of solidarity and tolerance of pluricultural and multiethnic diversity with no discrimination by gender or age.” (Charter).

In 2000 the process built in the Participatory Budget (PB) as a strategic development tool, going beyond approaches which see it simply as means of allocating resources or as a purely consultative instrument. The PB stresses the values of solidarity, transparency, reciprocity, self-management and social and moral commitment. In terms of methodology its thematic basis lies in the priorities of the Cantonal Development Plan and a three-tier territorial base: canton, zone and communal or neighbourhood. It is supported by the nondiscriminatory participation of all social segments, allowing for traditional organizational forms and



fostering new ones for excluded groups (e.g. via the coordinators for women, young people and children).

This process of participatory management has constantly evolved to ensure its own sustainability and to expand its impact on the local reality. In 2003 a specific methodology was put in place to incentivise greater participation by women, which has entailed focusing on their specific needs, strengthening their internal organisation and fostering their abilities, defending their right to intervene in the face of other social actors.

RECIFE, 28 NOVEMBER - 2 DECEMBER 2006

For four days, Recife hosted the meeting of the International Observatory on Participatory Democracy (OIDP). Recife welcomed representatives from cities throughout Latin America and Europe that have for years been committed to the political drive towards participatory democracy and the implementation of innovative, effective methodologies and processes that have made it possible to improve not only our cities and citizens' quality of life, but also citizens' commitment towards public management, towards a real improvement in democracy.



Our work over these four days was split into three distinct areas:

The first was an internal session of the *Local Observatories of Participatory Democracy* project, which held its last meeting on international coordination in Recife. The meticulous, professional work carried out by this group of 10 partner cities (Barcelona, El Bosque, Porto Alegre, São Paulo, Cuenca, Buenos Aires, La Paz, Saint Denis, Donostia-San Sebastián and Barcelona Provincial Council) has provided a highly valuable contribution to the OIDP and, indeed, to all cities in the world that want to foster participatory democracy as one of the strategic pillars of their local policies. Once this project is completed and the final report is drawn up, a *Practical Guide to Constitute a Local Observatory* in any municipal area will be available; a Good Practices Recognizing Index will also be created, as will a great number and wide variety of indicators that make up what we call our *“Tool Box”*. The message is clear: it is not sufficient to encourage citizen participation; citizens must also contribute their observations and critical appraisals as feedback to help us innovate and improve our work through their objective, rigorous analysis of our policies. “Renew or die” is validly applicable to politics and can therefore also be applied to citizen participation.

The second focal point of the meeting was the internal session of OIDP member cities where, in addition to approving the management report and validating the work done by the Local Observatories, we decided to continue with the approach begun the previous year: to prepare OIDP instruments and tools that can be useful to all member cities and their collaborators. For this purpose, next year we will work in 5 groups:

- “Managing Information”, to be coordinated by La Paz City Council (Bolivia).
- “The Impacts and Effects of Participation”, to be coordinated by the Prefecture of Fortaleza (Brazil).
- “The New Evaluation Approaches”, to be coordinated by a committee of network collaborator members.
- “The Management of Time”, to be coordinated by Saint Denis (France).
- “Participation Methodologies”, to be coordinated by El Bosque City Council (Chile).

Participation in these groups is open to all member municipalities and collaborators, which will shortly be invited by the Secretariat to register for them.

The final important decision of the OIDP working group was to appoint the city that will host *the 7th* OIDP Conference and consequently hold OIDP Presidency until November 2007: it was *the municipality of Nanterre* (France) in the metropolitan area of Paris, internationally recognized for its commitment to participation and encouragement of innovative action.

Recife also set the scene for awarding the *1st OIDP Distinction for Best Practice in Citizen Participation*, an initiative that makes it possible to discover the most innovative practices in force and give them due recognition. A total of 39 projects were submitted for this first award, when *6 special mentions*¹ were made in addition to the 1st Distinction, which went to the Municipality of Cotacachi (Ecuador) for its project “Processes and Mechanisms for the Inclusion of Indigenous Women in Local Management”.

And, finally, the Recife Conference under the title *“Participatory Strategic Planning for the Democratic Construction of Cities”* was attended by many social, economic and political agents from all parts of the world with the aim of promoting new formulas and methods that would improve our daily practices.

A result of the work done is the following declaration, which was agreed upon with the organizers, Barcelona (which assumes responsibility for the Secretariat) and the Network Coordinating Committee member cities present at the Conference. Those attending also unanimously agreed to thank Recife for its hospitality, congratulate it on a job well done and invite it to form part of the OIDP Coordinating Committee.

¹ Tarso Constituent Municipal Assembly (A.M.C.T), Tarso (Colombia).
 Campaign Creator, Bristol (United Kingdom).
 Collblanc-La Torrassa Integrated Plan, L'Hospitalet de Llobregat (Spain).
 Citizen Participation Regulation, La Paz (Bolivia).
 Participatory Budget, Fortaleza (Brazil).
 Participatory Budget, Seville (Spain).

Declaration

The 6th Conference of the International Observatory on Participatory Democracy (OIDP), held in Recife on November 29-30 and December 1 2006, with the central theme “*Participatory Strategic Planning for the Democratic Construction of Cities*”, consolidates the role of the OIDP and opens up new perspectives for it as an international benchmark for the construction of democratic and participatory processes in cities.

This role as a benchmark and the construction process it entails are fundamental at a time when, on the world front, international agreements are systematically violated and war and force are used to solve conflicts. The 6th OIDP Conference in Recife, in the Northeast of Brazil, was of prime significance given the political situation in Latin America.



In recent years, Latin America has progressed in terms of the fight for people’s rights. The victories in a number of central governments of parties representing the struggle of social movements –the main players that defend people’s rights in cities through democratic measures– open up new perspectives for the construction of participatory urban planning and development clearly and strategically confronting the inclusion of millions of citizens.

The systematic attack on people’s rights brought about by globalization (forced emigration, structural unemployment, growth of poverty in cities and the territorial precariousness of urban spaces) requires that we take a global stand against this authoritarian process resulting from the hegemony of financial capital.

In this respect, we believe that the OIDP’s stand together with the UCLG will pave the way towards spreading the ideology of democratic participation to cities throughout the world.

However, it will not be possible to change this economic and social context unless we promote the process of strategic participatory planning in cities, equip our players to play a positive role in the fight to transform States, and open up new, broader perspectives, over and beyond the construction of democracy on a local scale.



In this context, participatory democracy as a social value and political management tool takes the form of hope for the future construction of fairer societies.

Despite our experience of many contexts of production restructuring through globalization, we are instilled with a common challenge: to build a new world that is socially fairer, economically viable and environmentally sustainable.

The road will involve a great struggle, a high degree of planning and large-scale participation. There’s still a long way to go if we want to build that other, possible world.

Recife, December, 1st, 2006

Organizing committee:



Supporters:



FALP

CIGU

REDE NORDESTINA

RETE NUOVO MUNICIPIO

6^a CONFÉRENCE DE L'OIDP
PLANIFICATION STRATÉGIQUE PARTICIPATIVE
POUR LA CONSTRUCTION DÉMOCRATIQUE DES
VILLES

Sommaire

1. BIENVENUE

MAIRE DE BARCELONA

MAIRE DE RECIFE

2. PRÉSENTATION ET OBJECTIFS DE LA 6^a CONFÉRENCE

SECRÉTARIAT TECHNIQUE DE L'OIDP

3. PROGRAMME

4. RAPPORTS

SÉANCE INAUGURAL: DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE ET PLANIFICATION MUNICIPALE: PRATIQUE INNOVATRICE DE LA GESTION PUBLIQUE

- Logement et ville au Brésil et Amérique Latine. Globalisation, pauvreté et une lueur d'espoir. *Erminia Maricato*.

AXE THÉMATIQUE: INSTRUMENTS DE PLANIFICATION PARTICIPATIVE

- Modèles de gestion participative. *Maria da Glria Gohn*.

AXE THÉMATIQUE: PÉDAGOGIE DE LA PARTICIPATION

- Éducation vers une citoyenneté active. *Rudá Ricci*.

- La pédagogie de la participation. *Eva Salaberría*.

AXE THÉMATIQUE: INCLUSION SOCIALE ET COEXISTENCE DANS LA VILLE

- Mise en valeur de l'inclusion sociale en tant que prémisses de la convivialité dans la ville. *Alejandro Socorro*.

- Inclusion, identité et participation citoyenne. *Oscar Sogliano*.

SESSION DU FORUM D'AUTORITÉS LOCALES DE PÉRIPHÉRIE

- «Démocratie Participative pour Métropoles Solidaires». *Gérard Perreau-Bezouille*.

TABLE RONDE SUR LE RÔLE DES INSTITUTIONS SUPRAMUNICIPALES ET INTERNATIONALES DANS LE PROCESSUS D'APPROFONDISSEMENT DÉMOCRATIQUE

- «Le rôle des institutions internationales dans les processus d'approfondissement démocratique». *Jaime Vásquez*.

- Le rôle des entités supramunicipales dans la promotion de la participation politique:

Le Réseau de la nouvelle commune en Italie. *Michelangelo Secchi*.

- La responsabilité sociale des opérations de la Banque Mondiale. *André Herzog*.

5. CONCLUSIONS DES GROUPES DE TRAVAIL

INSTRUMENTS DE PLANIFICATION PARTICIPATIVE

PÉDAGOGIE DE LA PARTICIPATION

INCLUSION SOCIALE ET COHABITATION DANS LA VILLE

6. RÉSULTAT DE LA 1^{re} DISTINCTION OIDP BONNE PRATIQUE EN PARTICIPATION CITOYENNE

1^{re} DISTINCTION OIDP «BONNE PRATIQUE EN PARTICIPATION CITOYENNE»

PROCESSUS ET MÉCANISMES D'INCLUSION DES FEMMES INDIGÈNES DANS LA GESTION LOCALE: LE - BUDGET PARTICIPATIF DE COTACACHI, ÉQUATEUR

7. DÉCLARATION FINALE



J'ai le plaisir de vous présenter les travaux de la 6^e Conférence de l'Observatoire International de la Démocratie Participative qui s'est tenue au mois de novembre 2006 dans la ville de Recife au Brésil.

Le rayonnement et le leadership internationaux de Barcelone en matière de démocratie participative se sont vus consolidés par la création de l'Observatoire en 2001. À l'heure actuelle, plus de trois cents membres associés représentant des gouvernements locaux, des organisations de la société civile, des centres de recherche et des universités font partie du réseau constitué autour de l'Observatoire. Ce style de travail favorise l'échange d'expériences de participation sur le plan international et permet aussi de rendre visible et de mettre en valeur la démocratie participative.

Les membres de l'Observatoire tiennent tous les ans une conférence au cours de laquelle les possibilités de rencontre, de travail et d'apprentissage se multiplient. Cette publication recueille les travaux de la 6^e Conférence, dont l'axe central a porté sur la planification stratégique participative pour la construction démocratique des villes.

Notre ville a misé depuis longue date sur un modèle qui ne peut pas se passer de l'engagement et de la participation des citoyens au moment de mettre en œuvre les politiques publiques. En ce sens, je tiens à exprimer tout particulièrement ma reconnaissance aux citoyens et aux citoyennes qui ont contribué à faire de Barcelone une ville mieux structurée et dotée d'une plus grande cohésion.

JORDI HEREU

Maire de Barcelone



Recife rejoint le réseau des villes connectées par le biais de l'Observatoire International de Démocratie Participative et développe depuis 2001, soit depuis notre première gestion, des formes démocratiques de participation populaire, en renforçant et en créant des voies institutionnelles et en étudiant les formes les plus diverses d'interlocution auprès des représentations de la société civile.

La Mairie de Recife s'efforce de mettre en place des politiques publiques orientées vers la construction d'une ville organisée, qui soit viable d'un point de vue économique et juste d'un point de vue social. La participation démocratique dans des décisions qui visent à déterminer où et comment appliquer les ressources destinées aux investissements a représenté un instrument de valorisation citoyenne très important, au sein d'une gestion dont le principe est de gouverner pour tous et toutes, en donnant la priorité aux milieux les plus exclus.

En nous basant sur cette expérience, et sur cet engagement de gestion publique, nous souhaitons exprimer notre joie de partager avec la ville de Recife la réalisation de la 6^e Conférence de l'Observatoire International de Démocratie Participative – OIDP, sur le thème central: «La Planification Stratégique Participative pour la construction démocratique des villes».

Nous profitons de l'occasion pour saluer toutes les personnes qui s'efforcent de donner la parole aux citoyens et d'améliorer les formes démocratiques et républicaines, et nous leur souhaitons une bonne continuation dans leur travail.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA

Maire de Recife



La Conférence annuelle de l'OIDP se conçoit comme une opportunité de rencontre, de réflexion et de débat. Il s'agit d'une occasion d'approfondir certains sujets clef que nous avons décelés, dont nous faisons la promotion et que nous perfectionnons à partir des travaux quotidiens menés au sein de nos villes.

La 6^e Conférence, célébrée en novembre 2006 dans la ville de Recife s'est centrée sur la Planification Stratégique Participative pour la construction démocratique des villes.

Les objectifs que nous soumettons à l'ensemble des participants de la Conférence sont répartis en Objectifs Généraux –transversaux pour l'ensemble des activités prévues pendant les journées de célébration de la Conférence– et Objectifs Spécifiques.

Il s'agit d'objectifs ambitieux, qui touchent un sujet assez complexe, et Conférence facilite la réflexion et le débat collectif. Pour atteindre ces objectifs susmentionnés, mettre à profit les connaissances des participants et participantes et développer une conférence plus complète et participative, nous organisons différentes sessions de travail divisées en trois axes thématiques, qui travaillent sur les objectifs fixés.

Objectifs Généraux

- Élargir la discussion sur la pratique de la planification stratégique participative dans les gestions locales, en étudiant les instruments de diagnostic et de planification participative utilisés actuellement pour détecter les progrès et les difficultés rencontrées.
- Réfléchir sur l'agrandissement de la conscience critique et du contrôle social comme stratégies des administrations municipales pour la construction de sociétés plus démocratiques, basées sur la construction collective des affaires publiques.
 - Encourager l'échange des différentes expériences des membres de l'Observatoire International de la Démocratie Participative.



Objectifs Spécifiques

- Approfondir la discussion qui porte sur les pratiques qui permettent d'atteindre une plus grande transparence en matière de planification et l'exécution des budgets publics locaux; en détectant les défis liés à cette tâche.
 - Analyser les expériences participatives de diagnose et planification des villes comme élément d'appropriation de la ville de la part de ses habitants.
 - Discuter des défis qui présentent la diversité favorisée par les pratiques de planification participative qui entourent les segments sociaux spécifiques et discriminés, d'un point de vue historique, par la société.
- Connaître et réfléchir sur les progrès concernant le traitement et la diffusion de la connaissance de la ville afin de qualifier la prise de décisions des citoyens lors des processus de participation de la ville.

- Débattre sur les méthodologies de surveillance des résultats et des engagements accordés lors des processus.
 - Débattre sur les méthodologies de sensibilisation et de qualification des gestionnaires publiques et des techniciens municipaux ainsi que sur l'articulation et la formation de la société civile pour perfectionner la participation politique et intervenir d'avantage sur le contrôle social.
 - Mettre en valeur les différents savoirs et la dimension pédagogique de la planification participative.
- Tenir compte de tous les débats pour formuler des politiques et des actions qui articulent la planification participative avec les Objectifs du Millénaire de l'ONU.



mations nécessaires à la prise de décisions, et principalement, qui fournissent une certaine autonomie au citoyens quand vient leur moment de participer. Nous centrons également le débat sur la nécessité de former les acteurs du gouvernement municipal, afin qu'ils puissent incorporer de forme quotidienne de nouvelles dynamiques qui naissent de la participation.

- La discussion qui porte sur le besoin de reconnaître les multiples visions qui cohabitent dans nos villes, et qui ne sont pas toutes reconnues comme partie intégrante des villes. Notre objectif consiste à discuter de l'inclusion sociale et de la cohabitation dans les villes, en basant notre réflexion sur la diversité des personnes, des désirs, des besoins et des histoires. Comme élément transversal de cette diversité, se trouvent également les situations et les processus d'exclusion qui compliquent l'accès des personnes à l'espace public, et ne permettent pas d'exercer une citoyenneté pleine.

Axes Thématiques

Les exposés et les travaux en groupes suivent les trois axes thématiques qui visent à encourager:

- Le débat et la réflexion sur l'application d'instruments participatifs pour déterminer la planification du budget local, du plan directeur de chaque ville, des plans sectoriels, etc. en encourageant la construction collective de nos villes, guidée par le paradigme démocratique et l'exercice effectif du contrôle social sur les activités publiques.
- La réflexion sur les besoins des processus de capacitation et de formation pour l'exercice d'une citoyenneté pleine, où les citoyens et les citoyennes connaissent également les techniques de gouvernement, les infor-

Mardi 28 Novembre

9:00 - 18 HS

Séance interne de travail des
"Observatoires Locaux de Démocratie
Participative".

Mercredi 29 Novembre

9:00 - 18 HS

Séance interne des membres
de l'Observatoire International
de Démocratie Participative.

Jeudi 30 Novembre

9:00 HS ACCUEIL - BIENVENUE

João Paulo Lima e Silva
Maire de la ville de Recife (Brésil).
Pere Alcober
Adjoint au Maire de la ville de Barcelona
et Délégué Provincial (Espagne).

9:30 HS CONFÉRENCE INAUGURAL:
DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE ET
PLANIFICATION MUNICIPALE: PRATIQUE
INNOVATRICE DE GESTION PUBLIQUE

Erminia Maricato
Professeur d'Architecture et Urbanisme
de l'Université de Sao Paulo.
Ex Secrétaire exécutive du Ministère
des Villes 2003 - 2005, Brésil.
Présente: João da Costa, adjoint au
Maire, chargé de Planification
Participative de la ville de Recife, Brésil.

14:00 - 15:00 HS
AXE THÉMATIQUE: INSTRUMENTS
DE PLANIFICATION PARTICIPATIVE

Objectif: Promouvoir le débat et la réflexion sur l'application d'Instruments Participatifs pour déterminer la planification du budget local, du plan directeur de chaque ville, des plans sectoriels, etc. en encourageant la construction collective de nos villes, guidée par le paradigme démocratique et l'exercice effectif du contrôle social sur les activités publiques.

Maria da Gloria Gohn
Professeur de l'Université
de Campinas (Brésil).
João da Costa
Adjoint au Maire, chargé de
Planification Participative de la ville
de Recife (Brésil).
*Présente et modère: Gérard Perreau-
Bezouille* – Adjoint au maire, chargé
de Finances, Nouvelles technologies,
Relations internationales de la ville
de Nanterre, France.

15:00 - 16:00 HS
AXE THÉMATIQUE: PÉDAGOGIE
DE LA PARTICIPATION

Objectif: Promouvoir la réflexion sur les besoins des processus de Capacitation et de Formation pour l'exercice d'une citoyenneté pleine, où les citoyens et les citoyennes connaissent également les techniques de gouvernement, les informations nécessaires à la prise de décisions, et principalement, qui fournissent une certaine autonomie aux citoyens quand vient leur moment de participer. Nous centrerons également le débat sur la nécessité de former les acteurs du gouvernement municipal, afin qu'ils puissent incorporer de forme quotidienne de nouvelles dynamiques qui naissent de la participation.

Rudá Ricci
Professeur de l'Université Federal de Minas Gerais, et Directeur de l'Instituto Cultiva, (Brésil).
Eva Salaberria
Fundation Kaleidos, Directrice de Participation de la Mairie de Donostia-San Sebastián (Espagne).
Présente et modère: Julio Pires, Adjoint au Maire, chargé de Planification de la ville de Belo Horizonte, Brésil.

16:30 - 18:00 HS
AXE THÉMATIQUE: INCLUSION SOCIALE
ET COHABITATION DANS LA VILLE

Objectif: Promouvoir la discussion qui porte sur le besoin de reconnaître les multiples visions qui cohabitent dans nos villes, et qui ne sont pas toutes reconnues comme partie intégrante des villes. Notre objectif consistera à discuter de l'Inclusion Sociale et de la Cohabitation dans les Villes, en basant notre réflexion sur la diversité des

personnes, des désirs, des besoins et des histoires. Comme élément transversal de cette diversité, se trouvent également les situations et les processus d'exclusion qui compliquent l'accès des personnes à l'espace public, et ne permettent pas d'exercer une citoyenneté pleine.

Alejandro Socorro
Professeur de l'Université de Cienfuegos (Cuba).
Oscar Sogliano
Coord. de l'Observatoire Local de Démocratie Participative de La Paz, Municipalité de La Paz (Bolivia).
Présente et modère: Dolça Garcia, Adjointe au Maire, chargé de Participation Citoyenne de la ville de Santa Coloma de Gramenet, Espagne.

18:00 - 19:00 HS
I DISTINCTION OIDP – BONNE PRATIQUE EN
PARTICIPATION CITOYENNE

Remise de la I Distinction OIDP et présentation de l'expérience de la ville distinguée par le jury comme une Bonne Pratique.
Présentent: Pere Alcober, par le Secrétariat Technique de l'OIDP.
Niedja Queiroz, par la Présidence de l'OIDP 2006.

19:00 - 20:00 HS
FORUM D'AUTORITÉS LOCALES DE PÉRIPHÉRIE
«DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE POUR MÉTRO-
POLES SOLIDAIRES»

Cette table sera organisée par le réseau du FALP et elle sera consacrée à la présentation des travaux et du même réseau, ainsi qu'à la présentation des

conclusions du dernier FALP qui a eu lieu dans la ville française de Nanterre.

Vendredi 1 Décembre

9:00 - 13:30 HS

AXES THÉMATIQUES – GROUPES DE TRAVAIL
SIMULTANÉS

Dans le but d'approfondir la discussion des trois axes thématiques déterminés, la Conférence propose une méthodologie de travail qui privilégie la connaissance de toutes les personnes participantes.

Coordination des travaux: **Université Fédérale de Pernambuco.**

15:00 - 16:30 HS

PRÉSENTATION DES CONCLUSIONS DES
GROUPES DE TRAVAIL

Des documents de conclusions seront élaborés à partir du débat de chaque groupe. Ils recueilleront les idées et les propositions principales de chaque thème.

Présentation: **Université Fédérale de Pernambuco.**

16:30 - 18:00 HS

LE RÔLE DES INSTITUTIONS SUPRA MUNICI-
PALES DANS LES PROCESSUS D'APPROFONDIS-
SEMENT DÉMOCRATIQUE

L'objectif de cette table vise à encourager le débat sur le rôle des Institutions Internationales dans le soutien et l'approfondissement de la démocratie participative. Il s'agira également d'un

espace privilégié pour que ces institutions exposent aux participants et participantes leur travail par rapport à la démocratie participative et au gouvernement local, ainsi qu'à leurs programmes.

André Herzog - World Bank.

Jaime Váscquez - Centro Internacional de Gestión Urbana-CIGU.

Michelangelo Secchi – Rete del Nuovo Municipio (Italie).

Présente et modère: **Yves Cabanes**,
Co-Directeur du DPU (Unité de planification pour le développement) de l'University College London.

18:00 - 19:00 HS

SYNTHÈSE DE L'ÉVÈNEMENT, ET LECTURE
DE LA DÉCLARATION FINALE.

João Paulo Lima e Silva - Maire de la ville de Recife (Brésil).

Pere Alcober - Adjoint au Maire de la ville de Barcelona et Délégué Provincial (Espagne).

Maitre de conférences de la faculté d'Architecture et d'Urbanisme de l'Université de São Paulo. Elle a fini ses études de licence, de maîtrise et de doctorat dans la même USP. Elle a été coordonnatrice du programme de troisième cycle de la faculté d'Architecture et d'Urbanisme, Université de São Paulo (1999/2002), et membre de l'équipe de transition du gouvernement fédéral qui a formulé la proposition de création du Ministère des Villes, puis Secrétaire de direction (ministre adjointe) du nouveau Ministère des Villes. Elle a été présidente suppléante du Conseil des Villes/Ministère des Villes et présidente du Conseil de la CBTU (Compagnie brésilienne des trains urbains).



ERMINIA MARICATO

Logement et ville au Brésil et Amérique Latine

GLOBALISATION, PAUVRETÉ
ET UNE LUEUR D'ESPOIR

La paupérisation des pays latino-américains au cours des deux dernières décades, se manifeste par la croissance des installations sauvages dans les villes. Celles-ci comprennent principalement les bidonvilles –qui résultent de l'invasion de terres– et la parcellisation pirate –qui sont des parcelles de sol ne répondant pas à la législation urbanistique ou de propriété des terres–. Entre seulement 1990 et 2001, poussées par un processus d'urbanisation accéléré, les installations sauvages en Amérique Latine sont passées de 111 à 127 millions de logements (ECLAC, 2004).

Ces logements ont été construits sans l'aide technique d'ingénieurs ou d'un architecte, sans financement officiel, sans respecter aucune loi réglementant l'occupation du sol et les constructions. Tous les logements de l'univers sauvage ne sont pas précaires et nous pouvons aussi y trouver des logements de classe moyenne, ce qui révèle une relation complexe entre la loi urbanistique, le marché privé et l'exclusion sociale. Cette gigantesque occupation illégale du sol urbain a des conséquences désastreuses pour ses habitants, pour la société en général et pour la durabilité environnementale. L'occupation illégale de pentes rudes, de rives de fleuves, de mangroves, de dunes, de marais, finit par mettre en péril la vie de leurs habitants –qui peuvent périr sous un glissement de terrain–. Tout comme elle peut amener la coupe des bocages et la pollution ou la destruction des ressources d'eau.

En 2006, plus de 80 % des 170 millions d'habitants que compte le Brésil vivent dans les villes. D'après le recensement démographique de 2000, 32 % de la population du pays vivait dans 11 métropoles (209 communes), ce qui représente environ 55 millions de personnes. Ces mêmes métropoles concentraient encore 82 % de la population habitant dans les logements misérables (bidonvilles surtout) et 33 % du déficit du logement (2.192.296 unités).

Entre 1940 et 1970, l'économie brésilienne a cru au taux impressionnant de 7 % par an pour chuter ensuite vertigineusement. Le nouveau contexte international et les politiques néo-libérales amènent un recul des politiques sociales, lequel a cependant surtout eu lieu sur une base sociale et historique profondément inégale (les droits universels de l'État-providence ne seront appliqués qu'à une partie réduite de la société) et marquée par des relations politiques retardataires (tradition d'autoritarisme, de clientélisme, de patrimonialisme, de droits restreints et de privatisation de la sphère publique).

Dans les villes de pays tels que le Brésil, la déréglementation et la comodification des services publics décourants des privatisations, la guerre fiscale, l'affaiblissement du rôle social de l'État, les politiques de réajustement économique, ont eu un fort impact sur un territoire déjà partiellement dérégulé par une tradition de grande légèreté. Il s'agit d'un territoire trop démembré par un marché immobilier et de terres hautement restrictif et spéculatif. La faible croissance économique de 1980 a accentué les blessures typiquement urbaines et a joué un rôle dans l'irruption de nouveaux aspects particulièrement négatifs dans les grandes villes: le chômage et la violence. Dans l'univers urbain, cette dernière était pratiquement inconnue en tant que phénomène généralisé avant les années 70.

C'est dans un tel contexte que croît un fort mouvement social pour la réforme urbaine, formé par les leaders des mouvements de lutte pour le logement, mais aussi par des professionnels, des chercheurs et des fonctionnaires.

Malgré le progrès des forces de la globalisation, ces mouvements obtiendront de nombreuses victoires au cours des deux dernières décades. Une nouvelle génération de maires plus démocratiques a été élue après la dictature militaire, dans les années 80; elle a lancé des expériences diverses et significatives sur le logement et la planification urbaine. Après treize années de lutte, une loi fédérale a été approuvée: le statut de la ville, qui cherche à appliquer la fonction sociale de la propriété et, finalement, la création du Ministère des Villes au niveau fédéral. Toutes les conquêtes citées impliquent des processus participatifs qui montrent le terrain gagné par la connaissance des villes, de leurs problèmes, de leurs conflits et de leurs solutions. La participation sociale aux Conférences Nationales des Villes promues par le Ministère des Villes en 2003 et 2005 est un exemple du processus de participation dans la formulation de politiques publiques non-exclusives.

Licenciée en Sciences Sociales par la Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, elle s'est spécialisée en Planification Éducationnelle au Centre d'études et de planification et d'administration de l'éducation de l'UNESCO; elle possède une maîtrise en Sociologie dispensée par l'Université de São Paulo et a fait son doctorat en Sciences Politiques dans la même université. Elle a obtenu son postdoctorat à la New School for Social Research (New School University - New York - USA).

Actuellement, elle est maître de conférences de la faculté d'Éducation de l'UNICAMP et coordonnatrice du GEMDEC – Centre d'études sur les mouvements sociaux, l'éducation et la citoyenneté de la même faculté. Membre du Conseil international de l'Instituto Paulo Freire. Depuis 2002, elle est Secrétaire de direction du Research Committee "Social Movements and Social Classes", organe de l'Association Internationale de Sociologie.



MARIA DA GLÓRIA GOHN

Modèles de gestion participative

I^{RE} PARTIE – LES CONCEPTS FONDAMENTAUX POUR LE DÉBAT SUR LA GESTION PARTICIPATIVE

1. Participation: La participation implique une conception de sujet acteur de sa propre histoire. L'objectif de la participation n'est pas de remplacer l'État mais d'exercer le contrôle social du domaine public. La participation donne forme à un processus de partage, d'apprentissage et d'autonomisation de la société, sans que cela signifie pour autant que toute participation soit émancipatrice ou transformatrice. La participation n'a pas une vertu ou une essence fixe, bien que les mouvements sociaux puissent être identifiés comme ses principaux agents.

2. Citoyenneté: elle implique le droit à avoir des droits, elle nécessite des acteurs politiques responsables dans une communauté libre. La citoyenneté comporte une dimension éthique et de civisme qui accompagne la participation des citoyen(ne)s dans la gestion sociale et dans le défi d'éliminer la pauvreté politique. L'éducation, l'organisation politique, l'identité culturelle, l'information et la communication sont des composantes essentielles de la citoyenneté.

3. Autonomie et Émancipation: elles exigent l'autodétermination et une conscience critique, la capacité de savoir faire une lecture autonome du monde et aussi d'intervenir sur la réalité d'une manière alternative. La pédagogie émancipatrice est fondée sur les possibilités individuelles sans à peine se centrer sur ses points vulnérables. Les conquêtes ne sont ni concédées ni sous tutelle.

4. État: il ne doit pas être confondu avec gouvernement. L'État est au service de la société. Il est responsable d'établir des plans, de fournir des infrastructures à la société et de garantir des ressources dans les sphères socioculturelles. Il gère des politiques publiques démocratiques et il est responsable de garantir l'universalité des droits. Mais ses actions sont de plus en plus d'ordre tactique et ont un caractère immédiat; il manque des projets stratégiques de changement.

5. Politiques Publiques: elles doivent répondre à l'intérêt de la majorité et à un modèle d'État et de société juste et égalitaire. Le droit collectif est le fondement des politiques publiques. Les politiques sociales ne doivent être de nature ni assistancielle ni compensatoire. Elles doivent fonctionner comme un service à la société et pas à des fins de stabilité gouvernementale/partisane. La gouvernabilité sert à peine à s'occuper de la gestion et à la démocratiser et à ne pas contrôler la population.

6. Gestion partagée: elle correspond à l'orientation de la politique sociale moderne. Les tensions générées font partie du processus. La gestion partagée présente des enjeux tels que les conflits provoqués par les dialogues entre des savoirs et entre des degrés différenciés d'organisation, de langage, pour ce qui est des diversités, de limites organisationnelles et structurelles. Elle connaît aussi des limites structurelles: localisme x mondialisme, solidarité x compétition, organisation de la participation x organisation de la machine publique, auto-apprentissage x dépendance des directives de gouvernement, universalité x focalisation, quantité x qualité, langage sens commun x discours bureaucratiques, expérience des participants x dirigisme des organisateurs.

7. Contrôle social public: il s'effectue de façon prédominante par l'intermédiaire des conseils de gestion dans la sphère publique et constitue ainsi une structure institutionnalisée. Sa fonction principale est de surveiller et de faire le suivi des actions du gouvernement. Il s'agit d'espaces éducatifs d'apprentissage qui orientent les politiques publiques en établissant des critères, en accompagnant et en surveillant. La formation et la qualification des conseillers exigent de préparer des cours qui fourniront des informations, qui guideront le savoir et l'action.

8. La recherche d'un autre scénario: elle est fondée sur les possibilités qu'offre la participation, par le biais d'une redéfinition de la culture politique en cours, en visant des changements et une transformation sociale ainsi qu'un développement ne se limitant pas exclusivement à la croissance économique. Ce scénario comporte également l'autonomisation pour les sujets collectifs agissant en tant qu'acteurs et des politiques d'émancipation sociopolitique et culturelle; il est construit par des individus capables de faire une lecture critique du monde. Il s'agit de la construction d'un nouveau processus civilisateur où les différences culturelles se caractérisent par l'égalité dans l'accès, par la valeur d'appartenance à une culture et au territoire et par la valeur du multiculturalisme.

II^e PARTIE – LA CONJONCTURE BRÉSILIENNE ET LES POLITIQUES PUBLIQUES

1972 - 1984	Cycle des luttes pour la redémocratisation du pays.
1985 - 1989	Cycle de construction de nouveaux formats institutionnels de participation-transition démocratique.
1990 - 2000	Cycle d'émergence de nouveaux acteurs et de nouvelles pratiques de gestion.
2001 - 2006	Cycle de participation avec un soutien institutionnel et lutte pour la récupération de l'autonomie émancipatrice.

La mondialisation économique, marquée par l'hégémonie du marché, stimule les politiques d'ajustement subordonnées aux intérêts de la dette. L'économie nationale se meut entre les emplois précaires et le chômage; elle est très fortement orientée vers l'exportation et montre des marchés considérablement désorganisés. Les programmes actuels de transfert de revenu modifient les réseaux de sociabilité. Sur la scène sociale et culturelle, il y a une précarité dans l'offre de services sociaux, assortie d'une inégalité et d'une exclusion sociale. Ce scénario favorise les taux élevés de violence urbaine dans les métropoles.

Pendant les dernières années les nouvelles politiques sociales ont créé un réseau étendu de protection sociale aux groupes sociaux exclus, au moyen des actions qui vont de la distribution directe d'appui financier à la participation dans des programmes spéciaux. La nouvelle politique de distribution et de gestion des fonds publics, en association avec la société organisée, s'est mise à être focalisée dans des projets ponctuels de travail avec des enfants, des jeunes, des femmes, etc. Cela a contribué à la réorganisation des formes d'action collective dans des termes de ses demandes et de revendications. Le mot d'ordre de ces projets et de programmes est: être propositif et non seulement revendicatif, être actif et non seulement un passif revendicateur. Beaucoup de mouvements se sont transformés en ONGs ou se sont incorporés aux ONGs qui les appuyaient déjà.

L'activité par des projets exige des résultats et a des délais. Il s'est créé une nouvelle grammaire dans laquelle la mobilisation a cessé d'avoir pour des buts le développement d'une conscience critique ou la protestation dans les rues. Mobiliser est devenu synonyme de réglementer et d'organiser la population pour prendre part dans des programmes et des projets sociaux, la plupart desquels ont été déjà faits, et destinés à l'attention de petites parties de la population considérées comme vulnérables. L'ancien militant s'est transformé en activiste organisateur des clientèles des usagers des services sociaux.

Ces nouvelles politiques ont engendré de grandes controverses. D'un côté ce sont ses défenseurs qui nous présentent les statistiques d'améliorations dans les indices sociaux. De l'autre, les critiques, qui qualifient ces politiques comme compensatoires et assistancielles, créatrices de nouvelles formes de clientélisme, qui ne mènent pas à l'autonomie et l'émancipation des individus; ils ne produisent pas de travail permanent, avec des droits sociaux.

De toute façon, cette nouvelle scène a facilité l'émergence de projets sociaux inracontables dans le domaine de la culture de double forme. La culture comme forme d'expression artistique, par voie des projets

d'art/éducation (principalement dans des communautés dépourvues, jeunes et des enfants de la rue) et par la vie des manifestations culturelles de groupes sociaux historiquement exclus comme afro-descendants, indigènes..., à travers des politiques sociales gouvernementales.

Les politiques pour les secteurs traditionnellement exclus sont des exemples des nouvelles formes d'associations et relations de l'État avec la société civile. L'organisation sociale assume une manière institutionnalisée parce que les programmes sociaux sont construits et sont *monitorés* par des organismes publics, qui leur donnent le support financier.

III^e PARTIE – FORMES DE PARTICIPATION DANS LA SOCIÉTÉ CIVILE

1. MOUVEMENTS, ONG, RÉSEAUX SOLIDAIRES ET FORUMS

Mouvements sociaux	Mouvements populaires d'identité – «nouveaux mouvements sociaux», générationnels, religieux, thématiques, syndicaux et associations du monde du travail. etc.
ONG	Entités du troisième secteur.
Forums	Séances plénières.
Associations civiles	Réseaux solidaires.
Gestion participative	Conseils de gestion.

2. HISTORIQUE DES CARACTÉRISTIQUES DE LA PARTICIPATION AU BRÉSIL

1970 - 1984	Organisation populaire = autonomie par rapport à l'État, éducation populaire et travail dans la communauté, mouvements populaires urbains, conseils populaires urbains.
1984 - 1988	Lutte en faveur de la constituante, pression populaire, lutte pour les droits - citoyenneté, nouvelles lois et nouveau régime politique.
1988 -	Extension des acteurs sociaux, décentrement du sujet populaire, nouvelles formes de sociabilité, ONG, forums, assemblées, troisième secteur, nouveaux mouvements sociaux, conseils de gestion et de droits.

3. NOUVELLE CONJONCTURE ANNÉES 90

On perçoit une nouvelle signification donnée à la citoyenneté qui met l'accent sur les politiques publiques et fondée sur la conception d'un État gestionnaire et non directement producteur. Les associations publiques-privées et les contrats de gestion prolifèrent et l'on assiste à l'apparition d'un nouveau scénario économique pour ce qui est du chômage et la croissance du secteur informel. Ces conditions sont reflétées dans le scénario de l'associationnisme à compter des années 1990.

Caractéristiques

<i>Mouvements sociaux</i>	Taudis, logement partagé, habitants de la périphérie,
<i>Mouvements populaires urbains</i>	personnes sans abri, entreprises de collecte et de recyclage de déchets-coopératives et associations communautaires.
<i>Demandes de services urbains</i>	
<i>Mouvements populaires ruraux</i>	Mouvement Sans Terre (MST), petits agriculteurs, pêcheurs, victimes des barrages des centrales hydroélectriques.
<i>Mouvements identitaires et de droits</i>	Droits de la personne, ethniques et raciaux, de genre, culturels, mouvement pour la paix-contre la violence urbaine, mouvement d'éducation des jeunes et des adultes, crèches.
<i>Autres questions en train de générer un associationnisme urbain et des luttes pour la citoyenneté</i>	Porteurs de besoins particuliers ou de maladies graves, démocratisation des médias, qualité de vie, défense des consommateurs, actions contre la faim, drogues, crime organisé, violence, projets de réurbanisation, transport en commun.
<i>ONG</i>	Elles partent d'un nouveau modèle de l'État et de l'économie, avec le paradigme d'intervention directe. Spécificités qui les caractérisent: spécialisation thématique, qualification des cadres, pluralité de valeurs, préoccupation pour les pratiques communicatives et médiatiques, évaluation de résultats et d'incidences.
Défis	
<i>Mouvements sociaux</i>	Représentativité, contrôle social public, liens avec des travaux dans la communauté, gestion démocratique de politiques publiques, culture politique actuelle.
<i>ONG's</i>	Représentativité, contrôle social, démocratique et public, articulation avec des travaux dans la communauté, gestion démocratique de politiques publiques, culture politique, nouvelle articulation démocratique en réseaux, du focal au global, agir en tant que porte-parole démocratique de la société civile organisée.

IV^e PARTIE – PARTICIPATION SPHERE PUBLIQUE: CONSEILS DE GESTION ET DE DROITS**Historique des conseils**

<i>Origine</i>	Clans wisigoths. Les chambres municipales et les municipalités du Brésil-colonie: «concejos».
<i>Conseils réélus dans l'Histoire</i>	Commune de Paris, Soviets russes, conseils d'usine, dans l'Allemagne des années 20, conseils ouvriers de Turin, etc.
<i>Expériences au Brésil</i>	Conseils communautaires années 70, conseils populaires des années 70/80, conseils de représentants de la loi organique municipale de São Paulo, conseils de gestion institutionnalisés: nationaux et municipaux.
Débat actuel sur les conseils	
<i>Caractère et nature</i>	Délibératif et consultatif.
<i>Lacunes</i>	Contraintes budgétaires.
<i>Limites</i>	Personnel, infrastructure, norme légale, bureaucratie.
<i>Défis</i>	Comment répondre de façon égalitaire aux réalités hétérogènes?
Questions importantes	
<i>Perspectives</i>	Innovation dans la sphère publique, nouveauté dans la politique brésilienne: gestion conjointement avec le pouvoir public, contrôle social démocratique public; caractère éducatif: peuple et gouvernement, apprentissages – nouveaux langages communicatifs; nouvelle culture politique, composition, représentativité, représentant de la société civile dans la société politique: difficultés.
<i>Enjeux</i>	Parité, diffusion, bureaucratisation, surveillance et contrôle des propres actes des conseillers; pouvoir et mécanismes d'application des décisions du conseil par le pouvoir exécutif; absence d'une définition plus précise des compétences et des attributions des conseils; nécessité de veiller à l'élaboration d'instruments juridiques servant d'appui aux délibérations, de définir d'une façon plus précise ce qu'est la participation qualifiée (qui est différente de l'incorporation à la toile bureaucratique).



Sociologue, Professeur de Sciences Politiques, Docteur es Sciences Sociales, Professeur à l'Université fédérale de Minas Gerais, Coordinateur de l'Institut Cultiva (www.cultiva.org.br) et membre de l'Exécutif national du Forum Brasil de Budget (www.forumfbo.org.br). Rapporteur de la Loi de Responsabilité Sociale et coordinateur des Écoles de citoyenneté du Brésil. Email: ruda@inet.com.br.

RUDÁ RICCI

Éducation vers une Citoyenneté Active

À partir de la seconde moitié des années 90, la participation à la gestion publique s'étendit dans le monde. Habitat II la qualifia de *good governance*. Au cours de cette trajectoire qui vit sa reconnaissance mondiale, elle prit plusieurs nuances. En reliant une action pédagogique à la participation à la gestion publique, nous cessons de limiter notre réflexion à des aspects d'efficacité administrative ou à un rôle de procédures publiques qui se confondent avec une consultation. Nous entrons dans l'histoire de l'éducation populaire qui naquit et prit son envol en Amérique Latine à partir des années 60. Il s'agit d'une perspective de gauche, dans laquelle les secteurs exclus sont traités comme des formulateurs politiques et dont les actions visent à renforcer le pouvoir social, à développer et à radicaliser la démocratie.

L'éducation peut être interprétée de façons diverses. Et tous ne peuvent pas avoir accès à l'éducation formelle des écoles. Nous pouvons affirmer, en nous appuyant sur l'expérience latino-américaine, qu'il existe des secteurs de la population qui ne se sentent pas faire partie de la société dominante et qui se perçoivent comme éloignés des sphères de la décision publique et même de la grande majorité des institutions publiques. On peut affirmer qu'ils en éprouvent un ressentiment politique.

Depuis toujours l'éducation populaire latino-américaine a tenté de dialoguer avec ce sentiment, avec cette logique populaire. Dans ses objectifs politiques, elle est passée par trois phrases que nous pouvons synthétiser de façon suivante:

LES TROIS GÉNÉRATIONS DE LA PARTICIPATION

La génération des années 60: concevait l'État comme l'acteur privilégié et le principal interlocuteur des demandes sociales. Les organisations syndicales et travaillistes tentaient rarement d'organiser le local de travail et le logement des travailleurs mais elles organi-

saient des luttes de masses pour fortifier la capacité de pression des couples syndicales. **L'objectif de la génération des années 80:** était de former pour exercer une pression politique, par des actions de masse, en liant l'organisation du travail (travail et logement) à d'amples luttes sociales. Les mécanismes de la démocratie directe furent privilégiés et l'aspect principal devint l'autonomie et la compréhension des causes qui amenèrent à la domination dans le quotidien.

La nouvelle génération des années 90: et du XXI^e siècle eut pour objectif de former à l'autogestion et au contrôle social en centrant tout sur la construction de la nouvelle institutionnalité publique.

Actuellement, nous avons de multiples exemples de pratiques sociales démocratiques en cours de progression en Amérique Latine¹ et, n'en doutons point: la pédagogie de la participation est un projet de la gauche démocratique, mais les confusions demeurent. Je citerai les plus dramatiques:

Entre mobilisation et organisation: les organisations non-gouvernementales et les gouvernements progressistes continuent à croire que toute mobilisation finit par organiser et créer une autonomie populaire.

Entre autonomie et dirigisme: l'anxiété politique de nombreux leaders continue à diffuser la vieille tradition de la gauche latino-américaine qu'est le dirigisme ou la conception de l'existence d'une avant-garde politique. Du point de vue pédagogique, c'est là une contradiction.

Entre associations publico-privées et cogestion: le mythe des associations publico-privées (entre État et Secteur tertiaire) trouble divers dirigeants politiques et quelques leaders sociaux. Associations publico-privées signifie, dans la pratique, le transfert d'actions de l'État à des sphères non-étatiques. La cogestion est tout autre chose.

Entre consultation et participation: la consultation est passive et ne détermine pas ce que le dirigeant politique fera de l'opinion exprimée par la population.

Entre réforme démocratique de l'État et création d'instances de négociation: fortement ancrée entre les leaders sociaux qui confondent instances de gestion publique, qui comptent maintenant sur une représentation sociale non-gouvernementale, et forums de négociation où les mouvements sociaux tentent de faire pression sur le calendrier des gouvernements.

La pédagogie de la participation se voit donc parfois dans des impasses et vit des défis inusités. Il s'agit de consolider et de radicaliser une nouvelle institutionnalité publique qui se dessine lentement, principalement dans l'Amérique Latine des dernières cinq années.

¹ Nous pouvons en citer quelques-unes; implantation progressive d'instruments de participation et de consultation au Brésil; Loi de Transparence au Pérou; Loi organique des Communes et Conseils municipaux du Venezuela; articulation de la systématisation d'expériences de contrôle social en Amérique Centrale, coordonnée par l'organisation non-gouvernementale Alforja; construction de lois de responsabilité sociale. Il faut aussi particulièrement mentionner le réseau des Écoles de Citoyenneté (Voir: www.cultiva.org.br), à caractère public, dont le comité de gestion et les professeurs sont élus parmi des conseillers publics et des leaders sociaux et les expériences d'initiatives juvéniles comme la dissémination de Parlements Juveniles, des Budgets Participatifs des Enfants et le Programme d'Éducation Fiscale.

Tout acte d'éducation est un acte politique. L'intention de toute pédagogie de la participation a besoin d'assumer une cohérence politique: celle-ci existe pour générer autonomie, émancipation politique renforcement du pouvoir social. Elle ne peut pas utiliser des outils ni des méthodologies qui peuvent conduire à la dépendance, ni transmission d'intérêts des éducateurs qui peut apporter hétéronomie.

L'acte politique de l'éducation est au service de la découverte autonome du monde par le récepteur. Il se base donc sur la relation politique de la confiance et du débat, ce qui génère un mouvement continu de dissensus – consensus. Il a aussi un caractère émancipateur, qui respecte le tempo et la culture d'autrui. Il polémique au bon moment, lorsque la relation pédagogique entre éducateur – récepteur ne risque plus d'intimider le récepteur. Le silence tactique (pour reprendre une expression de Paulo Freire) est une ressource de poids: il existe un moment adéquat pour être en désaccord et polémiquer, sous peine d'intimidation ou de distanciation du récepteur. Tout éducateur dispose d'un pouvoir que n'a pas le récepteur. La pédagogie de la participation doit approfondir le bon usage de ce pouvoir.

La pédagogie de la participation s'appuie aussi sur la compréhension de l'éducation comme moyen, puisqu'elle a pour but l'émancipation politique. Dans la pratique, cela signifie que la création de modèles fixes de cours et de programmes éducatifs n'est ni bonne ni cohérente. Chaque cours ou chaque processus de formation dialogue avec des pratiques sociales locales, uniques, spécifiques.

Finalement, la pédagogie de la participation suppose la construction, dans le processus éducatif lui-même, d'espaces publics de construction collective. C'est là que se trouve le principal antidote contre la tentation d'une conception d'avant-garde: avec l'acte d'éducation se crée le processus de construction collective, autonome.

Les défis actuels nous renvoient à l'origine de l'éducation populaire. Et invitent à faire mieux encore. L'objectif central a toujours été le renforcement du pouvoir et l'amplification du contrôle social sur les espaces et les décisions publiques et les dépasser signifie transformer ces principes en fondements publics, en dépassant les initiatives atomisées. Il s'agit du défi de construire une nouvelle institutionnalité publique, universelle, d'invasion de l'État par la société civile.

Ce dépassement nous renvoie à la construction de réseaux d'Écoles de la Citoyenneté. Un réseau d'écoles pour construire de nouveaux leaders sociaux, dont les savoirs essentiels peuvent se résumer en:

- Savoir générer des informations qui aident les diagnostics sociaux et politiques.
- Savoir élaborer et lancer des projets publics à partir des diagnostics effectués.
- Savoir articuler et communiquer socialement, en élargissant la connaissance et le contrôle social.

Directrice de participation de la mairie de Donostia-San Sebastián (Espagne). Licenciée en histoire générale d'Espagne et du Pays Basque, Universidad de Deusto. Depuis 1989, elle exerce à la mairie de Donostia-San Sebastián; d'abord, au Département de la Jeunesse, et depuis 1996 au Service des quartiers et de la participation citoyenne. Ce service encourage le développement de la participation des citoyens en tant qu'axe transversal touchant tous les services municipaux dans les processus de prise des décisions de l'Administration locale; en ce moment, ses efforts sont centrés sur le processus d'élaboration du plan directeur de participation. Elle participe, en représentant la mairie de Saint-Sébastien, dans différents organismes et réseaux, nationaux et internationaux, ayant pour objectif la promotion et l'approfondissement des pratiques de démocratie participative dans les villes: Observatoire international de démocratie participative (OIDP), Fondation Kaleidos.red, Réseau g de Urb-al «Finances locales et budgets participatifs», Commission de participation citoyenne de la Fédération espagnole des communes et provinces, projets de participation tels que Youth Polis, Econet, Observatoire local de démocratie participative, entre autres.



EVA SALABERRIA ARTANO

La pédagogie de la participation

Dans cette présentation, nous abordons la réflexion et le débat que nous avons partagés à la Fondation Kaleidos.red à propos de la dimension éducative des processus de participation. À Kaleidos.red¹, nous avons eu l'occasion de confronter avec des techniciens et des techniciennes d'autres communes l'expérience menée à Donostia-San Sebastián en ce qui concerne les équipements de proximité et la participation citoyenne, en reliant cette action pratique à une réflexion théorique indispensable afin d'y mettre de l'ordre et de nous procurer une méthode qui nous permettra de concevoir un modèle de participation intégral dans le cadre global de l'action de gouvernement.

À Kaleidos.red, nous partons du principe que l'action de gouverner avec la participation

¹ Techniciens et techniciennes des communes d'Alcobendas, de Bilbao, de Córdoba, de Getafe, de Gijón, de Girona, de La Coruña, de Logroño, de Vitoria-Gasteiz, de Donostia-San Sebastián, de Santa Cruz de Tenerife, de La Laguna et de Zaragoza, avec le soutien d'Oscar Rebollo, de Marc Majós et de Joel Martí, nous avons réfléchi et débattu, entre mars 2004 et janvier 2006, de la participation des citoyens et des équipements de proximité. Le fruit de ce processus est recueilli dans la publication «La participación ciudadana no se improvisa: planificar para actuar en nuestros municipios» (La participation citoyenne ne s'improvise pas: planifier pour agir dans nos communes). Imagine ediciones, juin 2006.



des gens est plus qu'une simple stratégie de marketing et qu'elle a donc une profonde signification quant à la construction de la citoyenneté. Nous misons sur des processus participatifs qui se veulent transformateurs, sur des projets qui soient avant tout des processus éducatifs visant l'implication des citoyens et des citoyennes dans la construction de villes plus habitables, plus égalitaires, plus efficaces et disposant de meilleures conditions pour offrir une qualité de vie

durable à leurs habitants. Dans ce cadre, les équipements de proximité, espaces où, quotidiennement, a lieu la rencontre entre les citoyens et l'administration publique, produisent, dans les projets qu'ils mettent sur pied, des processus participatifs où la dimension éducative est un élément essentiel.

LA PARTICIPATION EN TANT QUE PROCESSUS ÉDUCATIF

La participation possède un élément relationnel important. Elle implique des liens entre acteurs qui, depuis des positions différentes et sur la base de leur autonomie, établissent des relations de conflit et de consensus entre eux. Dans les processus participatifs, la dimension éducative commence par les acteurs eux-mêmes qui doivent vouloir apprendre et être prêts à changer.

Il nous faut créer une nouvelle culture relationnelle, entre le gouvernement et les citoyens, des citoyens et des citoyens entre eux, entre les agents techniques et politiques qui interviennent au sein de l'administration et le gouvernement de la ville. Les citoyens, les responsables techniques et politiques de l'administration, nous devons apprendre à établir des relations lors des processus participatifs en assumant chacun le rôle qui lui revient et en assumant également (en respectant et en reconnaissant) le rôle qui revient aux autres. C'est cette tâche de construction d'une nouvelle culture relationnelle est ce que nous appelons la tâche éducative, puisque tous les acteurs doivent apprendre de nouvelles manières de faire et d'établir des relations.

La tâche éducative est complexe, il s'agit d'un travail constant et quotidien qui se déroule dans le cadre de la proximité. Chercher de nouveaux styles et de nouvelles stratégies de participation qui soient éducatives exige de prendre en considération quelques principes essentiels:

- La tâche éducative est complétée par les relations ordinaires et habituelles.
- Nous sommes tous des agents éducatifs en puissance, mais le principal agent éducatif des processus est l'acteur qui en est à l'origine.
- Les acteurs qui encouragent la stratégie participative doivent partir d'une attitude qui consiste à vouloir apprendre et à être prêt à changer.

Les processus participatifs, lorsqu'ils sont éducatifs, transforment et enrichissent les gens, transforment les modes de relation ainsi que les structures sociales en obtenant des résul-

tats concrets. N'oublions pas en outre qu'aucun processus éducatif ne peut être vécu comme un sacrifice ou une punition; il doit apporter des récompenses sur le plan strictement relationnel. Participer doit impliquer aussi de s'amuser, de passer un bon moment, d'être à l'aise, de profiter en somme des moments de relation.

Enfin, il faut tenir compte du fait que le changement exige de réviser et d'adapter ses propres attitudes par rapport à l'univers de l'ensemble des acteurs dans les processus participatifs. On exigera donc:

- Aux politiciens, sans remettre en cause leur légitimité, de passer d'un style autoritaire à un style dialoguant, de commander à gouverner.
- Aux techniciens de dépasser leur vision technocratique, leur rôle d'expert incontestable, et ce, dans la certitude que le citoyen est aussi un expert.
- Aux entités et aux associations de rechercher davantage la signification que la représentativité, davantage l'intérêt social et l'efficacité de leur projet que le nombre comme argument de défense de leur rôle d'interlocuteur avec l'administration.
- Et aux citoyens en général d'acquiescer une plus grande conscience et responsabilité à l'égard du fait collectif, dépassant les vues étroites de l'intérêt individuel.

Cela dit, ne nous méprenons pas, nous savons que le processus sera long et continu dans le temps et qu'il entraînera des résistances; il ne peut être efficace que s'il implique un processus éducatif où tous les agents ont quelque chose à apprendre et des attitudes à changer. Nous nous éduquons tous collectivement; la création partagée de réponses, en partant et en incorporant des regards et des langages différents, nous permettra de transformer nos villes et d'obtenir un cadre de convivialité se distinguant par le respect des droits de la personne en tant que principal patrimoine idéologique de la démocratie.



Directeur du Centre d'études pour la transformation agricole durable (CETAS), de l'Universidad de Cienfuegos, Cuba. Il a obtenu son doctorat en Sciences Agricoles à l'Universidad Agraria de La Habana. En outre, il est titulaire d'une maîtrise en sciences agricoles et d'un diplôme en agroécologie et en informatique. Il a fait d'autres études de troisième cycle pour compléter sa formation académique. Il est diplômé en ingénierie agronomique et a participé à différents programmes nationaux de développement socio-écono-

mique. Il coordonne la ligne de recherche universitaire «Transformation agricole durable», il est membre du comité d'experts de l'Agence des sciences, de la technologie et de l'environnement (CITMA) à Cienfuegos et du Conseil technique assesseur de la Délégation provinciale du ministère cubain de l'Agriculture. Actuellement, il travaille en tant que chercheur local au projet: «Système de connaissances et d'informations pour le développement agricole et rural communal».

DR. ALEJANDRO R. SOCORRO CASTRO

Inclusion sociale et convivialité dans la ville

MISE EN VALEUR DE L'INCLUSION SOCIALE EN TANT QUE PRÉMISSSE DE LA CONVIVIALITÉ DANS LA VILLE

À l'échelle globale, plusieurs expériences innovantes de démocratie participative ont été documentées et systématisées et ont permis de vérifier que l'inclusion sociale est une condition nécessaire de la convivialité dans la ville. Un autre fait que l'on peut constater dans les expériences de différentes municipalités, à des latitudes différentes, est que, parmi les prémisses fondamentales de la convivialité, figure la nécessité d'une vision partagée du développement, étayée par des valeurs qui transcendent la diversité des groupes humains, des couches sociales, des ethnies et des immigrants, porteurs de visions, d'intérêts et de cultures différentes. La situation de la diversité présente dans les villes évolue continuellement et montre de nouveaux éléments qui justifient le changement, dans le cadre d'un milieu innovant, favorisant la gestion de la situation de conflit. Il existe de nombreux arguments qui permettent d'appuyer la thèse selon laquelle l'inclusion sociale doit devenir une des valeurs fondamentales de la gestion de gouvernement dans les villes contemporaines. Une gestion qui prenne en considération l'espace d'intervention locale dans ses dimensions économique, environnementale, socioculturelle et politico-administrative.

L'inclusion sociale est une condition nécessaire de la convivialité dans la ville. Participation, démocratie, construction de citoyenneté, gouvernabilité, développement équitable constituent des moyens indispensables.

Que signifie convivialité? Comment la penser en dépit des conflits, de la perte de valeurs et de la transculturation? Serait-il possible de distinguer les termes de coexistence et de convivialité? Comment fonctionne la convivialité dans l'espace physique, économique et socioculturel? La décentralisation promeut-elle la convivialité dans les habitats humains? Quelle relation existe-t-il entre la convivialité et le capital social? Comment mesurer la convivialité, comment savoir si l'action en faveur de l'inclusion l'améliore?

Il y aura certainement des concordances et des discordances concernant les questions et aussi des réponses différentes. Il y a toutefois plusieurs aspects sur lesquels on peut réfléchir, le premier est le fait que partager des valeurs constitue une prémissse fondamentale de convivialité; comment arriver à les partager, voilà le défi.

L'extension d'une culture de la convivialité dans les villes est appelée à être le résultat de la mise en œuvre de politiques inclusives, articulées sur les plans local, territorial et national. Le développement du capital humain est une des alternatives pour résoudre les répercussions de l'exclusion sociale sur le niveau et la qualité de vie de la population.

Le cas cubain d'intégration sociale et d'unité pour le développement au cours des cinq dernières années montre l'aspect complémentaire des cinq stratégies d'avant-garde qui sont suivies dans différents programmes nationaux implantés sur la base de leur appropriation par les acteurs impliqués et de l'intervention locale:

1. L'universalisation de la connaissance.
2. Le développement humain le plus intégral.
3. La personnalisation des interventions.
4. La mobilisation des bénéficiaires agissant en tant que principaux acteurs des interventions pour le développement et.
5. Une approche fondée sur la durabilité.



Coordonnateur de l'Observatoire local de démocratie participative. Il possède une maîtrise en développement local dispensée par l'Universidad Gabriel Rene Moreno et le Círculo Epistemológico (Santa Cruz – Bolivie). Il a obtenu un Diplôme en Gestion Publique et un autre en Évaluation de Projets, Universidad Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolivie). Actuellement, il fait une spécialisation en Analyse et gestion des conflits en Bolivie à l'Unidad de Post Grado CIDES - UMSA (La Paz – Bolivie). Il est diplômé en Sciences Politiques de l'Universidad Mayor de San Andrés - UMSA (La Paz – Bolivie). Il est également coordonnateur de l'OLDP La Paz et conseiller en matière de gouvernabilité locale du gouvernement municipal de La Paz.

ÓSCAR SOGLIANO HELGUERA

Inclusion, identité et participation citoyenne

OBSERVATOIRE LOCAL DE DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE DE LA PAZ

L'Observatoire local de la démocratie participative (OLDP) de La Paz, géré par le gouvernement municipal de cette ville, est une initiative visant à renforcer et à promouvoir la participation citoyenne à différents niveaux et domaines de la gestion municipale.

Le projet englobe un réseau de neuf villes d'Amérique latine et d'Europe.

L'OLDP a pour objectif d'analyser et d'améliorer les mécanismes applicables dans les espaces communaux, de créer un espace commun d'échange entre les différents acteurs impliqués dans les processus de participation liés à la gestion municipale, ainsi que d'analyser et d'évaluer les expériences participatives.

L'OLDP respecte le Plan de développement municipal 2006/10 dans ses différentes étapes, la dynamique des divers Conseils sectoriels de participation, fait le suivi de l'Initiative législative citoyenne ainsi que de la Norme de participation citoyenne.

INCLUSION, IDENTITÉ ET PARTICIPATION CITOYENNE

1. DIAGNOSTIC DE PARTICIPATION

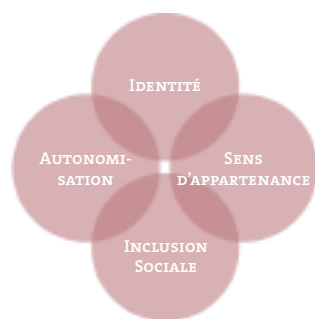
Qu'est-ce que la participation citoyenne?

La participation citoyenne consiste en un ensemble de processus et de mécanismes qui permettent au citoyen et à la citoyenne d'avoir une présence active et une opinion décisive quant à la gestion des affaires publiques. Son objectif est de faire en sorte que les institutions, les organisations et les citoyen(ne)s disposent des informations nécessaires qui leur permettront d'apporter leurs connaissances et leurs expériences pour la définition et la résolution de problèmes immédiats. Elle consiste aussi en la construction d'une citoyenneté critique et participative, ce qui est un élément clé pour résoudre la diversité de conflits, d'inégalités, d'exclusions et de discrimination.

Être citoyen ou citoyenne, qu'est-ce que cela implique?

Être citoyen ou citoyenne implique de respecter les droits des autres, d'être en faveur des processus collectifs, de s'associer, de s'organiser avec d'autres citoyen(ne)s et d'entreprendre des actions collectives orientées vers des objectifs et des tâches d'intérêt commun. Un(e) citoyen(ne) sacrifie son propre intérêt en fonction de l'intérêt de la communauté ou bien de la majorité de la population.

La participation citoyenne doit comprendre les dimensions suivantes:



2. PARTICIPATION CITOYENNE DANS LE GOUVERNEMENT MUNICIPAL DE LA PAZ

En 1998 est approuvée la Loi de participation populaire, date à partir de laquelle la participation a progressivement évolué. À compter de l'an 2000, par l'intermédiaire d'une nouvelle Gestion municipale qui admet des niveaux de contrôle social et de fiscalisation plus importants, des mécanismes hautement participatifs, un élargissement de

la participation citoyenne allant plus loin que ce qui est prévu dans la loi en vigueur, une implication de vastes secteurs de la société civile (écoles, associations professionnelles, fédérations, associations de voisins, etc.) et des moyens supplémentaires visant à promouvoir des Conseils de citoyens dans différents domaines et sur différents sujets (lutte contre la corruption, développement économique, culture, jeunesse, etc.) sont mis en oeuvre.

Depuis 2005, les approches participatives déjà existantes sont approfondies.

Mécanismes de participation citoyenne:

Norme de participation citoyenne: elle a pour objet de promouvoir et de renforcer les processus, les formes et les espaces de participation citoyenne dans la commune de La Paz. Ses objectifs sont les suivants: institutionnaliser et rendre opérationnelle la participation citoyenne dans la gestion afin d'assurer une plus grande répercussion des politiques publiques de développement et d'administration de la commune; consolider un système municipal transparent de communication sociale; créer ou renforcer des mécanismes de coordination institutionnelle et interinstitutionnelle favorisant, asseyant et consolidant l'exercice de la participation citoyenne ainsi que le contrôle social.

Initiative législative populaire: c'est l'instance par l'intermédiaire de laquelle toute personne physique ou juridique de la commune peut présenter au Congrès municipal des projets d'ordonnance municipale, dûment fondée quant aux aspects conceptuels, juridiques et techniques. Ses objectifs sont les suivants: faire jouer un premier rôle à la société civile et réaffirmer les droits des citoyen(ne)s dans le cadre de la législation en vigueur; promouvoir et développer les capacités des citoyen(ne)s pour établir, définir d'un commun accord et diffuser des initiatives législatives orientées à garantir la transparence dans la commune; renforcer et consolider la capacité de négociation des citoyen(ne)s dans les arrondissements. Ce processus a des effets saillants dans différents secteurs, qu'il s'agisse de l'organisation municipale elle-même –qui s'ouvre et transforme la manière d'établir des relations avec les secteurs marginalisés– ou de la perception que ces différents secteurs ont d'eux-mêmes.

Conseils de citoyens de participation: conseils de consultation, de coordination et d'analyse de certains problèmes spécifiques et des politiques municipales portant sur une matière précise (le transport, l'environnement, la lutte contre la corruption, etc.). À l'heure actuelle, il existe neuf conseils sectoriels qui fonctionnent au sein du gouvernement. Le réseau de conseils dispose d'une instance d'assistance technique au service des espaces participatifs qui favorise la construction d'espaces d'analyse, de débat, de consultation, de communication, de coordination et de recommandation de politiques municipales, qui réalise des tâches de contrôle et d'amélioration de la qualité de la participation et qui fournit aux Conseils une équipe pouvant les orienter sur de meilleures pratiques et méthodologies participatives.

Plan de développement municipal: un suivi du Plan de développement municipal 2006/10 est effectué. La méthodologie employée dans le processus de consultation des citoyen(ne)s a compté sur la réalisation de nombreux ateliers.

Situation actuelle de la participation citoyenne dans le gouvernement municipal de La Paz:

Le modèle de gestion exécutive s'est progressivement adapté en s'orientant vers des modèles plus participatifs et transformateurs. À l'origine, les espaces et les mécanismes de participation citoyenne ont été soutenus par l'État, soit par l'intermédiaire de la Loi de participation populaire soit par la volonté et la décision du gouvernement municipal lui-même.



Adjoint au maire, chargé de Finances, Nouvelles technologies, Relations internationales de la ville de Nanterre, France. Coordination du FALP.

GÉRARD PERREAU-BEZOUILLE

Forum d'Autorités Locales de Périphérie «Démocratie participative pour métropoles solidaires»

Nous souhaitons remercier l'OIDP de mettre à l'ordre du jour de cette 6^e Conférence la question de la démocratie participative dans le «gouvernabilité» des métropoles en collaboration avec le réseau «FALP pour des métropoles solidaires» dont la ville de Nanterre co-anime l'activité.

Nanterre travail au sein de l'OIDP depuis sa première conférence de Barcelone en 2001. Elle le fait dans sa volonté de nourrir ses propres expériences de la richesse des pratiques d'autres autorités locales du monde. Nous avons eu l'occasion de présenter nos initiatives, de les confronter, de les réinterroger avec votre apport.

Dans l'expérimentation de ces nouvelles pratiques démocratiques, l'échange d'expériences est essentiel pour avancer individuellement et collectivement. Nous tenons à cette dynamique parce qu'ensemble nous faisons «sens» ensemble sur le monde sur ce thème crucial pour la démocratie qu'est la participation des citoyens à la vie et au choix du «vivre ensemble» du local au global, au présent et à l'avenir du quartier jusqu'à la planète.

Ces espaces mondiaux d'échanges d'expériences que sont nos réseaux de collectivités locales peuvent et doivent se nourrir des débats, des thématiques posées par d'autres réseaux. Les mêmes problématiques peuvent se retrouver par des portes d'entrées différentes mais en se connectant elles peuvent se renforcer mutuellement.

Et ces en sens que l'OIDP et le réseau «FALP pour des métropoles solidaires» travaillent ensemble. Le FALP est née sous l'impulsion de collectivités locales de périphérie travaillant ensemble depuis 2003 (suite au 1^{er} rencontre internationale de Nanterre d'octobre

2002) au sein d'un réseau «Villes de périphérie & démocratie participative» pour faire entendre leurs spécificités et les problématiques dans les débats sur le sens du monde actuel et sur la place et le rôle des autorités locales dans celui-ci pour faire grandir les valeurs de solidarité, de démocratie, de justice. Si le monde devient majoritaire urbain, il le devient pour un part importante dans les périphéries des grandes villes. Il nous est apparu essentiel de faire vivre un espace de dialogue des autorités locales de périphéries. Son activité c'est exprimé à divers moment et a permis la création du groupe de travail «villes de périphérie» au sein de CGLU.

En avril 2005 nous avons décidé de coorganiser en partenariat avec des associations le 1^{er} Forum mondial d'Autorités Locales de Périphérie (FALP) sur le thème «Un autre regard sur le monde des métropoles». Les 2, 3 et 4 mars 2006 se sont près de 800 personnes de 21 pays qui se sont retrouvés à Nanterre. Quarante heures de débat autours de 4 conférences et de 9 ateliers, plus de 200 interventions que vous pouvez retrouver sur le site internet www.falp.nanterre.fr.

Le FALP a confirmé l'apport indispensable des périphéries en lien avec les centres pour penser et agir pour des métropoles solidaires. Il a posé une série d'urgences pour le droit à la ville, à la métropole pour tous. Les questions de la démocratie et des pratiques participatives traversent l'ensemble des travaux du FALP. Mais nous avons travaillé aussi pour qu'elles soient abordées de manière concrète à partir de deux axes:

1. «Démocratie participative, citoyenneté de résidence... renouveler la politique par les marges». Faces aux problématiques d'exclusions sociales et démocratiques posées dans nos villes mais aussi de la diversité des pratiques et d'expériences –institutionnel ou non–, nous avons voulu poser les questions suivantes: La démocratie n'a-t-elle pas besoin de se renouveler? Comment d'autres formes d'engagement citoyen peuvent-ils s'affirmer? Comment inventer d'autres espaces d'expression et développer des expériences de participation innovantes, pour mieux décider et vivre ensemble? Ces démarches peuvent-elles renouveler les pratiques politiques? Nous étions quelques mois après les «émeutes» qui ont secoué de nombreuses villes françaises de banlieue. Le débat fut riche faisant remarquer par exemple que les termes de la «démocratie représentative ne suffisent plus pour exprimer la diversité des souffrances, des aspirations ou des formes d'expressions ou encore des conflictualités qui s'expriment et donc le besoin d'expérimenter de nouveaux espaces de paroles» mais riche aussi des pratiques de participation de diverses villes comme celle de Gava dans la périphérie de Barcelone, d'Echirolles dans celle de Grenoble ou encore de Bobigny en métropole parisienne.

2. «Expériences d'institutions métropolitaines vécues par les périphéries». Où à partir du regard porté par des autorités locales de périphérie nous avons évoqués les expériences du Grand Lyon (Vaux en Velin), de Milan (Sesto San Giovanni), Montevideo (Canelones), Barcelone (Molins de Rei) et de Paris (Paris).

Si le besoin de coordination métropolitaine dans une entité métropolitaine a été longuement évoqué, elle doit se faire dans un rapport de respect des identités, des aspirations, des besoins de chacun, porteuse de solidarité, de partages pour le «vivre ensemble». La démocratie doit être au cœur de la construction en faisant toute sa place à la démocratie participative. Il faut donc ouvrir le débat sur le lien «gouvernabilité des métropoles et démocratie participative». Par leurs expériences les villes de périphérie peuvent apporter beaucoup. Nous pouvons par exemple l'illustrer sur la question du droit aux transports, à la mobilité. Si une partie de la métropole est interdite comment penser qu'elle peut être source de «bien être», espace d'engagement, espace de partage.

Le FALP a été riche. Il a décidé de poursuivre son travail en réseau. Permettez moi de finir sur un thème qui nous tient à cœur et qui a fait également l'objet d'un débat au FALP et peut-être de nouvelles initiatives. C'est la question de la participation des jeunes au processus de démocratie participative. Nous sentons tous que c'est un enjeu pour le présent et l'avenir de nos villes. Nous voulons aborder, avec l'OIDP, nos expériences respectives dans ce domaine dans une prochaine conférence, comme toutes les autres inégalités ou discriminations qui sont causes d'exclusion en général et plus particulièrement d'exclusion de la participation. Nous pensons que c'est un choix symbolique important que la prochaine conférence se tienne dans une ville de la banlieue parisienne. Elle peut permettre que de nouvelles expériences se rencontrent.



Fondateur et vice-président de Mesaverde. Son expérience porte principalement sur plusieurs domaines: la promotion de nouvelles formes de développement local autodurable, de formation, de citoyenneté active et de renforcement de l'auto-gouvernement local avec la mise en place de processus de démocratie participative. Il a travaillé avec différentes municipalités en tant que conseiller dans des projets de planification participative et des budgets participatifs, est également responsable de communication du Réseau Nuovo Municipio (Nouvelle Commune), et il a une vaste expérience dans le domaine de l'entreprise sociale.

MICHELANGELO SECCHI

Le rôle des entités supramunicipales dans la promotion de la participation politique: Le Réseau de la Nouvelle Commune en Italie

L'extension et l'adoption de la participation citoyenne en Italie par les entités politiques locales est un phénomène récent qui a reçu un élan décisif grâce aux stimulations résultant du travail réalisé par les réseaux nationaux et internationaux dans le cadre du mouvement altermondialiste.

Il est significatif que ce soit justement en 2002, à l'occasion du Forum social mondial de Porto Alegre, que les bases pour l'ouverture d'une nouvelle phase d'innovation institutionnelle aient été créées, à partir de l'élaboration de la Charte de la nouvelle commune, un document élaboré avec la contribution de représentants de l'administration, de chercheurs, de professeurs universitaires, d'associations et d'ONG.

La **Charte de la nouvelle commune**¹ a entamé un processus de reconnaissance –par un grand nombre d'institutions locales, d'associations et de chercheurs en Italie– de la possibilité d'une voie alternative de la démocratie permettant d'utiliser et de valoriser tout ce qui appartient au patrimoine social, culturel et territorial des communautés locales et qui court le risque de se perdre dans la mondialisation dirigée et spéculative.

Pour faciliter ce processus, qui va des objectifs partagés à leur matérialisation dans des politiques territoriales et sociales, le 8 novembre 2003 le Réseau de la Nouvelle Commune a été constitué dans le but de canaliser, au travers de mécanismes associatifs stables, les demandes de renouvellement et de développement des dynamiques de la prise de décision venant de plusieurs secteurs de la société civile, des sphères institutionnelles plus sensibles à l'attention du représenté, des spécialistes et des chercheurs actifs à propos du problème de l'*empowerment* des communautés locales dans le gouvernement du territoire.

Au cours de ces années, le réseau a contribué à produire une série de transformations profondes dans l'organisation et les affaires du gouvernement local.

La charte revient sur les principes guides de l'action de l'Association Réseau de la Nouvelle Municipalité (ARNM) qui relie la

¹ <http://www.nuovomunicipio.org/documenti/carta.html>



dimension participative locale à une perspective du fédéralisme solidaire entre des sociétés autogouvernées. «La “Nouvelle Commune” se met en œuvre en activant de nouveaux instituts de décision auprès des instituts de démocratie déléguée, étendus à un plus grand nombre d’acteurs représentatifs d’un contexte social et économique donné, en vue de la promotion “statutaire” de conceptions d’avenir localement partagées.» Parmi les diverses acceptions possibles de «participation», les processus et les modes de relation entre la société et l’institution qui donneraient une voix réelle aux agents sociaux exclus du gouvernement de la

politique publique et qui seraient proposés au centre de processus de refondation de la démocratie conviennent particulièrement.

Une participation qui traite de questions «substantives» et stratégiques: participation donc en tant que manière d’expression fondamentale de la critique et en tant que redéfinition de scénarios de développement et de réponse à la crise de la représentativité, qui passe par un conflit lorsqu’on compare des formes de gouvernement du politique et de l’économie «hétérodirigées».

Les principes de la Charte partent d’une vision du développement territorial que l’on peut identifier d’abord par un accroissement des réseaux civiques et «du bon gouvernement» de la société locale, mais qui ne peut pas devenir une forme de localisme fermé, à la défensive; on doit construire des réseaux alternatifs aux grands réseaux mondiaux, on doit s’appuyer sur la valorisation des différences et des spécificités locales, de la coopération non hiérarchisée et non instrumentalisée.

À cet effet, il est possible de développer un scénario pouvant également être défini comme une forme de mondialisation «qui se fait par le bas», solidaire, non hiérarchisée, dont la nature est toutefois caractérisée par l’existence d’un réseau stratégique (également international, mondial) qui établi entre les sociétés locales.

LA STRUCTURE DU RÉSEAU

Dans le cas de l’ARNM, l’effort d’organisation vise, à l’origine, à la création d’un réseau mixte –de par ses objets, les intérêts et la typologie des participants– sur la base du schéma tripartite, dont les principaux acteurs paritaires sont l’administration publique, l’univers de la recherche académique et les organisations de la société civile. Ce schéma est utile pour les organismes nationaux (assemblée d’associés, comité exécutif, groupes thématiques) ainsi que pour les articulations locales, c’est-à-dire les nœuds qui consti-

tuent le squelette de l’association, établie tout particulièrement dans les régions du centre nord de l’Italie.

Une autre particularité du Réseau de la Nouvelle Commune est son autonomie par rapport aux sources spécifiques de financement (comme c’est le cas des projets européens) qui, dans bien des cas, conditionnent les formes et surtout les temps de vie de nombreux réseaux.

ACTIVITÉ

Outre l’activité institutionnelle portant sur son propre fonctionnement, l’ARNM réalise une activité d’échange et de comparaison des expériences des propres membres et organise des séminaires et des cours de formation pour des techniciens et du personnel de l’administration.

Tous les ans, elle organise quelques rencontres sur le plan national où se réunissent tous les membres, comme l’Assemblée d’associés et la «Rencontre nationale des acteurs qui expérimentent dans le cadre de la politique de participation».



En plus des activités strictement liées aux membres, elle en soutient d’autres telles que la promotion de campagnes pour la sauvegarde des biens communs ou la lutte pour les grands travaux comme le TAV. À compter de 2004, l’ARNM soutient également l’action de certaines entités supra-municipales, telles que la région de Toscane et de Lazio ou la province de Milan en ce qui concerne la conception et le développement de politiques de promotion de la participation sur de vastes régions.



Sécialiste en développement, ayant acquis de l'expérience dans des agences internationales pour le développement, des gouvernements locaux et des ONG. Ses champs d'intervention sont axés sur la participation, le gouvernement local et l'administration.

Depuis septembre 2003, il travaille à la Banque mondiale en exerçant plusieurs fonctions dans les divisions suivantes: opérations, développement des capacités, dialogue entre gouvernements sur les politiques à appliquer, donateurs et équipe du

BM. Parmi ses dernières activités figurent des travaux réalisés en Amérique latine, en Afrique et en Europe de l'Est sur des questions comme le budget participatif, les plateformes de gouvernance locale et les observatoires sociaux.

ANDRÉ HERZOG

La responsabilité sociale des opérations de la Banque Mondiale

Il est de plus en plus flagrant qu'existent certaines innovations gouvernementales destinées à augmenter la responsabilité de l'état auprès des citoyens, et particulièrement au niveau local. Les réformes de décentralisation et démocratisation appliquées en de nombreux points du globe ont renforcé la prise de décisions et la fourniture de services dans un cadre local mais ont aussi donné, aux citoyens et à la société civile, les pouvoirs qui leur permettent de se faire entendre pour exprimer leurs besoins et de surveiller les institutions publiques. Dans ce contexte a surgi un large spectre d'actions de *responsabilité sociale* (RS) et de mécanismes autres que le vote, que les citoyens et la société civile peuvent utiliser pour exiger des administrations locales et des fournisseurs de services publics qu'ils reconnaissent leur responsabilité. La RS consiste, fondamentalement, à affirmer que la voix et la vigilance de la responsabilité des relations entre citoyens, pouvoir et fournisseurs de services et à les rendre opérationnelles.

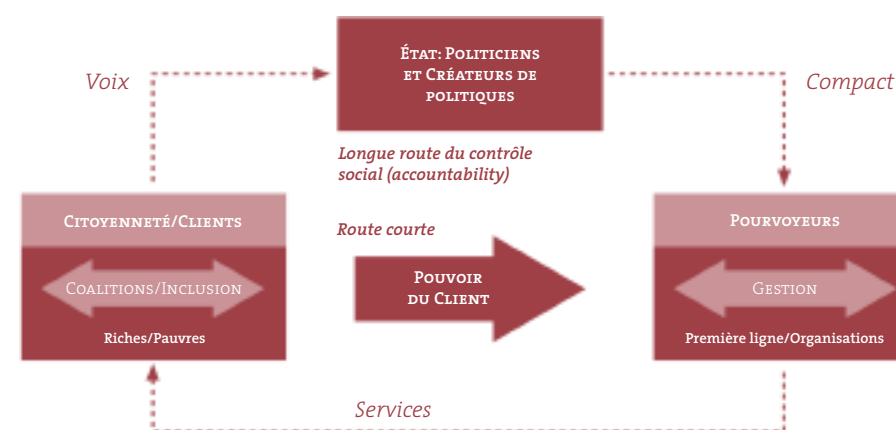
En fait, un nombre de plus en plus grand d'expériences de responsabilité sociale au niveau local tant dans des pays développés que dans des pays en voie de développement, montre l'importance de la participation directe à la décentralisation et à la démocratisation. Ces expériences vont de la participation publique à des politiques de gouvernement local, de planification et d'établissement de budgets à l'impulsion de la fonction de la société civile dans le contrôle des dépenses publiques, mais aussi à l'inspection et à l'évaluation de la qualité de l'infrastructure et de la fourniture du service. Cette tendance a permis qu'il soit largement reconnu que la participation publique peut amener un gouvernement local plus responsable, plus inclusif et plus efficace puisqu'elle renforce l'un des piliers de base de la décentralisation: l'alignement des fonctions administratives sur les préférences locales. Et plus encore, elle complète les mécanismes tradition-

nels du secteur public pour "vérifier et ajuster", qui bien souvent ne parvient pas à traiter les erreurs du gouvernement central, comme l'asymétrie de l'information, les problèmes principe-agent et l'attraction de la minorité choisie.

Le discours et la pratique de la responsabilité sociale sont aussi parvenus à la Banque Mondiale. Communément connue pour sa fonction d'agent de développement international la Banque a augmenté peu à peu l'intérêt qu'elle portait à la demande devant le gouvernement. Le rapport sur le Développement Mondial de 2004 – *Travailler pour les pauvres*¹, est un document corporatif clé, qui élève sur le même plan la voix des citoyens et le pouvoir des clients pour réformer les programmes de gouvernement, principalement gérée par des points de vue traditionnels du secteur public. Plus encore, la Stratégie de Développement Social de la BM² a considéré la responsabilité sociale comme l'un des piliers du développement, en soulignant l'importance des institutions responsables et inclusives pour promouvoir une égalité de l'accès aux chances, et en répondant aux intérêts du public de façon effective, efficiente et juste. Ces principes, qui se renforcent mutuellement, sont essentiels à l'heure de transformer les institutions pour doter les pauvres et les secteurs marginalisés d'un pouvoir plus fort. Dernièrement, le Document de Gouvernement et Anticorruption de la Banque est venu renforcer plus fortement encore ce changement paradigmatique, en reconnaissant que les réformes publiques peuvent, en ce qui concerne les aspects de fourniture, être complétés par des aspects de demande faite au gouvernement. Il reconnaît explicitement la fonction cruciale de la société civile, des médias et des communautés dans la réforme des programmes de gouvernement, en centrant l'attention sur le fait que les mécanismes de participation au niveau local sont des points d'entrée anticorruption et de gouvernement très effectifs.

LE CADRE DES RELATIONS RESPONSABLES

Source: Rapport sur le développement mondial 2004

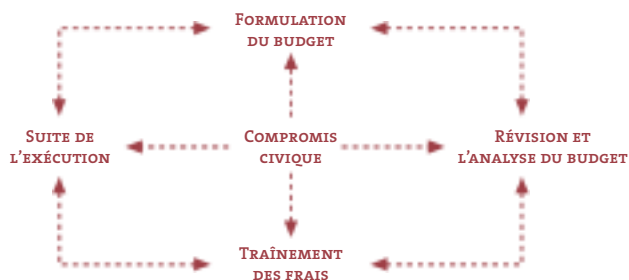


¹ <http://econ.worldbank.org/wdr/wdr2004>

² Banque Mondiale (2005), autoriser les personnes en transformant les institutions: développement social dans les opérations de la Banque Mondiale.

APPLICATIONS DE RS EN POLITIQUE ET CYCLE DE GESTION DES DÉPENSES PUBLIQUES

Source: Page web de participation et engagement civil de la BM³



Ces concepts et ces perspectives de participation et de responsabilité sociale ont considérablement été renforcés par diverses opérations de prêt et de non-prêt de la Banque Mondiale qui incluent:

- **Des programmes de stratégies pour réduire la pauvreté (PERP)**: le PERP décrit les politiques macroéconomiques, structurelles et sociales d'un pays et les programmes de promotion de la croissance et de réduction de la pauvreté, ainsi que les besoins économiques extérieurs associés. Normalement, les PERP sont préparés par les gouvernements dans un processus de participation impliquant des organisations de la société civile et des partenaires de développement;
 - **Des prêts aux politiques de développement (PPL)**: la participation de partenaires dans les PPL peut inclure le gouvernement central et le parlement mais aussi des agences de mise en œuvre, des gouvernements régionaux et locaux, des représentants du secteur des entreprises, des citoyens et des organisations de la société civile;
- **Une décentralisation et d'autres opérations spécifiques du secteur**: la BM a appliqué de plus en plus souvent des concepts de planification de la participation, du budget, de vérification des dépenses et d'inspection du rendement pour renforcer la capacité de la société civile, prioriser les investissements du secteur, et inspecter et évaluer les services;
 - **Un développement dirigé par la communauté (DDC)**: cette perspective permet à des groupes de la communauté et à des gouvernements locaux de contrôler les décisions de planification et les ressources d'investissement. Les programmes de DDC opèrent sur les principes du pouvoir local, le gouvernement de participation, la responsabilité devant la demande, l'autonomie administrative, une plus grande responsabilité vers le bas et une amélioration de la capacité locale; et
- **Des activités de non-prêt**: la Banque offre aussi une assistance technique, un développement des connaissances, une recherche et une capacité de construction. Par exemple: (i) en développant et en

essayant des outils d'analyse pour évaluer la facilitation de l'environnement nécessaire à la responsabilité sociale, de façon à contribuer à une plus grande compréhension des obligations et des chances que suppose l'engagement civique effectif au niveau de l'état; (ii) en offrant son appui aux institutions régionales, nationales et locales et à leur capacité de développement, par ex.: Développement de la Connaissance du Budget Participatif et «Facilités» à l'Action d'Aide Régionale vers l'Amérique Latine et l'Afrique; (iii) en développant des outils d'aide à la connaissance opérationnelle par ex.: le Livre de la Responsabilité Sociale.

Défis et Chances

Malgré l'importance croissante de la participation et de la responsabilité sociale dans la Banque Mondiale, il existe encore plusieurs défis dont il convient de tenir compte. Beaucoup de projets continuent à utiliser la responsabilité sociale au niveau pilote. De ce fait, il devient nécessaire de diriger les efforts vers l'augmentation et le maintien de la responsabilité sociale dans les opérations. Pour que ceci se produise, la construction d'évidences plus solides de l'impact de la responsabilité sociale et de ses liens avec l'économie politique est un facteur essentiel. En ce sens, la Banque a commencé à entreprendre certaines études spécifiques par pays sur la facilitation d'environnements pour la RS, et d'évaluations de l'impact de la perspective des RS spécifiques, comme une étude récente pour mesurer l'impact de l'Élaboration du Budget Participatif au Brésil⁴.

Tenant compte de tels aspects, le CDD et l'équipe de Gouvernement Local (CDDL) du Département de Développement Social ont centré leurs activités sur la promotion du développement de la connaissance et de l'opérationnalisation de CDD, gouvernement local et responsabilité sociale. Entre autres aires, l'équipe CDDL mène des analyses et des actions et s'occupe de construire et de divulguer des activités contribuant à améliorer le rendement des opérations de la Banque Mondiale. Pour une organisation bien connue par sa fonction dans la fourniture de réformes de gouvernement, ces initiatives représentent un effort inégalé pour compléter les réformes politiques traditionnelles et les perspectives économiques et amener les processus de participation et de responsabilité sociale jusqu'à leur base même.



Architecte. Il est Directeur du Centre International de Gestion Urbaine (CIGU), de Quito, Équateur, une organisation qui agit dans le contexte de l'Amérique Latine afin de promouvoir des initiatives innovantes de gestion urbaine démocratique, participative et inclusive. Actuellement, le CIGU exécute le projet «RENFORCER, renforcement des budgets participatifs en Amérique latine» et il est membre externe de sept projets communs du réseau URB-AL No. 9, «Budget participatif et finances locales», coordonné par la ville de Porto Alegre, Brésil.

Jaime Vásconez a été Conseiller régional du Programme de gestion urbaine pour l'Amérique Latine et les Caraïbes, PGU-ALC, promu par UN-HABITAT, et il a exercé en tant que coordonnateur territorial, responsable du système de gestion participative de la commune du district métropolitain de Quito, Équateur. Il a été consultant de plusieurs organismes internationaux et nationaux, et professeur dans plusieurs universités en Équateur.

JAIME VÁSNEZ

«Le rôle des institutions internationales dans les processus d'approfondissement démocratique»

Le CIGU est une entité civile qui opère en Amérique latine en traitant les problèmes urbains dans une perspective régionale. Il regroupe des professionnels, des académiciens, des autorités, des techniciens municipaux et des dirigeants communautaires dans un espace commun qui aborde, sous des jours différents, les problèmes de la pauvreté et de l'iniquité, de la dégradation environnementale et de la gouvernabilité, sur la base d'un engagement éthique à l'égard des secteurs pauvres et exclus s'inspirant des principes de la solidarité, de la démocratie et de l'équité.

Le CIGU exécute le projet REFORZAR (RENFORCER), *Renforcement des budgets participatifs en Amérique latine*, avec le soutien du Service de développement social et durable de la Banque mondiale. Ce projet vise à promouvoir des réseaux nationaux de budgets participatifs, à développer des connaissances, à divulguer des informations, à renforcer des capacités locales et à apporter une assistance pour l'utilisation de cet outil de gestion dans les villes de la région.

Par ailleurs, le CIGU est lié à plusieurs projets du Réseau URB-AL N° 9, (Budgets participatifs et finances locales) qui relient des villes d'Amérique Latine et d'Europe et mettent en œuvre des études spécifiques portant sur la relation du budget participatif avec la lutte contre l'exclusion sociale, la modernisation des structures municipales, la planification physique et territoriale et sur l'économie solidaire, entre autres sujets. Il a également fait d'autres études spécifiques sur plusieurs villes d'Amérique Latine et apporte son soutien pour l'élaboration d'un manuel de formation pour l'utilisation de cet outil en Afrique, et ce, avec la collaboration d'UN-HABITAT.

Sur cette base, le CIGU perçoit que les démocraties locales en Amérique latine ont tendance à se renforcer en se multipliant qualitativement et en se radicalisant qualitativement, et ce, d'une manière de plus en plus rapide. Par exemple, les budgets participatifs qui ont été mis à l'épreuve dans un premier temps au Brésil, au début des années 1990, se sont développés dans ce pays au cours des cinq années suivantes et ont proliféré, à partir de l'an 2000, dans toute l'Amérique Latine ainsi que dans d'autres régions jusqu'à atteindre leur dimension internationale actuelle. Parallèlement, d'un point de vue conceptuel, méthodologique et opérationnel, ils se sont diversifiés et perfectionnés, à tel point que leur adoption ne se fait pas seulement sur l'initiative individuelle d'une ville mais répond à l'influence d'agents externes, tels que des gouvernements centraux (Pérou, Honduras), des organismes internationaux (UN-Habitat, Banque mondiale), des associations municipales (Équateur) ou bien divers réseaux (Pérou, Chili, Venezuela, République Dominicaine, Brésil et autres pays), qui proposent l'application généralisée du budget participatif en tant que mécanisme servant à améliorer la gouvernabilité locale et à encourager la transparence et le contrôle social des comptes.

Ces changements, dont les causes particulières doivent être analysées dans d'autres espaces, posent de nouveaux problèmes et défis aux institutions internationales liées au développement. Bien que les réponses à de telles questions doivent être apportées par chacune de ces institutions, le CIGU a suivi certaines orientations lui permettant de s'adapter à la situation changeante qui sont, notamment, les suivantes:

- Laisser de côté la vision strictement municipaliste de l'approfondissement démocratique local en soutenant le développement des processus d'articulation des multiples acteurs.
- Affronter les problèmes de la démocratie locale dans une perspective régionale.
- Utiliser les nouveaux outils de communication, tels qu'Internet, pour l'articulation des réseaux, la diffusion de l'information et la divulgation de la connaissance, en essayant d'adapter les contenus aux nouveaux langages de la communication audiovisuelle.
- Assumer que les processus traditionnels d'assistance technique doivent être remplacés par des processus d'échange d'expériences et de bonnes pratiques qui peuvent être favorisées et promues par les agences de coopération.
- Stimuler des processus virtuels et interactifs d'apprentissage réciproque, ou d'auto-apprentissage, venant remplacer les processus traditionnels d'entraînement et de développement des capacités.

Conclusions du débat sur les instruments de planification participative

A. DÉBAT SUR LES CONCEPTS, PRINCIPALES CONCLUSIONS

1. LES CONCEPTS



2. PARTICIPATION

- Participation citoyenne en tant que principe, droit, devoir et processus sociopolitique.
- Vision systémique de la participation.
- En tant que solidarité dans le cadre de la distribution des ressources.
- En tant que discrimination positive.
- En tant qu'intégration entre classes sociales – démocratie pour tous et pour toutes.
- Participation: fer de lance de la gauche?
- En tant que processus de transformation de l'individuel au collectif.
- Plus qu'un seul concept de participation sociale.
- En tant qu'instrument permettant le rapprochement entre citoyens et gouvernement.
- En tant que processus strictement politique et non partisan.
- En tant qu'inclusion sociale et appropriation des intérêts de genre et d'ethnies.
- Participation qui présuppose de l'information.
- La mobilisation n'est pas de la participation.
- Elle n'est pas le fruit des intérêts du pouvoir public; il y a un espace autonome de participation.

3. CITOYENNETÉ

- En tant que conviction de l'importance de la lutte citoyenne.
- En tant que processus d'organisation et de lutte.
- En tant que vision d'avenir.
- En tant que fiabilité et transparence de l'information.
- En tant que dialogue permanent au cours du processus et dans la mise en œuvre des pratiques participatives.

- En tant que renforcement de la démocratie directe.
- En tant que condition nécessaire à l'espace de libertés des personnes.
- Formation de la citoyenneté par l'éducation.

4. AUTRES ÉLÉMENTS SUR LES CONCEPTS

- La participation nourrit de sens des concepts tels que la citoyenneté, l'autonomie, l'émancipation, la cogestion, le contrôle social, l'État et les politiques publiques.
- Les concepts ne sont pas clos puisqu'ils dépendent de la culture et du moment historique où on les place.
- Il est aisé de conceptualiser la participation, mais le monde réel est plus complexe.
- C'est dans le long terme que la participation met au point des instruments fiables.
- La bureaucratie et l'appareil administratif constituent un facteur de blocage de la participation.
- Politiser les droits n'implique pas d'institutionnaliser les droits.
- Principes de la démocratie participative: pourquoi, pour qui et comment?
- Les implications idéologiques dans la gestion publique ne supposent pas l'existence de participation.

5. LE CONTEXTE

- Le contexte latino-américain oblige à établir des différences avec les concepts et les pratiques européennes.
- Le débat des différents concepts est inséré dans un contexte de l'État bourgeois, ce qui implique des limites dans leur application.
- Ces concepts se heurtent à des contextes culturels individualistes ou trop académiques.
- L'État est en dehors de la société et vice versa; la participation va au-delà des gouvernements démocratiques.

6. SUR LES INSTRUMENTS DE PARTICIPATION

- Importance de la définition des buts et des indicateurs sur les effets de la participation.
- Intégration des processus d'actions locales construits sur la base de la planification participative.
- Plan de développement municipal (long terme).
- Contextualisation et évaluation des différences existantes aussi bien entre les instruments de participation qu'entre les cultures d'organisation politique des sujets sociaux.

B. CONCLUSIONS TIRÉES DE NOS EXPÉRIENCES ET DE NOS PRATIQUES

El Bosque (Chili), Caracas (Venezuela), Cotacachi (Équateur), Recife, Olinda, São Paulo, (Brésil), Sevilla, Bilbao (Espagne), Italie.

7. POINTS FORTS

- Articulation efficace entre les différents niveaux territoriaux.
- Sensibilité sociale, subjectivité et qualité orientées au travail dans les territoires.

- c. Base de données/informations pour la planification.
- d. Assemblées/Conseils en tant que méthodologie de construction de nature collective.
- e. Articulation entre territoires et entre démocratie participative et démocratie délibérative.
- f. Planification simultanée dans différentes communes.
- g. Lois institutionnalisant la participation.
- h. Partage du pouvoir et participation directe de la population.
- i. Adaptation des instruments en fonction des différences culturelles.
- j. La culture en tant que moteur de la participation.
- k. Expérience pilote dans les districts.
- l. Non-appropriation des espaces par les forces partisans.
- m. Forums consultatifs/représentation des différents groupes/participation territoriale.
- n. Transfert des ressources directes pour les communautés.
- o. Mise en relation des travaux publics avec la participation et la citoyenneté.
- p. Collaboration avec l'université ainsi qu'avec d'autres acteurs.
- q. Formulation d'un diagnostic participatif.
- r. Processus d'évaluation systématique.
- s. Amplitude des canaux de participation, optimisation des assemblées publiques, universalité.
- t. Diversité de la représentation dans les canaux.

8. POINTS FAIBLES

- a. Absence d'information pour la communauté.
- b. Faible dotation budgétaire.
- c. Méconnaissance des instruments du budget public.
- d. Difficultés pour la conclusion des actions prioritaires.
- e. Définition d'actions structurelles pour la ville sur la base des instruments participatifs.
- f. Pratiques de la démocratie représentative dans la démocratie participative.
- g. Diagnostic participatif des territoires, au-delà des techniques.
- h. Incompatibilité des intérêts en dehors et au sein des gouvernements.

9. MENACES/ENJEUX CONCERNANT LES PRATIQUES

- a. Problématiser la participation du citoyen et de la citoyenne non organisée au-delà des formes et des instruments associatifs.
- b. Intégrer le temps idéal et le temps réel des actions.
- c. Identifier les intensités des enjeux pour chaque phase de la participation.
- d. Favoriser le dialogue, dans le cadre des instruments participatifs, entre les actions immédiates et les politiques nationales.
- e. Impliquer la population dans l'ensemble du processus de définition et de mise en œuvre des politiques.
- f. Développer un processus de rééducation pour la participation.
- g. Soigner les aspects techniques permettant de réaliser des diagnostics participatifs.
- h. Renforcer l'estime de soi et récupérer la croyance chez les citoyens et les citoyennes

dans le processus participatif en dépit des limites budgétaires et des retards dans l'exécution des politiques.

- i. Changements concernant la gestion et les ressources.
- j. Séparation entre la gestion, les partis et la société.
- k. Non-accomplissement des engagements.
- l. Éviter le risque d'une dérive partisane.

Conclusions du débat sur la pédagogie de la participation

1. DESTINATAIRES, *la pédagogie englobe tous les groupes sociaux et les acteurs. Nous faisons référence:*

- a. Aux enfants et aux jeunes, dans le cadre de:
 - L'école formelle avec des projets communautaires.
 - La structure familiale.
- b. Aux acteurs qui constituent l'administration: personnel technique, gestionnaires administratifs et dirigeants politiques.
- c. Aux leaders sociaux et aux conseillers(ères) (de l'OP⁴).
- d. À la formation d'éducateurs populaires et d'éducateurs sociaux.
- e. Aux leaders et aux militants de mouvements sociaux.

2. OBJECTIF

- a. Promouvoir la culture de la démocratie afin de garantir l'État de droit.
- b. Faire en sorte que les citoyens et les citoyennes reconnaissent et occupent leur espace dans la formulation et le contrôle des politiques publiques, afin de:
 - Promouvoir des accords publics dans le cadre d'entités partagées.
 - Obtenir des accords collectifs transparents.

3. PROCESSUS, *dans le processus de formation, il faut:*

- a. Une position active de la société civile, indépendamment de l'origine de l'initiative de formation pour la participation.
- b. Utiliser des ressources publiques dans les processus de formation.
- c. Une organisation transparente et participative, cohérente avec ses objectifs.

4. MÉTHODES

- a. Répondre aux besoins spécifiques à chaque collectivité, en les adaptant (les méthodes) au langage, à la culture, à l'histoire, au système politique du pays et aux niveaux

⁴ OP: Orçamento Participativo (Budget Participatif, en portugais).

de connaissance des participants et des participantes.

- b. La méthode doit être construite en se fondant sur la tolérance et le respect de la différence en se servant du dialogue, de l'intégration, de la discussion et de la négociation entre les acteurs dans chaque situation particulière. Pas d'utilisation de guides.
 - c. L'action de la participation devient l'espace pour l'apprentissage de la pratique pédagogique.
 - d. Processus systématique, continu et assidu.
 - e. Importance du suivi et de l'évaluation continus. Tirer parti des expériences réussies ou pas en vue d'une amélioration constante de la méthode.
 - f. Utilisation de technologies modernes de grande portée.
5. **CONTENUS, sujets à travailler:**
- a. Connaissances en vue de transformer la réalité.
 - b. Information.
 - c. Communication.
 - d. Concertation, négociation.
 - e. Leadership social.
 - f. Démocratie.
 - g. Relation entre gouvernements et société.
 - h. Inclusion sociale.
 - i. Élaboration de projets et d'un agenda législatif.
 - j. Planification stratégique.
 - k. Gestion de projets et de programmes publics.
 - l. Contrôle social.
 - m. Suivi et évaluation.

6. **INSTRUMENTS, ils peuvent servir d'aide aux processus pédagogiques, ils peuvent aider à faire une pédagogie de la participation, à atteindre les objectifs fixés, en tenant compte aussi des caractéristiques déjà considérées à la session:**

- a. Équipes interinstitutionnelles.
- b. Université libre.
- c. Écoles de citoyenneté.
- d. Extension (filière) universitaire.
- e. Utiliser Internet et les nouvelles technologies de l'information et de la communication (NTIC) pour l'échange de propositions.



Conclusions du débat sur l'inclusion sociale et vie en commun dans les villes

A. DÉBAT SUR LES CONCEPTS OBJET DE DISCUSSION

1. INCLUSION SOCIALE

- 1.1 L'abord du processus d'inclusion exige de commencer par appréhender les différents degrés de l'exclusion:
 - Des degrés différents d'exclusion génèrent des processus d'inclusion différenciés, ou ne les génèrent pas.

Quelques segments sociaux se trouvent hors de la portée de tout processus de participation.

Exemples:

- a. Budget participatif de Recife et d'Olinda – Les segments les plus pauvres de la population y participent (ceux de la classe moyenne et supérieure n'y participent pas par décision propre), mais ceux qui vivent une situation d'exclusion très grave continuent à rester en marge du processus.
 - b. Budget participatif de Séville – La classe laborieuse et une partie de la classe moyenne y participent intensément (la classe supérieure n'y participe pas par décision propre); en revanche, le groupe des immigrants, significatifs en nombre, reste exclu.
- 1.2 Le processus d'inclusion favorise la formation de sujets collectifs, dont l'axe central est l'identité:
 - Qui génère le sentiment d'appartenance.
 - Qui favorise l'élargissement du réseau de relations et de solidarité.
 - Qui permet de renforcer leur autonomie.
 - Qui accroît les possibilités de participation citoyenne.

2. VIE EN COMMUN DANS LES VILLES

- 2.1 Stimuler des politiques visant à:
 - Favoriser la vie en commun de différents segments de population.
 - Favoriser l'intégration d'intérêts divers.
- 2.2 Étendre la connaissance sur les lieux: ses aspects historiques, culturels, environnementaux, etc., de façon à:
 - Créer des identités.
 - Favoriser des sentiments d'appartenance.
 - Élargir les réseaux de relations sociales.

2.3 Mettre en valeur le capital humain en élargissant les conditions d'accessibilité:

- Accès aux espaces de la ville, au logement, aux équipements urbains (bus), pour les personnes handicapées (formation de techniciens).
- Accès à un logement digne et sûr pour ceux qui n'y ont pas accès.

Inclusion sociale et vie en commun dans les villes:



B. EXPÉRIENCES SUR LA BASE DES CONCEPTS CLÉS

3. EXPÉRIENCES

3.1 Budget participatif:

Points forts:

- C'est un processus cumulatif qui, en prenant comme point de départ la municipalité, continue à rassembler des forces.
- Participation de la population à la prise de décisions, avec possibilité d'élections, par le biais de la délibération sur les ressources.

Opportunités:

- Constitution d'un espace:
 - pour la formation de groupes et d'une organisation sociale.
 - où la population peut s'exprimer.
 - où les problèmes sont identifiés et les droits revendiqués.

Points faibles:

- Ils sont importants, mais pas majoritaires (représentation des segments sociaux et du budget municipal).
- Les malentendus internes et la difficulté de relation avec d'autres espaces de gestion de la ville.

- Réduction du débat de la ville à une simple discussion sur des travaux.

- La non-réalisation de propositions qui ont été votées entraîne le discrédit du processus de participation.

Menaces:

- Elles génèrent des privilèges qui favorisent des procédés de cooptation.
- S'agissant d'une politique de la gestion municipale, elle est menacée de non-continuité, ce qui met en danger sa durabilité.

3.2 Dans la seconde partie du débat, plusieurs conclusions sont tirées et certains éléments sont soulignés, sur la base des expériences et des pratiques quotidiennes des personnes qui participent à des processus tels que: «Projetos culturais no Ibura», «Parceria nos morros» ou «Espaço cultural Nascledouro», entre autres.

Principaux éléments mis en relief concernant les pratiques et l'expérience cumulée dans le groupe de travail:

- Proposition d'inclusion sociale visant l'éducation des enfants et des adolescents (en les tenant à l'écart de la violence et des drogues).
- Proposition d'action structurante et pour le long terme, dans le domaine de la culture: alternative du budget participatif aux projets ponctuels dont la portée est à court terme.
- Encourager l'organisation, l'élargissement des réseaux de vie en commun (capital social) dans la ville.
- Commissions qui demandent et définissent des priorités.
- Promotion de la formation de professionnels moyennant le renforcement de l'autonomie de la communauté dans le but de participer à la mise sur pied des projets (travaux).
- L'organisation (des citoyens et des citoyennes) en tant qu'expression de force/pouvoir.
- Création d'espaces d'inclusion sociale et de vie en commun dans la ville au travers d'expressions artistiques et culturelles où participe la population locale.



1^{ère} Distinction ODP «Bonne Pratique en Participation Citoyenne»



La Distinction “Bonne Pratique en Participation Citoyenne” est une initiative de l’Observatoire International de la Démocratie Participative (OIDP). À travers l’attribution de cette Distinction on prétend promouvoir la mise en pratique d’expériences innovatrices au niveau local et diffuser les pratiques favorisant la participation et l’implication des citoyens aux processus d’élaboration et de mise en œuvre

des politiques publiques. Cette distinction a pour objectif la reconnaissance d’expériences innovatrices dans le domaine de la démocratie participative, coordonnées par les gouvernements locaux, et pouvant faire l’objet d’une transposition.

Le jury international de la 1^{ère} Distinction a été chargé de proposer l’expérience méritante de la Distinction, basé sur une série d’éléments –en se fondant sur les critères de sélection indiqués dans le règlement de l’appel à projets–: l’obtention de plus hautes quotas d’égalité, le degré d’innovation et la coresponsabilité des divers acteurs qui cherchent le renforcement de la citoyenneté, et l’efficacité et la transparence de la gestion publique. Le jury a rendu son élection basé sur l’information présentée par chaque ville candidate.

Les organisations membres du Jury ont décidé, lundi 2 octobre 2006, accorder «la 1^{ère} Distinction ODP Bonne pratique en participation citoyenne» à l’expérience:

«Processus et mécanismes d’inclusion des femmes indigènes dans la gestion locale: Le Budget Participatif de Cotacachi.»

Avec la volonté d’incorporer les différentes contributions, le jury a décidé la livraison de six mentions spéciales aux expériences suivantes:

- Assemblée Municipale Constitutive de Tarso (A.M.C.T), Tarso (Colombie).
- Campaign Creator, présentée par Bristol (Royaume-Uni).
- Plan Intégral de Collblanc - la Torrassa, présenté par L’ Hospitalet de Llobregat (Espagne).
- Norme de Participation Citoyenne, présentée par La Paz (Bolivie).
- Le Budget Participatif de Fortaleza (Brésil).
- Les Budgets Participatifs de Sevilla (Espagne).

Depuis le Secrétariat Technique nous voulons exprimer notre satisfaction pour le processus développé, duquel nous voulons souligner les nombreuses candidatures présentées, la qualité des expériences et le travail des membres du jury.

Processus et mécanismes d’inclusion des femmes indigènes dans la gestion locale: le cas de Cotacachi

COTACACHI - ÉQUATEUR EXPÉRIENCE DEPUIS 2003

Cotacachi est un canton de la province d’Imbabura avec une population de 37.254 habitants, dont 80% résident en zone rurale, et qui se caractérise par sa multiplicité ethnique et culturelle.

En 1996, le gouvernement institutionnalise l’Assemblée de l’unité cantonale, qui articule toutes les organisations sociales de Cotacachi et formule le Plan de développement cantonal. *«L’Assemblée d’unité cantonale est un espace d’expression citoyenne qui permet de fraterniser, de concerter, de planifier de manière participative l’avenir du canton et dont les décisions sont fondées sur les principes de solidarité et de tolérance au regard de la diversité pluriculturelle et multiethnique, sans distinction de genre ou de génération» (Acte constitutif).*



En l’an 2000, le processus intègre le Budget participatif (BP) en tant qu’outil stratégique pour le développement, en dépassant les approches qui l’envisagent comme une simple répartition des ressources ou un instrument purement consultatif. Le BP met l’accent sur les valeurs de la solidarité, de la transparence, de la réciprocité, de la capacité d’autogestion, du compromis social et moral. Sur le plan méthodologique, ses fondements thématiques sont les priorités du Plan de développement cantonal et sa base territoriale est constituée de trois niveaux: cantonal, zonal et communal ou du quartier.

Il est soutenu par la participation de tous les segments sociaux sans aucune distinction en englobant les formes traditionnelles d’organisation et en développant de nouvelles formes pour les groupes exclus (par ex. au moyen des associations de coordination de femmes, de jeunes ou de l’enfance). Ce processus de gestion participative a réussi à évoluer de façon permanente afin d’assurer sa propre durabilité et à accroître ses répercussions sur la réalité locale. En 2003, une méthodologie spécifique est mise en place pour encourager une plus grande participation des femmes, ce qui a eu pour conséquence de prêter une plus grande attention à leurs demandes particulières, de renforcer leur organisation interne et de développer leurs capacités, tout en préservant leur droit à intervenir par rapport aux autres acteurs sociaux.

RECIFE, LE 28 NOV. - 2 DÉC. 2006

Pendant quatre jours, la ville de Recife a été le centre de rencontre de l'Observatoire International de Démocratie Participative. Recife a accueilli des villes de toute l'Amérique Latine et l'Europe engagées depuis des années dans le développement politique de la démocratie participative et la mise en pratique de méthodologies et de processus de participation innovants et efficaces qui ont permis d'améliorer non seulement nos villes et la qualité de vie de nos concitoyens et de nos concitoyennes, mais aussi leur engagement dans la gestion publique, c'est-à-dire leur engagement dans l'amélioration efficace de la démocratie.



Les travaux de ces quatre jours, nous les avons divisés en trois espaces différenciés: Le premier a été la session interne du projet des *Observatoires Locaux de la Démocratie Participative*, qui a tenu à Recife sa dernière réunion de coordination internationale. Le fruit de ses travaux, élaborés avec une grande rigueur et un grand professionnalisme par les dix villes partenaires (Barcelona, El Bosque, Porto Alegre, São Paulo, Cuenca, Buenos Aires, La Paz, Saint Denis, Donostia-San Sebastián et la Diputació de Barcelona), a été un apport très précieux à l'OIDP et à toutes les villes du monde souhaitant développer la démocratie participative entendue comme un des piliers stratégiques de leurs politiques locales. Une fois que le projet sera définitivement terminé et que le rapport final sera élaboré, nous pourrons disposer du *Guide Pratique pour la Constitution d'un Observatoire Local* dans n'importe quelle commune, nous pourrons créer une *Fiche de Bonnes Pratiques* et disposerons également d'un nombre très varié d'indicateurs qui constituent ce que nous appelons la «*Caisse à outils*». Le message est clair: il ne suffit pas d'encourager la participation citoyenne, il faut l'observer et en faire une évaluation critique dans le but d'innover et d'améliorer les politiques que nous mettons en oeuvre en les soumettant à une analyse objective et rigoureuse. Se renouveler ou mourir s'applique aussi à la politique, il faut donc l'appliquer de même à la participation citoyenne.

Le deuxième axe de travail a été la tenue de la session interne des villes partenaires de l'OIDP où, en marge de l'approbation du rapport de gestion et de la validation des travaux présentés par les Observatoires Locaux, nous avons décidé de continuer dans la voie que nous avons envisagée l'an dernier, à savoir l'élaboration des instruments et des outils, au sein de l'OIDP, qui seront utiles à

toutes les villes partenaires et à ses collaborateurs. Nous travaillerons dans ce sens l'an prochain dans cinq groupes:

- «La gestion de l'information», coordonné par la municipalité de La Paz (Bolivie).
- «Les retombées et les effets de la participation», coordonné par la Prefeitura de Fortaleza (Brésil).
- «La gestion du temps», coordonné par Saint-Denis (France).
- «Les nouvelles approches dans l'évaluation», coordonné par une commission de membres collaborateurs du réseau.
- «Les méthodologies de la participation», coordonné par la municipalité de El Bosque (Chili).

Ces groupes sont ouverts à la participation de toutes les communes partenaires et des collaborateurs qui pourraient s'y incorporer prochainement par le biais de l'appel que fera le Secrétariat.

La dernière décision importante du groupe de travail de l'OIDP a consisté à fixer le siège de la *septième conférence* et donc à désigner la ville qui assumera la présidence de l'OIDP jusqu'en novembre 2007: la Mairie de Nanterre (France), dans la région métropolitaine de Paris, reconnue internationalement pour son engagement dans la participation et l'impulsion qu'elle donne au développement de pratiques innovantes.

Recife a également été le cadre de la remise de la *1^{re} Distinction OIDP Bonne pratique en participation citoyenne*. Une distinction qui permet de faire connaître et de reconnaître les pratiques les plus innovantes en cours de réalisation. À cette première édition, 39 projets au total ont été présentés et *6 mentions spéciales*¹ ont été attribuées, et la Première Distinction a été décernée au projet «Processus et mécanismes d'inclusion des femmes indigènes dans la gestion locale» de la commune équatorienne de Cotacachi.

Et pour finir, le troisième espace a été consacré aux jours de conférence sous le titre *Planification stratégique participative pour la construction démocratique des villes* qui nous a réunis à Recife avec différents agents sociaux, économiques et politiques du monde entier afin de développer, après le débat, de nouvelles formules et de nouvelles méthodes permettant de parfaire notre pratique quotidienne.

Parmi nos travaux, nous présentons aussi la déclaration ci-dessous définie d'un commun accord avec les organisateurs, avec Barcelone, où siège le secrétariat, et les villes du comité coordonnateur du réseau, présents à la conférence qui ont décidé à l'unanimité de montrer leur reconnaissance à l'égard de l'hospitalité et du travail de la ville de Recife et de l'inviter à faire partie du comité coordonnateur de l'OIDP.

¹ «Assemblée municipale constituante de Tarso (A.M.C.T)», Tarso (Colombie).
 Campaign Creator, Bristol (Royaume-Uni).
 Plan intégral de Collblanc – La Torrassa, L'Hospitalet de Llobregat (Espagne).
 Norme de participation citoyenne, La Paz (Bolivie).
 Budget participatif de Fortaleza (Brésil).
 Budget participatif de Séville (Espagne).

Déclaration

La 6e Conférence de l'Observatoire International de Démocratie Participative, qui a eu lieu dans la ville de Recife les 29 et 30 novembre et le 1er décembre 2006, dont le thème central «*Planification participative pour la construction démocratique des villes*», conforte et ouvre de nouvelles perspectives pour le rôle que joue l'OIDP en tant que référence internationale dans la construction des processus démocratiques et participatifs dans les villes.

Cette référence et construction est fondamentale à un moment où, au niveau mondial, les processus de concertation des organismes internationaux ont été systématiquement violés et où la guerre et la force ont été employées comme solution pour résoudre les conflits. La réalisation de la 6e Conférence à Recife, nord-est du Brésil, a une signification importante en raison du moment politique que vit l'Amérique Latine.



Au cours des dernières années, ce continent a fait des pas importants en ce qui concerne la lutte populaire. La conquête de plusieurs gouvernements centraux par des forces politiques qui représentent la lutte des mouvements sociaux, forces qui, dans les villes, sont les principaux acteurs dans la défense d'une gestion démocratique et populaire, ouvre une nouvelle perspective pour la mise sur pied d'une planification et d'un développement urbain participatifs, ce qui doit se faire par l'intermédiaire de

l'inclusion articulée et stratégique de millions de citoyens et de citoyennes. L'attaque systématique des droits des citoyens et des citoyennes résultant de la mondialisation (émigration forcée, chômage structurel, accroissement de la pauvreté dans les villes et précarisation territoriale des espaces urbains) exige de nous de mettre sur pied un réseau mondial articulé pour faire face à ce processus autoritaire qui est le fruit de l'hégémonie du capital financier.

À cet effet, nous pensons que l'articulation de l'OIDP et du CGLU permettra d'étendre l'influence des idées de participation démocratique dans les villes du monde entier.

Toutefois, il ne sera pas possible de modifier ce contexte économique et social, à moins d'articuler le processus de planification stratégique participative dans les villes ainsi que la qualification de nos acteurs et les luttes visant la transformation des États nationaux qui ouvrent de nouvelles perspectives et dépassent les limites de la construction de la démocratie au niveau local.



Dans ce cadre, la démocratie participative en tant que valeur sociale et instrument politique de gestion apparaît comme une aspiration qui vise à construire des sociétés plus justes.

En dépit de notre expérience dans différents contextes, la restructuration du système de production, par le biais de la mondialisation, nous impose un défi commun: la construction d'une nouvelle humanité, plus juste sur le plan social, économiquement viable et durable du point de vue de l'environnement.

Le chemin exige une grande lutte, beaucoup de planification et de participation. Il y a beaucoup à faire en vue de la construction d'un autre monde possible.

Recife, le 1^{er} décembre 2006

Comité organisateur:



Collaborateurs:



FALP

CIGU

REDE NORDESTINA

RETE NUOVO MUNICIPIO

EDITA / EDITION

OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

AJUNTAMENT DE BARCELONA - DEPARTAMENT DE PARTICIPACIÓ CIUTADANA

Avinyó 15, 2^a planta

08002 - Barcelona

T +34 932 918 470

www.oidp.net

DEPÓSITO LEGAL / LEGAL DEPOSIT

B-32.816-2007

IMPRESIÓN / PRINTING

GRÁFIQUES ORTELLS



O I D P
OBSERVATORIO
INTERNACIONAL
DE LA DEMOCRACIA
PARTICIPATIVA



Ajuntament de Barcelona



CON EL APOYO DE / SUPPORTED BY

